

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Luiz Divino Maia

**O LINDEIA DE SEUS PRECURSORES: LEMBRANÇAS DA PAISAGEM, DOS  
LUGARES E DAS “LUTAS” DE UM BAIRRO DE BELO HORIZONTE.**

Belo Horizonte  
2021

Luiz Divino Maia

**O LINDEIA DE SEUS PRECURSORES: LEMBRANÇAS DA PAISAGEM, DOS LUGARES E DAS “LUTAS” DE UM BAIRRO DE BELO HORIZONTE.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência de espaço.

Orientador: Prof. Altamiro Sérgio Mol Bessa

Belo Horizonte  
2021

### FICHA CATALOGRÁFICA

M2171

Maia, Luiz Divino.

O Lindeia de seus precursores [manuscrito] : lembranças da paisagem, dos lugares e das “lutas” de uma bairro de Belo Horizonte / Luiz Divino Maia. - 2021.

199f. : il.

Orientador: Altamiro Sérgio Mol Bessa.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Urbanização – Teses. 2. Vida urbana - Teses. 3. História social - Teses. 4. Sociologia urbana - Teses. 5. Poder comunitário – Teses. 6. Bairros – Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Bessa, Altamiro Sérgio Mol. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.40981511



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**O Lindeia de seus precursores: lembranças da paisagem, dos lugares e das “lutas”  
de um bairro de Belo Horizonte**

**LUIZ DIVINO MAIA**

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 26 de novembro de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa - Orientador  
EA-UFMG

Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves  
EA-UFMG

Profa. Dra. Elisa Maria Amorim Vieira  
FALE-UFMG

Profa. Dra. Érica Renata de Souza  
FAFICH-UFMG

Profa. Dra. Fernanda Alves de Brito Bueno  
UFOP

Prof. Dr. Gilbert Daniel da Silva  
PBH

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2021.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Altamiro, agradeço pelas orientações e ensinamentos.

À Camila, agradeço pela produção dos mapas e pelo auxílio na normalização do texto.

Ao Fernando, meu irmão, agradeço pelo tratamento das fotos.

À Letícia, minha filha, agradeço pelo apoio e pelo compartilhamento da experiência.

A CAPES agradeço pela concessão da bolsa.

Os agradecimentos aos entrevistados constam na conclusão da tese, mas faço aqui especial menção à Aládia e ao Joãozinho, sempre prontos e dispostos a ajudar.

## RESUMO

A tese que segue objetivou construir uma narrativa acerca do Lindeia, bairro situado na periferia de Belo Horizonte. Tudo a partir da memória de parte de seus precursores e delimitado ao tempo de sacerdócio de dois padres jesuítas no bairro. No primeiro capítulo, o foco foi a paisagem do bairro, seus lugares e estruturas arquitetônicas (atuais e do passado) e suas fronteiras. No segundo, a força social dos padres para a formação dos movimentos políticos em prol das melhorias da infraestrutura urbana do bairro, bem como seu perfil cultural historicamente constituído e suas figuras públicas mais relevantes. No terceiro, o destaque foi para importância do processo de compra de lotes e de edificação de casas para os novos moradores; as construções coletivas das igrejas (e suas ocupações) e das escolas. No quarto capítulo, focou-se nas ruas do bairro. Mais precisamente, na relação da população com suas ruas, seja pelo simbolismo de seus nomes, pela relevância delas para a configuração da paisagem local ou pelo fato de elas serem lugares de comércio, de eventos festivos, de fatos miúdos (políticos, religiosos e sociais) e de transporte coletivo. A percepção de que isso se insere nas ações reivindicatórias de “lutas” sociais e nos movimentos de ajuda mútua foram os maiores resultados alcançados nesse estudo. O método de pesquisa foi a história oral, com entrevistas com as testemunhas vivas do início de urbanização do bairro. A fundamentação teórica contemplou vários campos de saber. No que concerne à memória coletiva e seu desdobramento para a explicação da formação do bairro, recorreu-se, dentre outros, a Bosi (1994) e a Halbwachs (2006). No tópico relativo à urbanização, Jacobs (2011) e Pallasmaa (2018). Na questão da paisagem, Collot (2012), Turri (2013) e outros. O conhecimento pretendido teve relação com uma experiência de campo focada na força da memória como construtora de sentidos urbanísticos. Mais que o Lindeia como ele é, foi ou será, o valor da pesquisa concentrou-se na formação urbana de um bairro lembrado pelos protagonistas de sua história. O estudo, enfim, tanto quanto alcançar parte da história de um bairro de Belo Horizonte, buscou relevar uma área e uma época peculiar da cidade.

*Palavras-chave:* Lindeia; memória; paisagem; urbanização; história.

## ABSTRACT

The thesis that follows aimed to build a narrative about Lindeia, a neighborhood located on the outskirts of Belo Horizonte, Minas Gerais. Everything from the memory of some its precursors and delimited to of priesthood time of two jesuit priests in the neighborhood. In the first chapter, the focus was on the landscape of the neighborhood, its places and architectural structures (current and from the past) and its borders. In the second, the social strength of priests for the formation of political movements in favor of improvements to the neighborhood's urban infrastructure, as well as their historically constituted cultural and their most revelant public figures. In the third chapter, the highlight was the importance of the process of buying lots and building houses for new residentes; the collective constructions of churches (and their occupations) and schools. In the fourth chapter, it focused on the neighborhood streets. More accurately, the relation between population and the neighborhood streets, wheter due to the symbolism of their names, their relevance to the configuration of the local landscape or because their commerce places, festive events, small facts (political, religious and social) and public transport. The perception of that this is part of the claims of social “struggles” and mutual aid movements were the main results achieved in this study. The research method was oral history, in which interviews were conducted for living witnesses of the beginning urbanization of the neighborhood. The theoretical foundation covered several fields of knowledge. With regard to collective memory and its unfolding to explain the formation of the neighborhood, was used, among others, Bosi (1994) and Halbwachs (2006). On the topic related to urbanization, Jacobs (2011) and Pallasmaa (2018). On the issue of landscape, Collot (2012), Turri (2013) and others. On the topic related to urbanization, Jacobs (2011) and Pallasmaa (2018). The intended knowledge was related to a field experience focused on the strength of memory as a builder of urban meanings. More than Lindeia as it is, was or will be, the value of the research focused on the urban formation of a neighborhood remembered by the protagonists of its history. The study, finally, as far as reaching part of the history of some neighborhood in Belo Horizonte, intended to reveal an area and a peculiar time of the city.

*Key words:* Lindeia; memory; landscape; urbanization; history.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MAPA GERAL .....	18
FIGURA 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO. CASARÃO DA FAZENDA DE DONA LINDEIA .....	26
FIGURA 3 - CASA JOSÉ GALDINO. RUA GALDINO, Nº 189. ANO 2020 .....	29
FIGURA 4 – CASA VELUZIANO VALÉRIO. RUA RODRIGUES, Nº 65. ANO: 2017. ....	29
FIGURA 5 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: ÁREA DOS GALDINOS. ANO: 2021 .....	31
FIGURA 6 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: CASA DO ZÉ FELIPE. ANO: 2021 .....	32
FIGURA 7 - CASA DE ZÉ FELIPE. ANO: 1991 .....	32
FIGURA 8 - CASA DO ZÉ FELIPE. ANO: 2021 .....	32
FIGURA 9 - CAMINHÃO ZÉ FELIPE. ANO: 2020 .....	33
FIGURA 10 - CASEBRE RUA ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA. DATA: 2020 .....	34
FIGURA 11 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: TRAÇADO DA VILA AMAZONAS. ANO: 2021.....	35
FIGURA 12 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: VILA AMAZONAS. ANO: 2021 .....	37
FIGURA 13 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: DEMARCAÇÃO VILA AMAZONAS. ANO: 2021 .....	38
FIGURA 14 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: DA CASA DE CONCEIÇÃO À QUADRA. ANO: 2021 .....	39
FIGURA 15 - MORRO ONDE ESTAVA LOCALIZADA A ANTIGA VILA AMAZONAS .....	40
FIGURA 16 - TRECHO ONDE ESTAVA LOCALIZADA A ANTIGA VILA AMAZONAS.....	40
FIGURA 17 - MINA PRÓXIMA À RUA DAS PETÚNIAS (ANOS DE 1970).....	42
FIGURA 18 - TEXTO AUTORAL ANO: 2020 .....	43
FIGURA 19 - ANTIGA LOCALIZAÇÃO PESCOÇÃO. ANO: 2020 .....	45
FIGURA 20 - ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO PESCOÇÃO. ANO 2020.....	45
FIGURA 21 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: RUA CANA DA ÍNDIA. ANO: 2021 .....	46
FIGURA 22 - IGREJA JESUS RESSUSCITADO. ANO: 2018.....	48
FIGURA 23 - PRAÇA DONA MARIA TERTULIANA. ANO: 2017 .....	49
FIGURA 24 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: TRECHO ENTRE O LINDEIA E O TIROL. ANO: 2021 .....	50
FIGURA 25 - TRECHO DA LINHA FÉRREA – ANTIGA LOCALIZAÇÃO DAS HORTAS. ....	51
FIGURA 26 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: RUA DAS PETÚNIAS ENTRE LINDEIA E REGINA. ....	53
FIGURA 27 - TRECHO RUA DAS PETÚNIAS. ANO: 2020.....	54
FIGURA 28 - ROTATÓRIA E PRÉDIO DO ANTIGO SUPERMERCADO BOA PRAÇA. ANO: 2020.....	56
FIGURA 29 - SUPERMERCADO ESTRELA. ANO: 2020.....	56
FIGURA 30 - CENTRO COMERCIAL. ....	56
FIGURA 31 - CAMPO DO ESTRELA. ....	56
FIGURA 32 - IGREJA “CHAPÉU DO PAPA”. ANO: 2018 .....	57
FIGURA 33 - IGREJA “CHAPÉU DO PAPA”. ANO: 2018 .....	57
FIGURA 34 - FRONTEIRA LINDEIA COM SANTA MARIA. DATA: 2020.....	58
FIGURA 35 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: FRONTEIRA LINDEIA COM SANTA MARIA. ....	59
FIGURA 36 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO. FRONTEIRA LINDEIA COM BAIRRO INDUSTRIAL.....	61
FIGURA 37 - RUA ADERBAL RODRIGUES VAZ. ANO: 2020 .....	62
FIGURA 38 - VISTA DE ÁREA PRÓXIMA À PRAÇA AGAPANTO.....	63
FIGURA 39 - PRAÇA AGAPANTO. ANO: 2018 .....	64
FIGURA 40 - PADRE MIGUEL E IGREJA .....	75
FIGURA 41 - “LEMBRANCINHA”. ANO: 2020.....	78
FIGURA 42 - CASA DOS MENINOS. ANO: 2020.....	79
FIGURA 43 - LAR DOS IDOSOS RECANTO DOS AMIGOS. ANO: 2020.....	79
FIGURA 44 - “LEMBRANCINHA”. DATA: 2012 .....	81
FIGURA 45 - EVENTO DE RECEPÇÃO DE MERCEDES SOSA .....	83
FIGURA 46 - ILUSTRAÇÃO DA ÁREA PRÓXIMA À CASA DE ALÁDIA.....	91
FIGURA 47 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA: ÁREA PROXIMA CASA DE VALDIVINO.....	94
FIGURA 48 - “TIO” BEIJO.....	96
FIGURA 49 - SALÃOZINHO. ....	96
FIGURA 50 - ANTIGA CASA DE DONA MARIA TERTULIANA.....	99
FIGURA 51 - “SANTINHO” CANDIDATURA DE ZITO PARA VEREADOR. ANO: 1988.....	101
FIGURA 52 - EVENTO DE CAMPANHA. ANO: 1992 .....	101

FIGURA 53 - CASEBRE. ANO: 1981 .....	115
FIGURA 54 - CASA LINDEIA. ANO: 1981 .....	115
FIGURA 55 - IGREJA JESUS RESSUSCITADO EM CONSTRUÇÃO. ....	122
FIGURA 56 - IGREJA JESUS RESSUSCITADO. ....	123
FIGURA 57 - REUNIÃO DO “GRUPO DE MÃES”. SEM DATA.....	127
FIGURA 58 - “GRUPO DE MÃES” COM PADRE MIGUEL. ....	128
FIGURA 59 - PREPARAÇÃO DO SOPÃO. ....	129
FIGURA 60 - CAMINHADA NA ANTIGA VILA AMAZONAS. SEM DATA .....	131
FIGURA 61 - IGREJA “CHAPÉU DO PAPA” EM CONSTRUÇÃO. ....	133
FIGURA 62 - TRABALHO EM HORTA COMUNITÁRIA. ANO: 1986.....	138
FIGURA 63 - TRABALHO NA CALÇADA DA ESCOLA. SEM DATA .....	138
FIGURA 64 - ESCOLA ESTADUAL PADRE JOÃO BOSCO P. BURNIER. SEM DATA .....	139
FIGURA 65 - ESCOLA ESTADUAL PADRE JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER. ANO: 2001 .....	139
FIGURA 66 - ALUNOS EM CURSO DE CALDEIRARIA. ESCOLA TIO BEIJO. SEM DATA .....	140
FIGURA 67 - ALUNOS EM CURSO DE COMANDOS ELÉTRICOS. ESCOLA TIO BEIJO. SEM DATA. ....	140
FIGURA 68 - ESCOLA “TIO BEIJO”. SEM DATA .....	141
FIGURA 69 - ESCOLA “TIO BEIJO”. ANO: 2017.....	141
FIGURA 70 - RUA DAS PERPÉTUAS. ANO: 1981.....	150
FIGURA 71 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE TRECHO ASFALTADO NO LINDEIA. ....	151
FIGURA 72 - CRÔNICA “AVENIDA DOS JARDINS”. SEM DATA .....	154
FIGURA 73 - CAMINHADA RUMO À PRAÇA DA CEMIG. SEM DATA .....	156
FIGURA 74 - TERRENO PARA CRIAÇÃO DE CABRAS. SEM DATA.....	158
FIGURA 75 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO: PRIMEIRA VENDINHA DA VILA AMAZONAS .....	161
FIGURA 76 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: PRIMEIRA VENDINHA DO “LINDEIA VELHO” .....	162
FIGURA 77 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: TRAJETO PARA O PONTO DE ÔNIBUS .....	165
FIGURA 78 - SACOLÃO. RUA DAS PERPÉTUAS. ....	167
FIGURA 79 - PADARIA. RUA DAS PERPÉTUAS. ANO: 1981 .....	168
FIGURA 80 - FESTA JUNINA IGREJA JESUS RESSUSCITADO. SEM DATA.....	174
FIGURA 81 - MOVIMENTO DE CULTURA. SEM DATA .....	175
FIGURA 82 - ANTIGA DANCETERIA DINAMITE DANCE SHOW. ANO: 2017.....	177
FIGURA 83 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ANTIGO EVENTO DE RUA. ANO: 2021.....	178
FIGURA 84 - BAR DO CHALITA. SEM DATA .....	180
FIGURA 85 - BAR DO CHALITA. SEM DATA .....	180
FIGURA 86 - ÔNIBUS EM CIRCULAÇÃO NA RUA DAS PERPÉTUAS. ANO: 1981 .....	184
FIGURA 87 - ANTIGO PONTO FINAL DE ÔNIBUS. SEM DATA .....	185

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - PAISAGEM E MEMÓRIA DO LINDEIA</b> .....	<b>23</b>
<b>1.1. TEORIZAÇÃO SOBRE O TEMA: ELEMENTOS INTEGRADORES</b> .....	<b>23</b>
<b>1.2. LEMBRANÇAS A PERDER DE VISTA</b> .....	<b>25</b>
1.2.1. Os precursores do Lindeia .....	27
<b>1.3. UM MUNDO EM MUDANÇA</b> .....	<b>35</b>
<b>1.4. BORRADAS E FLUÍDAS FRONTEIRAS</b> .....	<b>50</b>
Notas Capítulo 1 .....	65
<b>CAPÍTULO 2 - LAÇOS E “LUTAS” NO LINDEIA</b> .....	<b>69</b>
<b>2.1. TEORIZAÇÃO SOBRE O TEMA: TRAÇO MENTAL DE INTERESSES COMUNS</b> .....	<b>69</b>
<b>2.2. PADRES JESUÍTAS: ESTEIOS DO POVO</b> .....	<b>71</b>
2.2.1. Padre Miguel .....	71
2.2.2. Padre Caneda .....	78
<b>2.3. ETHOS LOCAL: RELIGIOSIDADE E ESPÍRITO POLITIZADO</b> .....	<b>82</b>
<b>2.4. LAÇOS SOCIAIS</b> .....	<b>87</b>
2.4.1. Traços visíveis da vida coletiva .....	88
<b>2.5. PESSOAS “ILUSTRES”</b> .....	<b>95</b>
Notas Capítulo 2 .....	104
<b>CAPÍTULO 3 - CASAS, IGREJAS E ESCOLAS DO LINDEIA</b> .....	<b>106</b>
<b>3.1. TEORIZAÇÃO SOBRE O TEMA: OS SENTIDOS DE URBANIZAÇÃO</b> .....	<b>106</b>
<b>3.2. CASAS: PEDRAS ANGULARES E MEDIDAS DO MUNDO</b> .....	<b>108</b>
<b>3.3. IGREJAS DO LINDEIA: TESTEMUNHAS DE SEU PASSADO.</b> .....	<b>119</b>
3.3.1. Igreja Jesus Ressuscitado .....	119
3.3.2. Igreja Nossa Senhora da Conceição – “Chapéu do Papa” .....	131
<b>3.4. INSTITUIÇÕES ESCOLARES: UM APANHADO DE LEMBRANÇAS</b> .....	<b>134</b>
Notas Capítulo 3 .....	144
<b>CAPÍTULO 4 - RUAS, COMÉRCIO, FESTAS E ÔNIBUS DO LINDEIA</b> .....	<b>146</b>
<b>4.1. TEORIZAÇÃO SOBRE O TEMA: COMBINAÇÕES DE USOS URBANOS</b> .....	<b>146</b>
<b>4.2. EVOCAÇÕES MÚLTIPLAS DA PAISAGEM DAS RUAS</b> .....	<b>148</b>
4.3.1. Supermercados, congêneres e outros .....	169
<b>4.4. LAZERES DISTINTOS, DISTINTOS LAZERES</b> .....	<b>174</b>
<b>4.5. FORÇA URBANA, DELIMITADORA E DEFINIDORA DOS ÔNIBUS.</b> .....	<b>181</b>
Notas Capítulo 4 .....	186
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>188</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>196</b>

## INTRODUÇÃO

Para dar um particularismo a esse texto, apresento-me e dou continuidade a ele na primeira pessoa do singular. Sou fruto de uma trajetória acadêmica multidisciplinar. Graduado em história, fiz mestrado em antropologia social e finalizo o doutorado em arquitetura e urbanismo.

Nesta pesquisa, então, fazendo jus à minha formação, optei por dialogar com a antropologia e com a história. Com a antropologia porque busco produzir a etnografia de um bairro, com foco nos costumes e nos valores de parte de sua população; com a história porque, a partir dos seus protagonistas, o estudo está inserido em uma época particular. A história, aliás, conforme Alberti (2005), não é mais que o nome genérico para designar as *histórias* vividas e concebidas, diferentes ou parecidas, criadas por pessoas em contato com o mundo. Considero, ademais, que o diálogo interdisciplinar, no geral, é uma experiência de muito valor, pois, como lembrou Pallasmaa (2018, p. 54), “não habitamos somente no espaço, também habitamos no *continuum* da cultura, do tempo e da memória”.

Isso faz mais sentido se entendermos que o urbanismo, em sua busca por formas de representação do espaço urbano e em sua procura por melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, é também campo fértil para a multidisciplinaridade. No caso da arquitetura, que “(...) é também ativa e reforça nosso senso de identidade, uma vez que sua experiência é sempre individual e única” (PALLASMAA, 2018, p. 113), isso é imprescindível.

Se a cultura vincula-se aos antropólogos (mas não só), se a representação do espaço urbano aos urbanistas e arquitetos (mas não só), tempo e memória, multidisciplinares por si, são áreas (também não só) de atuação dos historiadores. Quanto mais se eles – como no caso aqui empreendido e logo se verá – adotarem como método a história oral. “O historiador oral”, Thompson (1992, p. 139) lembrou, “leva grande vantagem, por ter a possibilidade de se valer da experiência de outra disciplina”.

Dito isso, exponho agora as linhas introdutórias de uma pesquisa concentrada em um bairro de Belo Horizonte situado em sua área fronteira com Contagem (MG) e com Ibirité (MG). Mais que um bairro: um bairro e uma cidade de uma época.

Tendo o projeto de doutorado aprovado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para o ano de 2017, tomei-o como base. O tema central seria analisar como as transformações das estruturas arquitetônicas de sete bairros da capital – bairros

limítrofes com outros municípios - são percebidas pelas suas populações mais antigas. Para isso, pretendia fazer um estudo de cunho urbano-arquitetural fundamentado nas memórias dos integrantes dos grupos de terceira idade de cada bairro.

Minha hipótese de pesquisa era que ela forneceria elementos suficientes para questionar o lugar-comum de que periferia da cidade é um lugar “longe”, imiscuído de violência e de pobreza, e que os “cartões postais” de Belo Horizonte não estariam ali.

Para levar o estudo adiante, contudo, logo percebi que, para nada ficar genérico demais, eu deveria diminuir o número de bairros e de grupos a serem pesquisados. Optei então por, ao invés de sete, concentrar-me em quatro bairros e nos grupos de terceira idade correspondentes: bairro Independência, grupo “Sempre Viva”; bairro Santa Margarida, “Resplendor”; bairro Lindeia, “Recanto da Amizade”; Bairro das Indústrias, grupo “Fios de Prata”.

Como julgava que os integrantes dos grupos eram antigos moradores de cada bairro (alguns, desde seus primórdios), o processo de transformação arquitetônica e urbana desses locais, como anotei na problematização do projeto, seria visto por eles com um sentimento de lamento pelo “passado perdido”.

Pautado nisso, assim que iniciei os contatos com os grupos de terceira idade passei a organizar – semanalmente em cada um deles - rodas de conversas com um grupo de participantes (de três a quatro em cada encontro). Rodas que, ao trazerem à tona os fatos e os lugares mais proeminentes de cada bairro, fizeram com que eu fosse tomando conhecimento de um sem número de tópicos (comuns aos grupos) relativos às histórias locais. Tópicos como a importância das igrejas católicas (e dos padres) para a urbanização de cada bairro, a inserção dos moradores nos “mutirões” construtivos das suas estruturas arquitetônicas, a força social do comércio e das escolas, dentre outros.

Concomitantemente, comecei a fazer périplos exploratórios pelas ruas do bairro Independência, Santa Margarida, Lindeia e do Bairro das Indústrias. Com isso, além dos conhecidos (igrejas católicas e escolas, por exemplo), fui descobrindo os monumentos mais relevantes de cada bairro, como estações ferroviárias abandonadas, casas de ferroviários, um cinema desativado, um conjunto de antenas de transmissão de energia, igrejas pentecostais, e outros. Incentivado por Cullen (2017), que buscou tornar impactante e visualmente coerente um emaranhado de elementos em torno de edifícios, ruas e espaços, busquei, a partir do que percebia em cada bairro (como a serra do Rola Moça, ruas, esquinas casas, jardins domésticos e públicos, placas comerciais, dentre outros), formar um perfil variado de particularidades

urbanas que denotassem distintas paisagens. Deste modo, ao longo dos dois primeiros anos de pesquisa, observei, conjecturei, refleti e escrevi sobre a urbanidade e a multiplicidade arquitetônica de cada bairro, como o quanto isso é capaz de gerar um amplo e variado cabedal de imagens.

Assim foi até a qualificação da pesquisa, quando, embora tenha apresentado o resultado dos trabalhos de campo realizados no Lindeia, indiquei que experiências similares ocorriam simultaneamente nos outros bairros.

Entretanto, possivelmente pelo foco dado ao Lindeia na qualificação e pela constatação da banca examinadora de que muito ainda teria de ser realizado, fui orientado a limitar meu escopo empírico de pesquisa. Com isso, passei a concentrar-me somente no grupo de terceira idade “Recanto da Amizade”, o que, a rigor, àquele momento, já se apresentava como vasto campo de possibilidades de estudos a ser desenvolvido.

A pesquisa, a partir daí, ganhou novo impulso metodológico. Se antes as trocas de experiência com os participantes do grupo se concentravam nas rodas de conversa realizadas nos intervalos de suas reuniões semanais, passei a entender que os contatos, para ganharem profundidade, precisavam ser longos e individuais. Ou individualmente longos. Diante disso, acordei com os participantes de entrevistá-los em outro momento e lugar, onde e quando cada um achasse mais conveniente (a maioria optou por receber-me em suas casas).

Resolvi, então, assumir de vez o método de pesquisa da história oral. Um método que, através de seu foco em realizar entrevistas gravadas com as testemunhas de uma época, com ênfase na conjuntura e nos modos de vida e em outros aspectos da história contemporânea, foi de muita importância e esteve em sintonia para os meus intentos. A possibilidade de reconstruir a história através de suas múltiplas versões foi outro elemento que me instigou a adotá-lo. Outro aspecto digno de nota é que o método, como no entender de Alberti (2005), ao proporcionar-me recuperar o vivido conforme concedido por quem viveu as experiências, me levou a sentir-me como uma espécie de coagente na criação de um documento histórico.

Fiz isso também baseado na sugestão de uma professora da banca de qualificação de que eu deveria entrevistar e deixar as pessoas falarem à vontade, pouco ou nada interferindo em suas narrativas. Alberti (2005), aliás, fez menção a isso quando advertiu que o entrevistador, além de estimular, deve estar atento às falas e aos silêncios dos seus entrevistados, sempre se portando de modo respeitoso e com poucas interrupções às suas conclusões. Inclusive, para a autora, as perguntas direcionadas aos entrevistados, devem - para darem alternativas e não diminuïrem as suas respostas - ser abertas e curtas.

Meu foco não se restringiu aos fatos passíveis de serem comprovados. Não busquei a verdade, mas, digamos, o que os entrevistados, antigos moradores do Lindeia, lembraram sobre acontecimentos relacionados à história do bairro. Não busquei as certezas, mas as *certezas* da memória – que, necessariamente, não é sempre tão *certa*. Busquei o que é *verdadeiro* para os integrantes do grupo “Recanto da Amizade”. “E parte da história, aquilo que as pessoas imaginam que aconteceu, e também o que acreditam que poderia ter acontecido, pode ser tão fundamental quanto aquilo que de fato aconteceu” (THOMPSON, 1992, p. 184).

Convictamente afirmo ainda que o principal benefício em adotar a história oral como método de pesquisa reside em sua capacidade de estimular a memória local e de instigar o sentimento de pertencimento naqueles que fazem parte dela. Ou instigar as histórias trazidas pela memória. Histórias que, disfarçadas de palavras, mapeiam a alma de cada um.

Ressalto ainda que a própria dinâmica da pesquisa trouxe uma mudança de rumo. O transcorrer e os resultados das entrevistas fizeram com que seu escopo fosse ampliado. Com isso, deixei de concentrar-me apenas nos relatos dos integrantes do grupo “Recanto da Amizade” e passei a entrevistar outras pessoas do Lindeia. Mas nada foi conduzido arbitrariamente por mim. O processo funcionava assim: as pessoas, depois de serem entrevistadas, indicavam-me outras pessoas que, segundo elas, deveriam ser entrevistadas. Essas, por sua vez, aconselhavam-me a entrevistar outras mais. A roda, com isso, parecia mover sem parar. O critério usado por cada um foi a relação dos indicados com a história do bairro. Pessoas com um “currículo” de ações em prol das melhorias urbanas locais. Com isso, eu que achava que a maioria dos primeiros moradores do Lindeia participava dos grupos de terceira idade do bairro, logo descobri que isso não era verdade. Ou não era tão verdade.

A maior parte dessas novas entrevistas ocorreu do segundo semestre de 2019 aos primeiros meses de 2020. Por isso, em boa parte desse período, fui pouco aos encontros semanais do grupo de terceira idade. A partir da eclosão da pandemia de Covid-19, em março de 2020, deixei completamente de ir (pandemia que tomou ares de calamidade pública no país e no Lindeia, onde o grau de atingidos de modo letal pela doença foi um dos maiores de Belo Horizonte). Aliás, não só eu parei de ir ao grupo: todos os participantes, desde então, deixaram de se reunir semanalmente no salão da igreja do bairro.

A partir daí a pesquisa ganhou outro nível de profundidade, pois os relatos colhidos, ao serem integralmente transcritos, tornaram-se melhor compreendidos. “Se o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a

ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo do ato de pensar” (OLIVEIRA, 1998, p. 31/32). Os relatos, além disso, revelaram uma profusão de sentimentos e de comportamentos dos mais fundos, no fundo da alma de todos - sentimentos que, como se verá, trouxeram à luz certa mentalidade comum aos entrevistados.

Com a transposição do conteúdo das entrevistas para um formato textual, “lacunas” e “fios soltos” não percebidos durante o processo tornaram-se nítidos. Para solucionar isso, por várias vezes (mas, em razão da Covid-19, com todo cuidado do mundo), eu tive de retornar a campo. Fiz isso também para buscar uma fotografia, um documento, uma última palavra ou uma produção da lavra própria de cada um. No processo, conheci e ouvi pessoas que ainda não tinham sido entrevistadas.

Dito isso, julgo que posso agora apresentar a tese de doutorado. Introdutoriamente, em cada capítulo, alinharei um apanhado teórico de trechos de distintas obras, de diversos autores, de várias áreas. Quanto aos capítulos, eles foram divididos em tópicos. Todos, à exceção do introdutório, organizados a partir dos relatos memorialísticos dos precursores da região e dos primeiros moradores do Lindeia.

O primeiro capítulo (*Paisagem e memória do Lindeia*), depois de destacar a grande fazenda que havia antes da constituição do bairro, focou-se nos valores e identidades do passado, bem como nos primeiros sinais de convivência e de conflito entre os moradores. Em seguida, a vila Amazonas (primeiro traço de povoamento local) e o “Lindeia Velho” (resultado urbano do loteamento da fazenda) foram tratados.

O avançar do povoamento para outras áreas além do “Lindeia Velho” foi o tema seguinte, com enfoque no levantamento das casas e na formação dos primeiros vínculos sociais. Com isso, foram aludidos lugares que subsistem e que formam a atual paisagem do Lindeia, como os constituídos ao longo do tempo. Por fim, as fronteiras do Lindeia com os bairros Tirol e Regina (Belo Horizonte), Durval de Barros (Contagem e Ibirité), Santa Maria e Industrial (Contagem) foram realçadas. Em cada fronteira, foi dado destaque a seus pontos referenciais mais significantes.

As repercussões da chegada do padre Miguel e do padre Caneda ao Lindeia foi o tópico inicial do segundo capítulo (*Laços e “lutas” no Lindeia*). Depois, foi o valor local dos párocos, suas ações em prol das melhorias urbanas do bairro e o incômodo que eles (principalmente o padre Miguel) causaram nos poderes políticos da época. Outros temas tratados foram: as alegadas razões para a saída dos padres do bairro e o legado deixado por



eles. Com isso, foi dado realce à junção de religiosidade católica, pobreza urbana e espírito operário que caracterizava a população do bairro, o ethos local.

A tradição societária das famílias do Lindeia foi outro tema do segundo capítulo, quando, em uma espécie de “parentesco artificial”, formou-se no bairro uma rede ativa de comadres e de compadres. A prática social de ajuda aos mais carentes também foi abordada. O contexto da época da falta de energia elétrica e da água canalizada, com as impressões e experiências advindas disso, igualmente receberam atenção. No final, um grupo de pessoas “ilustres” do bairro, vivas ou mortas, foi apresentado.

O terceiro capítulo (*Casas, igrejas e escolas no Lindeia*) concentrou-se nos motivos que levaram um grupo distinto de pessoas a deslocarem-se para o bairro em formação. Os elementos envolvidos no processo de construção das primeiras casas, com foco na prática do “digitório”, sistema de ajuda comunal voltado a esse fim, foram abordados, como foram as impressões de cada morador em relação às suas casas.

O capítulo tratou ainda das igrejas. Da igreja Jesus Ressuscitado, o foco foram os cursos realizados ali e os “mutirões” comunitários para sua construção. Depois, as ocupações da igreja (“grupo de mães”, a associação comunitária, o posto de saúde e o sopão) foram abordadas. Outro tópico foi a história da antiga casa paroquial, ou a relação da sua demolição com a saída dos padres jesuítas do Lindeia. Da igreja Nossa Senhora da Conceição, foi dado destaque à sua construção e à sua nave aparentada a um “chapéu” de Papa.

Outro foco do capítulo foi direcionado às escolas. Da primeira que havia na região antes da formação do Lindeia (Escola Estadual Pedreira do Rennó) à primeira construída no bairro (Escola Estadual Padre João Penido Burnier). Outra que mereceu destaque foi a escola “Tio Beijo”. Em seguida, para encerrar, as histórias construtivas da Creche Comunitária Maria Floripes e da Creche Abrigo Coração de Jesus foram tratadas.

Os temas do quarto capítulo (*Ruas, comércio, festas e ônibus no Lindeia*) foram vários. Primeiro, as ruas. Das lembranças das ruas de terra, das (poucas) ruas calçadas de pedra à desolação frente às suas condições de outrora. Depois, lembranças de um tempo: da longa espera pela chegada e pelo complemento da pavimentação das ruas. Em seguida, a questão dos topônimos, de como os nomes das ruas do Lindeia (ruas com nomes de flores) aos poucos foram e têm se transformando. Alguns fatos ocorridos nas ruas, mesmo inusitados (ou até por isso), igualmente foram contemplados.

A história do comércio do Lindeia se não foi um capítulo à parte, foi uma parte destacada do capítulo. Do primeiro estabelecimento da vila Amazonas à primeira vendinha

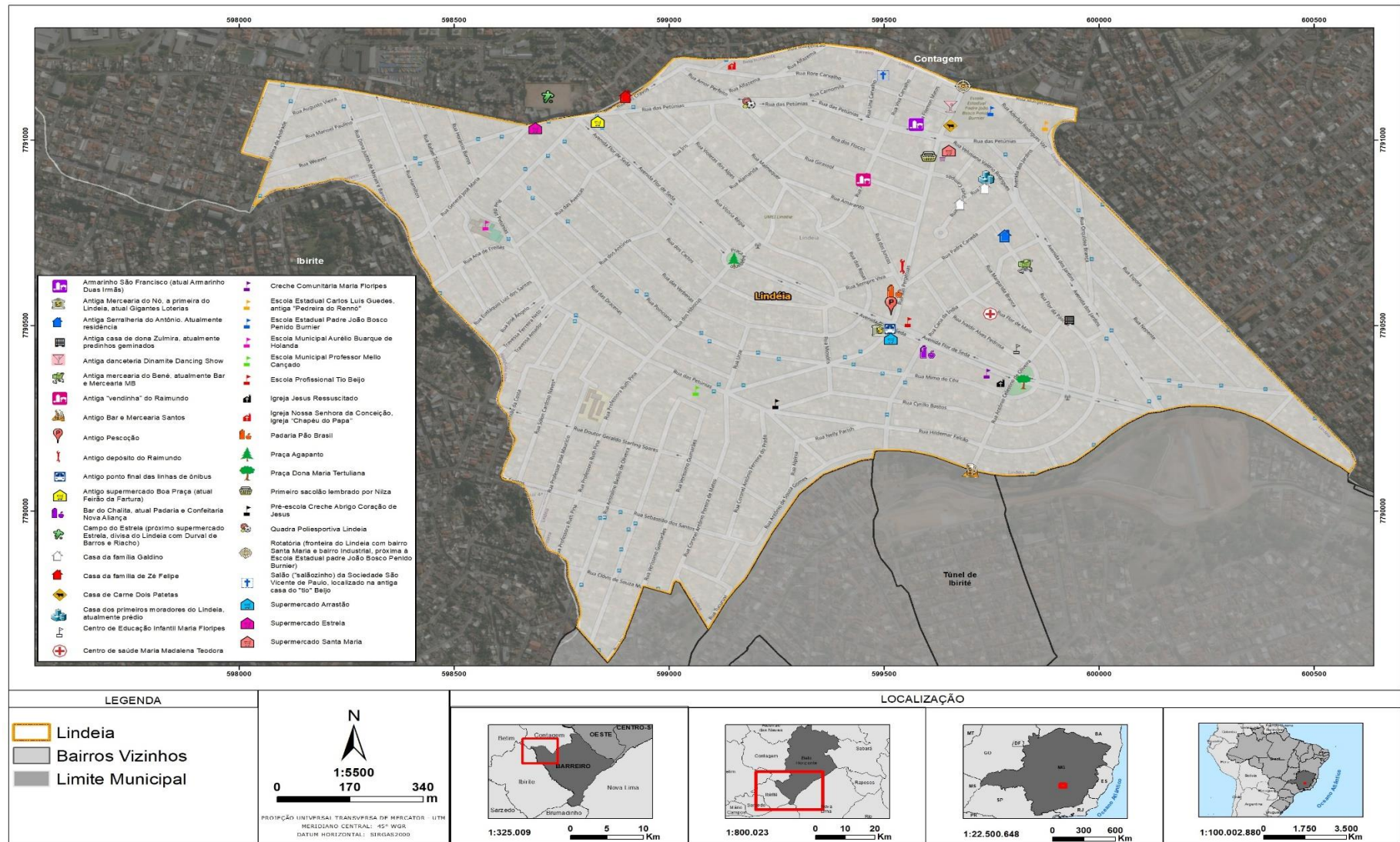
(ou boteco) do “Lindeia Velho”. Em seguida, o foco foi direcionado ao primeiro depósito de material de construção do bairro - mais especificamente ao seu crescimento, mesmo (ou por isso) em uma conjuntura de alta pobreza urbana. A história de outros pontos comerciais do bairro também foi abordada.

O tópico seguinte concentrou-se nas atividades de lazer da população do Lindeia. Atividades que, na época de formação do bairro, voltavam-se predominantemente à reforma ou à construção da igreja Jesus Ressuscitado (e reforma de parte da Escola Estadual Padre João Bosco Burnier). A seguir foi dado destaque às histórias e às lembranças relacionadas a uma danceteria que havia na rua das Perpétuas, como a um evento que ocorria semanalmente em um trecho da avenida Flor de Seda.

Por fim, tratou-se dos ônibus. Da dificuldade de locomoção no Lindeia às primeiras linhas que atenderem o bairro. Instaladas, as linhas de ônibus foram essenciais para que o bairro vizinho, o Regina, se tornasse reconhecido como tal. Além disso, elas deram novas configurações urbanas e paisagísticas ao bairro.

O mapa a seguir (figura 1), além de apresentar o Lindeia em toda a sua dimensão territorial, indica os lugares tratados e a serem apresentados ao longo dos capítulos que seguem – lugares que, além de sintetizarem a história do bairro, são, para parte de sua população, seus marcos referenciais mais relevantes.

FIGURA 1 - MAPA GERAL



Fonte: Camila Romeiro.

O tema dessa tese, amparado por um vasto leque de lembranças, tornou-se (sim, tornou-se) esse: o comprometimento dos primeiros moradores de um bairro de Belo Horizonte em formação com suas estruturas arquitetônicas e o envolvimento deles em um movimento maior que amparava tal ação, que foi o de ajuda mútua e de busca pelo bem-comum. Tudo sustentado e incentivado pelas proeminentes figuras de dois padres jesuítas. Assim, o recorte temporal da pesquisa ficou restrito ao tempo de sacerdócio desses prelados no Lindeia. A premissa de estudar “o que os homens têm em comum com outros homens de seu tempo” (LE GOFF, 1988, p. 69), pode, assim, ser posta como seu mote maior. Pode, mas com um acréscimo: *de seu tempo* no bairro.

O objetivo geral da pesquisa foi o de compreender como a constituição urbanística e arquitetônica do Lindeia (trazida à tona pelas lembranças de um grupo significativo de seus velhos moradores) se tornou o fundamento da memória coletiva local. O substrato para que sua chama histórica permanecesse viva.

Quanto aos objetivos específicos, eles foram três. I) verificar como as histórias de vida dos moradores do Lindeia se amalgamaram ao processo constitutivo urbano e arquitetônico do bairro; II) demonstrar como os fatos históricos, ao subsistirem ao longo do tempo, deram forma, conteúdo, continuidade e sentido histórico às ações políticas dos moradores; III) constatar como uma pesquisa dessa natureza pôde tornar possível a elaboração de um estudo referente à paisagem do bairro.

Conduzida por intermédio do método que escolhi e com o intuito de realizar uma narrativa histórica da urbanidade do Lindeia, emerge então essa tese. Conjunto de textos que basicamente contém o que se exige de trabalhos acadêmicos: um apanhado de trechos extraídos das obras de um grupo de autores, que, depois de estudados, serviram para fundamentar uma história constituída a partir de uma investigação de campo que, por sua vez, precisa contar com um grupo particular de leitores para avaliá-la. Acrescento a tal esquema um grupo de pessoas que, sem serem avaliadas ou avaliadoras da pesquisa, tornaram-se, com suas narrativas acerca de suas histórias de vida e suas lembranças dos fatos mais marcantes do bairro, sua parte mais fundamental.

Informo ainda que todo o ordenamento dessa pesquisa foi totalmente proposto, pensado e percorrido por mim. Contudo, se os pesquisados deram-me a liberdade de nomeá-los e expor por completo o que me disseram, os leitores, por sua vez, são livres para avaliarem e tirarem da tese o que acharem de melhor (ou de pior). Tese que recebeu o título de “*O Lindeia de seus predecessores: lembranças da paisagem, dos lugares e das ‘lutas’ de um bairro de Belo Horizonte*”.

Concentradamente abordo os principais embasamentos teóricos e de método acessados ao longo da pesquisa, que pode ser definida como um esforço de evidenciar um recorte histórico de um bairro: de sua fundação em fins dos anos de 1960 – com alguns dados antes disso – até aproximadamente o início dos anos 2000, embora concentrado nos anos de 1970 e 1980, quando seus baluartes arquitetônicos foram formados e sua configuração urbana devidamente talhada. Ou seja, uma abordagem urbanística-arquitetural equilibrada na história e na antropologia e concentrada na experiência social da formação de um bairro. O foco do trabalho concentrou-se na criação de instituições comunitárias e na permanência de costumes culturais, bem como, entre outros, nos problemas diversos de tensões e de rearranjos com os poderes estabelecidos.

Meu esforço fundamentou-se em expor um mundo pouco conhecido. Se tive algum mérito, foi o de dar voz às gentes simples e - a partir daí - trazer à tona um universo próprio da micro história, com seu foco no mundo minudente dos gestos de que é tecida a vida cotidiana. Nisso, percebi que a larga duração dos comportamentos tem relação com os traços da mentalidade de um povo, inseridos em uma época.

O tempo vivido ajuizado a essa pesquisa é o tempo de uma conjugação de tempos. Só o fato de as pessoas pesquisadas lembrarem suas experiências passadas no Lindeia, ainda que *exigidas* pela condição provisória de entrevistadas, diz muito sobre o presente de cada um.

No que concerne à fundamentação teórica, ressalto que, no projeto, elaborei um corpo relativamente amplo de possibilidades. Na prática, nem todas foram adotadas. Por outro lado, textos e obras foram incorporados ao trabalho final, seja por indicação do orientador, pela dinâmica própria das descobertas na pesquisa ou por minhas lembranças de leituras pregressas. Conheci alguns, li e reli outros. Inclusive, algumas obras e textos, mesmo não citados no trabalho final, foram de muita utilidade. Informo que fui diretamente aos livros, em uma pesquisa pautada em fontes primárias. A maior parte teve diversos trechos – tal como ocorreu com o conteúdo das entrevistas – distribuídos pelos capítulos da tese. Depois, sempre procurando ficar atento em fundamentar as lembranças dos entrevistados, é que fui delineando todo o texto. No processo, diversos trechos foram suplantados do texto final.

Aos livros, ou melhor, aos seus autores. Bosi (1994) foi o amparo de todas as horas e de todos os capítulos. Sua pesquisa realizada em fins dos anos de 1970 com um grupo de velhos moradores de São Paulo que, a partir de suas histórias de vida, fez uma

releitura histórica dessa grande cidade brasileira, foi-me de grande valia. De Halbwachs (2006), recorri ao tema das lembranças e da memória coletiva. Do quanto tem de individual a memória coletiva; do quanto tem de coletiva a memória individual. De Jacobs (2011), com seu foco na vida nas grandes cidades americanas dos anos de 1960, percebi vários pontos de similaridade com meu trabalho, como também com Martins (2008) que, amparado às suas memórias infantis, tratou do subúrbio operário de São Paulo dos anos de 1940. De Pallasmaa (2018), foquei-me em suas observações acerca, dentre outros tópicos, do urbanismo dos pequenos gestos e dos atos do cotidiano. Silva (2011) foi outro que, sobretudo em seu conceito de “imaginários urbanos” (conceito pautada na tese de que as cidades são constituídas de narrativas sobre elas), foi de muita serventia para a pesquisa. Destaco ainda o livro organizado por Velho (1976), principalmente os ensaios de Simmel, Park, Weber e Wirth. Autores que, ao trazerem à baila alguns tópicos voltados aos estudos urbanos e aos impactos que o fenômeno do crescimento das cidades trouxe aos seus novos moradores, serviram de base comparativa com o que ocorreu e ocorria com os moradores do Lindeia.

Outras obras, mesmo concentradas em um tema específico, devem ser lembradas. Ressalto a de Thompson (1992) e de Alberti (2005), quando – sobretudo nesta introdução – foi mencionada a questão da história oral. Ou o livro de Oliveira (1998), centrado na temática da relação do pesquisador com seu grupo de entrevistados.

Ensaio e artigos também foram inseridos no texto. Cito alguns: Assunto (2011), Cauquelin (2007), Collot (2012) e Turri (2013), fundamentais quando tratei do tema da paisagem. Outros, de igual relevo, foram Escobar (2005), Gupta e Ferguson (2000) e Massey (2000), quando versei sobre os limites um tanto fluidos e indeterminados das fronteiras territoriais.

Destacadamente informo que, para fazer dessa experiência uma narrativa academicamente crível e honesta, eu procurei levar a sério, ser fiel e dar realce aos relatos dos entrevistados. O trabalho é uma homenagem a eles.

A ideia foi a de situar toda esta produção textual em uma trama que fosse totalmente baseada na memória de quem vive (ou viveu) há muitos anos no Lindeia. Depois, apostando no que julguei pertinente, fui intercalando o que me foi adquirido junto à bibliografia e as aquisições empíricas. Com isso, busquei traçar uma ponte com os leitores imediatos e os interessados em geral. Não esquecendo minha posição de autoria, escolhi utilizar a terceira pessoa do singular, uma alternativa que visou dar ao texto um sentido mais imparcial. Se não escrevi na primeira pessoa do singular,

tampouco o fiz na terceira pessoa do plural. Não quis forjar a ideia um tanto enganosa de que tudo foi um produto coletivizado. Para Oliveira (1998, p. 30), “(...) o autor não deve ser esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: *nós*”.

Sei que, em muitos casos, se um fato ou outro lembrado pelos velhos moradores (ou moradores velhos) do Lindeia passasse por um crivo factual mais rigoroso, eles não ficariam de pé. Mas isso não fugiu dos propósitos da pesquisa. Ao contrário, foi sua essência. Mais que a verdade dos fatos, como posto, eu queria a *verdade* de cada um. *Verdade* contida em cada jeito de falar, de pensar ou de ver o mundo.

Assim, se houve reinvenção do passado por parte dos entrevistados, isso, em certa medida – na medida de Roy Wagner – igualmente ocorreu comigo. “O que o pesquisador de campo inventa, portanto, é seu próprio entendimento: as analogias que ele cria são extensões das suas próprias noções e daquelas de sua cultura, transformadas por suas experiências da situação de campo” (WAGNER, 2010, p. 40).

Afirmativamente, para traçar um plano geral da história construtiva de um bairro (seja de suas estruturas arquitetônicas, de suas bases urbanísticas, de sua cultura), apeguei-me à metáfora das trilhas. Trilhas que, sem começos e fins bem definidos, se confundem com a raiz de uma planta ou de um córrego em suas margens. “Cada uma dessas trilhas é simplesmente um fio em um tecido de trilhas que juntas compreendem a textura do mundo da vida” (INGOLD, 2015, p. 118). É essa *textura* que quis relacionada ao trabalho que segue: um corpo de memórias vinculado a um campo cruzado de vidas socialmente constituídas, em uma época urbana única.

Há ainda outro aspecto a destacar – ou a repetir, com outras palavras, o que foi percorrido antes. “Toda comunidade carrega dentro de si uma história multifacetada de trabalho, vida familiar e relações sociais à espera de alguém que a traga para fora” (THOMPSON, 1992, p. 217). Esse *alguém*, nesse caso, sou (fui) eu. Fui (sou) eu quem levei *para fora* – e a partir do capítulo a seguir na terceira pessoa do singular – o que vi, observei e ouvi. Claro, não levei tudo.

## CAPÍTULO 1 - PAISAGEM E MEMÓRIA DO LINDEIA

### 1.1. TEORIZAÇÃO SOBRE O TEMA: ELEMENTOS INTEGRADORES

Imaginação é uma noção cara a muitas disciplinas. Ao projetar sobre a realidade circundante como elemento unificador, ela cria um sentido próprio ao visto. Para alcançar a memória ou a história de um lugar, a imaginação é essencial. Aliás, o que importa “(...) não é apenas eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como eles são vivenciados e lembrados na imaginação” (THOMPSON, 1992, p. 184). Nesse sentido, não há como desconsiderar que “(...) na percepção da cidade há um processo de seleção e reconhecimento que vai construindo esse objeto simbólico chamado cidade: e *que em todo símbolo ou simbolismo subsiste um componente imaginário*” (SILVA, 2011, p. 47).

A imaginação difere da experiência propugnada pela ordem visual lembrada. “Uma imagem lembrada é sempre mais do que a imagem em si vista no passado” (PALLASMAA, 2018, p. 21). É paisagem. É tanto assim que, conforme Simmel (2009), perante as impressões de uma paisagem, muitos, no intuito de retê-la, sonham serem pintores. Todavia, a novidade artística só consegue comover se ela tocar algo que a pessoa já possui. Toda obra de arte profunda, então, nasce da memória, não de uma invenção intelectual sem raízes (PALLASMAA, 2018).

Assim, tanto o *modus* de fazer artístico, como o *fazer* paisagem, guardam fortes vínculos com o espaço. O espaço, no caso da arte, “(...) se constitui como objeto de experiência estética” (ASSUNTO, 2011, p. 341). No caso da paisagem, ele formula-se pela recordação dos elementos do passado. Nada permaneceria no espírito dos homens e eles não compreenderiam que fosse possível retornar ao passado se ele (o passado) não estivesse conservado no ambiente material circundante (HALBWACHS, 2006). Nesse cenário, baseado “(...) numa experiência em que o sujeito e objeto são inseparáveis, não somente porque o objeto espacial é constituído pelo sujeito, mas também porque o sujeito, por sua vez, encontra-se englobado pelo espaço” (COLLOT, 2012 p. 13) é que se projeta a paisagem. Paisagem não concentrada apenas no objeto, ou no sujeito, mas na interação entre eles. Interação, em suma, que é a base da memória.

Nesse contexto, um componente sobejamente importante é o território. Espaço aberto pelo qual os homens (e as mulheres) agem, identificam e formulam laços sociais (TURRI, 2013), como formulam as memórias e os interesses vitais. Elementos, enfim,



que são basilares à constituição da paisagem. Território também pode ser entendido como marca de habitação de uma pessoa ou de um grupo, designado e percorrido tanto física quanto mentalmente. Nesse sentido, ele “(...) denomina-se, mostra-se ou materializa-se numa imagem, num jogo de operações simbólicas nas quais, por sua própria natureza, situa seus conteúdos e marca seus limites” (SILVA, 2011, p. 18).

Junto à noção de território, ajusta-se outra, a de lugar, categoria vinculada ao campo de atuação cultural, à paisagem e à memória. “As mentes”, Escobar (2005, p. 75) escreveu, “despertam num mundo, mas também em lugares concretos, e o conhecimento local é um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira lugar-específica de outorgar sentido ao mundo”. Noção ainda atual e relevante. “Na verdade, o que hoje espanta os que estudam a globalização é a persistência, e mesmo a renovação das diferenças em contextos de intensa interação social” (MONTERO, 1997, p. 59).

O conhecimento do mundo, então, *faz-se* pela relação com a paisagem, a “(...) interface entre o fazer e o ver aquilo que se faz, entre o observar-representar e o agir, entre o agir e o re-observar” (TURRI, 2013 p. 174). *Re-observar* é recordar: trazer de volta ao coração. Isto é, pôr-se em reavaliação a “natureza” do homem.

Mas, em vez de se supor a autonomia de uma dada comunidade, deve-se “examinar de que modo ela se formou como *comunidade*, a partir do espaço interligado que desde sempre existia” (GUPTA e FERGUSON, 2000, p. 34). *Comunidade*, no caso, refere-se tanto a um espaço físico quanto aos agrupamentos de interação. É tudo que faz eclodir a identidade de um lugar. Entretanto, não se pode esquecer que a identidade só “(...) surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e sua construção cultural como comunidade ou localidade” (GUPTA e FERGUSON, 2000, p 34).

Não é outro o propósito deste capítulo – alcançar um *sistema de espaços hierarquicamente organizados* e fundados na força da imaginação para formação de uma dada paisagem. Ou paisagens. Tudo pautado pelas descrições de um grupo de pessoas que, em imagens do passado, trouxe à tona um vasto escopo de elementos visuais de suas mais contundentes experiências cotidianas e comuns.

## 1.2. LEMBRANÇAS A PERDER DE VISTA

*Lembro demais, aqui era muito bom.  
A gente era feliz e não sabia.*  
Mercês

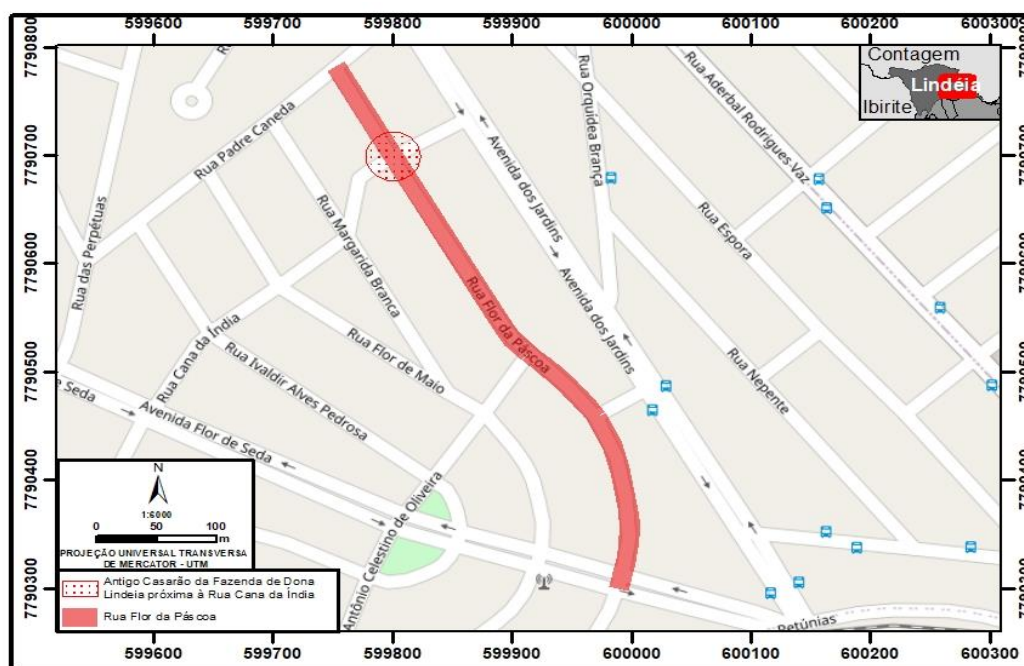
No princípio, era o céu e a terra. Muita terra. Mas a terra não estava sem forma ou vazia: os matos cobriam-na e espalhavam-se pelos morros. Havia também brejos, lagos e minas; árvores, frutas e frutos; gado e pasto. Quase tudo era uma propriedade de Lindeia Sette Ferreira Pires e de Washington Ferreira Pires<sup>1</sup>. O casal, mesmo sem morar ali<sup>2</sup>, sempre visitava suas propriedades, onde andavam (a cavalo, principalmente) e abrigavam-se no casarão. A presença dos fazendeiros inquietava os poucos habitantes da época e forjou a imaginação dos muitos que, posteriormente, se fixaram à sua volta.

O casarão da fazenda foi um marco na paisagem de outrora. Marco na memória de quem o conheceu. Maria Aparecida<sup>3</sup> contou que, mesmo menina à época, não se esquece dele. “Era”, disse, “o lugar mais bonito na época. Por fora, era de cascalho. Tinha umas mesas rústicas, gramados imensos. Depois, mata fechada, muito gado. Tinha um lago cheio de ganso. Para chegar, tinha estradinha, mata-burro e postes de madeira que levava as luzes para casa”. Como não havia energia elétrica, a iluminação pública, segundo Maria Aparecida, “era de uma pedreira que havia na região e que os donos da fazenda faziam um ‘puxadinho’”.

Lembrar da localização certa do casarão é questão complicada, sobretudo para quem foi morar ali quando a fazenda estava em processo de loteamento. “Como o terreno”, contou Aládia<sup>4</sup>, “era todo cercado, era difícil saber onde ele era”. De todo modo Aládia arriscou: “O casarão era ali (...) tem a casa da dona Ilza e a casa dela é do outro lado da rua. Pra baixo. Acho que era mais virado para a avenida dos Jardins”.

O endereço de Ilza (*dona Ilza*) é rua Flor da Páscoa, nº 179. A indicação dada por Aládia, então, não foi da casa de Ilza, mas de dona Zulmira (ainda a ser retratada), antiga empregada da fazenda de dona Lindeia. O casarão, como informou Otília<sup>5</sup>, de fato, situava-se na rua Flor da Páscoa, mas um pouco adiante, próximo à atual rua Cana da Índia. No mapa abaixo (figura 2), há a indicação de sua provável localização no atual contexto geográfico do Lindeia.

FIGURA 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO. CASARÃO DA FAZENDA DE DONA LINDEIA.  
ANO: 2021



Fonte: Camila Romeiro.

Tão difícil quanto traçar pela memória a antiga localização do casarão, foi delinear os limites da fazenda na conjuntura atual do Lindeia. A passagem do tempo, a alteração da paisagem e a precisão da memória nem sempre são boas aliadas. Luzia<sup>6</sup>, ainda assim, tentou. “A fazendona”, disse, “era naquele morro lá em cima, entre a avenida dos Jardins e aquela outra lá de cima”. *Naquele morro lá em cima* é onde estava localizada a antiga vila Amazonas (a ser tratada) e *aquela outra lá de cima* é a rua Aderbal Rodrigues Vaz, rua limítrofe do Lindeia com o bairro Industrial, em Contagem.

Contudo, ao que parece, essa *fazendona* era parte de um amontoado de terrenos, que, por sua vez, formava um vasto latifúndio. Cada terreno pertencente a um membro da família de dona Lindeia<sup>7</sup>. Tal latifúndio, em medidas atuais, contemplaria o Lindeia e os bairros adjacentes, Washington Pires<sup>8</sup> (Ibirité) e Regina<sup>9</sup> (Belo Horizonte).

Como as terras eram de “perder de vista”, elas serviam para todo tipo de usufruto. Vikus<sup>10</sup>, por exemplo, contou que, quando criança, a fazenda era seu reino. “Eu”, disse, “ia passear, pescava lá na lagoa. Lembro! Eu era bem novo. Eu andava com espingarda, naquela época podia andar com espingarda. Matava um pássaro maior, né, para comer. Do lado de cá andava. Matava rolinha para comer”.

Vikus não foi o único a guardar na memória imagens de experiências infantis na fazenda que um dia se tornaria o Lindeia. Luzia também. “Nós”, ela recordou, “andava

era no caminho de carro de boi. Na fazenda tinha carro de boi”. Ou seja, entre matas e árvores era comum deparar-se com tal meio de transporte lentamente trafegando em um campo aberto e ausente de ruas.

### *1.2.1. Os precursores do Lindeia*

Os frutos da terra são semeados pelos seus precursores. Dali em diante, os herdeiros dão continuidade à obra.

Galdino Valério e Ana Firmina foram os precursores do antigo Lindeia. Proveniente de “onde”, segundo Luzia, “é a mina do Morro Velho, um terreno que tinha indo para Nova Lima [MG]”<sup>11</sup>, o casal, nos anos de 1930, comprou um pedaço de terra próximo à fazenda, onde fixaram moradia e viveram - como lavradores - até morrerem.

Mas, antes de morrer, Galdino Valério repartiu seu terreno com seus filhos. “Dividiu”, disse Luzia, “na base da enxada; uns metros para cada um lá. No inventário, meu pai ficou com uma parte que nós mora ali, a minha outra tia (eles era cinco irmãos) ficou com um pedaço, o outro com a parte lá de cima”<sup>12</sup>.

Simple assim. Para os homens da época, o importante era que cada um ficasse com seu quinhão. A terra valia pelo seu bom uso. “Antigamente”, garantiu Luzia, “não tinha esse negócio de ser dono [de terra]; eles vendia igual um pacote de farinha. O dinheiro pra lá e a terra pra cá. Não tinha nada de escrita no papel não”. Tudo, como se dizia, na base do fio de bigode. Um negócio de honra entre homens honrados. Tanto é assim que Veluziano Valério, pai de Luzia, nem teve pressa de registrar seu terreno herdado. “Foi”, contou ela, “depois que eu me entendi por gente que o papai registrou aquele terreno ali. Ele foi na prefeitura e gastou muito dinheiro para pôr no papel”.

Tal visão, no entanto, não era comungada por todos. Washington Pires, por exemplo, como relatou Luzia, “era tão ruim que não podia ver nenhum pedacinho de terra” que queria tomá-la para si. Para conseguir isso, ele valia-se de todo tipo de expediente. Inclusive, segundo Luzia, toda vez que sua família saía de casa, o fazendeiro mandava seus empregados cercarem seu terreno para impedi-los de circularem ali. Fazia isso para pressionar os vizinhos a venderem suas terras para ele.

Esse tipo de postura ilustra como eram as relações sociais entre classes distintas. A pressão de Washington Pires para adquirir o terreno vizinho e os métodos empregados por ele para conseguir isso se inserem na letra do direito costumeiro; eram meios ou etapas que o “forte” usava para impor seu poder e seus interesses contra os

“fracos”. Contudo, para o fazendeiro, tal ação não era eficaz, pois, toda vez que ele fazia isso, o pai e os irmãos de Luzia, como ela contou, “iam lá e desmanchavam a cerca”.

A primeira residência erguida no futuro Lindeia, afora a sede da fazenda, foi a casa de Galdino Valério e de Ana Firmina. Casa construída em 1930 (ou próximo disso). Com a morte do casal, no início da década de 1940, a casa foi repassada ao filho caçula, Oscar Galdino, que, junto com esposa e os filhos, viveu ali como lavrador a vida toda. Contudo, após sua morte e da mulher, os herdeiros venderam a casa. Em seu lugar (rua Galdino, nº 189) há um prédio de dois andares.

Das casas da família Galdino dos primeiros tempos do Lindeia, subsistem duas. Uma foi erigida no terreno herdado por José Galdino (rua Galdino, nº 158), o primogênito. Ali, enquanto viveu, ele sustentou - também como lavrador - sua família. “Agora”, disse Luzia, “que a minha tia faleceu, eles [os primos] fizeram um inventário. Dividiram esse terreno (...) um tem a parte lá; outras partes eles venderam (...) a casa tem lá”. *Tem lá*, mas, segundo Luzia, “ela está ‘acabadinha’. Aluga e os inquilinos dá pintura lá”. Ou seja, sem a presença do dono, a manutenção da casa, como se pode ver na foto baixo (figura 3), não é completa.

A outra casa a remeter os primeiros tempos do Lindeia foi erguida por Veluziano Valério. Ali, ele e a esposa (Divina Maria), tal como ocorrera com seus irmãos e pais, viveram como produtores agrícolas. Tal casa, construída há cerca de oitenta anos<sup>13</sup> e localizada à rua Rodrigues Campos, nº 65, está bem conservada. Na casa, vive Augustinho<sup>14</sup>, um dos filhos do casal.

Mercês<sup>15</sup>, filha de Veluziano e de Divina Maria, morou com seus pais até casar-se com Onofre no início dos anos de 1970. Em princípio, a casa tinha apenas três cômodos: um quarto, uma sala e uma cozinha. Com o crescimento da família, o pai de Mercês, como ela contou, “puxou outro quarto lá de dentro, pra meninas (...)”. Em seguida, Mercês (que estava na velha casa de sua infância quando foi entrevistada) apontou para a porta da sala, indicou o quintal e contou ser ali que seu pai contava histórias para ela e para os irmãos. Pode-se, assim, imaginar a menina Mercês, junto aos irmãos e atenta às histórias paternas, o vínculo de comunicação com o mundo.

Vista hoje, como mostra a foto abaixo (figura 4), a velha morada de Veluziano e de Divina Maria é muito acanhada. Deduz-se, contudo, que, quando não havia construções a circundá-la, ela não era assim. Aliás, pelo visto, a casa tornou-se vítima da opressão trazida pela urbanização. Opressão que elevou a rua e afundou a casa, deixando-a cercada com as paredes do prédio vizinho.

FIGURA 3 - CASA JOSÉ GALDINO. RUA GALDINO, Nº 189. ANO 2020



Foto: Luiz Divino Maia

FIGURA 4 – CASA VELUZIANO VALÉRIO. RUA RODRIGUES, Nº 65. ANO: 2017.



Foto: Luiz Divino Maia

A vida frugal, muitas vezes, era interrompida pelas exigências do trabalho pesado. A reforma ou ampliação da casa, por exemplo, precisava contar com a força das mãos de todos os membros da família. “Papai”, disse Luzia (irmã de Mercês), “fez as armação de madeira, nós amassava o barro com capim, cavacava a terra, amassava o barro; punha ele dentro de uma fôrma, aí nós ‘desaformava’ ela lá”. Tal sistema era chamado de “bater adobe”. “Era igual”, continuou Luzia, “tijolo é hoje em dia”. O sistema – e o auxílio familiar – se fazia premente, pois, na época (anos de 1950), não havia depósitos de material de construção nas redondezas (e ninguém tinha recursos para contratar pedreiro ou servente de pedreiro).

A casa da família de Luzia e de Mercês, em princípio, não tinha banheiro. “Nós”, contou Luzia, “fazia a nossa ‘necessidade’ no mato. Depois papai furou um buraco na fossa e foi fazendo um banheirinho, mas no fundo, bem longe da casa. Aí eu estava com uns doze anos ou mais”. Ou seja, a “privada” (separada da casa) só foi construída em fins da década de 1950 ou início de 1960. Mas casa sem banheiro não era exclusividade do Lindeia. Durante séculos, como escreveu Elias (1994, p. 13), “as funções naturais, consideradas repugnantes, foram relegadas aos locais onde não podiam ser vistas”.

Tal peculiaridade arquitetônica perdurou por muitos anos. O pai de Mário<sup>16</sup>, por exemplo, como ele (Mário) contou, assim que comprou um lote no Lindeia, mandou construir uma casa de quatro cômodos com banheiro do lado de fora.

Constata-se, no mais, que, em relação à cultura, tudo faz parte de um *processo civilizador*. “A ‘civilização’”, resumiu Elias (1994, p. 73), “que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que

perguntamos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos”. Como não há cultura, mas culturas, não há outra forma de compreender o mundo dos homens senão reduzir o espanto diante das maneiras um tanto “exóticas” dos outros – em outros tempos e lugares – viverem.

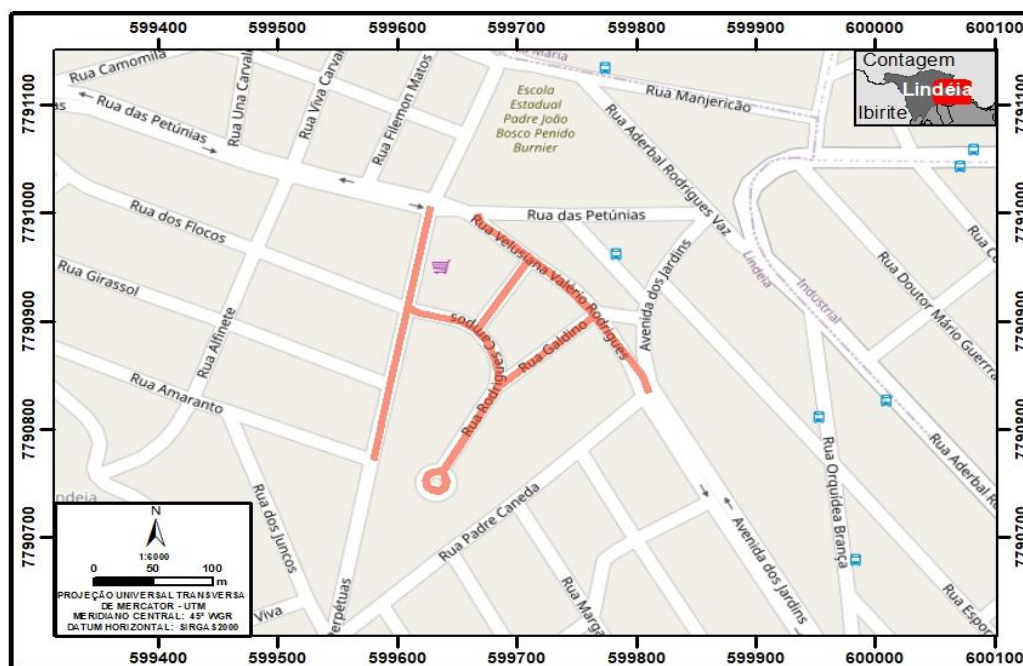
A vida das mulheres e dos homens dos anos de 1950, via de regra, pautava-se pela providencial força da “natureza”. O terreiro da casa da infância de Mercês, “tinha”, disse ela, “muitas plantaço, muita fruta; muito pomar. Tinha muita laranja, tinha goiaba, tinha tudo assim que papai gostava de plantar”. Mas não só isso. “Tinha”, ela continuou, “muita fartura, que papai gostava de engordar porco; nós tinha uma vaca que dava leite pra nós”. Havia também minas por todo lado e para todo tipo de uso. “No terreno nosso”, continuou Mercês, “tinha aquela cachoeira d’água, [onde] lavava roupa na bica”. Mercês, ao lembrar-se disso, deixou nítida “(...) a riqueza harmônica da paisagem, que é algo de individual, coeso, pacífico em si, e permanece vinculada, sem contradição, ao todo da natureza e à sua unidade” (SIMMEL, 2009, p. 08). “Lembro demais”, concluiu Mercês, “aqui era muito bom. A gente era feliz e não sabia”.

Toda essa ambiência “rural”, com efeito, não se restringia aos familiares de Mercês. “As pessoas”, disse ela, “vinha aqui para curtir a natureza. Vinha pra cá porque aqui tinha lugar de correr, de andar”. Mercês, ao trazer à tona tal imagem do passado, deixou formular uma paisagem que teve como qualidade fundamental “(...) a capacidade de evocar e contar uma sensação de segurança, familiaridade e de se estar em um lar – além de seu poder de estimular fantasias” (PALLASMAA, 2018, p. 22).

Há de se anotar ainda que o trecho do Lindeia onde estão instaladas as casas da família dos Galdino, por ter abrigado os precursores do bairro e continuado a abrigar os seus descendentes (e que outrora era constituído de muitas hortas, com e para todo tipo de cultivo), tornou-se, ao menos entre os antigos, conhecido como “vila (ou terra) dos Velú”, em referência à Veluziano Valério.

Um trecho, como mostra o mapa abaixo (figura 5), constituído a partir da pequena e estreita rua Veluziano Valério Rodrigues (designada para homenagear o pai de Mercês). Dali desemboca as ruas Adália e Galdino (outra tributo à família), ruas que se encontram com a Rodrigues Campo. De um lado, o trecho encerra-se na esquina dessa rua com a rua das Perpétuas; do outro, no encontro da rua Galdino com a Praça (“sem saída”) Ana Firmino (homenagem à avó paterna de Mercês).

FIGURA 5 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: ÁREA DOS GALDINOS. ANO: 2021



Fonte: Camila Romeiro.

Até meados dos anos de 1950, havia, ao redor do trecho, poucas casas. Poucas, mas (até por isso) arquitetonicamente marcantes. “Eram”, disse Mercês, “de espigão, com quatro lados, e de telha; eram modelos da roça, de adobe”. Quem provinha *da roça* construía casa de roça. A arquitetura, como se sabe, vive sob o eterno signo da transição. No caso em tela, transição de dois Brasis: um rural, outro urbano. A sobrevivência do primeiro deu a medida da formação do segundo. Ou, como no dizer de Silva (2011), havia um ambiente de vida rural ainda presente na cidade.

De fato, nessa época, as casas podiam ser contadas nos dedos. “Existia”, disse Luzia, “quatro casas velhas, que era a do meu pai, essa que é do meu tio [José Galdino], já outro tio já tinha construído também e tem a casa do Zé Felipe, lá em cima”.

Citado, Zé Felipe merece ter sua história contada. Nascido em 1921, ele, entre fins dos anos de 1930 ao início de 1940, instalou-se em uma chácara em uma área que – à época – pertencia à Ibirité. Ali ele ergueu uma casa e morou por aproximadamente dez anos. Depois, em fins dos anos de 1950, Zé Felipe construiu outra morada, maior e mais sólida, onde permaneceu por toda a vida. No mapa abaixo (figura 6), vê a localização da casa no contexto de parte da atual área fronteiriça do Lindeia com os bairros Santa Maria e Durval de Barros. Mais precisamente na rua Santa Maria (ou rua das Flores), nº 1564, bairro Santa Maria, em Contagem.



FIGURA 6 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: CASA DO ZÉ FELIPE. ANO: 2021



Fonte: Camila Romeiro.

As fotos abaixo revelam a casa de Zé Felipe em dois tempos distintos. A primeira (figura 7), de 1991, de quando ela ainda mantinha suas condições arquitetônicas originais. A reforma, como explicou João Felipe<sup>17</sup>, ocorreu pouco depois, em 1992 ou 1993 (reforma que teve o cuidado de não alterar os cômodos da casa e de mantê-la coberta com telhas francesas; a preocupação do proprietário foi colocar portas e janelas reforçadas). A foto abaixo (figura 8) apresenta a casa em seu estágio atual. Casa que, desde a morte dos patronos da família, abriga José Davi, o primogênito.

FIGURA 7 - CASA DE ZÉ FELIPE. ANO: 1991



Acervo: João Felipe

FIGURA 8 - CASA DO ZÉ FELIPE. ANO: 2021



Acervo: João Felipe

Contudo, como está “escondida” entre outras casas, a morada do Zé Felipe não é facilmente vista. Para se ter noção de sua localização, é preciso observar um elemento estranho ao lugar: uma sucata de caminhão - foto abaixo (figura 9) - atracada bem no meio da chácara. Trata-se, segundo Vicente<sup>18</sup>, “de uma relíquia de um Chevrolet antigão”. Ou seja, a sucata é uma espécie de “(...) ruína que marca o tempo e é signo de que ele pode ser tomado por uma marca” (CAUQUELIN, 2007, p. 139).

FIGURA 9 - CAMINHÃO ZÉ FELIPE. ANO: 2020



Foto: Luiz Divino Maia

Retifica-se. A sucata não é um elemento estranho ao lugar. Entre as gentes locais, ela é uma *marca* de grande valor – *marca* que os descendentes de Zé Felipe fazem questão de deixar à vista de todos. Explica-se. Durante muito tempo, o caminhão foi o único meio de locomoção local. Como não havia igrejas, hospitais ou transporte público por ali (e quase ninguém tinha carro particular), era através do caminhão que noivos, padrinhos e convidados, por exemplo, iam aos casamentos que ocorriam entre as gentes locais. O caminhão também conduzia as mulheres grávidas para trabalhos de parto e os enfermos em geral para os hospitais de Belo Horizonte ou de Contagem.

Outra pessoa de destaque dos tempos de outrora do Lindeia foi dona Zulmira. Antiga empregada da fazenda de dona Lindeia, ela, como muitos atestaram, depois de ganhar um quinhão de terra dos patrões<sup>19</sup>, construiu uma casa e morou ali até morrer. Mais precisamente morou à rua Flor da Páscoa, nº 252. Assim, dona Zulmira, por representar o antes e o depois da velha fazenda, tornou-se emblemática figura local. Constituiu-se, em torno dela, certa aura de ancestralidade.

Ilza<sup>20</sup>, vizinha e amiga, deu detalhes da morada de dona Zulmira. “Era”, disse, “no meio do mato lá, parecia uma fazenda”. Era uma chácara. Chácara ainda delimitável. “Ia”, explicou Ilza, “da esquina ali até lá na frente”. *Da esquina* da atual rua Antônio Celestino com a Flor da Pascoa até a rua Flor de Seda. Ou quase isso. “Quando”, contou Ilza, “ela morreu [em 2010, com 95 anos de idade], os filhos pega e vende daqui pra cá”. Hoje, no lugar da casa, há um conjunto de quatro predinhos geminados (rua Flor da Páscoa, números 152, 150, 160, 162).

Como uma das filhas de dona Zulmira, Maria Vanda, ainda reside em um trecho do terreno que pertencia à sua mãe (rua Flor da Páscoa, nº 174), deduz-se que nem tudo foi vendido. Otília, filha de Maria Vanda, mora nos fundos dessa casa.

Em torno da área onde morava dona Zulmita, se se olhar bem, há ainda resquícios arquitetônicos de sua época. “Tem”, disse Vicente, “um ‘barracãozinho’ lá ainda. Só restou ele. Pertencia a dona Zulmira”<sup>21</sup>. *Barracãozinho*, foto abaixo (figura 10), localizado na esquina da avenida dos Jardins com a rua Luiz Antônio de Oliveira.

FIGURA 10 - CASEBRE RUA ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA. DATA: 2020



Foto: Luiz Divino Maia

Para os antigos moradores do Lindeia, então, em razão do “(...) poder emocional do fragmento da arquitetura” (PALLASMAA, 2018, p 19), a velha estrutura funciona como mecanismo para se chegar à memória coletiva local. Vê-la é lembrar-se da empregada da fazenda e de como era a vida em outros tempos. No entanto, diante do precário estado do *barracãozinho*, isso não deve durar muito.

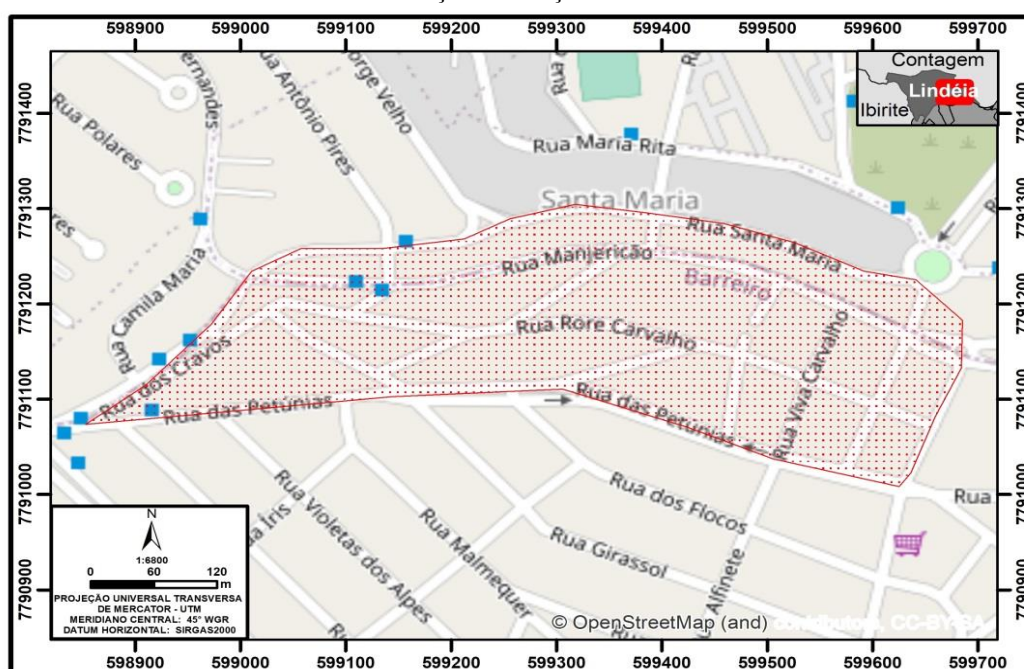
### 1.3. UM MUNDO EM MUDANÇA

*O Lindeia era tipo fazenda;  
era o pessoal que estava loteando,  
a Sancruza estava construindo aqui.  
Joãozinho*

O ano era 1961 ou 1962 ou próximo disso<sup>22</sup>. O lugar ficava em uma área alta e “distante”. Ali, onde hoje o Lindeia faz fronteira com o bairro Santa Maria, iniciou-se um discreto ajuntamento de casinhas. “A gente”, disse Luzia, “fala Lindeia, [mas] todo mundo dos antigos conhece como vila Amazonas (...). Era vila mesmo, tinha poucos moradores”.

Tão *poucos* que Vikus, quando inquirido sobre o assunto, tratou o lugar como “um arraiázinho perto da igreja ‘Chapéu do Papa’”. O mapa abaixo (figura 11) faz um traçado aproximado da área onde estava localizado esse *arraialzinho*.

FIGURA 11 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: TRAÇADO DA VILA AMAZONAS. ANO: 2021.



Fonte: Camila Romeiro.

A maioria dos primeiros moradores da vila Amazonas e os que foram morar ali ao longo dos anos seguintes eram provenientes de outra vila: a vila São Vicente (ou “vila dos marmiteiros”). Vila localizada no bairro Gameleira<sup>23</sup> e que, nessa época, para

a construção da via Expressa<sup>24</sup>, começou a ser desapropriada. Mas por que as pessoas foram parar na vila Amazonas? “Dava”, respondeu Nilza<sup>25</sup>, “um dinheirinho<sup>26</sup> pro pessoal sair de lá e eles vinham pra cá”. Em seguida, Nilza foi mais precisa. “Porque”, disse ela, “o lugar que tinha mais próximo lote era aqui”. *Mais próximo*, mas longe, pois entre uma vila e outra havia uma distância de cerca doze quilômetros.

Selita, com outros termos, analisou o mesmo fenômeno. “Ah, que acontece com nós?”, perguntou ela mesma assim respondeu: “Nós formamos a cidade e depois temos que sair, porque ‘os que têm’ vem comprando e nós que não temos condição de pagar imposto vão saindo...”. Os bairros da periferia, de fato, como assegurou Bosi (2003), ao despojarem as mulheres e os homens de suas terras, os despojam de próprias humanidades. Selita, em seguida, explicou que a razão dos ex-moradores da vila São Vicente irem morar na vila Amazonas foi basicamente econômica: “É, uai, é o lugar que eles acharam, né, e achou uma condição melhor pra comprar, é isso”.

Quem se lembrou da vila Amazonas, afora análises socioeconômicas “macros”, fez também observações “micros”. Fatos miúdos e fincados na memória coletiva local. Nilza, por exemplo, contou não se esquecer da imagem dos novos habitantes chegando à vila Amazonas montados em carroças puxadas a cavalo com suas tralhas e apenas o elementar. Carroças “com a lona”, disse ela, “com um saquinho de vasilhas, com roupa e com uma coberta”. Após desembarcarem, os novos moradores erguiam seus casebres. Para cobri-los, como relatou Nilza, “eles jogavam aquela lona preta por cima”.

A memória, parafraseando Pascal, tem razões que a própria razão desconhece. Nilza, mesmo concentrada em recordar conjuntura tão desalentadora, não deixou de enaltecer o cenário revelado pelo fenômeno construtivo. “Tudo”, disse ela, “era um espetáculo”. Um *espetáculo* visto de longe (de sua casa) que se apresentou como um amontoado de barracos de lonas enfileirados um ao lado do outro. Um *espetáculo* formado a partir da “luta” por sobrevivência que, tanto quanto a imagem em si e o contexto socioeconômico da época, “diz” muito sobre quem o percebia (ou se lembrava dele). Toda pessoa, como escreveu Turri (2013, p. 171), “(...) que sabe emocionar-se diante do espetáculo do mundo, que se exalta ao ver a marca humana dentro da natureza, que sente os ritmos desta e os ritmos do humano”, merece crédito.

A lembrança, muitas vezes, de fato, é constituída de pequenas imagens. Luzia, por exemplo, guarda para si a imagem de um grupo de rapazes que, todo fim do dia, após o trabalho, passavam nos arredores da antiga vila em formação rumo às suas casas no atual bairro Regina. “Da minha janela”, disse ela, “eu via. Dava pra ver. Onde é a

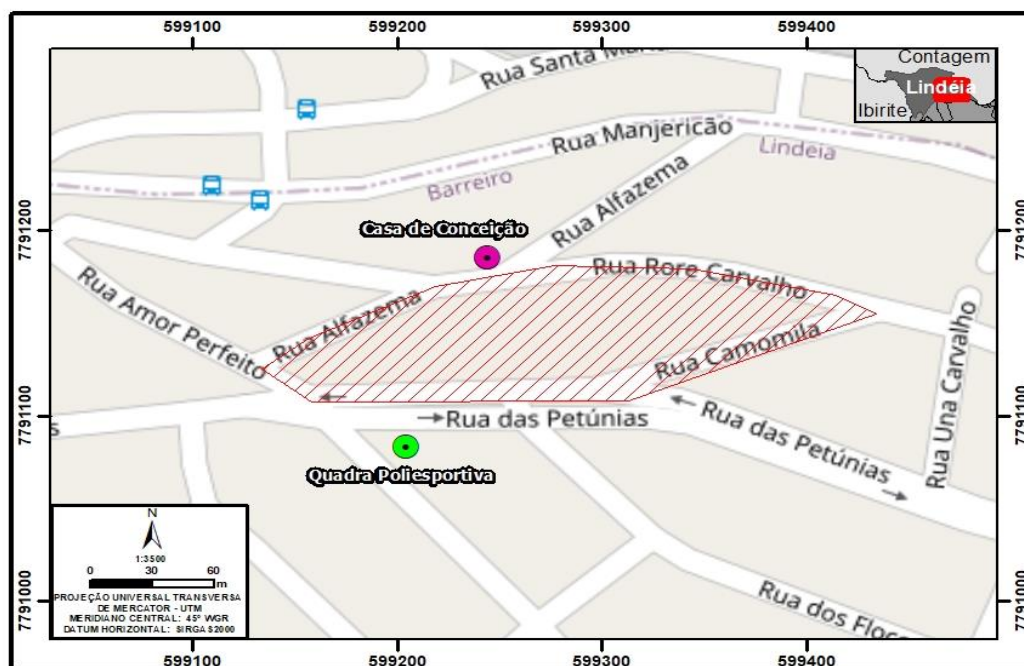




As demarcações entre a antiga vila Amazonas e o atual Lindeia foram várias e dependeram da percepção espacial de cada um. Conceição<sup>27</sup>, por exemplo, pautou-se em sua casa. “Da [avenida] dos Jardins”, disse, “pra lá era Lindeia; pra cá era vila Amazonas. Inclusive, na escritura aqui [de sua casa], era vila Amazonas (...) Da quadra pra cá era vila Amazonas”. Era; não é mais. “Agora”, resumiu, “é tudo Lindeia”.

A *quadra* é Quadra Poliesportiva do Lindeia (rua das Petúnias, nº 547), um marco territorial e temporal local. A construção da quadra indica o fim da vila Amazonas. Ou então a quadra impõe-se como limite entre a vila e o processo de urbanização da área vizinha. O mapa abaixo (figura 14) buscou alcançar a visão de Conceição: de sua casa (rua Alfazema, nº 110) à referida quadra.

FIGURA 14 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: DA CASA DE CONCEIÇÃO À QUADRA. ANO: 2021



Fonte: Camila Romeiro.

As fotos abaixo, de 2018, dão uma ideia de onde estava situada a vila Amazonas no contexto do Lindeia atual. Na primeira (figura 15), vê-se o morro onde, em sua base, localizava-se a vila. Nota-se que a nave triangular da igreja “Chapéu do Papa” (a ser tratada adiante) está em sintonia topográfica com o morro. A outra foto (figura 16) mostra – de perto – o alto número de casas em volta da igreja e o despontar da sua nave. Em ambas, é visível o quanto a área tornou-se populosa.



FIGURA 15 - MORRO ONDE ESTAVA LOCALIZADA A ANTIGA VILA AMAZONAS



Foto: Luiz Divino Maia

FIGURA 16 - TRECHO ONDE ESTAVA LOCALIZADA A ANTIGA VILA AMAZONAS



Foto: Luiz Divino Maia

Não é incomum que a mudança para um lugar desconhecido gere um mar de impressões no novo morador. Impressões que costumam ter relação com o estado de espírito de cada um. “Uai”, disse Selita, “a gente chega bobo, né?”. *Bobo* porque Selita, quando se mudou para o Lindeia, afora onde vivia, não conhecia outros lugares. “Era”, prosseguiu, “bom demais porque a gente morava na roça, um sofrimento, cê, pra ir na cidade, tinha de ir em trem de boi; [na vila] pelo menos era uma rua só que subia”. Assim, a vila, mesmo com uma só rua (ou *uma rua só que subia*), em comparação com a *roça*, indicava “progresso”.

Para outros, o marcante foi a simplicidade urbana, demográfica e arquitetônica encontrada no novo endereço. Quando Vicente mudou-se para a vila Amazonas, “ali”, disse ele, “tinha parece duas casinhas só”. *Dois casinhas só* é força de expressão. Havia mais. “Tinha”, completou Vicente, “a gente aqui, a dona Angelina embaixo aqui; o Zé Juca, o “seu” Marçal, pouco morador”.

Quando, em 1967, Luiza<sup>28</sup>, provinda de Caeté (MG), mudou-se para a vila Amazonas, um elemento arquitetônico chamou sua atenção - elemento que se tornou memorialissimamente eterno. “Estruturas arquitetônicas”, Pallasmaa (2018, p. 17), escreveu, “facilitam a memória”. Trata-se do salão da Sociedade São Vicente de Paulo que havia (e há) no lote da casa do “Tio Beijo” (personagem a ser aludido). Salão que, à época, era o principal centro das atividades sociais locais. “Vinha”, disse Luiza, “um padre do bairro Amazonas<sup>29</sup> celebrar missa aqui quando não tinha igreja nem nada”.

Com o loteamento da fazenda de dona Lindeia, diversas pessoas, provindas de outras áreas da cidade e de outros municípios, abriram ruas, construíram casas e se instalaram em um trecho que, com o tempo, passou a ser chamado de “Lindeia

Velho”<sup>30</sup>. Contudo, quase ninguém mais o trata assim. “Parece que”, disse Zélio<sup>31</sup>, “no caminhar dos tempos que ele vai saindo um pouquinho da expressão das pessoas”.

Mas onde se localizava o “Lindeia Velho”? Questão difícil, pois a memória, por vezes, não consegue ir além do rastro geográfico mais próximo de cada um. Aládia, que se mudou para o bairro em fins dos anos de 1960, por exemplo, garantiu que as primeiras moradas locais foram erguidas na área próxima à sua residência. Dali, segundo ela, o loteamento seguiu por outras ruas rumo à vila Amazonas e ao bairro Durval de Barros (à época, Lagoa Seca).

Outros se concentraram no geral e no atualmente perceptível. Os marcos divisórios do “Lindeia Velho”, para eles, foram constituídos a partir do supermercado Santa Maria (rua das Perpétuas, nº 209) e da Escola Estadual Padre João Penido Burnier (rua das Perpetuas, nº 79). Dali em frente “tudo”, segundo Joãozinho<sup>32</sup>, “até no [campo do] Estrela é ‘Lindeia Velho’”.

Nesse contexto, o que imperava era a precariedade das casas. Nilza, para tratar disso, lembrou-se de uma casa vizinha. “Tem”, disse ela, “uma família que mora aqui na rua mesmo [rua dos Juncos], eles colocaram esse tijolo fazendo lá nos fundos assim, de um lado e de outro e jogou o plástico tampando a frente. Entrava e saía ali”. O plástico ocupou o lugar de porta. Tudo, socialmente, muito vulnerável. “Só”, finalizou Nilza, “tinha menino, tudo barrigudo [de vermes], né, porque comia a céu aberto na rua, né? Não tinha portão”. No que se refere às linhas divisórias entre as casas, a indistinção era a regra. Os lotes de uns eram pontos de passagem de todos. “A comunicação”, Nilza continuou, “dela [de sua casa] era toda pra cá, pra sair pra dentro do lote e pra sair lá em cima, era outro barracão. Passava todo mundo”.

Se, para quem foi morar ali, o bairro em formação gerou a percepção de calamidade urbana, para quem já era habitante da região, a constatação, na questão da paisagem, não foi igualmente das melhores. “Quando”, disse Mercês, “loteou aqui nós tudo ficou todo mundo triste com isso. Cê via aquelas árvores bonitas e água com fartura”. Com isso, a paisagem foi bastante alterada.

Não totalmente alterada. Ou a alteração fez surgir uma nova e híbrida paisagem. Assim, além da pobreza urbana, a persistência das “marcas rurais” em um ambiente em transformação foi outro elemento distintivo do Lindeia dos primeiros tempos. “O bairro”, disse Aládia, “era pasto das vacas dela [de dona Lindeia] lá. Tinha muito pé de manga; essa parte aqui do ‘colégio Burnier’ era cheia de pé de manga”.

Para cada relato em relação à paisagem do Lindeia de outrora sobressaía um aspecto. Para Collot (2012, p. 28), “à diferença de outros espaços codificados de maneira mais rígida, a paisagem é um espaço plástico, apto a ser refeito por cada percepção individual”. Quando Roberval<sup>33</sup> foi morar no “Lindeia Velho”, a paisagem “rural” do bairro em formação era o seu elemento visual mais destacável. “Perto da quadra”, disse ele, “tinha uma mina, a mina era pura, nós tava no começo do bairro, né? A mina minava. Tem essa mina até hoje, passa por baixo da quadra”. Uma mina que, ao menos até fins dos anos 1970, foi muito útil à população local. Ante a falta de água encanada, ela, como mostra a foto abaixo (figura 17), servia para as mulheres lavarem roupa e para as crianças divertirem-se à vontade.

*FIGURA 17 - MINA PRÓXIMA À RUA DAS PETÚNIAS (ANOS DE 1970)*



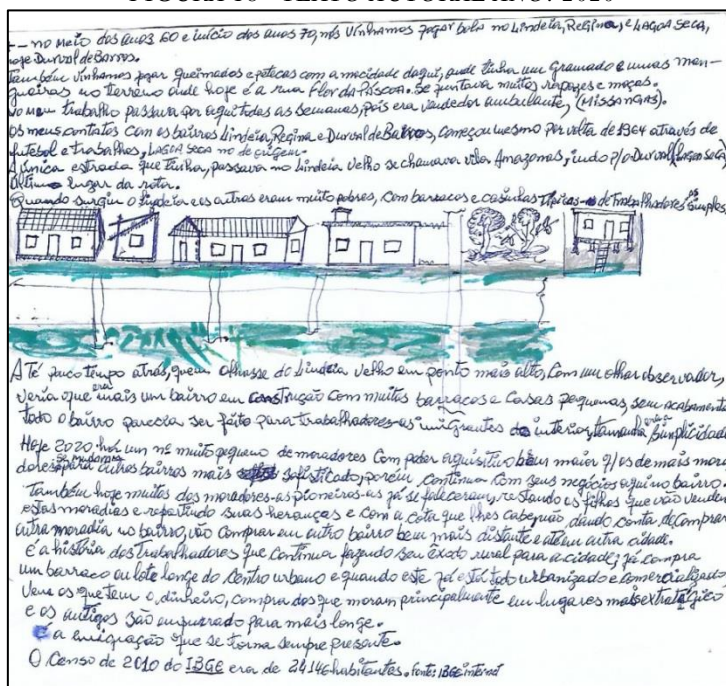
*Acervo: Escola Profissional Tio Beijo*

Os traços assemelhados a uma roça, mesmo com a passagem do tempo e a constituição local instituída como bairro Lindeia<sup>34</sup>, ainda se faziam visíveis por todo canto. “Tinha”, disse Joaquim<sup>35</sup>, “vacas e bois nas ruas; tinha também muitos lotes vagos”. Joaquim disse mais: “Em 1977, não havia praça; tudo era mato, capoeira; ia pra linha férrea para pegar bambus, para fazer pipa”. Tudo era um descampado.

A paisagem do Lindeia semelhante a uma roça perdurou ao menos até o início dos anos de 1980. Joaozinho relatou que, mesmo sem ainda morar no bairro nessa época, ele o conhecia muito bem. Conhecia muito bem principalmente as várzeas e os lotes vagos que compunham a paisagem local da época porque, segundo ele, sempre jogava futebol por ali. “Tudo”, lembrou ele, “parecia um lugarzinho longe da cidade, [como se fosse] um interior assim que está começando. Se sai da cidade do interior e começa ir pra roça e ver aquelas casinhas começando a pingar”.

Joãozinho, para completar suas lembranças em relação à paisagem do passado do Lindeia, produziu um texto (figura 18) sobre isso. Um texto completado com desenhos de casinhas que, em sua visão, eram típicas da época.

FIGURA 18 - TEXTO AUTORAL ANO: 2020



Fonte: João Vicente Pereira (Joãozinho)

Zélio foi outro que, embora concentrado em descrever a área próxima à sua casa, tratou de apresentar a paisagem do Lindeia como um grande campo rural. “Quando”, disse ele, “cê pega essa margem aqui, a gente percebia assim em grande parte espaço para gado, animal, etc. Cê percebia que era espaço dividido, direitinho”.

Os motivos para explicar essa composição um tanto “rural” do “Lindeia Velho” são vários. O principal é que o ser humano - que só se constitui no interior de e para a

sociedade - não é desprovido de sua cultura. Assim, quem se muda para um lugar *leva* consigo todo ou parte do arcabouço cultural de sua experiência anterior. Por esse prisma, cidade e “campo” “(...) podem ser encarados como dois polos em relação aos quais todos os aglomerados humanos tendem a se dispor” (WIRTH, 1976, p. 92).

Além disso, invariavelmente, o recém-chegado, pelo fato do peso do seu passado ajuntar-se às apreensões típicas de quem se vê inserido em um universo desconhecido, vive uma experiência peculiar. Assim, “se o ser humano se constitui no interior da sociedade e para a sociedade, sem a qual não poderia ter adquirido seu ser, nem se tornado homem” (SAHLINS, 1997, p. 47), esse habitante, em sua nova condição, torna-se suscetível de comover-se com os mais comezinhos instantes da cotidianidade.

Boa parte dos novos habitantes do Lindeia – habitantes “(...) em processo de identificação com a urbe” (SILVA, 2011, p. 91) – se emocionou com o quadro social encontrado no bairro. Cacilda<sup>36</sup>, por exemplo, guarda na memória uma cena sempre vista perto de sua casa. As pessoas, aliás, de modo geral, costumam ter com a paisagem que rodeia suas casas uma espécie de comunicação silenciosa que marca suas relações mais profundas (BOSI, 1994). “Ali”, disse Cacilda, “tinha um galpão perto do [supermercado] Arrastão. Tinha um moço que chama ‘Pescoço’. (...) um lugar que vendia frango vivo”. O *lugar* é o Pescoção, o primeiro estabelecimento local a vender frango (ou pedaço de frango). “Eu”, ela continuou, “ficava muito alegre porque (...) quando chegava no sábado à tarde, que eu sentava no terreiro e o ônibus chegava e o povo descia e todo mundo com um franguinho dependurado na mão”.

Imagens memorialísticas, por singelas que sejam, servem para compreensão de um contexto mais amplo. No caso tratado acima, compreensão sociológica do que ocorria entre a chegada dos trabalhadores ao Lindeia até o regresso de cada um às suas casas. “Quase toda vida individual”, escreveu Thompson (1992, p. 327), “cruza a fronteira entre lar e o trabalho”. Nesse interregno, semanalmente despontava uma típica cena urbana: aos sábados, após uma semana de labuta, os trabalhadores *pegavam* um ônibus (na maioria das vezes, presume-se, abarrotado), percorriam um longo trajeto, chegavam ao bairro, desciam e não se esqueciam de comprar, possivelmente com boa parte do soldo recebido, o principal alimento a sustentar o almoço familiar de domingo.

Na foto abaixo (figura 19), de dezembro de 2020, vê-se o antigo proprietário do Pescoção à porta do seu açougue (Casa de Carnes Lindeia, rua das Perpétuas, nº 723) fechado naqueles dias. Mas a cena narrada por Cacilda ocorria perto dali, onde é o atual Gigante Loterias (figura 20) e era o antigo ponto final de ônibus do Lindeia.

FIGURA 19 - ANTIGA LOCALIZAÇÃO  
PESCOÇÃO. ANO: 2020



Foto: Luiz Divino Maia

FIGURA 20 - ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO  
PESCOÇÃO. ANO 2020

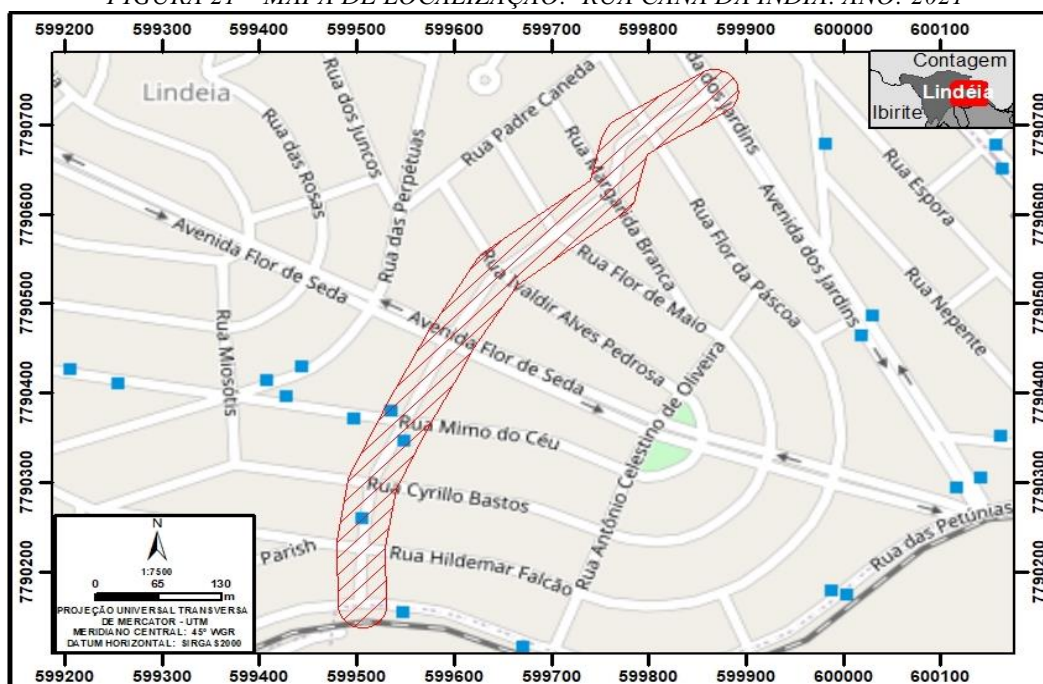


Foto: Luiz Divino Maia

O foco agora, embora ainda centrado na paisagem, é outro. Trata-se do movimento de expansão de moradas por outras áreas do Lindeia. Nas lembranças de Vikus, esse processo iniciou-se a partir da rua Cana da Índia. “Dali”, disse ele, “construiu uma fileira de barracão”. *Fileira* deu uma ideia de uniformidade construtiva, que, vista em perspectiva, traçou uma dada paisagem local para além do “Lindeia Velho”. “Pra lá”, continuou, “era mato, matagão. Uma capoeira mesmo, até na [rua] Aderbal [Rodrigues Vaz] na divisa com o [bairro] Industrial. Antes, tudo era mato”. Quer dizer, ali não havia construção. “Levou”, concluiu Vikus, “uns dois anos depois. Fez a continuidade. Só depois que começou a construir, desmatar e construir”. Para os contemporâneos da fazenda, acostumados com a vastidão de matas que havia ali, a construção de casas impôs um desmatamento sem igual.

O mapa abaixo (figura 21) buscou representar o trecho relatado por Vikus com um traço que delimita a atual rua Cana da Índia com as ruas que, perpendicularmente, passam por ela, como Ivaldir Alves Pedrosa, Flor de Maio, Flor da Páscoa e outras.

FIGURA 21 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: RUA CANA DA ÍNDIA. ANO: 2021



Fonte: Camila Romeiro

Valdivino<sup>37</sup>, ao tratar do tema, concentrou-se, em princípio, em fazer uma descrição geral de como era a paisagem do Lindeia no tempo de sua chegada ao bairro. “Era”, disse ele, “salteado de casa. Salteado que a gente fala é uma [casa] aqui, outra lá na frente, outra lá”. Uma imagem apurada à premissa de Collot (2012), de que o inicialmente visto, quando se constitui como atividade informante da percepção visual (uma primeira forma de organização simbólica), torna-se um conjunto significativa da paisagem. Valdivino, em seguida, abordou a área onde comprou seu lote<sup>38</sup>. “Nesse quarteirão aqui”, garantiu, “não tinha casa nenhuma. Aí eu comprei, esse vizinho comprou, o de baixo comprou, aí foi comprando e construindo”. A ação humana de incentivo recíproco foi a principal responsável pela constituição de uma constelação de casinhas em um trecho dos primórdios do bairro.

A predominância, para usar um oxímoro, era de abundância de escassez. “Aqui”, disse Valdivino, “quando nós chegou, não tinha nada. Nada assim de urbanização. Não tinha água, não tinha esgoto, não tinha luz”. Contudo, para ele, as mudanças da infraestrutura urbana local não demoraram muito. Assim, o *não tinha nada* logo se transformou em uma cadeia particular de casas, que, com o tempo, tornou possível a formação de uma peculiar paisagem. Para descrever o fenômeno, Valdivino fez uso de uma metáfora. “É”, contou ele, “o que eu tô falando com cê, é pipoca na panela, né?”

Quer dizer, uma pipoca arreventada aqui, outra ali, outra lá, e aí foi assim que o bairro foi habitando ‘rapidão’. Então, dentro de um ano ou dois esse bairro já tava habitado”.

A descrição de um lugar, a rigor, é coronária dos seus componentes integradores. Cacilda, por exemplo, ao apresentar o despontar de construções próximas à sua casa, assim disse: “Cada dia que você chegava na janela, tava apontando um barracãozinho; foi assim, rápido”. A janela, por esse prisma, serviu como uma espécie de moldura para o ato de ver e de conectar através de sua abertura (PALLASMAA, 2018).

Mas o juízo de uma paisagem tem uma consideração própria de tempo. Para Bergson (2006, p. 57), “a bem dizer, é impossível distinguir entre a duração, por mais curta que seja, que separa dois instantes e uma memória que os ligasse entre si, pois a duração é essencialmente uma continuação do que não é mais no que é”. A paisagem, quando interligada à memória, forma-se por “blocos” *visíveis* a posteriori.

Lembranças, ademais, não aferem controle sobre o andamento das horas e dos dias. São, por assim dizer, elípticas. O que sobressai é o efeito *visível* e *concreto* do tempo. “A duração real”, Bergson (2006, p. 73, 74) escreveu, “é experimentada; constatamos que o tempo se desenrola, e, por outro lado, não podemos medi-lo sem convertê-lo em espaço e supor desenrolado tudo o que conhecemos dele”. Não há tempo, há sucessão de dias e de horas. Sendo assim, é provável que cada *barracãozinho*, no contexto do povoamento inicial do trecho do Lindeia percebido por Cacilda, não tenha surgido assim tão rapidamente.

Construções rapidamente erguidas, de resto e de modo geral, não condizem com a verdade dos fatos. Quando Cacilda aportou no Lindeia, a igreja Jesus Ressuscitado<sup>39</sup>, como ela disse, “estava começando o alicerce, o material montado aí”. Doravante, como se verá, a construção foi muito delongada - e a visão dos materiais (areias, tijolos, etc.) amontados perto da obra inacabada, como a indicar isso, perdurou por anos.

Daí, com o tempo (anos de 1980), a igreja foi definitivamente erguida. Erguida, ela logo se tornou o mais significante marco arquitetônico e da paisagem local (como será tratado no terceiro capítulo). Significante pela igreja em si e pela sua posição geográfica. Localizada em um trecho inclinado do Lindeia (avenida Flor de Seda, nº 1200), a igreja, pelo seu entorno, *eleva-se* ainda mais. De onde se estiver, ela pode ser vista entre as construções que a precedem e a sucedem.

Na foto abaixo (figura 22), a igreja pode ser observada pelo que se deixa ver e pelo que não é visível. Na parte frontal, são seis janelas e três portas – uma da secretaria e duas da igreja em si. Nas paredes laterais, duas cruzes: uma (manifesta na foto), de



frente para quem chega do centro do bairro; outra (que a foto não mostra) de frente para quem o cruza proveniente do Tirol e adjacências (ou vice-versa, nos dois casos). O modelo de igreja, do senso-comum construtivo, com haste elevada e cruz de madeira pontificada ao céu, não cabe nesta.

FIGURA 22 - IGREJA JESUS RESSUSCITADO. ANO: 2018



Foto: Luiz Divino Maia

Não há como tratar da igreja sem fazer referência à Praça Dona Maria Tertuliana. Erguida em fins dos anos de 1980, a praça, por ser praticamente extensão da igreja, abrigava todo tipo de eventos religiosos, como teatro de Semana Santa e outros. Contudo, como a igreja não é mais o que fora um dia, a praça também perdeu muito de sua força social e cultural. “Eu acho”, disse Verônica<sup>40</sup>, “essa praça muito abandonada; está muito jogada, muito desprezada”. *Abandonada, jogada e desprezada* em todos os sentidos. “Ela”, Verônica contou, “só tem aquelas árvores, não tem flores, não tem nada, tem muita terra vermelha. A grama é pouca e não está bem tratada”. Isso traz muito desgosto à Verônica. “A gente”, ela prosseguiu, “vê aquele capim seco, aquele ‘poeirão’, quando está na época de poeira, cê tá sentado lá, bate aquela poeira”. Além disso, para Verônica, a praça é vítima da inépcia dos poderes públicos. “Era”, concluiu ela, “pra ter feito o coreto, fez só aquele negócio e largou aquele coreto”.

Observar a foto abaixo (figura 23) é notar que o lamento de Verônica não é sem razão. As árvores da praça estão secas, sem flores; o chão, de fato, está sem grama; coreto, realmente não há. Como também não há pessoas sentadas nos bancos de cimento ou ao redor da praça. Poeira, não dá para ver na foto, mas garante-se: há muita.

*FIGURA 23 - PRAÇA DONA MARIA TERTULIANA. ANO: 2017*



*Foto: Luiz Divino Maia*

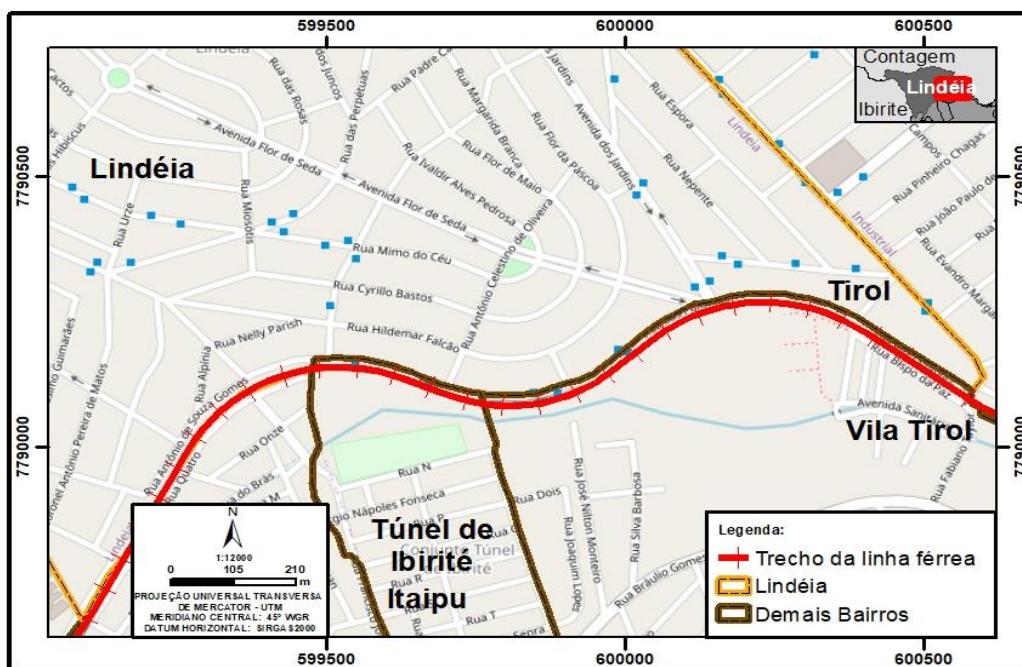
Faz-se útil, por fim, mencionar a avaliação de Jane Jacobs em relação aos parques urbanos e aplicá-la à atual situação da Praça Dona Maria Tertuliana. Talvez falte à praça, como aos parques americanos, “atividades menores, que poderiam funcionar como ‘artigos de primeira necessidade’ menos importantes” (JACOBS, 2011, p. 120). Abrigando isso diariamente e sem a pretensão de que a praça se torne (a rigor, impossível) como fora um dia – ou como se recorda ou acredita que tenha sido – ela poderá ficar mais atraente, ser bem-vista e usufruída pela população.

#### 1.4. BORRADAS E FLUÍDAS FRONTEIRAS

*É, eles falam que tudo é Lindeia, mas diz que do meio do asfalto pra lá é Lindeia e do meio do asfalto pra cá é Regina Selita*

Não há mundos sem fronteiras. Ilhas na cidade só como metáfora. A fronteira do Lindeia com o Tirol faz-se por um trecho de cerca de três quilômetros de linha férrea. “Linhas férreas”, aliás, como lembra Jacobs (2011, p. 285), “são exemplos clássicos de fronteira”. Nessa fronteira, do lado do Lindeia, a linha concentra-se na beira da rua das Petúnias (rua que contorna todo o bairro). O mapa abaixo (figura 24) mostra tal trecho.

FIGURA 24 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: TRECHO ENTRE O LINDEIA E O TIROL. ANO: 2021



Fonte: Camila Romeiro

Fronteiras exercem influência ativa. Na fronteira do Lindeia com o Tirol, o que vive na memória dos moradores antigos são as hortas que havia ali. Hortas que Mercês comparou com as plantações do terreno de sua família. “Aquele povo tudo”, disse ela, “nosso lote era [parecido]. Mas lá demorou mais acabar do que a nossa [horta]; a nossa acabou mais por causa do loteamento aqui”. Se, como escreveu Collot (2012), ver é ver em relação, lembrar é igualmente assim.

As hortas, embora localizadas no Tirol, aos olhos dos moradores, constituíram-se como paisagem do Lindeia. A paisagem de um bairro não precisa *ser* do ou *estar* no bairro. Dito isso, informa-se que fazer referência as hortas é lembrar-se das casas e das pessoas que viveram em torno delas. “Naquela casa na beira da linha”, disse Mercês, “lá era do povo dos Ferreira. Tinha o Zé Ângelo; lado de lá tinha os Barbosa, tudo é para aquele lado ali, Claudionor; tudo fazia naquelas beiradas”.

O conjunto de hortas, além de constituir-se em paisagem marcante do Lindeia de uma época, contribuiu para tornar as mesas locais menos escassas. “Quando”, disse Zélio, “eu mudei pra aqui, a gente ia no lugar pra comprar verdura. Tinha uma horta grande. Então, vendia verdura de folha, um quiabo, um jiló, uma batata”. Em tempos de comércio local ainda muito incipiente, isso era de muita valia.

Não há mais hortas. Em seu lugar, como se nota na foto abaixo (figura 25), duas barragens de retenção de cheias estavam (em 2020) em processo de instalação<sup>41</sup>. Ao fundo, entre as árvores, em um serpentejar rumo ao bairro Regina e ao município de Ibirité, nota-se um vislumbre da linha férrea. À esquerda, no alto, parte do Tirol e à direita, em primeiro plano, após as folhas das árvores, o Lindeia.

*FIGURA 25 - TRECHO DA LINHA FÉRREA – ANTIGA LOCALIZAÇÃO DAS HORTAS.  
ANO 2020*



*Foto: Luiz Divino Maia*

A construção de casas na fronteira do Lindeia com o Tirol, em comparação com as outras áreas do bairro, foi um tanto tardia. “Ali”, introduziu Zélio, “era mato. Não tinha espaço nenhum. Não tinha rua aberta direito”. Com isso, o trecho apartava-se do restante do bairro. “Não tinha”, continuou Zélio, “essa passagem daqui pra lá. Na avenida dos Jardins havia poucas passagens pra poder ir para o lado de lá”. A mudança urbana se deu a partir da intervenção de uma imobiliária. “Depois”, concluiu Zélio, “de um período aí que a empresa, a Sancruza<sup>42</sup>, loteou aquele lado de lá, aí começou”.

*Começou* a venda de lotes pela imobiliária. Lotes, quase todos, com uma casinha ao fundo. Verônica, embora não morasse na área na época do início do seu povoamento, contou que o antigo proprietário de sua casa comprou-a da Sancruza. Casa que, quando adquirida, estava com suas características originais estruturalmente inalteradas. “Era”, disse Verônica, “quatro cômodos. Dois quartos, sala e cozinha e o banheiro. O banheiro de baixo, tudo pequenininho. Era quadradinha de laje, porta e janela”. No Lindeia, de modo geral, os lotes eram grandes, de 360 metros quadrados. Contudo, o comprado por Verônica não era assim. “Já comprei”, ela contou, “de 180 metros, da outra família que fez desmembramento”. Quando Verônica foi morar no bairro (1990), os tempos eram outros: maior densidade demográfica, que exigia maior compressão de espaços.

Outra fronteira do Lindeia é com o bairro Regina. A divisão entre esses dois bairros, pelo peso que eles têm na história dos moradores, é a mais emblemática local.

Muitos foram os meios de se chegar a essa fronteira. Um foi acompanhar a descrição de uma antiga moradora em relação ao endereço do Zito, figura, como se verá, localmente muito conhecida. Para enquadrar a casa do Zito (rua dos Antúrios, nº 21) à constituição espacial atual do bairro, Luiza trilhou *mentalmente* alguns de seus pontos cardeais. Fez isso e ressaltou que, embora a residência do Zito esteja circunscrita à fronteira com o Regina, “ali”, disse ela, “é Lindeia ainda”. *Lindeia ainda* dá uma ideia do endereço do Zito como um rabo do bairro, a ponta que encosta com o outro (o Regina) e faz a articulação entre os bairros. *Borrada* articulação.

Traço certo por linhas tortas. Para Luiza, a casa do Zito se localiza perto da Escola Estadual Professor Mello Cançado (rua das Petúnias, nº 2058). Revendo o dito, ela lembrou-se da outra escola próxima dali. “Tem”, contou, “uma em cima e outra embaixo. Tem o ‘Aurélio’ e tem o ‘Mello’. Pois é, eu não sei qual que é o ‘Mello’ é qual que é o ‘Aurélio’”. *Aurélio* é a Escola Municipal Aurélio Buarque de Holanda (rua Rafael Tobias, nº 40, bairro Regina). Cada uma em um bairro.

No mapa abaixo (figura 26), todo o trecho da rua das Petúnias entre as duas escolas é traçado. À direita, o bairro Lindeia, à esquerda, o Regina.

FIGURA 26 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: RUA DAS PETÚNIAS ENTRE LINDEIA E REGINA.  
DATA: 2021



Fonte: Camila Romeiro

A divisão do Lindeia com o bairro Regina, de fato, não é facilmente definível. Há muitos elementos a embaralhar tudo. Laços territoriais, ademais, são fluídos. Joãozinho, ao introduzir o tema, contou que o Lindeia se define pelo seu forte espírito de comunidade. Uma acepção que encontra eco na afirmativa de Halbwachs (2006, p. 165) de que “os habitantes de uma cidade ou de um bairro formam uma pequena comunidade, porque estão reunidos em uma mesma região do espaço”.

Os dois bairros, *reunidos em uma mesma região do espaço*, então, fazem parte de uma mesma *comunidade*. Isso, aliás, é o que faz tornar suas fronteiras embaralhadas. “Eu”, disse Joãozinho, “queria falar do colégio do ‘Aurélio’, que fica no Regina, mas tudo é no Lindeia, né, lá? Tudo quando falar Lindeia é Regina aqui”. Ou vice-versa. “O ‘Buarque de Holanda’ fica onde?”, inquiriu ele. Inquiriu e respondeu: “Lá no Lindeia. Mais pra dentro tá na divisa com o Regina, só que, do outro lado da rua; mas se falar Lindeia é mesma coisa”. Assim, para Joãozinho, quando se diz *lá no Lindeia*, mesmo se quiser referendar o Regina, “o pessoal situa no nome do Lindeia”. Outra vez a

dificuldade de separar dois bairros em uma linha fronteira tão tênue. Aliás, “quando o ‘aqui’ e o ‘lá’ ficam assim embaçados, as certezas e fixações culturais da metrópole são perturbadas tanto – senão da mesma forma – quanto as da periferia colonizada” (GUPTA e FERGUSON, 2000, p. 35).

Para explicar isso, uma fotografia pode ajudar. Na foto abaixo (figura 27), o trecho “sombreado” da rua das Petúnias ilustra o quão “escuras” são as linhas divisórias entre dois bairros. À direita, projeta-se o Lindeia. À esquerda, a Escola Municipal Prof. Mello Cançado. Em tese, a escola deveria pertencer ao Regina. Em tese.

*FIGURA 27 - TRECHO RUA DAS PETÚNIAS. ANO: 2020*



*Foto: Luiz Divino Maia*

A “confusão” entre Regina e Lindeia, de resto, é mesmo uma marca da paisagem local. “Nem só”, disse Cacilda, “aqui no Lindeia, como também no Regina, que tudo era uma coisa só”. Bairros formados juntos, juntos, ao menos na impressão geral, permaneceram. O que nasce contíguo, assim vive. Há um traço social rijo e resistente, mesmo quando, além dele, há uma demarcação “oficial”.

Portanto, destoar o bairro Regina do Lindeia (ou o contrário) nunca foi fácil, pois, no contexto das ações políticas pelas melhorias urbanas locais, não havia tal separação, nem social, nem territorialmente. Assim, para os moradores do Lindeia, sobretudo os mais antigos, “ver” o Regina como “outro” é mesmo muito complicado.

Isso é ainda mais difícil para quem – como Selita - reside entre esses dois bairros. “Eles falam”, disse ela, “que tudo é Lindeia, mas diz que do meio do asfalto pra lá é Lindeia e do meio do asfalto pra cá é Regina. Da avenida [rua das Petúncias] é Regina”. Selita, ao dizer isso, fez menção à ambivalência típica do processo de definição territorial. De um lado, a imposição e impessoalidade burocrática (*eles falam*), responsável por dividir o território em dois bairros e dar a eles designações distintas. Do outro, o “poder” da memória coletiva de designar o território como melhor lhe convier.

Afirmar categoricamente qual delimitação territorial deve ser levada em conta é mesmo complicado. A trazida pelos poderes oficiais ou a adotada no comum dos dias? Uma, a outra ou as duas? Não se sabe. Contudo, é fácil concordar com Massey (2000, p. 184): “Lugares não têm de ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias”. Fronteiras – como no caso aqui empreendido - só se a intenção for elaborar algum estudo com um recorte bem definido. Contudo, para quem viver em um determinado lugar, fronteiras são difíceis de serem percebidas. Nesse caso, como posto, Lindeia e Regina são tudo uma coisa só.

Outra fronteira do Lindeia é com o bairro Durval de Barros. Luzia, ao explicar como chegar a esse trecho, fez menção aos seus pontos referenciais mais conhecidos. “Cê”, disse ela, “vai sentido a [igreja] ‘Chapéu do Papa’. Aí cê faz aquela curvinha [rotatória], né? Cê indo pro [supermercado] Boa Praça fica do lado debaixo assim”. Pontos que, quando combinados, evidenciam a ordem e o sentido do local onde estão instituídos. Fazem mais. Os pontos referenciais “(...) podem tornar visualmente importantes as áreas urbanas que são funcionalmente importantes, mas cuja importância precisa ser reconhecida e enaltecida visualmente” (JACOBS, 2011, p. 427).

Na foto abaixo (figura 28), destacam-se a citada rotatória e o prédio do antigo supermercado Boa Praça (rua das Petúncias, nº 799). Supermercado que não mais existe (atualmente, ele abriga, na parte térrea, o Feirão da Fartura; no andar superior, o Centro Esportivo Petúncias). No entanto, sua antiga denominação, ao menos entre os antigos, é a que permanece. O estabelecimento ficou tanto tempo no mesmo endereço que os seus contemporâneos encontram dificuldade em tratar o lugar que o abrigou por outra designação. Na outra foto (figura 29), vê-se o supermercado Estrela (rua Coronel Durval de Barros, nº 51), um dos mais antigos e conhecidos pontos comerciais dessa área.



*FIGURA 28 - ROTATÓRIA E PRÉDIO DO  
ANTIGO SUPERMERCADO BOA PRAÇA.  
ANO: 2020*



*Foto: Luiz Divino Maia*

*FIGURA 29 - SUPERMERCADO ESTRELA.  
ANO: 2020*



*Foto: Luiz Divino Maia*

O último trecho divisório entre Lindeia e o bairro Durval de Barros, como se vê na foto abaixo (figura 30), abriga muitos bares e lojas. Além disso, “escondido” entre um condomínio de apartamentos subsiste o campo do Estrela<sup>43</sup> (figura 31). Marco de lazer local, o campo, em outros tempos, além de ser palco para jogos de futebol do time local (o Estrela), servia também de abrigo para os muitos circos e parques que, entre os anos de 1970 e 1980, costumeiramente instalavam-se no Lindeia e adjacências.

*FIGURA 30 - CENTRO COMERCIAL.  
ANO: 2020*



*Foto: Luiz Divino Maia*

*FIGURA 31 - CAMPO DO ESTRELA.  
ANO: 2020*



*Foto: Luiz Divino Maia*

Outra fronteira do Lindeia é com o bairro Santa Maria. Iniciada na entrada do Lindeia (ou saída) pela rua das Perpétuas, perto da rotatória e da “escola Burnier”, essa fronteira se finda (ou se inicia, a depender do destino de cada um) pouco antes do encontro com o Durval de Barros (sendo assim, há um ponto em que os três bairros se entrecruzam).

O destaque dessa área limítrofe é a supracitada igreja Nossa Senhora da Conceição, conhecida como “Chapéu do Papa” (rua Rore de Carvalho, nº 436). Vista a certa distância, como na foto abaixo (figura 32), a impressão é que ela está espremida entre as casas ao seu redor. De perto (figura 33), a impressão é outra: que ela se faz soberana no espaço urbano.

FIGURA 32 - IGREJA “CHAPÉU DO PAPA”.  
ANO: 2018



Foto: Luiz Divino Maia

FIGURA 33 - IGREJA “CHAPÉU DO PAPA”.  
ANO: 2018



Foto: Luiz Divino Maia

A fronteira do Lindeia com o bairro Santa Maria, sobretudo a partir da igreja “Chapéu do Papa”, serve, ao menos para Joãozinho (ou para quem tem interesse pelo tema), para percepção da paisagem local. “Ali”, disse ele, “é muito mais alto, olhando de lá pra cá, [o Lindeia] é um bairro simples, um bairro de trabalhador, de casas simples”.

Há aqui dois aspectos a destacar nessa observação de Joãozinho. No primeiro, o Lindeia, se olhado a curta distância, é de *casas simples* ou é um *bairro simples*. Isto é, dali tudo é visualmente homogêneo. No segundo, que tem relação com a capacidade de fazer sociologia a partir da paisagem, o Lindeia é visto como *bairro de trabalhador*. Tais impressões, aliás, coadunam-se com o preceito de Halbwachs (2006), de que bairros, muitas

vezes, se diferenciam conforme a predominância de determinada profissão ou de um grau de pobreza ou riqueza. Ou se diferenciam pela percepção de sua paisagem.

Fronteiras são imprecisas. Dependem do foco. Mercês, por exemplo, para tratar dessa fronteira, preferiu centrar-se no trecho vizinho à sua casa. “O Lindeia”, disse ela, “é da rotatória pra cá, pra lá é Santa Maria. Entrada [do bairro] é aqui”. Ou saída, a depender de cada um. A arquitetura, principalmente a fronteira, cria uma paisagem particular.

Na foto abaixo (figura 34) é possível ver o ponto descrito por Mercês. No centro, há a rotatória, com um torvelinho de estabelecimentos comerciais em torno dela. À esquerda, desponta a *entrada* do Lindeia pela rua das Perpétuas e em primeiro plano a rua Manjericão, que, após contornar a rotatória, segue e anuncia a subida rumo ao bairro Durval de Barros.

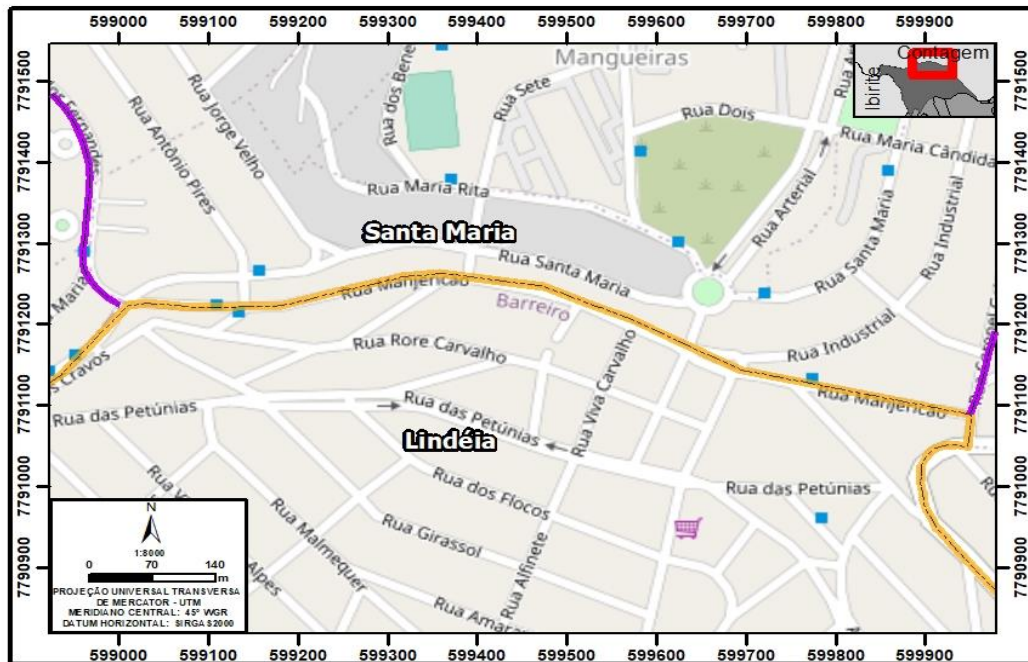
*FIGURA 34 - FRONTEIRA LINDEIA COM SANTA MARIA. DATA: 2020*



*Foto: Luiz Divino Maia*

Mapas, por sua vez, diferente de fotos, fazem representações gráficas em escalas reduzidas de áreas que, quase sempre, são inalcançáveis ao campo de visão mais imediato. Com isso, a impressão geral de uma rua, de um bairro, de uma região (até da superfície total ou parcial da Terra) pode ser alcançada. No mapa abaixo (fig. 35), a rua Manjericão, a principal da fronteira do Lindeia com o bairro Santa Maria, é apresentada em toda a sua extensão. Vê-se de modo nítido que, de cada lado, ela “pertence” a um bairro.

FIGURA 35 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: FRONTEIRA LINDEIA COM SANTA MARIA.  
ANO: 2021



Fonte: Camila Romeiro.

Há ainda a fronteira do Lindeia com o bairro Industrial. Um trecho conhecido por sua ocupação. Tudo ali – tal como na área próxima à linha férrea, na divisa do Lindeia com o Tirol – iniciou-se em meados da década de 1970 com a venda, pela imobiliária Sancruza, de lotes com uma casinha de três ou quatro cômodos. Com isso, formou-se no trecho uma paisagem uniforme de *casinhas*. “Do lado de lá”, descreveu Valdivino, “da avenida Jardim pra lá, na divisa com rua Espora, [rua] Nepente, tudo era as casinhas da Sancruza”.

Quem é morador dessa área limítrofe de Belo Horizonte com Contagem desde sua formação tem mais condições de tratar melhor de suas origens. “Quando”, disse Zélio, “eu comprei aqui, de uma altura pra lá estava sem construir, não havia nada. Mas daqui pra cá estavam construídos os barracões. Tinha outros, alguns já morando, outros não”. Zélio, em seguida, para explicar o fenômeno, focou-se na trajetória de sua vizinha de muro. “Já tinha”, contou, “o barracão dela aqui, mas ela ainda não morava aqui. Depois que eu cheguei, daqui uns meses ou um ano por aí afora, aí ela fez uma cerquinha de arame. Tinha aqui os piquetes nos cantos. Mas aí cada um respeitava o espaço um do outro”. Zélio complementou suas explicações com uma análise da formação da geografia local a partir das ações humanas. “Daqui pra lá”, assegurou, “já tava construído, algum morador, por exemplo, tinha comprado, mas não morava no espaço ainda”.

A paisagem desse trecho fronteiro, a partir daí, mudou de patamar: de um ermo matagal, ela tornou-se marcada por lotes vagos. As duas noções, que parecem iguais, não são. Uma dá ideia de total ausência de acomodação humana, a outra de uma espécie de compasso de espera. Alguns lotes foram adquiridos, faltavam adquirir outros. Ou então os lotes, após serem adquiridos, ainda não estavam ocupados. “Algumas pessoas”, concluiu Zélio, “tinham comprado lote vago, mas estavam esperando melhorar a condição financeira para construir, etc. Não era tantos moradores não, era poucos”.

O tempo, após as casas terem sido erguidas e os moradores ali instalados, tratou de apagar as “marcas” deixadas pela imobiliária Sancruza. Ou foram (como, de modo geral, ocorreu em todo o Lindeia) as necessidades mais prementes da população local que fizeram isso. Explica-se: em razão do crescimento das famílias, foi preciso que todos (ou quase todos) ampliassem suas moradas (ou melhor, foi preciso derrubar as casas para a construção de outras). Assim, identificar esse trecho da fronteira do Lindeia com o bairro Industrial como marcado por um grupo de casinhas assemelhadas tornou-se impossível.

Para entender esse fenômeno de transformação da paisagem arquitetônica foi preciso recorrer outra vez à Zélio. Em princípio, ele, de novo, partiu do ocorrido com seu vizinho de muro. “A casa desse vizinho aqui”, disse ele, “começou da Sancruza. Talvez puxou um pouquinho só lá, e tirou o telhado, era um telhadozinho de telha de amianto, né? Só ampliou mais cômodos. Mas a estrutura, tirando disso, eu acho que 99% modificou tudo”. A própria casa de Zélio, como se verá, com o tempo, foi totalmente remodelada. “No lote”, ele contou, “aqui, eu reestruturei ele. Abri os cantos, os meios, coloquei tubulão. Coloquei e assentei toda e a partir daí fizeram ampliação”.

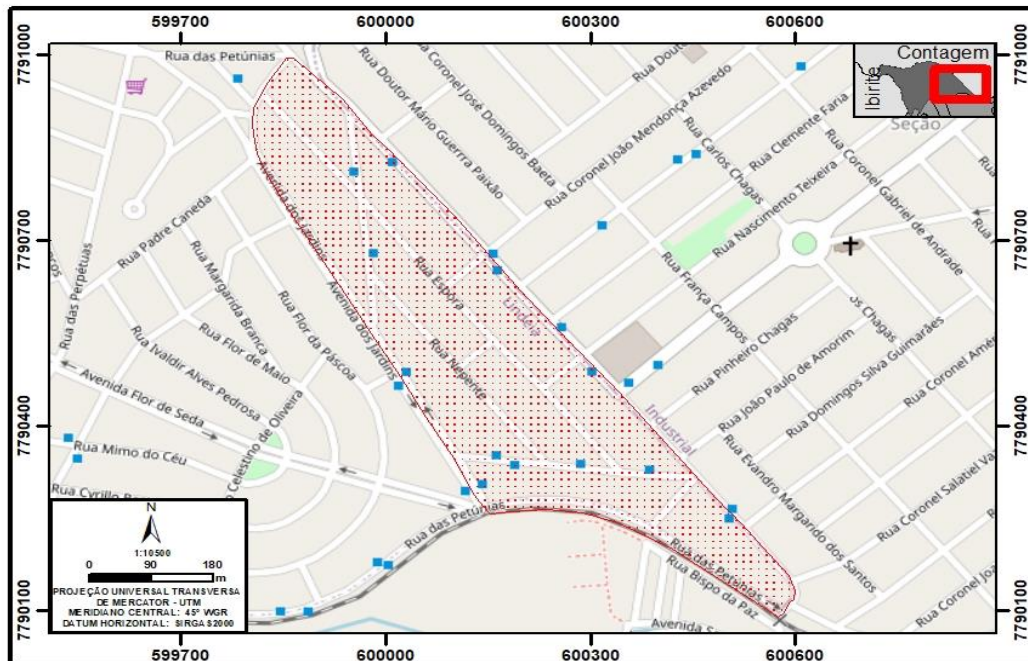
Tratar no diminutivo as casas vendidas pela imobiliária Sancruza foi uma forma de expressar a discrição e a singeleza de suas estruturas arquitetônicas. “Na época”, disse Zélio, “era umas casinhas muito ruim”. *Muito ruim*, quer dizer, muito simples. “As casinhas”, ele continuou, “era tipo barracão, a gente chamava ‘barracão da Sancruza’ que ficava nos fundos dos lotes”. Às vezes, uma afirmação relativa a um contexto pode servir para explicar outro. “As casas recuadas” escreveu Martins (2008, p. 75), “eram geralmente menores, menos matriarcais, e, provavelmente, mais baratas do que as casas alinhadas com a calçada”. De fato, as *casinhas da Sancruza*, como Zélio contou, “era o que cabia no bolso do morador naquela época. Praticamente era um padrão só”.

A área fronteira entre o Lindeia e o bairro Industrial – mas não só ali – passou a ser designada de “Lindeia Novo”<sup>44</sup>. As mulheres e os homens, ao mudarem-se para um trecho despovoado de um bairro (ou de uma vila ou de qualquer ocupação), na urgência dos dias,

costumam acrescentar o “novo” ao nome da área vizinha. Às vezes, fica-se assim para sempre; outras, a designação é provisória. No caso do “Lindeia Novo”, foi passageiro.

O mapa abaixo (fig. 36) realça a fronteira formada a partir da área circunscrita à avenida dos Jardins (com indicação das ruas Espora e Nepente) até o fim da rua das Petúlias. Outro destaque é a rua Aderbal Rodrigues Vaz. Rua que divide o Lindeia com o bairro Industrial. Iniciada na “entrada” do Lindeia, ela passa ao largo pelos quarteirões entre os dois bairros e encerra-se na passagem da linha férrea que faz o encontro deles com o bairro Tirol.

FIGURA 36 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO. FRONTEIRA LINDEIA COM BAIRRO INDUSTRIAL.  
ANO: 2021



Fonte: Camila Romeiro.

Na foto abaixo (fig.37), de um trecho da rua Aderbal Rodrigues Vaz, a impressão é que, ao invés de dividir, ela unifica os dois bairros. No geral, a foto parece ser de um bairro só. Mas não é: à direita é o Lindeia (Belo Horizonte) e à esquerda, o bairro Industrial (Contagem). Um aspecto urbano chama a atenção nessa fronteira de bairros e de cidades: a rua Aderbal Rodrigues Vaz, em toda a sua extensão, mesmo muito movimentada de carros e de ônibus, persiste teimosamente estreita, com passeios largos dos dois lados.

FIGURA 37 - RUA ADERBAL RODRIGUES VAZ. ANO: 2020



Foto: Luiz Divino Maia

Há fronteiras estritas, estreitas e há outras visualmente amplas e extensas. Fronteiras perceptíveis a partir de alguns pontos. Desses pontos, são formadas distintas paisagens.

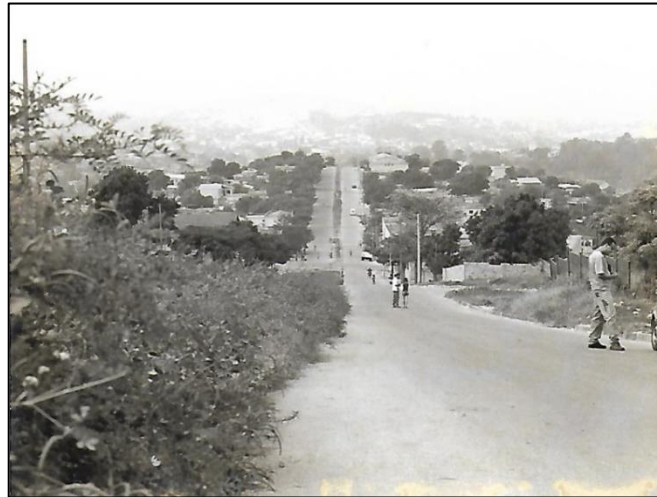
O principal desses pontos no Lindeia é a Praça Agapanto. Praça que, na avaliação de Joãozinho, é o “ponto culminante” do bairro. Dali é possível enxergar a mais completa paisagem ao redor do bairro. A paisagem assim passa a se definir como espaço “ao alcance do olhar”, mas também à disposição do *corpo*; uma paisagem que se investe de significações relacionadas a todos os comportamentos possíveis do sujeito. Um *ver* que leva a um *poder* (COLLOT, 2012). *Poder ver*.

Da Praça Agapanto, vários bairros de Contagem, mesmo relativamente distantes, como Água Branca e Eldorado, podem ser vistos. Podem-se também ver bairros próximos de Belo Horizonte, como o Barreiro, Tirol, Vale do Jatobá e Regina. Ou municípios como Ibirité, Mário Campos e Sarzedo. Ou Nova Lima. Dali também é possível observar diversos e distintos monumentos arquitetônicos. “Lá no alto”, disse Joãozinho, “naquela BR 040, onde tem aquele motel do alto do [conjunto] Califórnia...”. Pode-se ver também o Shopping Itaú e a rede de lojas Leroy Merlin (Cidade Industrial); a Escola Estadual Helena Guerra (Eldorado); o BH Shopping (bairro Belvedere), dentre outros.

Vê-se muito mais. Até o indistinguível. “Cê vê”, disse Joãozinho, “mesmo que você, na sua ideia, não sabe onde é que está lá”. De longe, muitas vezes, só são vistos sinais, pontos equidistantes da paisagem ao redor do Lindeia. Contudo, para quem está atento aos interstícios da paisagem, é possível saber quais são os lugares indicados por esses sinais.

A foto abaixo (fig.38), embora de um tempo incerto e de um ponto da avenida Flor de Seda um pouco adiante (um quarteirão) da praça Agapanto, dá uma dimensão da paisagem ao redor do Lindeia. No caso, da nublada serra do Rola Moça e da região de Nova Lima, do BH Shopping, do bairro Belvedere, dentre outros.

*FIGURA 38 - VISTA DE ÁREA PRÓXIMA À PRAÇA AGAPANTO.  
SEM DATA*



*Acervo: Zito*

A Praça Agapanto não é só ponto de percepção da paisagem para os iniciados. Ela é ponto de encontro e de permanência dos moradores do Lindeia e dos bairros adjacentes, como é também lugar de passagem. “Antigamente”, disse Joãozinho, “era ponto de nós fazer a vigília da Ressurreição, procissão do encontro”. As pessoas “vinham”, ele continuou, “do Regina, vinha do ‘Lindeia Velho’ e se encontravam lá e vinham pra cá. Até hoje faz isso. Procissão de Ramos”. Da praça, os fiéis percorriam (e ainda percorrem) as ruas do bairro.

Há notícia de que os moradores do Lindeia, antes de seguirem rumo à missa do trabalhador<sup>45</sup>, na Praça da Cemig<sup>46</sup>, em Contagem (como se verá no quarto capítulo), passaram, a partir de determinada época, a se concentrar na Praça Agapanto. Dali, eles encontram outros, do bairro Regina, e todos rumam juntos até o local do evento anual.

Com árvores verdejantes e bem cuidadas e com bancos coloridos, a Praça Agapanto, como mostra a foto abaixo (figura 39), aparenta um bucólico ambiente. Praça, que como disse Joãozinho, “fica lá no final, lá em cima, lá na [avenida] Flor de Seda, lá no alto. Cá, ali, aonde eu moro”. O *final* é o atual ponto final da linha de ônibus 1280 (Lindeia/Via Cidade Industrial/Belo Horizonte).



*FIGURA 39 - PRAÇA AGAPANTO. ANO: 2018*



*Foto: Luiz Divino Maia*

## Notas Capítulo 1

---

<sup>1</sup> Segundo verbete da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC), Washington Ferreira Pires nasceu em 1892 e foi médico, professor da faculdade de Medicina de Minas Gerais e advogado. Mas seu reconhecimento maior se deu pela sua carreira política. Deputado estadual de 1923 a 1930, ele foi também deputado federal, quando ficou no cargo até a dissolução da Câmara em virtude da vitória da Revolução de 1930, em outubro. Em 1932, foi ministro da Educação e Saúde, cargo que ocupou até 1934. Em outubro desse ano, elegeu-se deputado federal e exerceu o mandato até 1937, quando o advento do Estado Novo suspendeu o funcionamento de todas as câmaras legislativas do país. Em 1956 foi nomeado titular da Secretaria de Saúde e Assistência de Minas Gerais, onde permaneceu até 1958. Morreu em novembro de 1970.

<sup>2</sup> A casa de dona Lindeia e de Washington Pires localizava-se na área central de Belo Horizonte. Mais precisamente, ao que consta, à rua Rio de Janeiro, esquina com rua Augusto de Lima.

<sup>3</sup> Maria Aparecida Galdino nasceu (em 1964) no Lindeia antes de ali ser constituído como bairro. Maria Aparecida é filha do falecido Oscar Galdino, filho caçula de Galdino Valério e Ana Firmina. As informações prestadas por Maria Aparecida fazer parte de uma conversa realizada com ela no dia 03 de novembro de 2020, em uma calçada da rua Galdino.

<sup>4</sup> Aládia Ruas de Oliveira nasceu em 1939, em Francisco Sá (MG). Em 1967 ou 1968, ela mudou-se para o “Lindeia Velho”, ocupação local de casa surgida com o loteamento da fazenda de dona Lindeia. Antes, ela morou em uma vila na Cidade Industrial, em Contagem (MG), a “vila da vaquinha”. Todas as informações dadas por Aládia fazem parte uma conversa realizada com ela no salão da igreja Jesus Ressuscitado, durante o intervalo do encontro do grupo de terceira idade “Recanto da Amizade, no dia 14 de março de 2018. Depois, Aládia prestou mais duas entrevistas para essa pesquisa, ambas realizadas em sua casa (rua Amaranto, nº 103). Uma em 29 de julho de 2019 e a outra em 22 de janeiro de 2020.

<sup>5</sup> Nascida em 1964, Otilia Maria dos Santos Coelho é neta de dona Zulmira. As informações prestadas por Otilia são fruto de conversa realizada no passeio da rua Flor da Páscoa, no dia 26 de junho de 2021.

<sup>6</sup> Luzia Rodrigues de Araújo nasceu em 1947 no terreno que Veluziano Valério Rodrigues, seu pai, herdou de seus pais (seus avós), Galdino Valério e Ana Firmino. Ali Luzia viveu até casar-se, em 1969. Portanto, ela conheceu de perto a fazenda de dona Lindeia. Depois de casada, Luzia foi morar em Santa Luzia (MG). Mas, quatro anos depois ela voltou a morar no terreno da família – em um trecho que, futuramente, ela herdou de seu pai (trecho atualmente localizado à rua Adália, nº 78). Todas as informações dadas por Luzia fazem parte de uma entrevista realizada com ela no dia 11 de março de 2020, no salão da igreja Jesus Ressuscitado.

<sup>7</sup> Onde é o Lindeia, pertenciam de fato e de direito à dona Lindeia. Onde é o bairro Washington Pires, em Ibirité, pertenciam ao seu marido. Onde é o bairro Regina, pertenciam à filha (ou sobrinha) do casal.

<sup>8</sup> Washington Pires é um bairro de Ibirité próximo ao Lindeia. Note-se que, tal como dona Lindeia foi “homenageada” com nome de bairro, seu marido igualmente recebeu tal honraria.

<sup>9</sup> Se o Lindeia tem tal designação por causa da proprietária da fazenda que deu origem ao bairro, se há um bairro Washington Pires nas cercanias do Lindeia, o bairro Regina é também fruto dessa confluência “parental”. Regina, para alguns, era filha de dona Lindeia e de Washington Pires. Para outros, era sobrinha do casal.

<sup>10</sup> Vikus é Divino José dos Santos. Nascido em 1939, com quatro anos de idade (em 1943), ele foi com os pais morar no Tirol (na época, Jatobá), em uma chácara rente à linha férrea. Em 1975, já casado, Vikus mudou-se para o Lindeia para morar em uma casa na esquina da atual rua Antônio Celestino com rua das Petúnias. Todas as informações prestadas por Vikus fazem parte de uma entrevista realizada com ele no dia 18 de fevereiro de 2020, no Bar e Restaurante Santos, de sua propriedade. O bar e a casa foram demolidos para a construção de uma passarela que ligará o Lindeia ao Tirol. Vikus, ao que consta, mudou-se para Sarzedo (MG).

<sup>11</sup> Galdino Valério e Ana Firmina, antes de mudarem para o futuro Lindeia, viviam em um terreno próximo à Nova Lima (MG). Quando saíram de lá, não sabiam que eram donos de tal terreno. Os filhos só souberam disso quando – nos anos de 1960 – foram procurados por um grupo de pessoas interessadas em comprar o terreno (comprar para a construção da mineração Morro Velho). Inclusive, eles foram com os desconhecidos até um

---

cartório de Contagem para oficializar a venda do terreno. Venda que renderia muito dinheiro aos membros da família. Renderia, pois eles nunca viram a cor do dinheiro.

<sup>12</sup> O terreno de Galdino Valério no Lindeia foi dividido entre os herdeiros e a maioria e seus descendentes vivem ali desde então, cada um em uma casa nas atuais ruas Galdino, Rodrigues Campos e Adália.

<sup>13</sup> Como a irmã mais velha de Luzia, Maria Efigênia, nasceu (em 1942) na casa de seus pais (na casa, de fato, pois, na época, o comum era uma parteira visitar a gestante e ali mesmo fazer os “trabalhos de parto”), a velha casa tem mais ou pouco mais que a idade de Maria Efigênia em 2020. Ou seja, 78 anos.

<sup>14</sup> Como Augustinho tem problemas de saúde, a casa onde ele vive, dia e noite, recebe a visita de muitos conhecidos, amigos e parentes. Todos com o intuito de dar atenção e de cuidar dele.

<sup>15</sup> Mercês Martides Rodrigues de Araújo, irmã de Luzia, também nasceu na casa de seus pais (mas em 1946). Casa que, originalmente, fazia parte do terreno dos seus avós paternos. Todas as informações dadas por Mercês fazem parte de uma entrevista realizada com ela no dia 15 de janeiro de 2020, na antiga casa da família (rua Rodrigues Campos, nº 65), onde reside seu irmão, Augustinho.

<sup>16</sup> Mário Garibaldi da Silva nasceu em 1964 e foi morar no Lindeia em 1975 (mais precisamente em uma casa à rua Flor de Páscoa, nº 452), com onze anos. As informações prestadas por Mário fazem parte de uma entrevista realizada com ele no dia 23 de outubro de 2019, no salão da igreja Jesus Ressuscitado.

<sup>17</sup> João Felipe, nascido em 27 de junho de 1964, é filho caçula de Zé Felipe e reside em um dos lotes da antiga chácara. As informações prestadas por ele fazem parte de uma conversa realizada com ele às portas de sua casa, no dia 26 de junho de 2021.

<sup>18</sup> Vicente de Deus Garcia é filho de Benjamin Garcia, o “tio” Beijo. Nascido em 1950, ele, com doze anos (em 1962), foi morar na vila Amazonas. Todas as informações prestadas por Vicente fazem parte de uma entrevista realizada com ele e com sua companheira, Luiza Lopes da Costa, em sua casa (rua Rore de Carvalho, nº 250), no dia 17 de março de 2020.

<sup>19</sup> A história que mãe de Otília, Maria Vanda, sempre contou para ela foi outra. Dona Zulmira, após enviuvar, saiu do interior para morar em Belo Horizonte perto da sua irmã, Marieta. Como Marieta era empregada da casa de dona Lindeia, no centro da cidade, ela indiciou Zulmira à patroa para trabalhar na fazenda. Com o tempo, estabeleceu-se uma relação de confiança mútua entre dona Zulmira e seus patrões. Assim, como tinha um valor considerável de dinheiro em poder, dona Zulmira, com receio de deixá-lo em um banco, o repassou à Washington Pires para que ele guardasse para ela. O fazendeiro fez isso - e nunca devolveu o dinheiro à empregada. Assim, quando a fazenda foi loteada, dona Lindeia, para “compensar” dona Zulmira, deu-lhe um pedaço de terra. Mas o valor do terreno era muito inferior ao montante deixado por dona Zulmira ao seu patrão.

<sup>20</sup> Ilza Ana dos Santos nasceu em Conselheiro Pena (MG) em 1942, onde viveu até casar-se com Etelvino Gomes dos Santos. Depois, o casal morou por cerca de cinco anos em Jauru no estado do Mato Grosso. Como Ilza se mudou para o Lindeia em 1972, ela não foi contemporânea da fazenda de dona Lindeia. No Lindeia, Ilza morou cerca de quatro anos de aluguel até comprar um lote e construir ali sua casa, onde ainda reside com o marido. Todas as informações prestadas por Ilza fazem parte de uma entrevista realizada com ela no dia 10 de março de 2020, em sua casa (rua Flor da Páscoa, nº 179).

<sup>21</sup> O *barracãozinho* era uma área de chiqueiros que dona Zulmira mandou reformar para construir – aproximadamente em 1980 – uma morada para abrigar uma prima. A prima faleceu e quem reside ali é uma das suas filhas (da prima).

<sup>22</sup> A data do nascedouro da vila Amazonas baseia-se nas lembranças de Luzia de que estava com cerca de treze anos de idade quando, de sua casa, ela notou as primeiras casinhas despontando na localidade. Como Luzia nasceu em 1947, deduz-se que tal fenômeno ocorreu no início da década de 1960.

<sup>23</sup> A antiga “vila dos marmiteiros” estava localizada relativamente perto do parque de exposição Expominas, no bairro Gameleira, em Belo Horizonte.

---

<sup>24</sup> A via Expressa só viria a ser inaugurada em 1980. Atualmente, ela tem 23 quilômetros de extensão e liga os municípios de Belo Horizonte à Betim (passado por Contagem).

<sup>25</sup> Nilza Amância Lopes Dias nasceu em 1937, em Ouro Preto (MG). Dali, com três anos, ela mudou-se para Barão de Cocais (MG), onde morou até se casar, quando tinha vinte anos. Casada, Nilza mudou-se para Timóteo (MG), onde viveu por oito anos. Em seguida, ela foi para o bairro Amazonas, em Contagem, onde viveu por dois anos até mudar-se, em 1967, para o “Lindeia Velho”. As informações prestadas por Nilza fazem parte de uma entrevista realizada com ela em sua casa (rua dos Juncos, nº 132), no dia 15 de janeiro de 2020. Nilza faleceu em junho de 2020.

<sup>26</sup> O *dinheirinho* era a indenização que os ex-moradores da “vila dos marmiteiros” receberam quando saíram de lá para a construção da via Expressa.

<sup>27</sup> Conceição Aparecida de Sousa concedeu entrevista em sua casa (rua Alfazema, nº 110), no dia 15 de fevereiro de 2019. Entrevista realizada na companhia de seu marido, Roberval. Conceição foi morar no Lindeia, mais precisamente na antiga vila Amazonas, no ano de 1975.

<sup>28</sup> Luiza Lopes da Costa nasceu em 1955. Com doze anos de idade (em 1967), ela mudou-se para a vila Amazonas. Mudou-se para morar com os pais, que, desde 1962, já moravam ali. As informações prestadas por Luzia fazem parte de uma entrevista realizada com ela e com seu companheiro, Vicente de Deus Garcia, em sua casa (Rua Rore de Carvalho, nº 250), no dia 17 de março de 2020.

<sup>29</sup> Não confundir o bairro Amazonas com a vila Amazonas. O bairro Amazonas, embora relativamente próximo ao Lindeia, pertence à Contagem e foi fundado no início dos anos de 1960.

<sup>30</sup> A designação “Lindeia Velho” engloba hoje a antiga vila Amazonas e todo o espaço ao seu redor. Mas não existe qualquer registro de tal designação. O evocativo “velho” se fez assim em contraposição ao povoamento ocorrido posteriormente, ou seja, o que ocorreu de meados de 1970 em diante. A partir daí todo o território passou a ser considerado “Lindeia Novo” e depois “Lindeia”.

<sup>31</sup> Zélio José Gerônimo nasceu em 1949, no município de Alegre (ES). Aos dois anos, ele foi para Barra de São de Francisco (MG), onde morou até os vinte e três anos de idade (1973). Dali mudou-se para Belo Horizonte (bairro Jardim América), onde permaneceu por cerca de seis meses. Depois, mudou-se para o bairro Novo Progresso, em Contagem. Do Novo Progresso, no final de 1974 ou início de 1975, Zélio mudou-se para o Lindeia, cuja casa ele reside desde então (rua Amor do Campo, nº 118). Todas as informações prestadas por Zélio fazem parte de uma entrevista realizada com ele em sua casa, no dia 13 de dezembro de 2020.

<sup>32</sup> Joãozinho é João Vicente Pereira. Nascido em Turumirim (MG), no ano de 1949, ele mudou para o Lindeia em 1985, depois de morar em outros bairros de Betim e de Contagem. As informações prestadas por Joãozinho fazem parte de uma entrevista realizada com ele no dia 12 de novembro de 2019. Entrevista iniciada no salão da igreja Jesus Ressuscitado e encerrada na Praça Agapanto.

<sup>33</sup> Nascido em 1932 em Belo Vale (MG), Roberval Pires de Oliveira mudou-se para o “Lindeia Velho” em 1967. Todas as informações prestadas por Roberval fazem parte de duas entrevistas realizadas com ele. Uma no salão da igreja Jesus Ressuscitado, no dia 03 de abril de 2018, durante o intervalo do encontro do grupo de terceira idade Recanto da Amizade e outra em sua casa (rua Alfazema, nº 110), na companhia de sua esposa, Conceição Aparecida de Sousa, no dia 15 de fevereiro de 2019.

<sup>34</sup> O Lindeia (“Lindeia Novo” à época), nas impressões dos moradores antigos, se constituiu como bairro quando o povoamento local se estendeu para além dos limites do “Lindeia Velho”. Em termos de cronologia, isso teve início nos primeiros anos da década de 1970, aproximadamente.

<sup>35</sup> Joaquim Helmer, nascido em 1959, mudou-se para o Lindeia em 1977. Mudou-se para uma casa localizada à rua Poinciana, nº 748, onde mora desde então. Todas as informações prestadas por Joaquim fazem parte de uma entrevista realizada com ele no dia 11 de abril de 2019, no salão da igreja Jesus Ressuscitado.

<sup>36</sup> Cacilda Boaventura da Silva nasceu em Raul Soares (MG), em 1950 e mudou-se para o Lindeia em 1975. Todas as informações prestadas por Cacilda fazem parte de uma entrevista com ela no corredor do salão da

---

igreja Jesus Ressuscitado, em 21 de agosto de 2019, durante o intervalo do encontro do grupo de terceira idade “Recanto da Amizade”.

<sup>37</sup> Valdivino Satir Rodrigues nasceu em Amparo da Serra (MG). Mudou-se para Belo Horizonte em 1967, onde morou no bairro Alto da Barroca. Em 1972, foi para o Eldorado, em Contagem, até mudar-se, em 1975, para o Lindeia. Todas as informações prestadas por Valdivino fazem parte de uma entrevista realizada com ele em sua casa, localizada à avenida Flor de Seda, nº 1418, no dia 03 de fevereiro de 2020.

<sup>38</sup> O trecho onde Valdivino e os vizinhos compraram lote e construíram suas casas atualmente engloba as ruas Flor de Seda, rua Hildemar Falcão e rua Antônio Celestino.

<sup>39</sup> Consta que alguns anos atrás um dos padres do Lindeia resolveu mudar o nome da igreja para Comunidade Nossa Senhora da Abadia. Com isso, a paróquia (composta pela dita comunidade, a comunidade Nossa Senhora da Conceição e a comunidade Nossa Senhora das Graças, do bairro Regina) passou a ser identificada como “Jesus Ressuscitado”. Mas, entre os velhos moradores do Lindeia, a designação válida é a antiga. Por isso, ela será assim tratada nesse e nos demais capítulos.

<sup>40</sup> Verônica Maria de Souza, nascida em Almanara (MG), em 1961, percorreu várias cidades antes de mudar-se, ainda criança, para Contagem. Em 1990, já casada, Verônica foi para o Lindeia. Todas as informações prestadas por Verônica fazem parte de duas entrevistas realizadas com ela. Uma no salão da igreja Jesus Ressuscitado, em 30 de outubro de 2019, e outra em sua casa (rua Antônio Celestino, nº 71), em 30 de janeiro de 2020.

<sup>41</sup> Ao todo, a obra da barragem de retenção de cheias, que conta com os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, tem 2,5 km de extensão. Com seu término, será construído ali um parque. A área contará com três quadras poliesportivas, uma pista de caminhada no entorno da barragem, uma pista de skate e uma unidade da academia a céu aberto. Além disso, será feita a canalização do córrego Camarões, uma avenida sanitária será toda pavimentada e haverá remanejamento de interceptores de esgotos.

<sup>42</sup> A imobiliária Sancruza foi a responsável por vender os lotes que originalmente pertenciam à fazenda de dona Lindeia. Em princípio, eram vendidos apenas lotes. A venda com uma casinha nos fundos de cada lote ocorreu em período posterior e em trechos específicos do bairro.

<sup>43</sup> Para os moradores, o campo do Estrela situa-se no bairro Durval de Barros. Contudo, sua localização é um tanto imprecisa: ali parece uma encruzilhada a indicar o início desse bairro (em Ibirité), o final do bairro Santa Maria e uma parte do Riacho, que pertencem a Contagem.

<sup>44</sup> “Lindeia Novo” não é somente a área divisória do Lindeia com o bairro Industrial, mas todo trecho povoado a partir de onde está localizada a igreja Jesus Ressuscitado. A designação foi criada para contrapor o “Lindeia Velho”, que, como mostrado, foi a ocupação iniciada em todo o trecho que fazia divisa com a vila Amazonas.

<sup>45</sup> A Missa do Trabalhador começou a ser celebrada em 1968, quando religiosos do bairro Vale do Jatobá (em Belo Horizonte) tiveram a ideia de criar uma cerimônia voltada às causas sociais e aos problemas do povo da época. Mas só em 1976 que a missa passou a atrair adeptos de diversas vilas e favelas da cidade e do interior de Minas Gerais, além de sindicatos e movimentos populares.

<sup>46</sup> A Praça da Cemig, na Cidade Industrial, dista cerca de cinco quilômetros do Lindeia. A praça é assim designada pela sua proximidade com a Companhia Energética de Minas Gerais, instalada ali desde 1952.

## CAPÍTULO 2 - LAÇOS E “LUTAS” NO LINDEIA

### 2.1. TEORIZAÇÃO SOBRE O TEMA: TRAÇO MENTAL DE INTERESSES COMUNS

Comunidades com interesses comuns não quer dizer comunidades com interesses únicos, mas interesses igualmente atendidos. “Um dos maiores trunfos de uma cidade”, escreveu Jacobs (2011, p. 130), “se não o maior, é formar comunidades com interesses comuns”.

A cidade, caracterizada por comportar fragmentos de interesses, é o mais favorável campo de formação desse tipo de comunidade. A cidade sempre “reuniu povos dos confins da terra porque eles são diferentes e, por isso, úteis uns aos outros e não porque sejam homogêneos e de mesma mentalidade” (WIRTH, 1976, p. 98).

A *mentalidade* formada na cidade é caracterizada pela junção de estruturas e de dinâmicas sociais, que, com o tempo, tornaram-se elementos capitais para a união, fruição de ideias e estruturação de atividades grupais (LE GOFF, 1988). Isso, em última medida, restringe o apetite dos homens e lhes impõe o aprendizado da reciprocidade. A cidade, enfim, “tem uma dimensão técnica e uma dimensão simbólica, é material e espiritual, é artefato e é espaço de formação pessoal de convivência entre pessoas” (RISÉRIO, 2019, p. 398).

Pode-se dizer, então, que a expressão geográfica da cidade se converte em um quadro urbano de sentimentos recíprocos. Assim, para lembrar Park (1976), não é incomum que cada parte da cidade, tomada em separado, se cubra com os sentimentos peculiares à sua população.

É preciso ressaltar, contudo, que a existência urbana, por envolver um alto grau de interdependência entre os homens, envolve também uma forma complicada, frágil e volátil de inter-relações mútuas sobre muitas fases das quais esses mesmos homens não conseguem ter controle (WIRTH, 1976). Todavia, se isso empobrece ou reprime a ação individual, por outro lado, instiga novas possibilidades de convívios e de ações sociais.

Nesse terreno de tão contrastante movimento urbano de forças, costuma despontar a memória coletiva. Memória que, na definição de Bosi (1994), é uma maneira de atuar na sociedade característica de uma geração. Dessa forma, a identidade dos habitantes de um lugar, constituída com outros que vivem e viveram ali na mesma época, passa a ser definida “(...) como jogo simbólico no qual a eficácia depende do manejo competente de elementos culturais” (MONTERO, 1997, p. 63).

Os espectros da cidade, assim, renascem como marcas de um lugar e como espaço territorial. Com isso, o urbano se transporta como imagem de uma forma de ser. Isto é, o ethos. Ethos pautado por uma diretriz cultural bem definida, com uma tendência de manter uma escala de relação de utilidade de uns para com os outros, cujo papel desempenhado na vida social é encarado como meio de se alcançar os fins desejados (WIRTH, 1976). Mas isso, embora cada indivíduo, em graus consideráveis, seja “arquiteto de seu próprio mundo” (RISÉRIO, 2019, p. 73), só faz sentido se cada um estiver voltado para as conquistas sociais.

Conquistas, no caso das tratadas neste capítulo, tornadas com algum grau de sentido e consideradas a partir da sobrevivência de todos. Ou ao menos de todos circunscritos a um lugar e uma época. Nesse contexto, como se verá, a disposição de cada um em “(...) subordinar um pouco de sua individualidade às exigências da comunidade maior” (WIRTH, 1976, p. 106) foi condição imprescindível.

De resto, ressalta-se que, viver em sociedade, não é uma escolha. Mulheres e homens, como lembrou Geertz (1989), são fundamental e essencialmente seres sociais – sociais e amarrados às teias de significados que eles mesmos teceram.

## 2.2. PADRES JESUÍTAS: ESTEIOS DO POVO

*Os padres antigos dedicavam mais ao social,  
traziam mais ajuda pra região.*  
Verônica

Dispostos a exercer o sacerdócio em uma nova terra e em comunhão com a instituição à qual estavam vinculados - a Igreja Católica -, os padres jesuítas do Lindeia buscavam conciliar o ideal de salvação terrena com a celestial. As mulheres e os homens locais, por seu turno, precisavam de um mediador para ajudá-los a fixarem-se no nascente bairro.

No caso, não um, mas dois mediadores: o padre Miguel e depois o padre Caneda. Como os relatos sublinharam à saciedade, os padres, tipos informais de figuras públicas e incentivadores da pequena sociedade em torno deles, tornaram-se líderes e encarnações do ethos local. Para a maioria, eram quase santos.

Eram homens. Homens de um tempo. Um tempo em que as ações em prol da arquitetura social do Lindeia fez emergir a coexistência do particularismo segmentário do bairro com o universalismo da religião cristã.

Em tal ambiente, como se verá, a comunhão política dos párocos com os membros da comunidade local fez-se incontestável. “Os padres”, disse Selita, “não falavam, ‘vota no partido e fulano tal’. Mas indiretamente, pra quem sabe ler um pingo é letra, entendeu? Então, indiretamente, era uma política”. Ainda assim, havia pessoas que não aceitavam padres falando de política. A ideia de uma comunidade homogênea, em que todos falam a mesma “língua”, como se vê, não condiz com comunidades reais.

A maioria, contudo, apoiava incondicionalmente as ações e os pendores políticos dos padres. Apoiavam porque, em última instância, essas ações beneficiavam a todos. “Parece”, contou Verônica, “que os padres antigos dedicavam mais ao social, traziam mais ajuda pra região”. Os padres, de fato, como seus eternos admiradores não deixaram de sublinhar, levaram ajuda e proteção à população, como elevaram a autoestima das gentes locais.

### 2.2.1. Padre Miguel

O sustentáculo do Lindeia era o padre Miguel Elosua Rojol<sup>47</sup>. Desde que aportou no bairro (início da década de 1970), ele fez-se figura ímpar. A imagem da chegada de um homem com bolsa a tiracolo e em trajes hippie está impregnada na mente de todos. Imagem destoante do estereótipo dos padres em geral: homens circunspectos e de roupas austeras.



Tal advento foi um fato único. Contado e recontado por todo o Lindeia, ele tornou-se parte da crônica local. Roberval, aos risos, apresentou sua mais completa tradução do fato.

Cê vê, quando o padre Miguel veio pra cá, o “tio” Beijo disse: “Eu estou cismado com esse padre...”. Ele foi no bispo e falou assim: “Oh dom João<sup>48</sup>, o senhor trouxe para nós um vigário ou um vigarista?”. Aí o dom João falou pra ele: “Não, o jesuíta é um padre muito bom”. Aí depois o padre Miguel falou com ele [com o “tio” Beijo]: “Oh seu sem vergonha, você me chamou de vigarista”. E ele: “Pelo amor de Deus, me perdoa”.

Quem conta um conto (um fato) nem sempre aumenta um ponto. Nilza, ao tratar do fato, aludiu ao trocadilho “vigarista” pronunciado por “tio” Beijo (figura a ser tratada adiante) quando este pela primeira vez viu o vigário<sup>49</sup>. Tal reação, mesmo em tom de brincadeira, fazia sentido, pois, “padre naquele tempo” disse Nilza, “era de batina, e o padre Miguel chega aqui daquele jeito, sandalinha no pé, com malinha assim fuleira na mão, toda cheia de poeira”.

As narrativas ganham força se são excepcionais. Mais que valores, elas transmitem verdades simbólicas (THOMPSON, 1992). Um caso muito comentado em relação ao padre Miguel foi sua experiência como metalúrgico. As repercussões e implicações disso foram muitas. Mercês, por exemplo, contou que seu pai, ao conhecer o padre, custou a acreditar que ele fosse pároco. Um padre metalúrgico, de fato, era algo excepcional.

Não era comum, mas era verdade. Quando Valdivino chegou ao Lindeia, como ele lembrou, o padre, ao menos durante o dia, era visto no bairro basicamente nos finais de semana. Nos dias úteis, “ele”, disse Valdivino, “tava lá na empresa trabalhando de torneiro, de soldador numa empresa, esqueço o nome dela”. Outros, por seu turno, não esqueceram o nome da empresa – e as versões sobre isso, como se pode ler nas notas, foram díspares<sup>50</sup>.

Independentemente da empresa que o empregava, o padre Miguel era cioso de suas obrigações. “Ele”, disse Aládia, “celebrava a missa num sábado, num domingo, na segunda-feira tá indo com a marmita dele, indo para o serviço trabalhar”. Como os jesuítas, conforme explicou Aládia, não aceitavam que seus padres recebessem salário (seja no sacerdócio ou em outra função), quanto mais se eles estivessem em uma comunidade pobre, o padre Miguel trabalhava na empresa sem ficar com a remuneração mensal a que tinha direito (o dinheiro, ao que consta, servia para bancar as obras construtivas da igreja).

O padre Miguel, de todo modo, não trabalhava como operário por dinheiro ou por interesse profissional. “Ele queria mesmo”, disse Selita, “era ter uma experiência de

metalurgia pra ver como que era o trabalho numa fábrica”. O padre *queria mesmo* era viver como a população masculina do Lindeia, majoritariamente metalúrgica, vivia. Isso, aliás, faz lembrar Martins (2008). Os operários, segundo ele, não apenas exercem funções no espaço fabril; eles também vivem as consequências e as possibilidades sociais do trabalho.

O efeito dignificador do trabalho, ademais, sempre teve relevância simbólica no Lindeia. Mesmo se o padre não tivesse feito nada pelo bairro, só o fato de ter trabalhado como os mortais comuns<sup>51</sup> já seria suficiente para dar-lhe prestígio entre as gentes locais. “No bairro”, disse Joãozinho, “vê-se política com os olhos do trabalhador, enxerga-se Jesus Cristo no trabalhador”. A leitura que se faz das ações do filho de Deus, para os moradores mais antigos, é *política*. Um Cristo reivindicatório e contrário aos desmandos dos “poderosos”.

Contudo, com o tempo, conciliar as funções de pároco e de operário foi se tornando cada vez mais complicado. O dilema entre a batina (que o padre não usava no dia a dia) e o macacão (que possivelmente usava na empresa) fora instalado. Assim, “quando”, disse Selita, “viu que não tinha mais jeito, que a comunidade cresceu muito, ele deixou o trabalho”.

Ou *deixou o trabalho* por pressão da comunidade. Comunidades, como se sabe, são muitas. “Nas reuniões”, disse Ilza, “sempre discutia isso, né, porque ele não podia trabalhar empregado assim, servir duas...”. As reticências, como se as palavras quisessem sobreviver à pontuação, significam servir a Deus (à Igreja) e ao Diabo (aos patrões).

Outros explicaram que o padre deixou o trabalho por pressão da empresa. “Quando”, disse Roberto<sup>52</sup>, “descobriram que ele era padre, mandaram ele embora”.

A explicação de Mercês para a saída do padre da empresa foi outra. “Mil coisas”, disse ela, “que ele tinha vontade de fazer, de crescer com o povo”. Então, para cumprir esses compromissos, o pároco teria de dedicar-se integralmente ao sacerdócio.

O valor do padre Miguel provinha também de seu gênio. “O natural dele”, disse Cacilda, “era fechadão”. Homem severo e doce, distante e próximo, frio e afável, ferro e veludo, ele, mesmo assim, agradava a todos. Ou quase todos, acólitos ou não. Quase todos não se cansaram de prestar-lhe homenagens, de boca pra boca, de todos os modos.

Mercês conhecia bem padre Miguel, era unha e carne com ele. “O padre”, disse ela, “era rígido, mas era uma pessoa amiga de todo mundo. Ele ajudava e trabalhava mesmo com o povo, né? O povo, né, ia atrás (...) todo mundo via que era bom o que ele fazia”. O povo do Lindeia pautava-se na índole “gente como a gente” do pároco.

Ser igual aos homens comuns é o que tornava o padre Miguel um ser tão especial. Tão especial que “estava escrito” que ele seria o pároco do Lindeia. “Eu sonhei”, disse Selita,

“com ele um dia antes, como se fosse hoje, eu tinha sonhado com ele de ontem pra hoje. Nem conhecia e – engraçado - a pessoa que eu sonhei era ele. Mesmo jeito, o mesmo. Incrível!”.

Se, contudo, como se diz, nem Jesus agradou todo mundo, não é surpreendente saber que o padre Miguel não alcançou unânime aceitação popular. “Todo lugar”, disse Selita, “tem um traíra”. *Traíra*, na linguagem coloquial, é traidor. Havia, por certo, alguma clivagem ideológica a seccionar o bairro. A maioria, porém, não pensava assim. “Gosto”, contou Selita, “do padre que é de ‘luta’; a igreja tem falar de coisas políticas, de ação”. Lembrar-se do padre, então, é lembrar-se de sua disposição política de levar os membros da comunidade a alcançarem autonomia. “Ele”, Selita resumiu, “deu o peixe, deu a vara e ensinou o povo a pescar”. Assim, os laços horizontais locais, baseados em um sentimento de comunidade, conviveram proximamente com seu laço vertical mais proeminente.

A postura do padre, aliás, não se apartava de uma linha da Igreja Católica que, à época, era muito influente. Linha que, conforme Valladares (2005), ganhou, a partir do início dos anos de 1970, muita força. A ideia do “povo como sujeito”, segundo ela, especialmente entre os seus setores progressistas, fez-se, nessa época, muito presente no discurso da Igreja. A “ética do compromisso social”, com a influência de correntes europeias, como a “filosofia da práxis” e a interpretação marxista da sociedade e da cidade, também se fazia notar nas ações dessa corrente do catolicismo. Enfim, todo um universo voltado ao “fazer solidário”<sup>53</sup>.

Uma das principais ações do padre Miguel em favor do Lindeia foi seu empenho pela criação dos grupos de Evangelho (ou grupos de reflexão). Grupos que, em reuniões semanais (sempre nas casas dos participantes), discutiam questões caras aos problemas locais. Dessa forma, as reuniões, ao funcionarem como ponte entre a vida cotidiana e os ensinamentos da Igreja, tornaram-se embriões de uma religião de traços socializantes. A partir daí, “a população”, disse Nilza, “começou a enxergar isso e aí começamos a formar a associação; formou o ‘grupo de mães’ e começou a ‘luta’ pelas melhoras do bairro”.

Exemplos referentes a isso abundaram. Eis um. Como o Lindeia, nessa época, situava-se entre Belo Horizonte e Ibirité (hoje também entre Contagem), a sua divisão territorial não estava clara. Com isso, os moradores do bairro eram obrigados a pagar o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) aos dois municípios.

Para solucionar isso, a intervenção do mais influente mediador local fez-se imprescindível. “O padre Miguel”, disse Roberval, “botou um advogado muito bom, o Faria, e ele foi cuidar de ver se era certo lá em Ibirité ou se era aqui”. Com a ação do advogado, o Lindeia, resumindo, tornou-se bairro de Belo Horizonte.

No mundo burocrático, nada se resolve de uma só vez. Às vezes, nada se resolve. Assim, restou uma pendência. Os valores que os contribuintes pagavam à prefeitura de Ibirité, depois de o Lindeia ter sido oficialmente considerado com bairro de Belo Horizonte, não eram restituídos. Havia, então, o risco de Ibirité continuar a cobrança de impostos.

Diante disso, não havia como prescindir da mediação do padre Miguel. Só ele poderia aparar os golpes de aríete desferidos pelos poderes estabelecidos contra as gentes humildes. Assim, foi preciso que o pároco, fosse com um grupo de moradores por diversas vezes à prefeitura de Ibirité para contornar de vez a situação. O que acabou ocorrendo.

A mais conspícua atuação do padre Miguel no Lindeia, entretanto, foi sua intermediação em favor da construção da igreja Jesus Ressuscitado. O pároco foi a “cabeça” e o povo a “mão” em proveito de tal façanha. Em meados dos anos de 1970, o bairro carecia de uma igreja para atender as necessidades espirituais dos seus moradores e o padre de um lugar para colocar em prática seus ideários religiosos e políticos. Diante dessa fome ajuntada à vontade de comer, o inquieto sacerdote imiscuiu-se em convencer a população local a engajar-se nessa empreitada arquitetural.

A igreja, tão logo foi iniciada sua construção, tornou-se irremediavelmente ligada ao padre Miguel. Quando erguida, mais ainda. Assim, igreja e padre, como sugere a foto abaixo (figura 40), tornaram-se “corpo” único. A foto, aliás, faz pensar que a cruz está no pensamento do padre como um guia a conduzir seus caminhos em favor do povo do Lindeia.

*FIGURA 40 - PADRE MIGUEL E IGREJA*



*Acervo: Cacilda Boaventura da Silva*

A igreja, então, tornou-se o mundo, o porto, a casa e a tribuna do padre Miguel. O que ocorria no seu púlpito, durante as missas, quase sempre se transformava em um evento “político” carregado de emoção<sup>54</sup>.

Toda ação, quanto mais a contestatória, traz uma reação. Assim, para vigiar o padre, não era incomum que a igreja, durante as missas, contasse com a infiltrada presença de representantes dos poderes constituídos. Presença que não passava despercebida. “A gente”, disse Selita, “não é bobo, a gente sabia, claro, porque às vezes a gente ia na procissão, eles arrebatava (não sei se era eles, se mandava alguém), pegava os papel, os folhetos da missa tudo”. À procura de ideias subversivas, tudo era perscrutado.

Mas nada parecia refrear o ímpeto do pároco. Do alto do púlpito, ele, em tons desafiadores, não se fazia de rogado. “O padre”, disse Ilza, “falava rasgado mesmo. Falava assim: ‘Se tem alguém que quer gravar o que falo, não fica longe não; pode pôr o gravador aqui perto para gravar’”.

No conteúdo e na forma, as missas celebradas pelo padre Miguel eram cerimônias globais. Ali, reunia-se a população do Lindeia e dos bairros adjacentes. As heterodoxas homilias do padre, nesse cenário, funcionavam como récitas para a propagação de ideias religiosas e “subversivas”. Ideias que, por sua vez, eram meios de comunicação com o mundo. Com isso, atestava-se a noção de que o “paraíso” ocorria quando se estava bem neste mundo e o “inferno” quando se estava mal.

De resto, as notícias em relação às posturas do padre rompiam as barreiras do Lindeia. “Nossa Senhora”, disse Cacilda, “essa nossa comunidade ficou famosa”. A fama devia-se ao padre. “Quando a gente”, contou ela, “chegava lá na prefeitura, eles já perguntavam: ‘Cadê aquele padre bravo lá do Lindeia, aquele padre político?’”.

Não há bem ou mal que dure para sempre. Em 1987 ou próximo disso<sup>55</sup>, a notícia de que o padre Miguel iria sair do Lindeia espalhou-se por todo lado. Como ninguém (ou quase ninguém) queria isso, um burburinho de insatisfação, depois de expandir-se pelo bairro, alcançou a alta cúpula da Igreja. Diante disso, o responsável pelo pedido da transferência do padre (o “reitor”, segundo Cacilda), teve de comparecer à igreja Jesus Ressuscitado para acalmar e conversar com a população – igreja que, neste dia, ficou apinhada de gente. Ali, o “reitor”, depois de ouvir os reclames populares, fez uso de seu poder de persuasão. “Ele”, contou Cacilda, “disse que, como o padre Miguel já tinha nos ensinado a andar, a engatinhar, assim, o padre precisava ir para outras comunidades pobres para ensinar o povo se organizar conforme foi organizado aqui”. Diante de tal argumento – baseado nas premissas jesuítas de

obediência e de difusão do cristianismo – as mulheres e os homens do bairro, mesmo sem concordarem totalmente com as palavras “reitor”, tiveram de aceitar a saída do padre.

Saída que não foi de imediato. O padre Miguel, para não deixar o povo desamparado, ainda ficou um tempo no Lindeia. Mas todos sabiam que sua partida era real e iminente. Tanto é assim que ninguém se surpreendeu quando “ele”, disse Cacilda, “sem marcar dia, nem hora, saiu calado”. Crônica de uma saída anunciada. “Com isso”, contou Cacilda, “o bairro ficou um ar de tristeza, de tanto que estavam achando ruim ele ir embora”.

Mas além dessa versão, existe um sem número de variantes em torno das razões que levaram o padre Miguel a deixar o Lindeia. Para Ilza, tudo ocorreu por perseguição. “Tinha”, disse ela, “uma turminha do Regina que era contra ele. Ele era de um lado e eles do outro”. Diante disso, o padre, para evitar maiores cizânias locais, optou por sair do bairro.

Valdivino deu sua versão do caso. “O padre Miguel”, disse, “saiu do Lindeia não foi porque a diocese tirou ele, provincial tirou ele, é porque ele queria”. Em seguida, Valdivino foi mais específico. “Quando”, concluiu, “o padre Josimo morreu lá no Tocantins, quando eles mataram ele, o padre Miguel pediu pra ir pro lugar dele”<sup>56</sup>.

De todo modo, independentemente dos motivos que levaram a saída do padre Miguel do Lindeia, ele deixou um legado no bairro. “O padre Miguel”, disse Maria da Penha<sup>57</sup>, “é o nosso pai; foi ele que ajudou a fundar tudo aqui; depois, veio os outros, dando continuidade”.

Não um, mas vários legados. Os tangíveis, como as igrejas e as escolas (a serem tratadas em outro capítulo), e os intangíveis, como a conscientização do povo e sua disposição política de “lutar” em prol das melhorias urbanísticas do Lindeia e das condições de vida dos seus concidadãos (tópicos também a serem tratados adiante).

O padre Miguel foi para Palmas (TO). Depois, foi para Fortaleza (CE). Nesse período, por algumas vezes, ele visitou em Belo Horizonte. No Lindeia, parece, ele esteve uma única vez. Ilza, inclusive, recordou-se disso. “O padre”, disse ela, “veio aqui, oh, naquela associação, na escola ‘Tio Beijo’. Aí o pessoal ajuntou lá pra ver ele”. Todos queriam vê-lo pela sua aura e pelo seu imenso prestígio. Alguns também pelo pressentimento de que aquela seria a derradeira oportunidade de vê-lo. De fato, foi. O padre Miguel, ainda que corresse a notícia de sua vontade de voltar a viver no bairro (notícia que trazia grande inquietação entre as gentes locais, sobretudo entre seus contemporâneos), nunca mais fez isso. E nunca mais irá fazer, pois, como mostra a imagem abaixo (figura 41), ele morreu em abril de 2020.

FIGURA 41 - “LEMBRANCINHA”. ANO: 2020



Acervo: Zélio José Gerônimo.

### 2.2.2. Padre Caneda

Outra figura ainda respeitadíssima no Lindeia é o igualmente espanhol padre José Lopes Caneda. Padre que, em substituição ao padre Miguel, ficou por cerca de quatorze anos no bairro. De fins dos anos de 1980 ao começo dos anos 2000. “Quando”, disse Vikus, “ele chegou, o bairro já estava levantado”.

Tal afirmativa, pela sua repetição, merece crédito. O intervalo entre a chegada do padre Miguel e a do padre Caneda ao Lindeia transformou substancialmente o bairro. “O Caneda”, contou Luzia, “já pegou o Lindeia arrumado, as ruas asfaltadas, a iluminação pública nas ruas, tudo”. *Arrumado* arquitetônica e urbanisticamente. Ou com o saneamento básico, a energia elétrica e a água canalizada parcialmente implantada.

De fato, quando o padre Caneda aportou no Lindeia, as obras de infraestrutura urbana do bairro estavam erguidas. Nem todas. “Não tinha”, disse Selita, “a Casa dos Meninos”.

*Não tinha*, foi preciso ter. Tudo começou quando, em meados da década de 1990, alguns meninos de rua foram encontrados dormindo no “alçapão” da igreja. Ao saber disso, o pároco deu ordens para construir um lugar para acolhê-los. Lugar que, pouco depois (em 1996), seria erguido bem em frente à igreja (avenida Flor de Seda, nº 1215) com o apropriado nome de “Casa dos Meninos”. Na foto abaixo (figura 42), a casa pode ser vista.

A Casa dos Meninos, com o tempo, deixou de ser apenas lugar de acolher garotos sem um teto para morar. “A casa”, disse Cacilda, “é uma beleza, né, porque tira, resgata essas

crianças da rua para fazer deles um homem”<sup>58</sup>. *Um homem*, em tal acepção, mais que determinação cronológica de idade, indica assunção de responsabilidade.

Outro marco local, pela obra em si e pela sua inextricável relação com o padre Caneda, é o Lar dos Idosos Recanto dos Amigos<sup>59</sup>, mostrado na foto abaixo (figura 43). Obra erguida no início dos anos 2000 na fronteira do Lindeia com o bairro Regina (rua das Petúnias, nº 1813). “O padre Caneda”, disse Luzia, “dava a vida dele pelo ‘lar dos idosos’”.

O empenho do padre Caneda em construir o *lar dos idosos*, como o ocorreu com a Casa dos Meninos, foi corolário de sua alta sensibilidade social. “Eu acho”, disse Selita, “que ele pensou assim: que o pessoal tá ficando velho depressa e as famílias precisam trabalhar, não têm onde deixar [os velhos]. No início, era assim, pra ir de manhã e voltar de noite, entende?”. Sim, mas o tempo deu nova dinâmica e serventia ao lugar. Depois de levados para o *lar dos idosos*, os velhos pais, seja por negligência dos filhos, pela dificuldade financeira ou por outro motivo, passaram a ficar ali de modo permanente.

FIGURA 42 - CASA DOS MENINOS. ANO: 2020



Foto: Luiz Divino Maia

FIGURA 43 - LAR DOS IDOSOS RECANTO DOS AMIGOS. ANO: 2020



Foto: Luiz Divino Maia

É nos fatos miúdos que se revela um grande homem. Nilza contou que o padre Caneda, toda vez que via os trabalhadores da limpeza urbana sentados no meio-fio com suas marmidas abertas nos joelhos, convidava-os para almoçarem no interior da igreja. Consta, inclusive, que o padre mandou construir uma porta nos fundos da igreja para os garis da limpeza urbana usassem o banheiro que havia ali.

Ressalta-se aqui que, com esse tipo de gesto, o pároco pôs em prática o ideário conclamado da Igreja de lugar aberto às gentes simples. A igreja Jesus Ressuscitado literalmente abriu as portas para os trabalhadores. O padre também deu relevo a um dos ideários da arquitetura: o de que as construções devem se ater a usos para além dos imediatos.



Com a população local, o padre Caneda era igualmente atencioso. Não era incomum, por exemplo, vê-los em andanças pelas ruas do bairro a caminho das casas dos moradores, sobretudo dos mais pobres, para assisti-los. Nas casas, ele também realizava cerimônias religiosas. “Quando”, disse Mercês, “morria uma pessoa, ele celebrava de corpo presente”. *Corpo* ainda *presente* em casa antes de ele ser transportado para o cemitério, a “casa”, como prega a etimologia do termo, onde se “dorme eternamente”.

O pároco jesuíta fazia mais. Ele era um conselheiro sentimental. “Se”, disse Verônica, “tinha um problema na família, não tinha desse negócio dele ficar com o pé atrás. Se estava se desentendendo marido e mulher, ele ia lá”. O padre, decididamente, intermediava as desavenças domésticas e – se possível - apaziguava os ânimos dos casais.

Obras se eternizam, pessoas, fisicamente, não. O padre Caneda, quando ficou velho e doente, saiu do Lindeia e foi viver no colégio Loyola<sup>60</sup>. “No Loyola”, disse Mercês, “tinha uma casa, que é dos padres que estão mais de idade, né?”.

Ilza demonstrou contrariedade com isso. “Esses jesuítas”, disse ela, “têm muita coisa boa, mas tem muita coisa que eles faz que a gente não acha certo”. Para Ilza, os jesuítas, ao não atenderem ao último desejo do padre, não foram justos com ele. “Lá [“lar dos idosos”]”, relatou, “ele construiu um quartinho reservado, que ele falava que não queria sair aqui do Lindeia, quando ele aposentasse (...) Ele saiu numa paixão...”.

Os historiadores, segundo Thompson (1992), para datarem os eventos históricos, devem fixar o tempo a uma etapa marcante da vida de seus informantes. Selita, de certo modo, fez uso disso quando relacionou o ano aproximado em que o padre Caneda saiu do Lindeia com uma etapa marcante de sua vida. “Deve”, disse ela, “ser quando eu trabalhei no ‘lar dos idosos’; 2003 que eu saí de lá, ele mexia aí ainda”.

Há a versão de que o padre Caneda, depois de sair do Lindeia, tenha ido para Montes Claros (MG). “Foi”, disse Selita, “voltou, depois adoeceu e morreu”. De Montes Claros, o padre *voltou* à Belo Horizonte para viver no colégio Loyola, onde – em 2012 – *adoeceu e morreu*. Contudo, como se lê no texto abaixo que o homenageia (figura 44), ele não foi e não será facilmente esquecido.

FIGURA 44 - "LEMBRANCINHA". DATA: 2012



*Acervo Zélio José Gerônimo.*

### 2.3. ETHOS LOCAL: RELIGIOSIDADE E ESPÍRITO POLITIZADO

*Nossa Senhora,  
esse bairro é muito falado, não é?  
Ilza*

A população do Lindeia, inspirada pelos padres jesuítas, esmerou-se em produzir um código regulador local. Um sistema de valores, como um processo de “imitação” sociológica, a dispor a conduta de cada um. A partir daí, emanou no bairro um valorizado ethos composto por uma mentalidade concentrada nos intentos e nos resultados auferidos pela experiência social e coletiva de sua população mais antiga.

População composta por mulheres e por homens, que, com efeito, sempre aspiraram uma cultura voltada ao bem de todos e contrária ao individualismo. Ou ao menos contrária a um individualismo que é assimilado a um egoísmo que, por sua vez, é pautado pela vontade de cada um de se considerar isoladamente perante a sociedade (FERRY, 1994).

Um aspecto a fortalecer os laços entre os moradores do Lindeia foi a conjuntura de pobreza urbana do bairro. Para superar isso, o engajamento em favor de uma irmandade mútua foi essencial. Assim, mais que a geografia ou a demografia, a religião e a política foram levadas a sério. Religião, menos preocupada com o louvor a Deus e mais concentrada em exaltar os valores humanitários. Política, menos instituída e opressiva, e mais voltada às ações miúdas e coletivizadas.

Portanto, em um universo calcado pelos anseios dos moradores - que à época eram novos no bairro - brotou a força da problemática marxista (marxismo dos não ortodoxos do catolicismo). Em suma, brotou “(...) um referencial da confiança básica por meio do qual a vida pode [podia] ser entendida como uma unidade contra o pano de fundo de eventos sociais em mudança” (GIDDENS, 2002, p. 198). As pessoas, no ímpeto de reagirem às condições de um bairro incipiente em tudo, “vestiam roupas” religiosas para irem às ruas “lutar” pelos seus direitos. “Lutar”, disse Valdivino, “na base da pressão”. Enfim, a velha história da “luta de classes” – “luta” do povo contra aqueles que, na sociedade englobante, detinham o poder.

Uma “luta” que, transformada em tópico de identificação dos precursores do bairro, ainda repercute. “Quando”, disse Joãozinho, “eu falo lá em Belo Horizonte ‘eu moro no Lindeia’, a primeira coisa que o pessoal vê é que um bairro politizado”. Como observador das *observações* alheias, Joãozinho sabe que o bairro é isso, mas não só isso. “Não é”, continuou, “que o pessoal é tudo ‘trigo’ não, muitos ‘joios’ chegou para atrapalhar, entendeu?”.

Sim. Para Joãozinho, as coisas não deveriam ser assim. *Ipsa facto*, em sua opinião, é complicado julgar o modo de vida de um povo baseado apenas em valores do passado. O Lindeia não é mais o mesmo. Os tempos são outros. As pessoas antigas estão morrendo. “Hoje”, disse ele, “está bem escasso mesmo, mas ainda tem essa visão lá atrás ainda”.

Contudo, na disputa de significados, venceu a vertente dos que veem a população do Lindeia como politizada. Isso deu mote ao ethos local e fez com que o bairro se tornasse objeto de curiosidade alheia. Assim, desde os anos de 1970, o Lindeia abriu-se aos visitantes. “Eu”, disse Ilza, “lembro de muita gente importante que já veio pra aqui”.

*Gente importante* mesmo. Há notícia, comprovada pela foto abaixo (figura 45), de que Mercedes Sosa (1935-2009), célebre cantora argentina conhecida por seu engajamento político em favor dos desfavorecidos da América Latina, fez uma visita ao Lindeia. Visita que - como se pode ver na foto - teve calorosa acolhida por parte da população local.

FIGURA 45 - EVENTO DE RECEPÇÃO DE MERCEDES SOSA



Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias

Os desdobramentos das ações políticas dos padres jesuítas no Lindeia, via de regra, incidiram-se na vida das mulheres e dos homens do bairro. Ações ainda presentes na memória coletiva local - nos fatos e nos seus lugares de socialização. “Cada geração”, Bosi (1997, p. 418) escreveu, “tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história”.

Muitos destes *acontecimentos* ocorriam fora do Lindeia. Explica-se. Em um contexto de forte centralização de poder, as ações políticas localizadas, muitas vezes, para serem eficazes, precisavam extrapolar seus limites territoriais. “A característica mais significativa da metrópole”, pontuou Simmel (1976, p. 21), “é essa extensão funcional para além de suas fronteiras físicas”. Substitui-se, no caso, *metrópole* por bairro. “Toda vida”, disse Joãozinho, “o Lindeia teve um sobrenome de um bairro politizado. O prefeito prometia e não fazia, o Lindeia ajuntava dois ou três ônibus e ia lá e entornava três ônibus lá”. *Entornava* gente para todo lado. Ir ao prédio da prefeitura de Belo Horizonte (avenida Afonso Pena, nº 1212) reivindicar direitos tornou-se uma indissociável “marca” da população local. Na verdade, os seus precursores são especialistas informais nesse assunto.

Não somente no prédio da prefeitura. “Nós”, contou Selita, “juntava era dois, três ônibus e ia lá pro Palácio do Governo, do Francelino Pereira”<sup>61</sup>. Prédio, à época, localizado na Praça da Liberdade, região centro-sul de Belo Horizonte.

Se as manifestações eram muitas, as dificuldades dos reclamantes eram em igual medida. Inclusive, não foram poucas às vezes em que o povo só ficou sabendo que apenas uma comissão de moradores seria recebida pelo representantes públicos quando todos estavam na porta da prefeitura. Entretanto, os manifestantes, sem se fazerem de rogados, davam um jeito de contornar a situação. “A gente” disse Roberval, “fazia uma estratégia. Ia entrando de dois a dois, um ia pra ali, e ia entrando todo mundo”. Inclusive, porque era comum havê-las entre os manifestantes, crianças. “Elas”, Roberval contou, “entravam, davam cambalhotas e o padre Miguel falava: ‘Aproveita aí!’”. Para o padre, o prédio da prefeitura deveria tornar-se – ao menos momentosamente – “casa do povo”.

As ações de conflagração urbana e os movimentos para contê-las variavam. “Quando”, disse Nilza, “a gente chegava na Praça dos Trabalhadores [em Contagem], a polícia já estava lá, mandando a gente voltar pra trás. Tinha isso, tinha de voltar, como é que faz? Qual é os grandes que gostam de ser importunados”. As manifestações eram abortadas antes de alcançarem os lugares de poder, mas, pela força policial repressiva, ficava nítido que elas incomodavam muito os *grandes*. Ou seja, eram perturbadoras.

Eram mesmo. Roberto, por exemplo, lembrou-se de um dia (anos de 1980) em que um grupo de moradores do Lindeia combinou de se encontrar em frente à igreja Jesus Ressuscitado para um ato público ou uma “luta” em favor de alguma melhoria local na Praça da Liberdade. Ou os dois. Para levá-los à antiga sede do governo, havia, segundo Roberto, dois a três ônibus estacionados em frente à igreja. Entretanto, uma força policial, com a intenção de impedir ou de vigiar as ações populares, dirigiu-se ao local. Ao perceberem isso,

os populares, um tanto discretamente, se dispersaram e rumaram de ônibus coletivo para a área central da cidade. Os policiais, por sua vez, permaneceram onde estavam sem saberem que os manifestantes estavam a caminho – ou já tinha chegado – ao destino planejado.

Outras vezes, as imagens que precediam os eventos contestatórios é que ficaram guardadas nas velhas e fatigadas retinas daqueles que tomaram parte desse tipo de ação. Nilza, por exemplo, nunca se esqueceu da imagem de um grupo de moradores do Lindeia (com ela entre eles) andando pelas ruas do centro da cidade rumo ao prédio da prefeitura. À frente de todos, de braços abertos, como um maestro a comandar o povo entre os carros que buzonavam sem parar, estava o padre Miguel ou o padre Bahije<sup>62</sup>. Ou os dois.

Apesar dos bons resultados auferidos nesses movimentos de “luta”, nada foi simples. “Não foi”, disse Valdivino, “coisa de mão beijada. Eu acredito que uma das coisas que a gente tem hoje aqui, se não fosse a ‘luta’ do povo na época...”. Se não fosse isso nada (ou pouco) se conquistaria e decerto não seria formado um espírito local tão combativo. Deve-se suspeitar das ofertas de *mão beijada*. Ou, como se diz, quando a esmola é muita, o santo desconfia.

Todo indivíduo, entre as manifestações da vida cidadina, pode encontrar o tipo de ambiente e de situação no qual ele pode expandir-se como pessoa. Ou pode sentir-se plena e totalmente integrado. Na cidade, as pessoas encontram “(...) o clima moral em que sua natureza peculiar obtém os estímulos que dão livre e total expressão a suas disposições inatas” (PARK, 1976, p. 63). “O Lindeia”, disse Maria Terezinha Diniz<sup>63</sup>, “me deu um crescimento e sabedoria por ter vivido o que vivi. As dificuldades me trouxeram conhecimento e disposição para ajudar os outros, estudar, ‘lutar’. As dificuldades me fizeram ver o próximo”.

Como toda sociedade é complexa, composta por um amálgama de indivíduos e de interesses, nem todos agem do mesmo modo. Assim, o envolvimento nas “lutas” da população em favor das melhorias urbanas do Lindeia, não raras vezes, foi resultado de ocasião e de contingências pontuais. “O pessoal”, contou Valdivino, “se interessava demais [em participar] porque tava precisando; a maior parte ‘lutou’ enquanto eles tava precisando; aí resolveu o que ele queria, aí deu um tchau pra comunidade”. Dito de outra forma: “Se, do ponto de vista moral, o comportamento altruísta é preferível, não significa, como já vimos em relação à abnegação, que seja ‘desinteressado’” (TODOROV, 1996, p. 161).

De todo modo, para a maioria dos velhos moradores do Lindeia, meta resolvida não significou arrefecimento de combate. Valdivino contou que, embora as “lutas” locais tenham proporcionado muitas conquistas, ainda falta muito a conquistar. As “lutas”, mesmo que os fins não sejam mais os mesmos, não podem parar. “Hoje”, contou Valdivino, “cê tem que ‘lutar’ pela conservação das coisas, né?”. Os tempos são outros. “Ficou”, continuou ele, “ruim

pro cê ‘lutar’ porque o próprio órgão público quer que as suas reivindicações cheguem até a prefeitura, não através de você, então através daquele vereador. Assim, quem vai ganhar nome é aquele vereador”. Nesse contexto, “o indivíduo pouco conta, mas a voz do representante é ouvida com uma deferência proporcional ao número de indivíduos em nome dos quais ele fala” (WIRTH, 1976, p. 102).

A comunidade atual, repita-se, não é mais a mesma de outrora. E nem poderia ser. Antropologicamente toda interação humana caracteriza-se pelo movimento irrefreável da mudança. A urbanidade, no caso do Lindeia alterou as formas de relações sociais locais e tornou o bairro preso às esferas das representações oficiais. O confronto direto contra os órgãos públicos perdeu vigor e a população passou a ter com eles contatos mais “secundários” do que “primários”. Contatos impessoais, superficiais e transitórios.

Mas os laços sociais constituídos ao longo da história do Lindeia, ao menos para parte expressiva da sua população, como uma réstia de outros tempos, ainda se mantêm firmes e fortes em suas lembranças. Mantém-se como esteios da memória coletiva local.

## 2.4. LAÇOS SOCIAIS

*A gente conhece todo mundo aqui,  
conhece quem já morreu, conhece os filhos,  
a história da pessoa.*  
Valdivino

Do ponto de vista sociológico, a proximidade entre os habitantes de uma cidade – núcleo grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos e de origens diversas -, não é algo corriqueiro. Nesses ambientes, normalmente são poucas ou fracas as relações íntimas. Com isso, a ordem moral que repousa sobre as pessoas costuma gradativamente se dissolver.

Nesse contexto, vínculos de parentesco e sentimentos voltados à vida em conjunto tenderão a desaparecer, enfraquecer ou sequer se constituir. Sob tais circunstâncias, mecanismos formais de controle passam a substituir vínculos de solidariedade.

Isso, entretanto, não ocorreu no Lindeia. A maioria dos que aportaram no bairro, antes mesmo de ele ser constituído como tal (em fins dos anos de 1960 ou nos calcanhares dos anos de 1970), em razão da precariedade da infraestrutura local, foi “obrigada” a fundar laços com seus semelhantes. “Foi”, resumiu Nilza, “mais por causa desse movimento mesmo, que começou na ‘luta’ para conseguir as coisas junto, né? E aí foi fazendo amizade”.

Assim, fez-se, nos primeiros tempos do Lindeia, imperioso criar ali um pacto de sobrevivência comunal. Pacto racionalmente criado. A cultura moderna, como afere Simmel (1976), caracteriza-se pela preponderância do “espírito objetivo” sobre “espírito subjetivo”. Em face do desaparecimento da unidade territorial como base de solidariedade social (unidade que havia no meio rural, de onde provinha a maioria dos novos habitantes do bairro), fez-se necessário criar novas unidades de interesses.

A mais notória sociabilidade desse mundo de relações de amizade foi a formação de uma rede de comadres e de compadres. Rede cultivada nos batismos recíprocos de cada um com os filhos dos outros ou nas condições de testemunhas de casamentos que os membros da comunidade local constituíam entre si. Isso, aliás, para Wirth (1979), não é algo incomum, pois as pessoas, em virtude da ineficácia de laços reais, sempre buscam criar entre si grupos fictícios de parentesco.

Há de se anotar alguns casos. Ao longo dos anos, Aládia tornou-se madrinha, tanto de batismo quanto de casamento, de muitas pessoas do bairro. “Da dona Conceição”, disse ela, “eu fui testemunha de Célia; da irmã da Célia, fui testemunha de quatro filhos dela. É



madrinha de casamento”. Ser *testemunha* é presenciar o enlace e esforçar-se para garantir a paz de sua continuidade. Há ainda, espalhadas pelo bairro, as madrinhas dos filhos de Aládia. “Batizou”, concluiu, “o filho meu, a Maria Helena, a comadre Nilza, comadre Rosângela, filha da comadre Nilza, comadre Maria, que mora lá na frente. Tudo daqui”.

A rede nesse mundo de valores exteriorizados é entrelaçada. Nilza era comadre de Aládia. “Sou”, contou Nilza, “madrinha de um lá [filho de Aládia] e sou de outro e outro quer que eu seja madrinha [de casamento] dele também”.

Entre os antigos, não é incomum as pessoas se dirigirem aos outros como “comadres” ou “compadres”, mesmo que, na real, elas não tenham constituídos tais vínculos. Aládia citou “a comadre Lina, comadre Paz, comadre Maria, comadre Gracinha”, dentre outras, que, embora não sejam madrinhas de suas filhas e filhos, são assim tratadas por ela. Há ainda um tácito elemento cultural local digno de nota: de tanto uns ouvirem os outros chamarem-se de “comadres” ou “compadres”, muitos passaram a se tratar assim.

*Ipsa facto*, no método de “como fazer amigos” praticado pelos moradores antigos do Lindeia, o batismo e o sistema de parentesco que o representa, seja por causa da criação da figura do padrinho e da madrinha ou por causa da proximidade recíproca, tornou-se laço social local de imenso valor; laço a unir a todos que moram no mesmo bairro, o que, a rigor, quase sempre, será enquanto todos viverem.

#### 2.4.1. Traços visíveis da vida coletiva

Da união proveio a força. Força de engajamento coletivo em prol do trabalho de se erguer as moradas vizinhas. “Foi”, disse Ilza, “aquí a ‘luta’ de ajudar as pessoas a construir barraco, [para as pessoas] que não tinham onde morar. A gente ajuntava, padre Miguel na frente e nós atrás, as mulheres, ia todo mundo ajudar”.

Esse tipo de mobilização coletiva recebeu o nome de “digitório”. Termo que, para Valdivino, tem sua raiz em práticas exercidas no interior e significa “trabalhar sem ganhar nada”. Ou dito de modo acadêmico, “digitório” é uma das tantas outras formas de auxílio comunal, que, como escreveu Valladares (2005, p. 110), “[é] originária das zonas rurais e fortemente associada a ‘cultura dos pobres’, [e que] era considerada a contrapartida ‘natural’ dos habitantes aos raros trabalhos públicos de urbanização”.

O sistema, então, uma espécie de rito social baseado em atribuições cooperativas devidamente codificadas, tornou-se o traço mais visível da vida coletiva do Lindeia. “Quando”, explicou Maria das Graças, “fulano não podia pagar fulana, então é ‘digitório’.

Existe no bairro a tradição de ajudar nas construções”. *Ajudar* aqueles que não tinham condições para isso. Assim, “digitório” pode ser visto como “(...) uma estrutura de favor. Fulano se empenha na construção da casa de beltrano, porque beltrano se engajou ou vai se engajar um dia na construção da sua” (RISÉRIO, 2019, p. 279).

Os primeiros moradores do Lindeia (ou “Lindeia Novo”) também foram contemplados pelas ações do “digitório”. Aládia, por exemplo, que foi uma delas, fez questão de nominar quem contribuiu com os trabalhos de construção de sua casa. “O ‘seu’ Robson”, disse ela, “colocou o piso de graça; compadre Manoel ajudou como servente”. Embora a obra, no geral, tenha sido empreitada, isto é, realizada por serviço contratado, “a laje”, continuou Aládia, “precisou de muita gente para ajudar a bater”. Ajuda complementada com alimento aos trabalhadores. “Assava”, concluiu, “uma carne, dava para comer”.

De modo geral, as casas eram “levantadas” só a ponto de ficarem em condições de abrigar seus residentes. Ou seja, eram deixadas “terra de chão”, de paredes sem reboco e de poucos cômodos. Nessa condição, se vivia e se contornava. O acabamento ficava por conta dos proprietários. Tudo feito ao longo do tempo, sem que, durante a obra, eles saíssem dali.

Um dos grandes problemas urbanos do Lindeia de seus primeiros anos foi a escassez de eletricidade pública. Problema que afetava o ânimo dos moradores. Nilza, por exemplo, quando foi para o “Lindeia Velho”, além de conviver com isso, sofria com as chuvas que, nessa época, caíam sem parar no bairro. Assim, junto aos trovões, ventos e torrentes de água, formava-se no ali um ambiente de inescrutável escuridão. Para dirimir isso, foi preciso que Nilza apelasse para a criatividade. “Eu”, disse ela, “punha a lamparina dentro de um vaso de flor que tinha aqui em casa e virava ele de fundo para sair a claridade”. Com isso, sua casa, ainda que precariamente, iluminava-se.

A agonia de Nilza, mesmo com a chegada parcial da iluminação no Lindeia, não dava pistas de que iria acabar. “A iluminação”, disse ela, “entrou primeiro lá na [rua] Girassol (...)”. Tão perto, mas tão longe da iluminação. “Nós”, ela completou, “ficamos naquela tristeza, vendo tudo clarinho lá embaixo, e nós no escuro aqui em cima”.

Quando, em 1974, Vikus mudou-se para o Lindeia, a rua de sua casa era um breu completo. A energia elétrica, contudo, foi se instalando aos poucos. “Tenho”, disse ele, “uma lembrança mais ou menos em 1975 já tinha luz... Quando mudamos aqui, tinha luz na casa, mas não tinha na rua”. Mas a iluminação pública que atendia a casa de Vikus era proveniente da casa de um bom vizinho<sup>64</sup>. Com isso, foi se fortalecendo no bairro um ambiente urbano cada vez menos escuro e mais solidário.

Ou nem tanto. Na área próxima à casa de Conceição (que foi para o bairro em 1975), por exemplo, “demorou”, disse ela, “muito tempo passar luz. Lá [“Lindeia Velho”] avançou mais; água e luz foi primeiro lá do que aqui”. O motivo a explicar isso, segundo Conceição, foi porque a vila Amazonas era muito pobre. Julga-se então que, mesmo em tal sociedade, onde todos eram pobres e onde o ideal de riqueza não aparecia na linha do horizonte, existiam dissensões internas. De um lado havia quem tinha pouco; do outro, quem tinha menos ainda.

Outro aspecto merece atenção. Nessa época, imperava a severidade burocrática dos órgãos públicos. “A CEMIG”<sup>65</sup>, disse Nilza, “exigia tanto padrão para poder botar o poste. Era cinco padrão [em cada rua] para ter direito no poste”. Para resolver isso, só restou à população apoiar-se no ambiente de solidariedade criado ali. “Se eu”, concluiu Nilza, “podia fazer o padrão, mas o meu vizinho não podia, então nós tinha de ajudar ele fazer. Era assim”.

*Era assim* mesmo. Um movimento societário voltado à construção de padrões de luz para quem não tinha condições para isso. “Na frente [rua dos Juncos]”, disse Aládia, “pagou para fazer os padrão, [como] os moradores da rua Amaranto pagaram para colocar um padrão na casa do vizinho aqui. A luz veio da rua Amaranto e foi até na casa do compadre Manoel”.

Em seguida, Aládia explicou como ocorreu esse movimento colaborativo entre os vizinhos. “Para”, disse ela, “pôr na casa do ‘seu’ Moacir, o povo ajudou a fazer o padrão. Cada um deu um pouco de dinheiro. Compadre Manoel ajudou e o meu marido. Mas ninguém falava que ajudou”. Dava-se sem fazer alarde.

Para deixar tudo ainda mais claro, Aládia fez um trabalho ilustrativo (figura 46) dos “caminhos” percorridos pelos padrões de luz instalados no trecho próximo à sua casa e da efetiva instalação ali da iluminação pública. “Do ‘seu’ Acendino”, disse ela, “que tem um transformador, puxou poste até o ‘seu’ Moacir e entrou na rua dos Juncos. Fez dois padrões na casa dos ‘seu’ Tião. O poste ficou em frente, na casa de dona Maria”.

FIGURA 46 - ILUSTRAÇÃO DA ÁREA PRÓXIMA À CASA DE ALÁDIA.



Fonte: Aládia Ruas de Oliveira.

Nem sempre a ajuda era no sentido de bancar os custos da construção dos padrões de luz para os moradores mais carentes. O auxílio, algumas vezes, provinha do trabalho dos pedreiros. Roberval, por exemplo, sempre e prontamente se disponibilizou a fazer isso. A ação tinha cores pragmáticas, pois, segundo ele, quanto mais padrões montados, mais depressa a energia elétrica chegava para todos.

A pressa costuma ser aliada da aflição. Ilza, tão logo viu sua casa erguida, mudou-se para lá. Mudou-se sem esperar a instalação da energia elétrica em sua morada. Com isso, sua experiência inicial na nova casa, embora radiante, foi um tanto agonizante. “Era”, disse Ilza, “vela. Nossa senhora, meu sonho era só pensando: ‘Quando eu levar a mão no apagador pra acender ou pra apagar?’”. Quando a luz chegou, tudo mudou. “Até hoje”, contou, “eu lembro disso na hora que eu vou acender a luz. Tanto tempo eu passei sem luz, [mas] eu consegui”. “No dia”, escreveu Risério (2019, p. 153), “em que fizemos uma sociologia da luz artificial no Brasil, dos candeeiros às lâmpadas elétricas, uma parte substancial do estudo deverá ser dedicada à iluminação doméstica, que transformou radicalmente a vida de nossas casas”.

*Transformou* mesmo. As mulheres e os homens do Lindeia, inclusive, ao disporem-se da energia elétrica em suas casas, ficaram em um estado de emoção sem igual. Eles sentiram que, além de poderem vislumbrar um futuro promissor no bairro, viram aberta a possibilidade

de terem acesso a um amplo – e novo - aparato de conforto. Alias, como lembrou Giddens (2002), a eletricidade, ao fornecer energia para cozinhar e para operação de aparelhos domésticos, ajudou a regular os padrões de conforto corporal.

Um destes aparelhos foram os televisores. Surgidos na década de 1950, foi somente nos anos de 1970 que eles se tornaram – embora restritivamente - novidades na periferia das grandes cidades brasileiras. Assim, quem adquiria uma televisão tinha de “compartilhá-la” com os vizinhos e amigos. Uma das primeiras famílias do Lindeia a ter TV foi a de Mercês. Com isso, sua casa, como ela contou, ficava apinhada de gente.

Pôde-se imaginar a cena. Adultos sentados no sofá, nas poltronas e nas cadeiras da sala; crianças espalhadas pelo chão. Nas janelas, um grupo acotovelava-se para ver o *mundo* descortinado diante de seus olhos. Ou seja, um universo restrito se transformava em um quartel-general informal de um grupo de pessoas que dividia a atenção entre a televisão, as crianças e os comentários entusiasmados.

A chegada da energia elétrica causou tanto deslumbramento que mesmo fatos miúdos tornaram inesquecíveis. “Eu”, disse Cacilda, “tinha casado naquele ano [1975], eu estava grávida, e pus a panelinha lá no fogão e nós ficamos tão alegres que ajuntou os moradores tudo na rua lá e nós naquela alegria porque os postes já estavam chegando. E minha panelinha queimou toda. Secou o caldo, queimou tudo”.

O efeito da chegada da iluminação nos postes públicos sobre a paisagem noturna do Lindeia não saía da memória de Nilza. “Era”, descreveu, “bonito demais o céu à noite (...) E aí os meninos brincava muito na rua, os vizinhos tudo mundo poder juntar”.

Ressalta-se, porém, que foi preciso esperar muitos anos para que a iluminação pública completasse alcançasse o Lindeia por completo. Quando, em meados dos anos de 1970, Maria Terezinha Alves<sup>66</sup> mudou-se, “o bairro”, disse ela, “era uma tristeza só, não tinha água, luz ou asfalto”. A luz, ela cravou, “só chegou depois de dois anos de residência”.

A energia elétrica *chegou* à rua da casa de Maria Terezinha por volta de 1977. Contudo, foi preciso ainda esperar alguns anos para todas as famílias do bairro serem beneficiadas por isso. Joãozinho, morador do Lindeia desde 1985, garantiu que, mesmo neste ano, a energia elétrica não havia alcançado todas as ruas.

Paralelo à escassez de energia elétrica, havia a insuficiência de água. Ou de água encanada (ou canalizada). A água que, durante anos, abastecia a população provinha das minas. Contudo, com o crescimento demográfico do Lindeia, o volume retirado dali tornou-se insuficiente para abastecer a todos. Para resolver isso foi preciso retirar água das profundezas da terra. Foi preciso, então, fazer uso de cisternas.

Com isso, o espírito colaborativo, pelo uso de uma fonte comum e no terreno dos pequenos gestos, consagrou-se como parte do ethos local. No lote de Aládia, por exemplo, havia uma cisterna. “A gente”, disse ela, “enchia os tambor da comadre Nilza, lá enchia da comadre Iraci e ia enchendo. Enquanto a gente dava conta, a gente ia enchendo”. Não só Nilza e Iraci eram atendidas. “Vinha gente”, contou Aládia, “pro lado de comadre Araci, da Joana. O povo lá em cima tudo pegava água aqui”. A fonte parecia não ter fim. “As outras cisternas”, ela completou, “estava seca, e aí deixava eles ‘bater sari’”. *Bater sari*, explicou, “é quando a corda vai enrolando naquele negócio. A água vai tocando, vai tocando, quando a lata d’água chega lá em cima, a gente puxa. Tem um peso de lado, ela tomba e enche”.

Nem tudo eram flores. Nem todas as águas do Lindeia eram límpidas e nem todos os trechos do bairro tinham minas. No tempo das cisternas “dava”, relatou Terezinha, “muito trabalho, porque a água às vezes ficava suja também”. *Ficava suja* de tanto *bater sari*.

As cisternas – mesmo sem uso – ainda subsistem no Lindeia, embora, cada vez mais, em menor número. “Mas”, disse Mercês, “se a COPASA<sup>67</sup> saber, eles manda tirar”. Ou seja, os agentes públicos, apesar de atuarem em funções saneadoras, forjaram no bairro um ambiente de controle sem precedentes. Mercês, inclusive, ciente disso, abandonou por completo a cisterna que havia no seu lote.

O contexto de afetividade das classes baixas e de convívios instituídos “artificialmente” entre seus membros fez “iluminar” outro aspecto relativo às experiências de ajuda mútua entre as gentes locais.

Nilza, para elucidar isso, trouxe à tona uma típica história da época. “Eu”, disse ela, “chegava aqui em casa e corria ali na dona Elza: ‘Oh, dona Elza, tem condições da senhora arranjar uns mantimentos aí para uma dona que tá precisando de umas coisas aí?’”. Bastava isso para que o pedido chegasse à casa de Nilza. E assim, em uma rede em prol do bem-comum, prosseguiram os pedidos. As pessoas faziam isso de bom grado, pois, quem ajudava o próximo se sentia recompensado por isso. Esvaziar, como se diz, a casa para aliviar a miséria alheia é encher o celeiro.

Tal fato, como tantos outros, serviu para ressaltar a índole da população local. “O povo do Lindeia”, disse Cacilda, “é muito humano”. Quem diz *humano* acredita que os homens (e as mulheres) são *orginalmente* bons. “Quando”, disse ela, “você precisa de uma ajuda pra ajudar uma pessoa, você pode sair e pedir que conegue”. Há uma corrente a intrincar os moradores do bairro (ao menos, os antigos): a ajuda e a ajuda para ajudar.

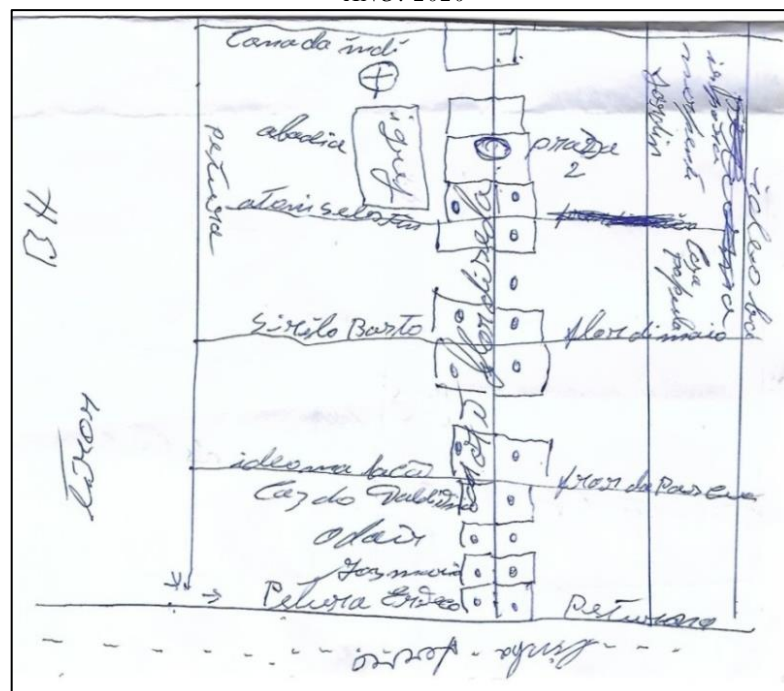
Corrente que é fruto das ações beneméritas do passado. Não era incomum que as pessoas do Lindeia, para ajudarem alguém, tivessem de *levar* a ajuda. Com isso, tomava

ciência das ruas, casas, casebres, becos e lotes vagos do bairro e alhures. “A gente”, disse Nilza, “ia lá pros lado do Washington Pires, a gente ia levando carrinho, esses carrinho de pedreiro. Os cantinhos tudo por aí afora eu já andei tudo aí. Eu conheço muita gente”.

Quem participava desse tipo de movimento ligava-se indissociavelmente à comunidade local e vizinha. Tornava-se conhecido e conhecedor da realidade que o circundava. Valdivino tratou disso. “A gente”, disse ele, “conhece todo mundo aqui, conhece quem já morreu, a história da pessoa”. Isso extrapola gerações. “Hoje”, prosseguiu, “tem os filhos, mas que a gente conhece porque viu tudo crescer. Então, se perguntar quem mora ali, quem mora aqui, quem mora lá, eu sei”.

Sabe mesmo. Inclusive, para elucidar isso, Valdivino fez a representação gráfica da área próxima à sua casa (figura 47), onde, além da localização de sua residência, na avenida Flor de Seda (*Flordiseda*), esquina com rua Hildemar Falcão (*ideomar facção*), ele registrou as casas vizinhas do Odair e do José Maria. Valdivino fez mais: registrou outras estruturas arquiteturais e elementos urbanos, como a igreja, a Praça Dona Maria Tertuliana (*praça 2*), as ruas Cyrillo Bastos (*Sirilo Barto*), Flor de Maio (*flor di maio*), Flor da Páscoa, Petúnias, além da linha férrea que divide o Lindeia com o Tirol (*Tiror*).

FIGURA 47 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA: ÁREA PROXIMA CASA DE VALDIVINO.  
ANO: 2020



Fonte: Valdivino Satir Rodrigues.

## 2.5. PESSOAS “ILUSTRES”

*Num instantinho, ela fez um chá.  
Num instantinho eu melhorei.*  
Nilza

Uma das características da maioria dos primeiros moradores do Lindeia foi a experiência religiosa no passado, antes de mudarem-se para o bairro. Instalados no bairro, eles queriam dar continuidade a isso. Queriam e puderam. Na cidade, o habitante “(...) exprime e desenvolve sua personalidade, adquire *status* e consegue desempenhar a quantidade de atividades que constitui sua carreira na vida” (WIRTH, 1976, p. 111).

Uma *carreira* que, no caso do Lindeia, deixou nítido o quão importantes foram algumas pessoas locais, seja para cada um em particular, para o grupo ou para a urbanização do bairro. Gente humilde e distinta que, sem se fiar em nenhuma formação letrada ou acadêmica, alcançou notabilidade local e alhures, sobretudo entre os mais velhos.

Notabilidade que ainda persiste e alcança mulheres e homens, vivos ou mortos, cada vez mais mortos que vivos. Pessoas voltadas à transmissão cultural e identificadas com a tradição local de ajuda mútua.

Assim, a força e a influência desses próceres locais, pessoas “ilustres”, fontes de lembranças e de aprendizados por quem conviveu com eles, está espalhada por toda arquitetura concreta e memorial do Lindeia. Cabe, então, mencioná-los.

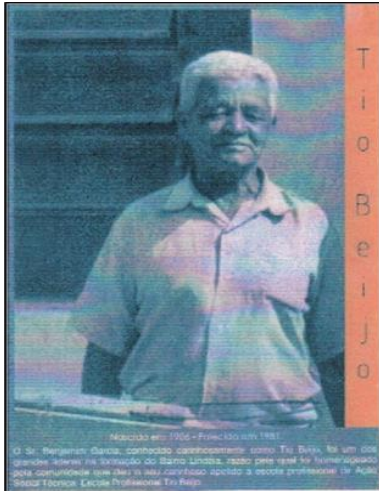
O mais lembrado de todos foi Benjamin Garcia. Provindo de Florestal (MG), “tio” Beijo (figura 48), como era conhecido, mudou-se para vila Amazonas em 1962. Mudou-se porque, segundo Vicente, seu filho, “lá estava ruim de emprego”<sup>68</sup>. Instalado na vila Amazonas, logo “tio” Beijo fundou as primeiras conferências São Vicente de Paulo. Fez isso e tornou-se figura excelsa e fundamental ao bairro.

De modo geral, Benjamin Garcia foi mesmo saudado como o mais emblemático dos precursores locais. “O ‘tio’ Beijo”, disse Luzia, “foi a cabeça da ‘luta’, né? (...) Na época, quando ele veio, [que] ele fundou o bairro, assim, criou a comunidade. Começou na missa...”. *Criou a comunidade* quase à sua feição.

A casa onde o fundador do Lindeia morou até morrer ainda subsiste na rua Rore de Carvalho, nº 250. Casa que é referência na arquitetura local. De frente a ela, no mesmo lote, foi erguido – possivelmente no início dos anos de 1970 - um salãozinho. Ali, além das reuniões dos confrades, eram realizadas missas e interações sociais de todo tipo. O lugar, como mostra a foto abaixo (figura 49), está em ótimo estado de conservação.



FIGURA 48 - “TIO” BEIJO.  
SEM DATA



Acervo: Escola Profissional Tio Beijo

FIGURA 49 - SALÃOZINHO.  
ANO: 2020



Foto: Luiz Divino Maia

As reuniões das conferências da Sociedade São Vicente de Paulo ainda são comuns no salãozinho. Luiza, responsável por uma delas, fez questão de apresentá-las. “Eu”, disse ela, “reúno [ali] na segunda feira. A minha [conferência] chama Nossa Senhora da Conceição. Ele [Vicente, seu marido] é da São Cosme e Damião. Tem a São José Operário, aqui também. E tem a Nossa Senhora de Lourdes”<sup>69</sup>.

Quem dá, recebe. Quem dá muito, recebe muito mais. Recebe honrarias eternas. Benjamin Garcia, pela sua dedicação ao bem-estar da população mais carente do Lindeia, foi homenageado como nome de escola. Não escola qualquer, mas a Escola Profissional Tio Beijo. A obra, como se verá, tornou-se um dos mais valiosos - quiçá o mais - empreendimentos locais para as gentes do bairro e alhures. Mas “tio” Beijo não pôde desfrutar muito de tão justa honraria: a escola foi inaugurada em 1979 e ele morreu em 1980.

Outra figura “ilustre” do Lindeia foi dona Maria Tertuliana. Provinda do município de Virgolândia (MG), “dona Maria”, disse Nilza, “apareceu no bairro, ela e a família corrida da fazenda do pessoal que não quis que eles plantassem nem nada”<sup>70</sup>.

*Apareceu no bairro*, presumivelmente em meados da década de 1970. De início, para morar em um barracão bem precário. Entretanto, ao vê-la assim, um grupo de moradoras resolveu procurar a ajuda do padre Miguel para socorrê-la. O padre, sem perder tempo, logo providenciou que dona Maria Tertuliana e sua família fossem morar em uma casa localizada à rua Antônio Celestino de Oliveira, nº 85. Casa pertencente à Igreja.

A casa, tão logo dona Maria Tertuliana instalou-se ali, se transformou em um prestigiado centro de atenção à comunidade. Um porto de sociabilidades que tinha como propósito o compartilhamento da sabedoria da mulher. “Sabedoria”, disse Nilza, “a respeito de planta, a respeito dessas coisas da vida [que a fizeram] respeitada demais da conta”.

*Respeitada demais* pelas gentes locais e pelas pessoas de “fora”. Pessoas que, no ímpeto de conhecerem os saberes e os chás milagrosos de dona Maria Tertuliana, se tornaram figuras cativas no Lindeia. Uma era a Estela, muito citada como professora da UFMG, sempre presente nos encontros do bairro (sobretudo, como se verá, no “grupo de mães”) e amiga dos moradores<sup>71</sup>. O reverso também acontecia. “Dona Maria”, disse Nilza, “ia sempre na Universidade”. Não só *ia*, como, “chegava lá”, continuou, “e conversava com aquele pessoal todo lá. Conversava, se precisa de ver”. *Conversava*, quer dizer, conversava (e bem) com todos, com todo corpo acadêmico, de igual para igual.

Os saberes da mulher, caracteristicamente funcionais e populares, atingiram os píncaros quando ombreados aos saberes da universidade. Jacobs (2011), aliás, fez menção a isso quando pontuou que há momentos em que a vida pública é ampliada para além da vizinhança e de organizações ou instituições específicas. Nesses instantes, é possível que pessoas de determinada localidade constituam relações com pessoas cujas raízes e vivências se encontram em freguesias inteiramente diferentes das suas.

Os chás de dona Maria Tertuliana eram mesmo prodigiosos. Nilza pôde atestar isso. Uma vez, como contou, ela teve um mal súbito. “Me deu”, disse Nilza, “uma dor atravessada aqui na barriga. O posto médico era nos fundos da igreja, né? Passei ali na porta do posto igual uma ventania, fui chegando e deitando na cama lá de dona Maria. Nisso, num instantinho ela fez um chá. Num instantinho eu melhorei”. O “poder” curativo de dona Maria Tertuliana era mais confiável que o “poder” dos médicos. Ou, o mais provável, seu socorro era mais rápido do que o atendimento no posto de saúde (que à época, como se verá, abrigava-se no porão da igreja).

A celebridade de dona Maria Tertuliana provinha de seus chás e de sua experiência como benzedeira (ou tudo era uma coisa só, situada na interseção de uma oferta e de uma procura local). Foi isso, aliás, que lhe assegurou uma rede de clientes, de maioria feminina. Quem conviveu com ela só tem-lhe elogios. Sempre atenciosa, dona Maria era a prontidão em pessoa. “Não tinha hora”, disse Ilza, “que a pessoa chegasse lá que ela estava ocupada”. Era benzedeira, mas católica. “Dona Maria”, ela continuou, “era de Deus mesmo, não era como esse benzedor que benze de qualquer jeito não. Na casa dela, ela fazia oração pra gente era em nome de Jesus mesmo”. Tanto é assim que, como assegurou Ilza, “os padres iam lá, ia padre

Miguel, ia o Bahije; depois Caneda ia. Ia na oração dela”. Há de se ressaltar, com isso, a ação mágica na vida cotidiana; a utilização prática dos bons serviços do além. Da magia de pequeno alcance, utilizada localmente.

Os predicados de dona Maria Tertuliana pareciam não ter fim. “Ela”, disse Selita, “era uma mulher que eu falo: se aquela não ganhou o reino dos céus, mais ninguém ganha. Do jeito que ela tratava uma criança, ela tratava um adulto, velho, qualquer um”. A mulher também era paciente e desprendida. “Cê”, Selita concluiu, “podia ir lá dez vezes, dez vezes ela tinha aquele mesmo sorriso que ela tinha... Ela não cobrava não”.

A notória benzedeira não mais habita o mundo dos vivos. Mas, entre os antigos, não foi fácil encontrar quem soubesse dizer ao certo a data de sua morte. “Não sei bem não”, disse Valdivino, “mas já tem um tempo bom”. *Tempo bom*, nesse caso, não tem relação com a meteorologia, mas com longo tempo. Então, para chegar a uma maior exatidão em relação a isso, foi preciso recorrer à cronologia dos bens públicos locais. “Tem”, contou Valdivino, “mais de vinte anos porque aquela praça já ganhou o nome dela depois que ela morreu”. Praça que, concluiu Valdivino, “deve ter uns trinta anos”.

Se a morte de dona Maria Tertuliana tiver trinta anos, ou próximo disso, sua estada no Lindeia foi de meados dos anos de 1970 ao início dos anos 1990. Contudo, até pela sua intensidade, a passagem da velha benzedeira pelo bairro ficou indelevelmente incrustada nas lembranças dos moradores. Lembranças que geraram distintas homenagens a ela. Das lembranças, um pouco foi tratado. Das homenagens, além da praça, houve outras.

Eis uma. Nilza, em razão dos seus contatos com dona Maria Tertuliana, passou a interessar-se pelos serviços da medicina alternativa. Interessou-se a ponto de aprofundar-se no assunto. Fez isso e passou a ofertar serviços de homeopatia e de plantas medicinais à população. E, para tornar tudo mais emblemático, o serviço era oferecido na casa que abrigou a célebre benzedeira.

Para acolher tão importante função, a casa teria de passar por uma drástica reforma. O que foi feito por pessoas da comunidade em trabalhos voluntários, seja na obra em si, na doação ou na administração dos recursos para contratação de mão de obra especializada.

Com o término dos trabalhos de reforma, a casa se transformou em um – como dizem os moradores – “predinho” de dois andares, com o serviço de medicina alternativa sendo ofertado na parte térrea. Serviço, aliás, que funcionou até 2015 ou próximo disso, quando, como disse Valdivino, “a demanda diminuiu bastante”. Hoje, todo o “predinho” está alugado.

A casa (ou “predinho”), como mostra a foto abaixo (figura 50), toda pintada de rosa e vista da praça que homenageia a “ilustre” moradora do Lindeia, está bem conservada. Deduz que está toda bem conservada, mesmo que o muro não deixe visível sua parte térrea.

FIGURA 50 - ANTIGA CASA DE DONA MARIA TERTULIANA.  
ANO: 2017



Foto: Luiz Divino Maia

Outro “ilustre” do Lindeia é Roberval. Um homem de quase (em 2021) noventa anos, mentor dos “mutirões” construtivos locais e que, ao longo dos anos, fez-se muito respeitável.

Roberval é mais que isso. É uma espécie de memória viva do Lindeia. “O único”, disse Toninho, “dinossauro que está restando é o ‘seu’ Robson”<sup>72</sup>. Mas *dinossauro*, o termo, não foi empregado em sentido pejorativo. Ao contrário, buscou denotar a ideia de um homem da primeira geração do bairro. Um homem que, com seus conhecimentos, tornou-se raro e inigualável. “Veremos”, escreveu Beauvoir (2018, p. 44), “que, como em muitas outras espécies, nas sociedades humanas, a experiência e os conhecimentos acumulados são um trunfo para o velho”. A longevidade, aliás, inspira admiração. Ela prova que a pessoa soube levar a vida com sabedoria. Assim, para as gerações futuras, ela se torna um exemplo de vida.

A principal sabedoria de Roberval relaciona-se à sua atuação de mestre de obras local. Sua experiência nesse ofício, com um cabedal de *conhecimentos acumulados* (e postos em prática), é mesmo o seu grande *trunfo*. “Aqui”, disse Cacilda, “ele é uma pedra angular. Passaram e já morreu muita gente. Ele é ativo, participativo”.

*Pedra angular*<sup>73</sup>, aliás, é uma boa metáfora para descrever Roberval. Um homem que nunca mediu esforços em ajudar aos mais necessitados a erguerem suas casas. O próprio Roberval, aliás, não se esquece disso. “A gente”, disse, “via assim um barracão que a pessoa está com muita dificuldade, né?”. Logo que via isso, ele fazia de tudo para dar ao *barracão* condições de abrigar os membros daquela família.

A dedicação de Roberval em favor do povo do Lindeia era tanta e tão reconhecida que o padre Miguel, quando saiu do bairro, convidou-o para morar com ele em Palmas (TO). O intuito do convite foi para que Roberval “tocasse” a construção de casas e de igrejas na então nascente capital do novo estado de Tocantins<sup>74</sup>. Assim, Roberval foi morar em Palmas. Foi, ficou um tempo e depois voltou ao Lindeia – e os marcos das suas ações no bairro em prol dos mais pobres ainda se fazem presentes por todo lado.

Zito, citado no primeiro capítulo, era o apelido de outro prócero local, José Parreira de Oliveira. Morador da área próxima ao Lindeia<sup>75</sup> desde o início dos anos de 1960, Zito foi recorrente lembrado como alguém que sempre mostrou muita disposição em ajudar os outros. Com isso, o Lindeia, como disse Joãozinho, “deve uma obrigação danada a ele. O Zito é uma pérola rara, uma amizade rara”. “Os amigos”, Bosi (1994, p. 431) escreveu, “são insubstituíveis, não se repetem no curso da existência”.

São muitos os exemplos a mostrarem que Zito era um sujeito especial. “Ele”, disse Aládia, “enchia o caminhão de pessoas para pichar e brigar com os policiais”. *Pichar e brigar* pela melhoria da infraestrutura do bairro. O caminhão também servia para transportar os fêis para a anual “missa do trabalhador” na Praça da Cemig, em Contagem. O caminhão à frente, os oradores na carroceria e o povo atrás.

O caminhão do Zito, pau para toda obra, tinha muitos outros préstimos. Em tempos de escassez de ônibus, ele – tal como o do Zé Felipe, antes dele – era um dos poucos meios aptos a transportar os moradores para os bairros vizinhos. Não só para os bairros vizinhos. Há notícia de que certa vez (não há indicativo de que isso tenha ocorrido mais de uma vez) um grupo de moradores viajou à Aparecida do Norte (SP) na carroceria do caminhão para celebração do feriado de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil.

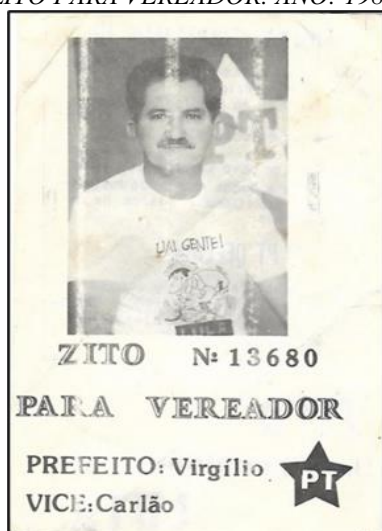
O caminhão do Zito tinha mil e uma utilidades. Tudo quase sempre gratuitamente. Não era incomum, por exemplo, vê-lo apinhado de móveis e de apetrechos de todo tipo transportando pelas ruas do Lindeia as “mudanças” das famílias do e para o bairro. O veículo, outras vezes, servia para levar aos beneficiários dos movimentos coletivos do “mutirão”<sup>76</sup> os materiais de construção (pedras, areia, cimentos, telhas de amianto, brita e tijolos) que eles

tinham recebido. Nem todos os materiais, contudo, eram provenientes do “mutirão”. Os tijolos, ao que consta, eram de uma olaria que o Zito tinha em seu terreno.

O terreno do Zito, aliás, era – ainda é - muito extenso (terreno composto por três lotes de 360 metros). Ali, como se fosse um condomínio, residem seus sete filhos - cada um com sua família e em uma casa separada. Há ainda, na parte externa da propriedade, uma padaria - Padaria e Confeitaria Pais e Filhos - gerenciada pelas filhas do Zito. Além disso, entre as casas, há uma “capelinha” que funciona como sede das conferências Santa Luzia e Santa Ana.

De tanto prestígio local, o Zito, como mostra a imagem abaixo (figura 51), concorreu – em 1988 e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) - a uma vaga de vereador de Belo Horizonte. Concorreu e ficou como suplente. No entanto, com a morte do titular (Padre Lage), Zito, em 1989, assumiu o cargo. A outra imagem (figura 52) mostra-o em um evento da campanha para vereador da eleição seguinte (de 1992). Contudo, nessa eleição, Zito sequer ficou como suplente. O palanque, parece, foi montado em cima do seu caminhão.

FIGURA 51 - “SANTINHO” CANDIDATURA DE ZITO PARA VEREADOR. ANO: 1988.



Acervo: Zito

FIGURA 52 - EVENTO DE CAMPANHA. ANO: 1992



Acervo: Zito

Nos últimos anos de sua vida, Zito, em razão dos efeitos da idade avançada, tinha dificuldade até de conversar. Entretanto, se, como escreveu Beauvoir (2018, p. 56), “muitas sociedades respeitam as pessoas idosas enquanto estão lúcidas e robustas, mas livram-se delas quando se tornam decrepitas e senis”, isso, no caso do Lindeia, não ocorreu com o Zito.

Vítima da Covid-19, Zito morreu em março de 2021.

“Gatinho pingado, mas tem”. Foi assim que Valdivino explicou que o número de pessoas “ilustres” ainda vivas no Lindeia é cada vez menor. “Tem”, disse, “o Roberto Lélis, o último presidente da associação”. Há outros. “Tem”, continuou, “a dona Aládia, que é uma guerreira”. Aládia, inclusive, pela sua dedicação às “lutas” por ocupação de moradias, detém o título de Cidadã Honorária de Belo Horizonte. Título, de 21 de fevereiro de 2000, concedido, como consta no documento, “pelos seus relevantes serviços prestados à cidade”.

Os mortos são fundamentais para a memória coletiva de um lugar. “Quando”, escreveu Bosi (1994, p. 411), “sentimos necessidade de guardar os traços de um amigo desaparecido, recolhemos seus vestígios a partir do que guardamos dele e dos depoimentos dos que o conheceram”. Assim, o esforço de lembrar-se dos mortos do Lindeia, para quem os conheceu, foi um esforço para guardar seus *traços e vestígios* incutidos nos lugares e valores do bairro. “Morreu”, disse Valdivino, “o Antônio Simeão, que é o pai do Antônio Carlos, morreu o Antônio Celestino, que é o marido de dona Aládia (...)”. Valdivino lembrou-se também de Manoel, marido de Nilza, que, segundo ele, “foi presidente da associação, foi professor na escola ‘Tio Beijo’”. Manoel, antes de morrer, estava muito enfermo. “Antes”, contou Valdivino, “era lúcido, participava da terceira idade, batia pandeiro”.

Nilza, logo que perdeu marido, como sói acontecer com casais de longa vida compartilhada, viu agravar seu estado de saúde. Viveu assim até que, em junho de 2020, veio a falecer. Mas, durante toda vida no Lindeia, Nilza nunca deixou que sua indignação com as injustiças sociais e com os desmandos dos poderes de ocasião esmorecesse. “Dona Nilza”, disse Valdivino, “tá [estava] ‘habilitada’, mas também não sai [saía] da raiz dela”. *Habilitada*, isto é, debilitada. Enquanto viveu, Nilza jamais saiu *da raiz dela*.

Na opinião de muitos, Nilza foi a grande mentora e o farol da política local. “Ela”, disse Joãozinho, “arrastava o ‘grupo de mães’ para a ‘luta’; para o sopão [a ser tratado], cercava ônibus, influente na Pastoral da Criança – tudo era dona Nilza”.

Quanto mais se lembraram da história do Lindeia, mais as pessoas antigas do bairro se recordaram dos seus contemporâneos “ilustres”. Pessoas “(...) como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas” (BOSI, 1994, p. 75). “É tanta gente”, disse Selita, “né, igual o Zélio. O Zélio é uma pessoa muito boa, muito importante pra comunidade; o Valdivino. Quem mais? O Amariulo, uma pessoa também que até hoje trabalha no ‘lar dos idosos’”.

Há ainda os que, sem serem nominalmente citados, estejam mortos ou vivos, são assim (“ilustres”) por terem trabalhado na construção da igreja. “Esse pessoal tudo”, disse Selita,

“quando eles não tava lá ajudando, como se diz, quando tava preparando o lanche pra levar pros homens. É, foi todo mundo...”.

Há alguns que não foram lembrados. “Igual”, disse Nilza, “tem um moço chamado Zé Luiz, muito antigo aqui no bairro, não sei se alguém comentou isso com você?”. Não, ninguém comentou. O Zé Luiz está vivo – vivo, mas quase esquecido.

Há outros em situação similar.



## Notas Capítulo 2

---

<sup>47</sup> Nascido na Espanha em 1932 e ordenado sacerdote em 1962, o padre Miguel faleceu no dia 23 de abril de 2020, em Fortaleza (CE).

<sup>48</sup> *Dom João* é dom João de Resende Costa (1910-2007), o arcebispo da Arquidiocese de Belo Horizonte na época que o padre Miguel aportou no Lindeia.

<sup>49</sup> A brincadeira faz sentido. “Vigário” vem do latim “vicus” e significa substituir, ficar no lugar de. A teologia capta seu sentido. “Vigário” é alguém que está no lugar de Jesus. O verbo serve de radical para “vigarista” – aquele que finge, ludibria os incautos.

<sup>50</sup> Houve a versão de que o padre foi empregado da antiga SBR, atual Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., localizada na divisa de Contagem com Betim; de que ele trabalhava na Toshiba, atual TSEA ENERGIA/TOSHIBA, localizada à Rodovia Fernão Dias, nº 3045, bairro Amazonas (Contagem). Houve também a versão (a mais repetida) de que ele era empregado da Pohlig-Heckel do Brasil, na Cidade Industrial.

<sup>51</sup> O trabalho braçal, na premissa cristã, é uma sina de todos os homens. Isso, aliás, como consta no livro bíblico do *Gênesis*, foi uma das condições impostas por Deus para a vida humana na terra. Ou um castigo divino ao primeiro homem (“Viverás pelo suor do seu rosto”) pela sua sujeição ao pecado original.

<sup>52</sup> Nascido em 1948, Roberto Celso Lélis foi morar no Lindeia em 1972. Atuante nos movimentos sociais, ele foi presidente da associação comunitária do bairro. As informações prestadas por Roberto fazem parte de uma conversa realizada em sua casa (rua Flor de Seda, nº 1203), no dia 10 de dezembro de 2020.

<sup>53</sup> Redes de acolhimento, como as organizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os clube de mães, os grupos de solidariedade e as rodas de formação surgiram e se fortaleceram nas periferias do país. Criar espaços onde quem não tem nada possa ser acolhido e ouvido é algo muito potente.

<sup>54</sup> Analisar as ações microscópicas do padre Miguel no Lindeia é evidenciar parte da conjuntura “macro” do Brasil da época. Conjuntura da ditadura militar (1964-1985). Um tempo de arbitrariedades e de opressão que, na visão dos contemporâneos do padre, prejudicou os pobres e impediu-lhes de terem acesso aos seus direitos.

<sup>55</sup> O tempo é a morada da memória pessoal. Cacilda recorda-se que o padre Caneda, logo quando foi transferido para o Lindeia, costumava brincar com seu filho. Como seu filho nasceu em 1986, deduz-se que a saída do padre Miguel do bairro, antecessor do Caneda, deve ter ocorrido mesmo em 1987, ou próximo disso.

<sup>56</sup> Em 1986, com 33 anos, o padre Josimo Morais Tavares, então coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Araguaia-Tocantins, foi assassinado por dois tiros a mando de fazendeiros contrários ao seu trabalho junto às famílias da região. O crime ocorreu em Imperatriz (MA) na sede da CPT.

<sup>57</sup> Maria da Penha Granato reside no Lindeia há mais de quarenta anos, sempre no mesmo endereço (rua Flor de Maio, nº 465). As informações prestadas por Maria da Penha fazem parte de uma entrevista realizada com ela no corredor do salão da igreja Jesus Ressuscitado, no dia 06 de dezembro de 2017.

<sup>58</sup> A Unidade de Acolhimento Institucional Casa dos Meninos tem por finalidade atender crianças e adolescentes, como medida de proteção de abrigo. No atendimento, busca-se auxiliá-los físico, psicopedagógico e emocionalmente. Tudo com vistas a reintegrá-los às suas famílias de origem, extensas ou substitutas.

<sup>59</sup> O Lar dos Idosos Recanto dos Amigos é uma instituição de “longa permanência para idosos” sem fins lucrativos que presta serviços de assistência social, saúde, educação, cultura e lazer aos idosos do Lindeia e de outros bairros. O lugar tem capacidade para 22 idosos que vivem em situação de vulnerabilidade social.

<sup>60</sup> Fundado em 1943 pela Companhia de Jesus (os jesuítas) e localizado à rua Gonçalves Dias, nº 1218, o Colégio Loyola, em 1949, se mudou para a avenida do Contorno, nº 7919, bairro Cidade Jardim.

<sup>61</sup> Francelino Pereira dos Santos foi um político mineiro. Vereador (1950 e 1955) e deputado federal, por vários mandatos, de 1963 a 1979, ele foi também governador do estado (1979 a 1983) e senador (1995 a 2003).

---

<sup>62</sup> O padre Bahije foi companheiro do padre Miguel no Lindeia. Com a saída do padre Miguel, ele também deixou o bairro. Hoje (em 2020) o padre Bahije mora em São Paulo.

<sup>63</sup> Maria Terezinha Diniz Oliveira nasceu em 1953, em Santo Hipólito (MG), e mudou-se para o Lindeia em 1974, para morar na rua Flor de Seda, nº 1830. Todas as informações prestadas por Maria Terezinha fazem parte de uma entrevista realizada com ela no salão da igreja Jesus Ressuscitado, no dia 30 de maio de 2018.

<sup>64</sup> O compartilhamento da energia elétrica, antes de ser visto como ato ilegal (um “gato”), irregularidade ou crime, foi, à luz dessa pesquisa, visto como gesto acamaradado dos primeiros moradores do Lindeia que tiveram acesso a isso em relação aos vizinhos que não tiveram tal “privilegio”.

<sup>65</sup> Fundada em 1952, a Companhia Energética de Minas Gerais SA (CEMIG) é - em número de clientes - a maior empresa integrada do setor de energia elétrica da América do Sul. A empresa, no tocante aos quilômetros de rede e de equipamentos e instalações, é a maior da América Latina.

<sup>66</sup> Maria Terezinha Alves nasceu em 1939. Em 1978, provinda de Caratinga (MG), ela foi morar no Lindeia (rua Flor da Páscoa, nº 515), onde ainda reside. Todas as informações prestadas por Maria Terezinha fazem parte de uma conversa realizada com ela no salão da igreja Jesus Ressuscitado, no dia 16 de maio de 2018.

<sup>67</sup> Criada em 1963, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA MG) é uma sociedade de economia mista brasileira com sede em Belo Horizonte. A COPASA é a responsável pela prestação de serviços de saneamento na maior parte do estado mineiro, que é o seu maior acionista.

<sup>68</sup> Como Brasil da segunda metade do século XX, o campo (área rural) estava *ruim de emprego*, muitas pessoas, em busca de trabalho nas indústrias, tiveram de mudar-se para a cidade grande.

<sup>69</sup> As conferências ainda subsistem no Lindeia. Além das citadas, há a Nossa Senhora da Vitória, a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a Excelsa Mãe da Igreja (que se reúnem na sede do conselho dos vicentinos); a conferência de Santo Antônio (igreja Jesus Ressuscitado); e a Nossa Senhora da Paz (igreja “Chapéu do Papa”).

<sup>70</sup> Nas décadas de 1960 e 1970, as “cidades grandes”, principalmente suas áreas periféricas, costumavam abrigar pessoas providas de diversos cantos do país. Pessoas que, muitas vezes, desprovidas de tudo, saíam às pressas (*corridas*) do lugar onde viviam para tentar reconstituir a vida em uma nova localidade.

<sup>71</sup> Outros moradores do Lindeia informaram que Estela, sem que ninguém soubesse dizer seu nome completo, era reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (o que não parece ser verdade, pois não foi encontrada nenhuma “Estela” no quadro dos antigos reitores da UFMG).

<sup>72</sup> “Seu” Robson ou “tio” Robson são formas que os moradores mais antigos do Lindeia tratam Roberval. Quando se fizer referência a ele no contexto da citação de outros moradores, ele assim será designado.

<sup>73</sup> *Pedra angular*, em seu sentido denotativo, arquitetônico, é aquela estrutura que, nos edifícios, faz esquina unindo e sustentado as paredes. Em sentido conotativo ou figurado, significa apoio, base, solidez. No cristianismo, o termo usado para representar Jesus Cristo, o filho de Deus. Ou para o apóstolo Pedro, o primeiro papa da Igreja Católica. “Pedro”, aliás, provém de “pedra”, o sustentáculo da igreja.

<sup>74</sup> O estado de Tocantins, por meio da divisão do estado de Goiás na sua porção norte, foi criado em 1988. No ano seguinte, o governador, os senadores, os deputados federais e os deputados estaduais foram empossados. Em 1990, teve início a construção de Palmas, futura capital e localizada no centro do estado.

<sup>75</sup> Provindo de Bonfim (MG), Zito, no início dos anos de 1960, foi morar próximo ao atual bairro Durval de Barros (na época, Lagoa Seca). Em fins da década, mudou-se para a rua dos Antúrios, nº 210.

<sup>76</sup> O “mutirão”, além de trabalhos coletivos voltados à construção de moradas de pessoas carentes (como se verá), significava movimento popular de doação de materiais de construção. Doação dos materiais que as pessoas tivessem em casa ou através de coleta de dinheiro, quando os seus organizadores compravam o material e os levava diretamente para os beneficiados. Levavam, no caso, no caminhão do Zito.

## CAPÍTULO 3 - CASAS, IGREJAS E ESCOLAS DO LINDEIA

### 3.1. TEORIZAÇÃO SOBRE O TEMA: OS SENTIDOS DE URBANIZAÇÃO

Toda memória é amparada pelo grupo e determinada pelo seu sentido histórico. Existe, inclusive, uma relação entre o ato de lembrar e o relevo existencial e social do fato recordado para o sujeito que recorda (BOSI, 1994).

A natureza da memória é social. As memórias alheias, mais do que completar a memória de cada um, são fontes fundamentais da recordação. Por isso que instituições e grupos de convivências são imprescindíveis para manifestação da memória coletiva. Nesse universo, a pessoa, para lembrar Halbwachs (2006, p. 72), “(...) se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade”.

*Pontos de referência* arquiteturais, acima de tudo. Pontos imprescindíveis à experiência do senso corporificado de existir e de se ter uma identidade (PALLASMAA, 2018). Nesse sentido, é importante saber que a arquitetura, sem se limitar à matéria de seus alicerces, vincula-se à experiência cultural. “As construções humanas”, Pallasmaa (2018, p. 13) escreveu, “também têm a tarefa de preservar o passado e nos permitir experimentar e compreender o *continuum* da cultura”.

A mais valorizada experiência social dos homens (principalmente dos homens simples) com a arquitetura ocorre quando eles conseguem adquirir casa própria. Uma experiência que ultrapassa a barreira da fisicalidade arquitetônica. “Habitação”, aliás, lembrou Risério (2019), provém do latim *habitationis* - e a raiz do termo é *habitus*, que significa tanto estado do corpo, quanto modo ou maneira de ser.

Outra questão importante em tal contexto são as associações criadas pelos indivíduos em suas experiências comunitárias. Para compreender isso, é preciso, por assim dizer, passar pelo entendimento de certos “sentidos de urbanização” (SILVA, 2011), que é o que ocorre quando o crescimento das cidades é acompanhado pela substituição de relações diretas, face a face, “primárias”, por relações indiretas, “secundárias”. Ou, dito de outra forma, dito por Lefebvre (2016, p. 62), “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade”. Isso é marca do sujeito urbano. “Efetivamente”, assegurou Halbwachs (2006, p. 63), “ou na imaginação, atravessamos um ou muitos ambientes sociais em cuja consciência essas representações tiveram e mantiveram (pelo menos por algum tempo) um lugar muito definido, uma realidade muito substancial”.

Mas isso só se torna verdade quando as pessoas têm uma postura de comprometimento com a história do lugar onde vivem; ou quando elas não ficam impassíveis em relação ao ambiente construído. Ambiente construído, aliás, além das casas e das associações, é constituído também por igrejas e escolas. Lugares, enfim, de forte apelo comunitário.

Ressalta-se ainda que mulheres e homens, seres essencialmente sociais, constituem-se a partir de suas próprias ações. Por onde passam, envolvidos em obras de “cal e pedra” ou em obras intangíveis, eles deixam suas marcas. Ou, dito de modo diferente, o passado deixa na sociedade de hoje muitos vestígios culturais de outrora. Vestígios que são “visíveis” ou só percebidos na expressão das imagens, nos aspectos dos lugares, nos modos de pensar e de sentir. Vestígios inconscientemente conservados e reproduzidos sem que, muitas vezes, as pessoas os percebem (HALBWACHS, 2006).

Ressalta-se ainda que uma sociedade humana, qualquer uma, não pode existir, subsistir ou tomar consciência de si mesma se não se abranger um conjunto de acontecimentos presentes e passados. Não há como entender uma sociedade assim sem a faculdade de retroceder no fluxo do tempo e repassar, de modo contínuo, os vestígios que ela deixou de si mesma (HALBWACHS, 2006).

*The last but not least*, há ainda a questão da existência de certa “conexão” entre a longa experiência de vida em um lugar com a percepção do espaço ao redor. “Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele” (HALBWACHS, 2006, p. 163). *Objetos exteriores*, como se verá, incrustados na memória dos primeiros moradores de um bairro.

### 3.2. CASAS: PEDRAS ANGULARES E MEDIDAS DO MUNDO

*A casa é meu maior bem.*  
Maria das Graças Pires

Bachelard, em *A Poética do Espaço* (2008), tratou a casa como um canto do mundo, como primeiro universo. A casa abriga o devaneio, protege o sonhador, permite-o sonhar em paz (a casa, então, integra os pensamentos, as lembranças e os sonhos). Sem a casa, as mulheres e os homens seriam seres dispersos no mundo.

A casa, no caso desta pesquisa, representa um sentimento de conquista depois de uma experiência de vida em outros lugares, seja de Belo Horizonte, Contagem ou do interior<sup>77</sup>. Representa também a desvinculação com o aluguel. A casa, assim, evoca múltiplas imagens - imagens que, uma vez trazidas à tona pelas lembranças, geraram uma impressão de segurança, de ascensão social, de familiaridade instituída e de reconforto de se estar no mundo.

Dito isso, pergunta-se: por que as pessoas escolheram mudar-se para um bairro tão incipiente, quase desabitado? Selita, como contou, foi parar ali (à época, vila Amazonas) por um contratempo familiar. “Minha mãe”, disse, “adoeceu. Lá na roça tava um sofrimento muito grande, meu pai era meeiro, trabalhava igual burro”. Para fugir de tanta aflição, Santos, um dos irmãos de Selita, alugou uma casa na vila Amazonas, onde ele morava, para abrigar seus pais e irmãos. Ali Selita e a família residiram por dois anos. Depois, todos foram morar na casa do irmão (atual rua Alfinete, esquina com rua Rossy de Carvalho).

Em 1967, Roberval mudou-se para o Lindeia (à época “Lindeia Velho”). Mudou porque, segundo ele, no novo bairro havia muita e boa oferta de lotes<sup>78</sup>. Além disso, a “vila dos marmiteiros”, onde vivia, “era”, disse ele, “uma ocupação; não tinha segurança”.

Antes de mudar-se para o “Lindeia Velho”, Nilza vivia de aluguel no bairro Amazonas, em Contagem. Saiu de lá porque, como contou, no novo bairro, ela pôde comprar um lote e construir um barracão de três cômodos. Construção que, embora tenha contado com a força dos braços de seus familiares, não prescindiu da ajuda dos vizinhos. “Meu marido e um pedreiro”, disse Nilza, “e ele ajudando, coitado. Aqui era um sol quente, cê precisa ver. Ele chegava de tarde, os meninos pegavam aquelas telhas do vizinho e puxava”.

Moradora de Francisco Sá (MG), Aládia, em 1963, mudou-se para o bairro Cabana (Belo Horizonte); depois foi para a “vila da vaquinha”<sup>79</sup>, em Contagem. Um lugar que – como sugestionou – não era dos melhores. “Era”, disse, “favela, né?”<sup>80</sup>. Com isso, em 1967, Aládia foi para o “Lindeia Velho”. Mas como descobriu o bairro? Um dia, como contou, ela recebeu

uma carta de uma amiga de sua cidade natal. Na carta a amiga tratava do loteamento da fazenda de dona Lindeia. Nisso, o marido de Aládia, como ela informou, “veio olhar, gostou e comprou”. *Gostou e comprou* um lote.

Em 1970, Luzia, que nasceu onde futuramente seria constituído o Lindeia, foi morar com o marido em Santa Luzia (MG). Mas, como não se adaptou ao lugar, em 1974, ela (junto com o esposo) resolveu retornar ao bairro para morar em um trecho do terreno de sua família (trecho que, com o tempo, pela divisão do inventário, tornou-se seu).

Mercês teve percurso semelhante ao da irmã. Nasceu e viveu no futuro Lindeia até casar-se, quando foi morar de aluguel no bairro Industrial (bairro vizinho). Entretanto, tão logo soube de um lote à venda no Lindeia, ela se interessou em adquiri-lo. Mas seu pai interveio e aconselhou-lhe a não comprar um lote “tão longe”. Impressões se diluem com o tempo - o tal lote, visto hoje, fica próximo ao antigo terreno da família. Foi só em 1976, quando sua tia resolveu vender parte de herança familiar, é que Mercês pôde comprar um lote. Lote onde construiu sua casa e onde vive desde então (rua Adália, nº 85).

Nas grandes decisões da vida, parentes são mesmo vozes ativas. Ilza, por exemplo, depois de casada, resolveu mudar-se para o município de Jauru, no Mato Grosso. Ilza e a família moraram lá alguns anos até que seu irmão, morador no Lindeia, passou a insistir que eles fossem para perto dele. Com isso, Ilza, o marido e os filhos mudaram-se para bairro para viverem de aluguel em um barracão na rua Flor da Páscoa.

A decisão de mudar-se para o Lindeia, no caso de Mário, foi obra de sua mãe. Como seu pai conseguiu emprego - por intermédio de um primo, morador do bairro - em uma empresa na Cidade Industrial, a mãe de Mário convenceu o marido acerca da praticidade deles morarem próximos à empresa (e ao primo). Assim, o pai de Mário, em meados dos anos de 1970, comprou um lote na rua Flor da Páscoa esquina com Cana da Índia, construiu uma casa, mudou-se e desde então mora ali com a família (onde Mário ainda reside com os pais).

O Lindeia era pródigo em situações desse tipo. Os novos moradores, uma vez empregados nas indústrias, firmas e empresas da Cidade Industrial, davam notícia disso aos parentes e conterrâneos, que, por sua vez, na ânsia de igualmente conseguirem trabalho na cidade grande, seguiam o mesmo percurso. Depois, com o tempo, todos davam um jeito de morarem perto. Como assegurou Wirth (1979, p. 103), “pessoas de *status* e necessidades homogêneas, consciente ou inconscientemente, se dirigem ou são forçadas para mesma área”.

Arrumar trabalho “fichado”, ao menos durante boa parte dos anos de 1970, não era tão difícil. “A pessoa”, disse Cacilda, “chegava e já *pegava* um emprego”. Empregos normalmente consequências das relações estabelecidas. Uma observação focada em um

contexto, muitas vezes, serve para explicar outro. “Conseguir emprego”, escreveu Martins (2008, p. 118), “tinha pouco a ver com a visibilidade e a funcionalidade do mercado de trabalho e sim com as relações comunitárias e de vizinhança”<sup>81</sup>.

De Raul Soares (MG), José Caetano<sup>82</sup>, em fins dos anos de 1960, migrou para Belo Horizonte para trabalhar na Magnesita<sup>83</sup>. Na capital, especificamente no Bairro das Indústrias, ele morou de aluguel por cerca de cinco anos. Paralelamente, José Caetano comprou um lote no Lindeia (rua das Perpétuas) e construiu ali uma casa. Com isso, após casar-se com Cacilda, ele mudou-se para o bairro. “Nós”, disse, “nos casamos e viemos direto”. *Direto* mesmo, pois o casal foi para a morada nova no mesmo dia do casamento – 11 de janeiro de 1975.

Afora a proximidade com o emprego formal, outros fatores impulsionaram a mudança para o Lindeia. Um - como no caso de Roberval - era a facilidade de se comprar lotes no bairro. Além de relativamente baratos, os lotes podiam ser mensalmente quitados ao longo de três ou quatro anos. Com isso, o sonho da casa própria e a possibilidade de ascender-se socialmente tornaram-se viáveis. Ademais, a obrigação do aluguel, para as gentes simples, é (e sempre foi) o pior dos negócios. “Aluguel”, disse Mercês, “‘dorme com a gente na cama’, é um dinheiro que cê paga sem volta”.

Adquirir casa própria sinalizava também outro sonho – o de viver em um mundo estável. “Eu”, contou Zélio, “vim [para o Lindeia] porque eu tinha um objetivo de ter um pouco mais de segurança, independência, de uma casa que fosse minha”.

A casualidade foi outro fator a impulsionar a mudança para o Lindeia. Zélio, por exemplo, contou que, um dia, quando seguia de ônibus para avaliar um lote no bairro Lagoa Seca (atual Durval de Barros), ele foi sentar-se justamente ao lado de um corretor de imóveis. Conversa vai, conversa vem, Zélio contou-lhe para onde ia e o que pretendia fazer. Ouvindo isso, o corretor, depois de dizer a Zélio que tinha lotes no Lindeia para vender, propôs-lhe que fossem vê-los. Com a proposta aceita, eles desceram juntos. “Olhei”, disse Zélio, “um, depois olhei esse aqui. Então, eu gostei. Primeiro por ser um espaço mais ou menos acentuado. Segundo, já tinha um barracão construído com dois cômodos”. Uma decisão economicamente bem calculada. “Eu”, concluiu Zélio, “preferi essa compra aqui, porque a partir daí, ao invés de pagar aluguel, com o dinheiro do aluguel eu pagaria a prestação do lote”.

O que levou Zélio a sair do bairro Novo Progresso, em Contagem, onde morava, para ir tão longe avaliar um lote? “Esse período”, ele respondeu, “a gente ouvia bastante rádio. No rádio rolava muito era propaganda de lote, Inconfidentes, Itatiaia, Guarani... Então, eles mexiam muito é nesse lado, aonde que tinha lote. Então, a gente ficava tentando captar um espaço melhor para comprar”.

Quem procura acha. Joãozinho, antes de mudar-se para o Lindeia, vivia de aluguel no bairro Petrópolis, em Betim (MG). Vivia em estado de alerta. “Toda vida”, disse ele, “é essa minha preocupação: ‘Eu quero morar em cima do que é meu’”. O principal, para Joãozinho, era ter uma casa própria, não importando onde ela estivesse localizada.

Palavras *criam* realidade. Ou oportunidade. Em 1981, Joãozinho comentou com um colega de trabalho sobre sua intenção de adquirir um lote. O colega, que também trabalhava no ramo imobiliário, contou-lhe que tinha um lote para vender no Lindeia. Joãozinho interessou-se e disse ao colega que iria conhecer o terreno. Fez isso, inquiriu com os vizinhos, acertou com a esposa e o imóvel foi comprado.

De posse do lote (um lote “limpo”, isto é, sem barracão), Joãozinho contratou um pedreiro para erguer ali uma morada. Mas o processo arrastou-se por alguns anos. O terreno foi comprado no final de 1981 e Joãozinho mudou-se para a casa nova em 1985. E mudou-se – como contou - “sem rebocar por fora”.

O processo de construção da residência de Joãozinho, de fato, foi muito arrastado. As paredes, por exemplo, foram levantadas, mas a laje teve de esperar um ano para ser “batida”. Inclusive, quando ele se mudou, sua casa não estava pronta. “Tinha”, disse Joãozinho, “até areia e brita na sala”. Casa inacabada, sujeita à interrupção, sempre no aguardo de ser retomada. Além disso, como estava desempregado, Joãozinho, entre a procura de um trabalho e outro, é quem dava reparos à obra.

A compra de um lote ou de uma casa no Lindeia, para outros, era um projeto antigo. Verônica saiu de Almenara (MG) ainda criança e foi morar na vila São José, em Contagem<sup>84</sup>. Mas como não gostava de lá, Verônica sempre falava com os pais que um dia iria comprar uma casa em um bairro. Bairro, para ela, era melhor que vila. Quanto mais a vila onde vivia<sup>85</sup>. O bairro almejado era o Lindeia. “Minha tia”, contou Verônica, “mora aqui [rua Miosótis] há mais cinquenta anos. E eu sempre vinha na casa dela com minha mãe”. Visitas que reforçaram em Verônica a impressão de que entre o Lindeia e a vila São José havia uma grande diferença. Mesmo com a pobreza urbana do bairro, a vila parecia-lhe ainda mais pobre.

A linguagem, o sonho, o acaso ou o destino, mesmo que isso demore muito, também *criam* realidade. Em 1990, Verônica, já casada e morando em Sarzedo (MG), soube da venda de uma casa no Lindeia. Incontinenti, ela e marido foram vê-la. Viram, gostaram, compraram e desde então moram ali. O curioso é que, como Verônica demorou muitos anos a tornar seu sonho realidade, o projeto havia esmorecido. “Eu”, contou, “esqueci isso e ficou na memória”. O que não mais se recorda nem sempre sai da memória.



Se, como escreveu Pallasmaa (2018, p. 30-31), “a arquitetura é necessária para criar o fundo e a tela de projeção das lembranças e emoções”, a arquitetura das casas é muito mais. Veja-se o caso de Zélio. Na época em que se mudou para o Lindeia não havia a avenida dos Jardins<sup>86</sup>. Em seu lugar, segundo Zélio, havia um “brejal” que funcionava como escoamento da água provinda do topo do bairro. Zélio, contudo, soube tirar proveito disso. “Quando”, contou, “eu construí aqui, eu aproveitei muita areia aqui embaixo da avenida. Por que era um período de muita chuva. As enchentes vinham trazendo a areia. Aí formava aquele balcão de areia (...) Aí eu trazia aqui para minha construção”.

A história da construção da casa de Maria das Graças, em alguma medida, assemelha-se à de Zélio. “Quando”, disse ela, “comprei o lote que moro, eu entrei pra casa de terra no chão, sem banheiro, perto do brejo”. Local, à época, em processo de canalização para abertura da avenida dos Jardins. Mas nada foi fácil. A casa de Maria das Graças só pôde ser posta de pé com uso das “sobras” da obra de abertura da avenida. “Catava”, concluiu ela, “pedra na rua. A ‘patrola’ da prefeitura retirava terra; na terra ‘vinha’ pedra, que catei – cheguei a catar um caminhão de pedra para alicerce”.

A área contígua à casa de Ilza, quando ela foi morar no Lindeia, era um ambiente desabitado. Mas, aos poucos, muitas pessoas, provindas de todo lugar, começaram comprar lotes e construir casas (à época barracões) por ali. No entanto, como ocorreu com a maioria, a pressa (ou a ânsia de sair do aluguel) foi a mediadora de todas as coisas. “Nós”, Ilza afirmou, “entramos para aqui, sem piso, sem janela; só o buraco. Depois que foi colocando as janelas e arrumando aos pouquinhos. Sem luz; era vela”.

A alegria de morar em casa própria, muitas vezes, foi sendo substituída pela percepção de que, com o tempo, a casa se tornara pequena demais. Alegria de pobre, como se diz, dura pouco. Ou, dito de outra forma, o transcorrer da vida tratou de influenciar a constituição arquitetônica da morada de cada um. O barracão de Nilza era bem simples: quarto, cozinha e sala. Situação difícil, pois ela tinha quatro filhos. “Todo mundo”, disse, “ficou amontoado”. Além disso, no lugar da porta, como ela contou, “havia dois sacos de linhagem emendados. No das janelas, tábuas pregadas”. Para piorar, como comumente chovia muito por ali, Nilza, como relatou, “tinha de botar plástico em cima da cama para parar a goteira, porque [a casa] era de telha”. Assim, era urgente que sua casa fosse ampliada. “Foi então”, assegurou Nilza, “aumentando, né, com a família aqui dentro. Ah é assim: um puxadinho daqui, dali, né?”.

A casa onde Selita e sua família moravam nos primeiros anos de Lindeia só tinha quatro cômodos. Era pequena e se tornou menor ainda quando seu irmão, o proprietário, se casou e dividiu a morada em partes iguais: dois cômodos para ele e dois para os pais e irmãos.

Assim, não havia como adiar a ampliação da casa. Ampliada, a casa abrigou a mãe de Selita até sua morte, em 2012 (o pai morreu antes, em 2007). Depois, ela foi cedida para outra irmã, que viveu ali alguns anos. Atualmente, a casa está alugada.

O mesmo ocorreu com Aládia. Em fins da década de 1960, ela, como mostrado, comprou um lote no “Lindeia Velho” e mandou construir ali um barracão de dois cômodos. Anos depois, mãe de nove filhos (na casa da rua Amaranto nasceram três), Aládia notou que sua morada estava sem condições de abrigar toda sua família. “A casa”, disse ela, “era pequena para esse povão tudo. Os meninos dormiam na cozinha”. *Pequena*, mas sólida. Como “o alicerce”, continuou, “era muito bom, nem prego direito passava de tão forte que era”, foi possível, ao invés de derrubar, expandir a casa.

Zélio, depois de um tempo de moradia no Lindeia, sentiu necessidade de expandir sua residência. Em princípio, o “barracãozinho” onde vivia com esposa era-lhes suficiente. Com o nascimento dos seus filhos (quatro, ao todo), não era mais. “Assim”, disse Zélio, “que eu fui saindo das prestações, que era pesado, eu acresci mais um cômodo, mais dois”. Mas o processo foi muito lento. A obra só foi concluída depois de quinze anos de iniciada.

Com o nascimento do seu terceiro filho, Cacilda, em 1980, acrescentou um quarto à sua morada. Ainda assim, a casa continuou acanhada. Ou então, em razão do tamanho do lote, tinha-se a impressão que ela era pequena demais. No Lindeia, aliás, havia certa fartura fundiária<sup>87</sup>. “Esses lotes de primeiro”, disse Cacilda, “era *bitelão*. Nosso lote era dois num. Aí, aquele loteço”.

Em alguns casos, o término da construção da residência nunca foi alcançado. Joaquim, por exemplo, contou que a casa onde ele vive com a família desde 1977 era de pilar de madeira e de dois cômodos. Aos poucos, ela foi sendo “melhorada”, embora sempre estivesse – e está - em estado de inacabamento. *Pendent opera interrupta*.

Em alguns casos, as pessoas, ao invés de reformarem, optaram por construir outras casas no mesmo lote. Isso ocorreu com Valdivino. “Era”, contou ele, “um cômodo, puxei mais um e fiz mais um banheiro; depois fiz outro pra cima lá, hoje tem três moradas aqui”. A obra arrastou-se por um bom tempo. “Aí”, continuou Valdivino, “fui comprando material a prestação aqui. Aí eu aluguei lá [a primeira casa]. Ah, foi uns seis, sete anos”.

A construção da casa de Valdivino, além de exigir dele muito esforço, exigiu alto dispêndio de gastos e muito sacrifício. “Só”, disse ele, “mexia na casa quando saía duma firma. Às vezes eu trabalhava dois anos (...). Com o acerto, eu comprava o material”. Ou não foi tão sacrifício assim, pois, na época, como posto acima, a conjuntura socioeconômica era relativamente favorável. “É porque”, contou Valdivino, “quando tava as épocas boas, como

diz o ditado, a época das vacas gordas, aí eu saía porque eu achava outra oferta melhor [na] construção civil. É, trabalhava uns trinta dias; aí depois empregava de novo”.

Se parentes foram essenciais para a decisão de mudança para o Lindeia, eles, ao menos em um caso, também assim o foram para construção de uma nova casa. “Um dia”, disse Cacilda, “meu irmão veio de Caratinga (...) ele era mestre de obras. Veio passear e nós comentamos que pensava em puxar a casa, acrescentar a casa, ficar grandona”. Ao ouvir isso, o irmão de Cacilda sugeriu que, ao invés disso, ela e o marido deveriam desaterrar o lote no nível da rua e erguer ali um prédio, com uma morada na parte superior e uma loja no térreo.

Palavras têm poder. Palavras de irmão muito mais. Dias depois, um vizinho bateu na porta da casa de Cacilda para perguntar-lhe se ela sabia de alguém que tinha terras disponíveis para doar para a prefeitura (doar para uma obra pública em andamento). Um caminhão da prefeitura, como garantiu o vizinho, se incumbiria de desaterrar o lote. Selita, sem perder tempo, prometeu ao vizinho que ela mesma doaria as terras. Assim foi feito.

José Caetano, o marido de Cacilda, também não perdeu tempo. Tão logo seu lote foi desaterrado pela prefeitura, ele mandou bater ali um muro de arrimo. Depois, deu início à construção de uma casa de estrutura verticalizada. Uma casa não com uma, mas com duas lojas no térreo.

Da construção do primeiro barracão à elevação da nova casa (trabalho que demorou quatorze anos), tudo foi obra de José Caetano. Se nem sempre direta, foi indireta. Tudo com seus próprios recursos. Cacilda, inclusive, sem disfarçar o orgulho, não mediu palavras em elogiar as qualidades do marido no que concerne aos trabalhos construtivos. “Ele”, disse ela, “entende muito; é muito inteligente. Ele sabe assim, sem nunca ter feito curso nem nada; ele mexe com instalação elétrica, mexe com instalação de água, tudo que precisar ele faz”.

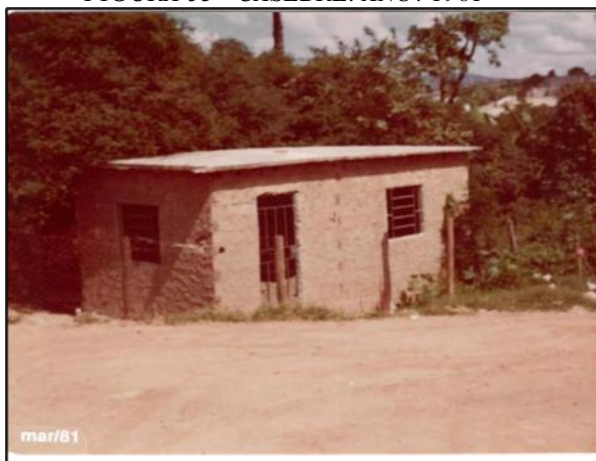
Orgulhosa do marido, mas cônica de que mérito da obra não coube somente a ele. “Você”, perguntou Cacilda, “conhece aquele ditado: ‘O homem coloca na porta da sala e a mulher se quiser tirar na porta da cozinha, ela tira?’”. Perguntou e respondeu: “Então, é os dois. Aí, quer dizer, eu tinha cabeça, ele tinha cabeça”. Ou seja, a construção e a manutenção da casa foram os elementos a indicar a relação simétrica entre os cônjuges. Ademais, como pontuou Thompson (1992, p. 332), “o trabalho não remunerado das mulheres dentro do lar não só colabora com a família, como ainda, mediante a criação dos filhos, que são a força de trabalho do futuro, assenta parte dos fundamentos para o futuro”.

Mercês foi outra que, com o crescimento de sua família, ao invés de ampliar, optou por mandar construir uma nova casa. Contudo, com o tempo, ela viu que isso não foi uma boa ideia. “Acaba”, disse, “que é bobeira, que eu construí a [casa] grande e fiquei com o Onofre

[seu marido] sozinha”. A maturidade faz as pessoas perceberem que nada na vida é eterno: o tempo passa, as coisas mudam, os filhos saem de casa e os pais, quando velhos, ficam sós. Sobre isso, aliás, Beauvoir (2018, p. 398) escreveu assim: “O homem idoso não pode mais pressupor essa espécie de eternidade: o movimento da história acelerou-se. Ela destruirá amanhã o que se construiu ontem. As árvores que o velho planta serão abatidas. Em quase todos os lugares, a célula familiar desintegrou-se”.

Nas fotos abaixo, há dois exemplares de casas que, embora do mesmo ano (1981), representam momentos distintos de habitação. O convívio de modelos construtivos, como se sabe, é marca da arquitetura periférica. Na primeira (figura 53), vê-se uma casa rústica que, mesmo incompleta, parece ter sido erguida para atender as necessidades imediatas dos seus moradores. Na segunda (figura 54), uma casa reformada (ou reconstruída), que deve ter sido edificada quando seus moradores há tempos estavam no Lindeia.

FIGURA 53 - CASEBRE. ANO: 1981



Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias

FIGURA 54 - CASA LINDEIA. ANO: 1981



Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias

A paisagem é corolário das ações humanas. O Lindeia, a partir de meados dos anos de 1970, transformou-se em uma cadeia espalhada de moradas e de vínculos sociais em construção. “Dia de domingo aqui”, disse Valdivino, “parecia festa, porque cada um tava construindo em seu lote”. *Festa* animada, onde as pessoas desfrutavam do prazer de sentirem-se donas de um lote e senhoras de uma casa em construção. Nesse cenário, imperavam ações individuais com certo ímpeto societário. “Construindo”, continuou ele, “da forma que podia. Um tava abrindo fundação, outro tava já começando com alicerce, outro começando a levantar tijolo, um emprestava pro outro, então”.

O movimento era urgente e uníssono. “Todo mundo”, disse Valdivino, “já veio querendo a sua casa, não tinha aquele negócio de comprou o terreno, deixou lá pra valorizar. Comprou e amanhã ele já tá nem que seja capinando o lote”. O Lindeia, então, estava ornado de elementos de congraçamento social. “Todo mundo”, concluiu Valdivino, “com o mesmo objetivo, ninguém chegou aqui com o ‘rei na barriga’, [sentindo-se] melhor do que o outro; cada um com uma dificuldade”.

A situação retratada por Valdivino não é exclusiva do Lindeia em formação; ela faz parte e é indicativa de uma nova era na vida de mulheres e de homens em processo de mudança para um novo lugar. Uma situação, como retratado abaixo, muito especial:

É o tempo dedicado a estabelecer os alicerces do edifício, tempo mais pitoresco e mais movimentado do que os longos intervalos em que a casa será acabada – há no canteiro de obras uma efervescência, um entusiasmo unânime, em primeiro lugar por ser um começo (HALBWACHS, 2006, p. 150).

Em tal contexto, a casa tornou-se o bem maior da vida de todos. Inclusive, foi o esforço empreendido por cada um para erguer suas moradas que potencializou isso. “Gosto”, disse Joãozinho, “do lugar onde vivo, pois é um lugar que a gente ‘lutou’ demais, onde tive de praticamente tirar o barracão da favela e trazer para cá para aproveitar toda a metragem”.

As linhas argumentativas, de modo geral, seguiram trilhas similares. “Quando”, disse Maria das Graças, “olho para minha casa, eu vejo a ‘luta’ que tive para comprar (...) com ajuda dos vizinhos e amigos. A casa é meu maior bem”. Um *bem* percebido desde o instante em que seu lote foi adquirido. “Quando”, contou Maria das Graças, “ela [sua mãe] foi comprar o lote, eu gostei demais, mesmo com o brejo e o córrego que havia perto, não tinha canalização”.

Assim, para a maioria dos primeiros moradores do Lindeia, suas casas tornaram-se espaços sagrados. “A minha casa”, disse Cacilda, “é um pedacinho do céu na terra, construída de pedra, Cristo e Virgem Maria”. Mais que a casa, o lar. “Meu lar é aconchegante; ele faz parte de minha constituição. A família é a luz e a casa representa a família”. Resta, então, deixar manifesta a seguinte citação:

A habitação não é um objeto, uma ‘máquina de morar’: é o universo que o homem constrói para si, imitando a Criação exemplar dos deuses. Toda construção e toda inauguração de uma nova morada equivale de certo modo a um *novo começo*, uma *nova vida*. E todo começo repete o começo primordial em que o Universo viu a luz pela primeira vez (RISÉRIO, 2019, p. 423).

Muitos, inclusive, ao retrospectivamente lembrarem-se da experiência de terem construído uma casa própria, custaram acreditar terem conseguido alcançar tal feito. “Minha casa”, disse Aládia, “é gratificante: começou com três cômodos, onde hoje é a sala e um quarto; e eu nunca pensava que iria chegar onde estamos hoje (numa casa boa e confortável)”.

O valor da casa própria é tanto que, para os precursores do Lindeia, sair do bairro é algo inconcebível. Não fazem isso nem com a insistência dos filhos. Ilza, por exemplo, contou que toda vez que seus filhos sugerem-lhe (e eles fazem muito isso) que ela compre um pedaço de terra na roça, tal como fizeram, ela responde-lhes assim: “De jeito nenhum. Eu gosto é daqui”. Ilza é convicta de que seu bairro é único e muito valioso – e que não há nada no mundo que o substitua. Mais que o Lindeia – ou tanto quanto - valiosa mesmo é sua casa. “Tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver” (BOSI, 1994, p. 436).

A casa própria, muitas vezes, até parece pequena para tantos predicados. “A minha casa”, disse Joãozinho, “é tudo, ali acolho a família e os colegas, os amigos; ela se tornou uma referência; as pessoas falam: ‘ali é a casa do Joãozinho’”. Por isso, tal como Ilza, Joãozinho não se imagina vivendo em outro lugar. Ademais, para que sair do Lindeia, se, como ele disse, “mudança [é] uma coisa muito ruim”?

*Muito ruim* mesmo. Quanto mais para os idosos. Beauvoir (2018), sobre isso, vaticinou que a mudança de lugar de moradia, sobretudo para os velhos, pode levá-los à morte. Quando não morte física, morte de outro tipo. “Quem”, disse Roberval, “muda muito, fica sem casa”. E ficar *sem casa* é desprover-se da vida – ou de uma forma de vida.

Quem não se fixa em nenhum lugar sente-se desconectado do *vital* sentimento de pertencer a uma comunidade. Com isso, sua memória em relação à sociedade que o rodeia fica comprometida. A mobilidade extrema e o percurso errante, a bem dizer, impedem a sedimentação do passado e levam a perda da crônica da família e do indivíduo (BOSI, 1994).

As casas também ganharam relevo pelo viés comparativo. Terezinha<sup>88</sup>, por exemplo, confrontou sua residência atual com a casa onde viveu antes de mudar-se para o Lindeia. “A casa do Lindeia”, disse ela, “era [é] o dobro de melhor, porque tinha [tem] quarto para os homens e para as meninas, tudo separadinho; lá [na outra] só tinha o quarto dos meninos e as meninas [dormiam] no meu quarto”. O valor da casa aqui tem relação com o ordenamento dos quartos. Em seguida, Terezinha cotejou sua casa com o lugar onde morava na infância. “A casa [do Lindeia]”, contou, “é muito boa, melhor que quando eu tava menina ainda, morava em aldeia. Era muito difícil. Quando chovia muito, molhava o sapé, começava a cair”.

A experiência habitacional na infância, decerto, quanto mais se for sofrida, costuma deixar marcas indeléveis na memória do sujeito. “No meu caso”, disse Verônica, “eu e meus irmãos, a gente foi criado numa casa que não tinha banheiro direito, nosso banheiro era fossa, a gente tomava banho de caneca”. Esse tipo de experiência, por outro lado, pode incentivar o desejo por ações futuras que visem evitar que isso se repita. Se não para a própria pessoa, ao menos para seus descendentes. O desejo de Verônica, então, de comprar uma casa no Lindeia foi impulsionado pela sua disposição de deixá-la para os filhos. A conquista da casa, espaço do morar e do viver, torna-se assim uma espécie de “legado dos mais velhos a seus filhos e netos” (MARTINS, 2008, p. 54).

A experiência da compra de uma morada no Lindeia foi tão profunda que Verônica, ao tratar disso, só conseguiu enxergar predicados na casa. Um deles relacionou-se ao fato de Verônica saber que é proprietária da casa. “Tenho”, afirmou, “prazer de saber que ela é minha!”. Ou então o valor da casa se dá pela possibilidade de ela poder ser desfrutada. “Gosto”, ela continuou, “de ficar aqui dentro. É pequeninha, são dois quartos, sala, cozinha e banheiro”. Para Jacobs (2011), um bom abrigo é um bem útil em si enquanto abrigo.

Mercês foi outra que, quando consultada, reconheceu o mérito de ser proprietária de uma casa. “Quando”, disse, “a pessoa mora no que é da gente mesmo tem outro sentido. Não é?”. Sim. Não obstante, Mercês, fiel ao seu estilo, não deixou de ponderar. “Enquanto”, filosofou, “a gente está aqui, né? Quando está aqui é, uai! A gente sabe que depois que a gente morrer não vai levar ninguém”. De fato, o eterno nessa vida só é assim enquanto dura.

### 3.3. IGREJAS DO LINDEIA: TESTEMUNHAS DE SEU PASSADO.

*A igreja é o melhor lugar que tem  
pra poder reviver as coisas*  
Aládia.

Dos programas de necessidades mais urgentes, aqueles que pelo tempo afora mais demoram alcançar concretude arquitetônica são as igrejas. Por isso, elas sempre tiveram garantidas suas integridades. Igrejas que, em todo local em processo de metropolização, costumam restar como testemunhos do passado. Ou, como escreveu Pallasmaa (2018, p. 79), “as verdadeiras experiências arquitetônicas sempre são verbos e promessas, não substantivos, e, conseqüentemente, sempre são únicas”.

*Únicas* mesmo. Mais que testemunhos ou indicativos de uma era, as igrejas trazem a tona fortes sentimentos de pertencimento. Além disso, como arquitetura monumental, elas são elementos a “garantir a permanência e oferecer um baluarte contra a aceleração do tempo, [que se tornam] as bases movediças do espaço urbano e a transitoriedade da vida moderna” (HUYSSSEN, 2000, p. 55). As igrejas indicam fixação demorada e garantia de estabilidade emocional, religiosa, social e cultural de um povo.

No caso das igrejas do Lindeia, tanto a parte feminina quanto a masculina da população (ao menos as que recebem atenção neste trabalho) considera-as como coisas suas, propriedades suas. Consideram isso porque elas são edifícios que todos, voluntariamente, construíram com mãos calosas e disposições incansáveis.

Resta, então, apresentá-las.

#### 3.3.1. Igreja Jesus Ressuscitado

O vértice do Lindeia é a igreja Jesus Ressuscitado, o esteio de um catolicismo engajado e popular. Isso, inclusive, é que a faz ser tão valorizada. Mas não só por isso. A igreja é também bem-avaliada pela sua capacidade de levar os moradores – ao menos os mais antigos - a refletirem sobre suas próprias condições. “A igreja”, disse Nilza, “[foi importante] porque foi aonde a gente começou a enxergar as coisas, né?”. “Uma obra de arquitetura”, Pallasmaa (2018, p. 70) escreveu, “também é mais do que o prédio material, ela nos confronta com o mundo e sua própria existência”. *Uma obra de arquitetura* pública que, para ser erguida, precisou contar com a força das mulheres e dos homens comuns, muito mais. Em



tais condições, as pessoas podem sentir o poder de suas realizações como podem sentir a ação de suas existências (TODOROV, 1996).

A igreja Jesus Ressuscitado, com isso, tornou-se fonte da memória coletiva do Lindeia. “A igreja”, disse Aládia, “é o melhor lugar que tem pra poder reviver as coisas, né?”. “Um prédio”, Pallasmaa (2018, p. 49) escreveu, “é tanto um objeto com utilidade, matéria e estrutura e uma metáfora existencial espaço-temporal”.

Não há construção sem projeto. Não há projeto sem um líder. Antes da igreja, como contou Nilza, as pessoas do Lindeia, principalmente as mais engajadas, comumente se reuniam para discutirem a precisão de haver um pároco no bairro. “Todos”, disse Nilza, “lá detrás ia pra poder conseguir que dom Serafim<sup>89</sup> mandasse um padre pra cá”. Com o padre no bairro, o projeto de construção da igreja se tornou possível.

A “luta” primordial dos moradores para erguerem seus lugares sempre foi pela terra. Para a edificação da igreja, isso não foi diferente. Embora corra uma versão de que, no processo de loteamento do Lindeia, a antiga proprietária da fazenda que havia ali tenha deixado um terreno para esse fim, isso não pareceu verdade.

Alguns, em relação a isso, foram bem assertivos. Para eles, tanto dona Lindeia quanto a imobiliária Sancruza, durante o loteamento da fazenda, não deixaram lugar para a igreja. Então, para resolver isso, só com muita “luta”. “Tinha”, disse Nilza, “um tal de ‘seu’ Mozart, que era quem vendia lote aqui. Então as mulheres começaram a pegar no pé deste homem para poder dar o terreno da igreja”. Água mole em pedra dura... De tanto insistirem, as mulheres conseguiram que o antigo corretor doasse um lote para a construção da igreja.

Ter um terreno para esse fim não era garantia de que a igreja seria rapidamente erguida. Igrejas ou outras obras não são edificadas de um dia para o outro. Então, enquanto isso, as missas, como informado, continuavam sendo realizadas na antiga Escola Estadual Pedreira do Rennó. Mas, como o padre não gostava de celebração religiosa em lugar improvisado, ele fez de tudo para apressar o processo construtivo da igreja. Em princípio, o padre se empenhou em formar um núcleo coeso de apoiadores à causa. “Ele”, disse Nilza, “falava no horário de missa, publicava as coisas e era desse jeito”. *Falava* sobre a imprescindibilidade de todos engajarem-se na obra.

Com o transcorrer do tempo, o esforço do padre começou a surtir efeito. “O pessoal”, disse Selita, “ia nas casas todo mês cobrando dízimo, pra receber o dízimo pra mexer com a construção, já tava preparando o terreno”. *Preparando o terreno* metafórica e literalmente.

Tornar concreto um projeto que, cada vez mais, parecia mais ambicioso, apurado e exigente só seria possível se se contasse com alguém com experiência e ciência técnica na

área de construção civil para coordenar o projeto. No Lindeia havia um tipo assim – havia Roberval. Tão logo foi convidado, o mestre de obras local inseriu-se de vez no processo.

A primeira medida de Roberval foi acatar a sugestão do padre Miguel de oferecer à população masculina do Lindeia uma temporada de cursos de pedreiro e de carpinteiro - cursos gratuitos e realizados na igreja em construção e que teriam como contrapartida o envolvimento dos aprendizes na obra. A procura, como era de se pressupor, foi concorrida. Todos queriam aprender um ofício e dar sua contribuição para a elevação da igreja.

Os cursos, uma vez iniciados, tiveram uma particularidade. “Primeiro”, disse Roberval, “a gente tinha uma meia hora, uns 40 minutos, pra gente conversar sobre a situação política, de ‘como você está vivendo’”. Depois, as aulas teóricas e práticas eram iniciadas. Os cursos, então, dando vazão a uma sociabilidade masculina, tornaram-se uma espécie de cultos voltados à reflexão social. Ali, forjavam-se discussões sobre muitos assuntos, sobretudo, sobre as carências da vida e a pobreza urbana do Lindeia.

Toda pesquisa social, para situar o seu objeto, deve contar com um dado cronológico. Um dado que, como ocorreu com a maioria, teve relação com a mudança para o Lindeia. “A igreja”, disse Maria Terezinha Diniz, “nessa época [no seu caso, em 1974] estava começando a fundação, tirando os pilares, saindo do chão”.

A igreja *saindo do chão*, com o envolvimento das mulheres e dos homens locais, amiúde, foi o principal e mais delongado marco da história do Lindeia. Dedicar-se a isso foi um dos grandes – senão o maior - acontecimentos na vida de significativa parcela dos habitantes do bairro. “Dia de sábado”, informou Ilza, “ajuntava pessoas para ajudar. Era dez, quinze pessoas, pedreiro e ajudante, ia tudo pra lá”.

De fato, não era incomum que, sobretudo nos finais de semana, um grupo de pessoas se reunia ao redor da obra em construção. Todas dispostas a dar sua cota de contribuição. “Quem”, disse Selita, “sabia mexer com estrutura metálica fazia, quem era pedreiro fazia. Mesmo aquele que era servente (...) vinha todo mundo”. Assim, despontou no Lindeia uma experiência arquitetônica baseada em “(...) trabalhos executados por uma comunidade e consumidos por essa mesma comunidade, segundo a somatória de conhecimentos disponíveis e a partir dos recursos que o meio ambiente oferece [oferecia]” (LEMOS, 1980, p. 10).

A foto abaixo (figura 55) mostra um grupo de homens envolvido no trabalho de erguer a igreja – processo adiantado, pois, como se pode ver, eles estão no alto da construção. Nota-se o arranjo corporal de cada um e imagina-se o que sentiam. Roberval (de chapéu de palha e camisa marrom) aparenta satisfação por coordenar tal empreitada. Os que o rodeiam, por seu turno, mostram-se interessados e dispostos a executar o trabalho.

Vê-se ainda, próximo à igreja, um trecho das hortas localizadas nos limites do Lindeia com o Tirol. Ao fundo, é possível notar que a paisagem (composta de casas e de outras construções) vislumbrada a partir do Lindeia era muito incipiente. Nada – mas nada mesmo - que lembre os dias atuais.

*FIGURA 55 - IGREJA JESUS RESSUSCITADO EM CONSTRUÇÃO.  
SEM DATA*



*Acervo: Roberval Pires de Oliveira*

O que a foto não mostra são as ações femininas nesse “mutirão” construtivo da igreja. Ilza tratou de resolver isso. “A gente”, disse ela, “fazia assim, eu mesma fazia assim: levava uma bacia de pão com molho, salsinha, fazia com suco, prumava para aí acima e levava pro pessoal”. Havia ali uma rede de solidariedade. “Muita gente que fazia”, continuou Ilza, “uns levava, outros levava. Todo mundo tinha aquele compromisso. Era aquela beleza!”.

A ação coletiva feminina era prazerosamente desfrutada por todos e todas. “Era”, disse Ilza, “muito gostoso”. *Gostoso* o pão com molho com salsinha distribuído ou *gostoso* o envolvimento de Ilza no processo construtivo? Ou *gostoso* foi recordar tal experiência? Ou, o mais provável, *gostoso* foi tudo isso.

Contudo, como sói acontecer com o levantamento de obras públicas, tudo foi muito demorado. O trabalho construtivo da igreja foi de meados dos anos 1970 ao início da década seguinte. Na foto abaixo (figura 56), de 1981, a igreja é vista na condição de recentemente erguida. Sua estrutura, ainda sem as cruzes laterais e sem pintura nas paredes externas, é a mesma da atual. A paisagem ao seu redor é que outra.

*FIGURA 56 - IGREJA JESUS RESSUSCITADO.  
ANO: 1981*



*Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias.*

Tão importantes quanto os trabalhos foram as ocupações da igreja. Desde o início, quando suas paredes foram levantadas e o chão grosso constituído, o terreno e o salão da igreja abrigaram distintas ações comunitárias. “Tudo”, contou Ilza, “ficou funcionando lá embaixo. Celebrava as missas...”.

As missas foram um capítulo à parte. Capítulo contado por Zélio. Em 1975, logo quando começou a participar das cerimônias litúrgicas no Lindeia, Zélio, como ele disse, se “apaixonou” pelas homilias do padre Miguel. “A forma do padre evangelizar”, contou, “a forma assim de ação, era de ver a presença dele [de Jesus] naquelas pessoas que necessitavam. [Isso] fez a gente entender que essa Igreja lá atrás continuava presente no nosso meio”. A arquitetura influencia a impressão do mundo. Ouvir as palavras do padre Miguel em um ambiente tão rudimentar e inacabado fez Zélio tomar consciência das mazelas e das imperfeições do mundo. Fê-lo ligar os tempos – da Igreja primordial à Igreja atual (atual em relação ao tempo lembrado por Zélio).

Outro marco a ocupar o salão da igreja foi um posto de saúde. Um posto que, para funcionar, teve o dedo do padre Miguel. De início, o pároco, antes de criar o posto, agiu no sentido de difundir a questão da importância da saúde pública à comunidade local. “O padre”, disse Zélio, “convidou o doutor Francisco, o doutor Ulisses para dar palestras da saúde, [explicar] qual o significado da saúde”. Explicar às pessoas que saúde não é só ir ao médico quando se está doente, mas, fundamentalmente, saúde preventiva.

Entretanto, o projeto de instalar um posto de saúde no salão da igreja não foi fácil. Havia muitos entraves no caminho. Consta, como contou Roberval, que o secretário da saúde, em visita ao Lindeia, fez questão de externar ao padre Miguel que o lugar não ideal para isso. Mas o padre, sempre contestatário, retrucou e garantiu que não haveria problema algum; que ele iria mandar dividir os fundos do salão e deixar tudo organizado para que um posto funcionasse ali a contento e satisfatoriamente.

O padre Miguel, deduz-se, amparava-se na certeza de que teria apoio da população local para a execução de seu projeto. Isso, de fato, ocorreu. Os materiais e os maquinários do posto de saúde, por exemplo, foram adquiridos com os recursos provenientes de festas organizadas pela comunidade. “Tudo”, disse Selita, “era de barraquinha de mês de maio, festa junina, tudo, fazia as canjicas, os quentão, fazia tudo”. Recursos não só desses eventos. “Vinha”, prosseguiu Selita, “dinheiro do dízimo, tudo. Vinha muita ajuda”.

*Ajuda* até para formação e atuação da equipe de pessoal do atendimento. Não havia, por exemplo, como prescindir do trabalho voluntário dos médicos palestrantes convidados pelo padre Miguel. Os outros profissionais, como enfermeiros e pessoal de limpeza, por sua vez, eram oriundos da comunidade.

O salão da igreja, contudo, com o crescimento demográfico do Lindeia (fenômeno que ganhou força a partir de meados da década de 1980), tornou-se insuficiente para abrigar função social tão relevante. “Era preciso”, disse Zélio, “ter um espaço independente”. Assim, ao menos entre os líderes locais, a construção de um posto de saúde, em um prédio próprio e apropriado, tornou-se ideia fixa. Um prédio que deveria estar aberto a todos. “A ‘luta’”, aferiu Zélio, “para saúde não era para um católico, mas para a comunidade, qualquer um, católico ou ateu. Todos precisavam de saúde”.

Para tornar exequível esse projeto, a população local, sobretudo a mais engajada, não podia ficar parada. “O terreno do posto”, disse Zélio, “foi conquistado pela associação, mas nada foi de graça, teve um dedinho dos trabalhadores e das trabalhadoras do Lindeia”. Assim, como Zélio concluiu, “no caminhar dos direitos sociais, a comunidade conseguiu um novo posto médico”. Denominado de Centro de Saúde Maria Madalena Teodoro<sup>90</sup> e localizado à rua Flor de Maio, nº 172, o *novo posto* foi inaugurado em fins da década de 1980.

O mundo das cidades é o mundo das instituições gregárias. Para Wirth (1979), organizações formalmente constituídas são essenciais para que os interesses e os recursos das mulheres e dos homens sejam recrutados para a causa coletiva. Tais organizações, no caso do Lindeia, tornaram-se as pedras angulares da igreja Jesus Ressuscitado e de seu entorno. Uma foi a associação comunitária. Associação formada por homens que, semanalmente, se reuniam

no andar superior da atual Creche Comunitária Maria Floripes (creche localizada no mesmo terreno da igreja). Por homens mesmo. A associação do bairro era (e é) uma instituição eminentemente masculina<sup>91</sup>.

Os homens, aliás, nas sociedades ocidentais, historicamente são quem detêm o controle dos assuntos públicos. Organizados e voltados às discussões das estruturas essenciais de poder, eles tendem a se fortalecer e ter voz de decisão. “A superioridade masculina”, Strathern (2006, p. 96) escreveu, “é investida no que é reconhecido como ‘sociedade’”.

As explicações para as origens da associação comunitária do Lindeia são várias. Uma delas, a mais contundente, indica que sua formação está ligada às discussões travadas nos cursos de pedreiro e de carpinteiro realizados na igreja em construção. “Essa discussão”, disse Zélio: “levava a gente entender o modelo político social que vivia a sociedade de trabalhadores e trabalhadoras da cidade grande”.

As associações comunitárias, de todo modo e de modo geral, sempre tiveram prestígio social. Aliás, entre os precedentes mais notáveis da administração e da incumbência horizontal das grandes cidades, elas são aquelas que têm mais destaque (JACOBS, 2011). No caso da associação do Lindeia, sua notoriedade adveio de sua eficácia em resolver as pendências urbanas locais. “Ela”, disse Valdivino, “foi conseguindo as coisas, conseguindo o asfalto, conseguindo a luz, conseguindo água, conseguindo esgoto; conseguimos uma linha de ônibus que praticamente não é uma das melhores, mas não é uma das piores”.

Os fins justificam os meios. No Lindeia, entretanto, os meios para alcançar os fins, ao longo do tempo, foram distintos e comportaram variadas necessidades. “Nós”, Valdivino relatou, “já teve aqui 150 pessoas na associação, ‘lutando’ tudo para um bem-estar, um bem-comum, tudo por um objetivo só”. O *objetivo* de todos se fortalecerem mesmo (ou por isso) em uma conjuntura desfavorável. “Reduzido”, escreveu Wirth (1979, p. 110), “a um estágio de virtual impotência como indivíduo, o habitante urbano esforça-se para fazer parte de grupos organizados de interesses semelhantes para obter seus fins”.

Contudo, mesmo (ou por isso) em tal contexto, é difícil conter movimentos antagônicos. A associação comunitária do Lindeia, principalmente quando analisada no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985), um período de muito antagonismo, não ficou isenta de se tornar centro de influências políticas díspares. Assim, não era incomum que, em seu seio, brotassem divergências internas.

*Divergências* e atitudes contraditórias, de resto, são intrínsecas às comunidades humanas; são por assim dizer o outro lado da filiação. As cizânias, porém, não interferiram na

atuação da associação. “Quando”, concluiu Aládia, “tinha de olhar as coisas da saúde, do transporte, da educação, ia tudo mundo junto”.

Outra instituição que ocupou a igreja Jesus Ressuscitado foi o “grupo de mães”. No caso, ocupou uma sala ao lado do altar. Fazer menção ao grupo é lembrar-se de Nilza. A mulher, tão logo foi morar no Lindeia, fez parte do “grupo de Evangelho”. Posteriormente, após breve participação na associação comunitária (Nilza, caso raro por ser mulher, foi também, por um tempo, presidente da associação), ela se tornou figura central para a formação do “grupo de mães”. Tudo isso, entretanto, não foi um movimento imediato. Do “grupo de Evangelho” à formação do “grupo de mães” foi preciso esperar dez anos.

O tempo, aliás, é a medida de todas as coisas. Para Halbwachs (2006), o tempo só é real na medida em que tem um conteúdo ou oferece ao pensamento uma matéria de acontecimentos. Dito isso, indaga-se: quando teve início o “grupo de mães”? Em termos cronológicos, tudo foi ajustado aos acontecimentos mais marcantes de vida de suas integrantes. No caso de Luzia, foi o nascimento de sua filha. “Minha filha”, disse ela, “é de 1977. Eu já tinha ela quando nós começou o ‘grupo de mães’; ela tava com quatro anos, de três para quatro”. O grupo, então, foi formado entre 1980 ou 1981.

O mais importante disso, contudo, é tentar entender, parafraseando Freud<sup>92</sup>, o que queriam as mulheres do “grupo de mães”. Para Nilza, elas queriam juntar-se à associação comunitária. As mulheres do Lindeia, mesmo em um lugar marcado por forte cultura operária, sentiam-se tratadas como inferiores. Aliás, para Thompson (1992), a industrialização, ao invés de emancipar, confinou ainda mais as mulheres como donas de casa. O lado feminino da população do bairro – ou parte dele - não queria ser alijado da vida pública ou ser pupila eterna dos homens. “Por que”, questionou Nilza, “eles [homens] reunia no domingo depois da missa [na] associação e nós vinha pra casa para cuidar dos meninos, fazer comida? Por que eles que vai discutir os problemas sendo que nós estamos com eles?”.

De fato, isso não tinha sentido. O fundamento da formação do “grupo de mães”, então, pautou-se em ideias feministas de igualdade de gênero. O grupo, em princípio, tinha um propósito bem orquestrado. “Era”, disse Ilza, “para trabalhar para ajudar as outras mães que precisavam”. As mulheres *precisavam*, sobretudo, de escola para seus filhos. Para isso, a “luta” feminina deveria ser para que todos os filhos da comunidade tivessem as oportunidades que elas e os maridos não tiveram. “Em boa parte”, escreveu Martins (2008, p. 195), “escola aqui significa a negação da condição operária. Ou, melhor, significa a afirmação de uma virtualidade da condição operária, que é de negar-se enquanto tal, na possibilidade de ascensão social”. Assim, como a formação do “grupo de mães” embaralhou-se a ideia de que

as mulheres deveriam encarregar-se das matérias domésticas e os homens deveriam cumprir os “assuntos de fora”.

Imagens incitam interpretações. A foto abaixo (figura 57) mostra uma reunião do “grupo de mães”. Como boa parte das mulheres está com criança no colo, deduz-se que um dos tópicos tratados ali deveria ter relação com uma demanda de creche ou algo que o valha.

FIGURA 57 - REUNIÃO DO “GRUPO DE MÃES”. SEM DATA



Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias

Outra característica do “grupo de mães” foi envolvimento das integrantes em ações que objetivavam reverter a pobreza urbana do Lindeia. “A ‘luta’ do grupo”, contou Cacilda, “era para ajudar a reunir para elas correr atrás do asfalto, da rede de esgoto, correr atrás da luz, da água”. *Correr atrás* indica urgência sem precedentes. As mulheres, porta-vozes locais, estavam sempre prontas a fazerem abaixo-assinados em favor de alguma obra social.

O campo de atuação social acompanha as mudanças conjunturais. Quando os prédios escolares (como se verá) foram erguidos, as participantes do “grupo de mães” tiveram de alterar seus focos de atuação. “Elas”, disse Verônica, “ensinavam a gente a não faltar das escolas; elas orientavam a gente ir sempre e estar presentes pra saber o que estava acontecendo com o filho na escola, tinha muito conselho pra gente”. Além disso, o grupo começou a dedicar-se às atividades voltadas ao aprendizado de ofícios, como bordado e tear.

Na foto abaixo (figura 58) vê-se, junto ao padre Miguel, algumas integrantes do “grupo de mães” em frente a um tear. No canto esquerdo baixo, o ano e o mês da foto: agosto



de 1984. “A data”, Barthes (1984, p. 125) escreveu, “faz parte da foto: não porque ela denota um estilo (...), mas porque ela faz erguer a cabeça, oferece ao cálculo a vida, a morte, a inexorável excitação das gerações”. Constata-se que faltava pouco para o padre deixar o Lindeia. Hoje (2021), ele, tal como Nilza (de saia azul), não estão mais entre os vivos.

*FIGURA 58 - “GRUPO DE MÃES” COM PADRE MIGUEL.  
ANO: 1984*



*Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias*

Se “grupo de mães” iniciou suas atividades em meados dos anos de 1970, seu término, parece, ocorreu anos depois. Teve, então, atuação longeva. O grupo, para ficar mais claro, funcionou durante o sacerdócio dos padres Miguel e Caneda no Lindeia. “Depois”, disse Ilza, “da saída dos padres, o grupo foi ficando fraco, ficando fraco e terminou e começou a terceira idade”. Como este (grupo de terceira idade “Recanto da Amizade”) iniciou suas atividades no alvorecer dos anos de 2000, o “grupo de mães” abandonou as suas antes disso. Pouco antes.

O importante é que, enquanto a associação comunitária e os cursos coordenados por Roberval funcionavam como um teatro das discussões masculinas em relação às urgências urbanísticas do Lindeia, o “grupo de mães” funcionava como um entreposto de ações conduzidas por mulheres. Mulheres que, como os homens, sabiam dos problemas do bairro. Mas talvez mais que eles, elas sabiam como solucionar (em geral, são mais práticas) o maior dos problemas e a raiz de todos os males humanos.

O maior dos problemas e a raiz de todos os males é a fome. A população do Lindeia do início dos anos 1980, nesse quesito, vivia tempos difíceis. “O pessoal”, disse Selita,

“desempregado, aquela crise, passando fome”. Quem tinha fome, tinha pressa. Para solucionar, ou melhor, para dirimir isso, a igreja abrigou um sopão comunitário.

Sopão que, para funcionar, precisava ser organizado no sistema de rodízio. A preparação da sopa diária, por exemplo, seguia estritamente esse sistema. “Umas”, detalhou Aládia, “picava verdura, outras picava osso, outras punha pra cozinhar. Um dia era meu, outro dia era outra. Com pouco voltava em mim de novo”.

Na foto abaixo (figura 59), pode-se ver duas cozinheiras envolvidas no preparo do sopão comunitário. Pelo tamanho das panelas, pelo fumejar do ambiente e perceptível esforço e atenção delas com o trabalho na cozinha, nota-se que a demanda era muito alta.

*FIGURA 59 - PREPARAÇÃO DO SOPÃO.  
SEM DATA*



*Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias*

No caso de conseguir legumes, verduras e carnes (ou algo próximo disso), a mobilização deveria ser direcionada ao comércio local. Uma ou outra integrante do “grupo de mães” percorria os sacolões do Lindeia (na época havia dois) para pedir legumes e verduras. A carne, por sua vez, era buscada no Pescoção, estabelecimento da rua das Perpétuas. Porém, em razão da forte crise que assolava o bairro, a doação do proprietário quase sempre era bem modesta. “Ele”, disse Nilza, “dava osso, tirava um pouquinho de carne (...)”. Havia também outros lugares de doação fora do bairro, como a Ceasa<sup>93</sup>. Nesse caso, o trabalho não era fácil. Quem estava incumbido de ir a esse centro de abastecimento, além de ter de sair de casa de madrugada, quando chegava lá, só podia pegar o que estivesse caído no chão.

Nada disso, porém, arrefecia o ânimo das mulheres do “grupo de mães”. A ação em favor dos mais necessitados, a julgar pelas cenas vistas ao redor da igreja durante o sopão,

exigia tenaz disposição e comprometimento de todas. As cenas, aliás, eram impactantes, difíceis de serem esquecidas. “De vez em quando”, contou Ilza, “eu fico lembrando, apareciam aquelas crianças lá igual aqueles meninos da África, que a gente vê lá; aqueles meninos tudo magrinho, a mãe chegava arrastando um, com um no braço”.

A menção agora é à casa paroquial. Instalada no terreno da igreja Jesus Ressuscitado, ela, em princípio, foi construída no sistema de “mutirão” comunitário, com o emprego da força masculina no trabalho pesado. “No finalzinho”, contou Zélio, “foi trabalho de pedreiro contratado”. A opção por mão de obra contratada nessa fase da construção ocorreu porque, como disse Zélio, “dependia de uma pessoa com mais aperfeiçoamento, quando precisava de um acabamento e um andamento mais rápido”. Ademais, continuou ele, “como todos dependiam do dia a dia para sustentar a família e a obra precisava ser liberada - e o ‘mutirão’ era só final de semana -, precisava de uma pessoa que pudesse estar disponível o tempo todo”.

Depois de erguida, a casa paroquial tornou-se abrigo do padre Miguel. Com sua saída, o padre Caneda instalou-se ali. A casa, embora acanhada, servia bem aos padres. “Era”, assegurou Ilza, “um lugar onde eles recebiam as pessoas, onde ficava a secretaria”.

Com saída do padre Caneda, o padre diocesano Carlos, seu substituto, em um gesto surpreendente, optou por não morar na casa. “A casa”, disse Ilza, “ficava num lugar muito frio, era muito abafado (...). Aí o padre Carlos ficou lá uns dias, um pouquinho, mas tinha muitos insetos ali, muita coisa”. Mas durante a estada dos padres jesuítas ninguém se atinou para isso. “Cê sabe”, contou Ilza, “que os jesuítas vivem sem luxo, né? O padre Miguel morou lá, o padre Caneda morou lá e ninguém importava”. As pessoas, de modo geral, só souberam do real estado da casa após o padre Caneda deixar o bairro e o padre Carlos assumir seu posto.

Com a desocupação da casa paroquial, como normalmente ocorre com lugares abandonados (morar é – ainda que indiretamente – cuidar), a antiga morada dos padres jesuítas rachou e ficou sem condições de abrigar quem quer fosse. Com isso, ela foi demolida.

Mas não se demole um bem de tanto valor e fica-se incólume. “Sim”, escreveu Halbwachs (2006, p. 163), “é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem, perturbem e desconcertem alguns indivíduos em seus hábitos”. *Alguns* mesmo, pois, como contou Valdivino, poucos se opuseram à destruição da casa paroquial. “Eu”, disse ele, “falei com o padre, lembro até hoje, se no lugar da casa ia construir outra. [E ele disse:] ‘Ah sim, aqui vão fazer um centro de catequese’. O centro tá sendo feito até hoje”.

A derrubada da casa paroquial, enfim, representou o debacle de uma era.

### 3.3.2. Igreja Nossa Senhora da Conceição – “Chapéu do Papa”

Outra igreja de grande valor no Lindeia é a Nossa Senhora da Conceição, a “Chapéu do Papa”. Localizada à rua Rore de Carvalho, nº 436, e planejada nos primeiros anos de 1980 (e terminada em 1987 ou 1988), ela ganhou a alcunha eternizada na imagem de sua nave.

A força transformadora da arquitetura dá-se na medida da percepção do passado. Marinha<sup>94</sup> contou que, em 1980, quando foi morar no Lindeia, não havia igreja perto de sua casa. “A esquina”, disse ela, “da rua Petúnias com rua Malmequer era de poucas casas, com uma pracinha, de terra – e ali se celebrava missa<sup>95</sup>. Onde é a igreja, era puro mato”.

Quem vivia próximo à antiga vila Amazonas sentia-se órfão de uma igreja. Para resolver isso, a área viu nascer um clamor popular em prol da construção ali de uma igreja. Clamor feito de pequenos gestos, que, mesmo depois de o terreno ter sido conquistado (doado pela mãe do padre Bahije), não deixou de fazer-se presente. A foto abaixo (figura 60) mostra um grupo de moradores da vila (vista ao fundo) rumo ao local onde a igreja seria erguida.

FIGURA 60 - CAMINHADA NA ANTIGA VILA AMAZONAS. SEM DATA



Acervo: Roberval Pires de Oliveira

Se a construção da igreja “Chapéu do Papa” deve muito ao povo do Lindeia, ela, em igual medida, deve à Roberval. Assessorado por engenheiros da Universidade Federal de Minas Gerais<sup>96</sup>, Roberval foi o mestre de tal obra. Mestre de cerimônias também. “Quando”, disse ele, “eu estava construindo, veio muito aluno lá da UFMG; eles vinham, eu explicava tudo, os detalhes”. Roberval, nesse e em tantos outros momentos, comportava-se como parte

integrante do universo técnico dos engenheiros, ombreado aos profissionais graduados, mesmo que seu saber fosse baseado “apenas” na prática.

De todo modo, construir uma igreja em tal área não foi fácil. O local era (e é) íngreme, de difícil acesso. Ainda assim, “a comunidade”, disse Roberval, “ajudou construir, pois havia poucos ‘fichados’”. Ou seja, como o desemprego alastrava-se entre a população do Lindeia, havia muita mão de obra disponível. Nesse contexto, uma forma de auxílio popular foi lembrada por Roberval. “Os meninos”, contou ele, “saíram atrás de cabo de vassoura para colocar na estrutura do teto”. Sim, o teto da igreja foi sustentado por cabos de vassoura.

A arquitetura, sabendo de seu caráter de permanência, deve obedecer à lógica cultural da localidade onde será instalada tal ou qual obra. Sempre é possível fazer uma combinação entre o projeto técnico e as noções populares, seja de belo ou de pertencimento (LEMOS, 1980). A arquitetura, ademais, precisa convencer-se de que ela é uma intervenção no meio ambiente, mas é também criadora de novos espaços, com ou sem intenção plástica. De fato, é isso, e é mais: ao arquiteto cabe visar às necessidades imediatas ou as expectativas programadas da população ao redor da obra.

De resto, para erguer a obra, as necessidades imediatas ou as expectativas programadas da população, ao que parece, foram atendidas. “A frente da igreja”, disse Conceição, “era para lá, mas o pessoal falou assim: ‘Se pudesse ter a frente para o bairro’”. Então, como prosseguiu Conceição, “Roberval falou isso com o Sebastião [o engenheiro]”. Para os moradores, esse posicionamento da nave era de extrema importância, pois simbolizaria que a igreja pertencia ao Lindeia – ou àquela área do bairro. O engenheiro, desse modo, sem titubear, mandou fazer isso. Fez mais. Mandou erguer duas escadas que conduzem à nave da igreja. Nave que – vista à distância – assemelha-se a um “chapéu” de Papa.

Tal menção fez lembrar Jacobs (2011). Há, para a urbanista americana, muitos tipos de “chamarizes” em uma cidade. Uns se constituíam pelo que são; outros pelas suas integrações aos lugares onde estão instalados. A nave da igreja se tornou um “chamariz” identificador de uma paisagem de um trecho do Lindeia e um recorte visual dos mais significantes. Não há como olhar para o trecho onde está localizada a igreja sem notá-la entre as casas ao redor.

A foto abaixo (figura 61) mostra o levantamento da nave da igreja. O térreo não é visto porque o registro fotográfico foi feito da parte alta da rua das Petúnias. Assim, tanto quanto a foto em si, a imagem revela (sem mostrar) a posição em que ela foi captada.

*FIGURA 61 - IGREJA "CHAPÉU DO PAPA" EM CONSTRUÇÃO.  
ANO: 1986.*



*Acervo: Roberval Pires de Oliveira*

A igreja, depois de erguida, tornou-se digna de toda consideração do mundo. “Eu”, disse Marinha, “gosto demais. No terreno, tinha mato e barranco. Sinto orgulho. A igreja é uma coisa diferente para se conhecer, fico impressionada como ela foi construída”.

### 3.4. INSTITUIÇÕES ESCOLARES: UM APANHADO DE LEMBRANÇAS

*E aí tendo a escola dentro do bairro  
foi bom demais.*  
Luzia

Para quem pretende fixar residência em uma localidade, instituições, projetos e obras duradouras são imprescindíveis. Tudo voltado às especificidades, urgências e necessidades locais. No caso do Lindeia, suas maiores urgências de infraestrutura foram as escolas. Em favor delas, os primeiros moradores do bairro não mediram esforços.

De uma escola que havia na localidade antes da maioria se fixar ali, muitos tiraram proveito. Mas tal escola, com o passar do tempo, ante o crescimento demográfico do bairro, tornou-se insuficiente para atender a todos. Então, foi preciso adaptá-la à nova realidade. Como, ainda assim, essa escola não pôde comportar a exigência instituída, fez-se urgente que os movimentos de “luta” comunitária agissem em favor da instalação de outra e de outra escola, como – em seguida – fez-se imperativo a criação de creches.

Os movimentos em prol das escolas e creches foram conduzidos por pessoas que, embora desprovidas de estudo formal, nunca se afastaram ou se sentiram impedidas de “lutar” por um “projeto educativo” que suprisse essa carência social. De modo geral, essas pessoas fizeram de tudo para que seus filhos tivessem educação formal. Condição que, se alcançada, representaria a possibilidade dos seus descendentes terem um futuro melhor que elas<sup>97</sup>.

Dessas instituições, desses prédios públicos, segue um apanhado de lembranças.

A primeira instituição escolar que se tem notícia no Lindeia, antes de o bairro ser constituído, é a Escola Estadual Pedreira do Rennó, atual Escola Estadual General Carlos Luiz Guedes (escola, como assegurado por muitos, erguida a mando de dona Lindeia para atender os filhos dos lavradores que viviam nas redondezas).

Cada pessoa, em relação ao lugar onde começou uma vida nova, costuma guardar na memória alguns de seus pontos referenciais mais significativos. Quando, em 1962, Vicente mudou-se para a vila Amazonas, essa escola, segundo ele, embora só atendesse até a 4ª série ginasial (atualmente atende até o 5º ano do ensino fundamental), já existia.

Os anos passaram e a situação permaneceu inalterada. Em 1967, quando Roberval mudou-se para o “Lindeia Velho”, a escola “Pedreira do Rennó” ainda era a única que havia

ali. A dita, aliás, talvez fosse a mais destacável construção local, ainda que, para os padrões atuais, ela fosse modesta. “Tudo”, disse Roberval, “de madeira, era uma sala aqui, outra ali”.

Selita, como Vicente, mudou-se para a vila Amazonas em 1962. Aos dezoito anos, como contou, ela estudou na Escola Estadual Pedreira do Rennó. Estudou até a antiga 2ª série e depois parou<sup>98</sup>. Como nasceu em 1950, concluiu-se que Selita estudou ali em 1968 ou perto disso. “A escola”, disse, “modificou, mas era a única que tinha nessa região. Era simples, pequena”. Não é mais. Ou não é tão pequena.

A única escola na região era a única construção apta a receber eventos de maior monta. Missas, principalmente. Contudo, como na época não havia padre no antigo Lindeia, para as celebrações religiosas, era necessário trazê-los de outros bairros. “A gente”, disse Nilza, “trazia o padre do Barreiro. Pagava um carro que tinha no bairro, um carrinho... O moço ia e trazia o padre pra celebrar lá”.

Assim, em torno da escola, nasceu um movimento social que, com o tempo, passou a chamar a atenção do arcebispo metropolitano de Belo Horizonte. “Foi”, disse Nilza, “aonde já tinha serviço assim, foi mais fácil para dom Serafim ver, né?”. *Ver* que o bairro tinha condições de abrigar uma igreja.

À medida que o Lindeia demograficamente se expandia, a demanda de atendimento escolar seguia no mesmo ritmo. A impressão, com isso, era a que o prédio se tornava cada dia menor. “Quando”, contou Nilza, “a escola era lá em cima, muitas vezes, estudou debaixo de pé de manga, né? Não sei se você ouviu falar disso. Não cabiam na escola”.

Como não havia outra opção (estudar aos pés de uma mangueira não era uma delas), foi preciso encontrar outro lugar para abrigar os alunos que não *cabiam* no prédio. A primeira medida tomada foi alugar um barracão na atual rua Filemon Matos para funcionar como “extensão” da escola “Pedreira do Rennó”. Ou não exatamente isso. Antônio<sup>99</sup> contou que essa “extensão” é anterior à própria escola. A proprietária do barracão, segundo ele, era dona China, uma das primeiras moradoras da vila Amazonas.

O fato - independentemente de quando e como surgiu a “extensão” - é que, em fins da década de 1970, a escola não tinha condições de atender a alta demanda de alunos. E isso era um problema, pois o que mais as mulheres e os homens do Lindeia queriam na vida era que seus filhos prosseguissem os estudos para além da 4ª série ginasial. A solução, mais uma vez, veio da mente inquieta do padre Miguel. “O padre”, disse Maria Terezinha Diniz, “arrumou dois ônibus para que as crianças estudassem no bairro Santo Antônio”. *Estudassem* em uma escola que atendia da 5ª série adiante e situava-se (situa) na região Centro-Sul da cidade<sup>100</sup>.



O projeto de transportar diariamente um grupo de crianças e de adolescentes para uma escola tão longe só foi possível com o apoio das mulheres do “grupo de mães”. “Cada semana”, contou Selita, “ia duas, três mães. Aí, aquelas que não foi durante a semana, aí na outra semana (...) E tinha que tomar responsabilidade”. Explica-se: as mulheres seguiam com os estudantes no ônibus e tinham de ficar na escola até o término das aulas.

Como tal solução, claro, não poderia durar muito tempo, foi preciso o empenho de todos em favor da construção de ao menos uma escola no Lindeia que atendesse a antiga 5ª série em diante, com, se possível, a inclusão do segundo grau, atual ensino médio.

A primeira escola erguida no Lindeia, fruto das “lutas” populares e do apoio do padre Miguel, foi inaugurada no despoitar da década de 1980. Trata-se da supracitada Escola Estadual Padre João Bosco Penido Burnier. Um nome, não custa dizer, sugerido pelo padre<sup>101</sup>.

O marco inaugural dos monumentos públicos costuma consumir-se na memória de quem tomou parte deles. O marco inaugural da construção da “escola Burnier” nunca saiu da lembrança de Nilza. Um dia, como contou, ela e um grupo de mulheres estavam na escola “Pedreira do Rennó” no preparo de uma feijoada. O padre Miguel foi até elas para convocá-las para uma reunião que ocorreria naquele instante. O pedido foi uma ordem. “Nós”, disse Nilza, “descemos todo mundo, aquele tantão de mulher para encontrar com a mulher, que não sei de qual secretaria que ela veio pra conversar com a gente”. *Conversar*, como concluiu Nilza, “para desapropriar o terreno do João Bosco, que era do Estado mesmo, né?”.

Pertencente ao Estado ou a alguém ligado ao Estado, o terreno envolvia muitos interesses. Assim, para desapropriá-lo e erguer ali uma escola, só com muita “luta” popular. O que aconteceu. “As pessoas” contou Ilza, “não se cansavam de ir na prefeitura, e não sei mais aonde; e o padre Miguel na frente e o padre Bahije junto e nós atrás”.

Vencida a etapa de “luta” pelo direito do terreno, o próximo passo seria planificá-lo - isso aconteceu ele ficou assim um bom tempo. Com isso, o terreno serviu de palco para distintos eventos. O interregno construtivo costuma dar novas e provisórias funções a um lugar. Terezinha Ribeiro<sup>102</sup> contou que não era incomum o terreno, antes da construção da escola, abrigar vez ou outra um parque de diversões. “Era”, disse ela, “mato, pasto, sempre fincava ali um parque, que pedia para instalar aqui. Pezinho de goiaba por aí afora, montou roda gigante, colocava parque onde é o estacionamento da escola”.

As obras de construção da escola, quando iniciadas, foram realizadas em etapas. “O primeiro corredor de baixo”, contou Roberval, “foi a prefeitura que fez. Depois, foi fazer outro corredor”. Onde consta *prefeitura*, deve ser Estado, pois a escola é estadual. Os recursos

para bancar os trabalhos, parece, foram conquistados por intermédio do padre Miguel. “Ele”, disse Roberval, “pegou a verba. Ficou muito mais barato do que a prefeitura”.

*Pegou a verba* de quem? “O dinheiro”, disse Valdivino, “tava garrado lá em Brasília”. *Verba*, então, oriunda de recursos federais. Para vencer a burocracia pública e liberar o dinheiro para uma obra de interesse popular, como contou Valdivino, a intermediação da supracitada Estela, da UFMG, foi providencial. A *verba*, contudo, só daria para uma parte da obra. “Depois”, concluiu Valdivino, “que a outra parte foi feita pela associação de bairro”.

A escola, enfim, foi aberta ao público nos primeiros anos da década de 1980. Foi aberta, destarte, ainda não total e arquitetonicamente pronta. De todo modo, sua inauguração foi um acontecimento de grande valor para a população do Lindeia. “Foi”, disse Maria das Graças, “uma vitória, pois não tinha uma escola de 5ª e 8ª série. Aqui era muito difícil. A escola foi reivindicada, a maioria era pobre”.

*Vitória* que abriu caminho para um novo ciclo de oportunidades aos pobres moradores do Lindeia. “Foi”, disse Luzia, “aquele alívio, porque o pessoal saía daqui para estudar longe, né? E aí tendo a escola dentro do bairro foi bom demais”.

*Foi bom demais*, indubitavelmente. Entretanto, como nada nessa vida é perfeito, não foi o melhor dos mundos. “Os meninos”, Conceição relatou, “quando começou a estudar lá, eles sentavam era no chão, não tinha carteira”. Mas como a população era (e é) forte e não desiste nunca, a “luta” para – como disse Conceição – “adquirir as coisas” não esmoreceu. Há notícia de que a população local, que havia organizado festas e eventos para arrecadar recursos para elevação da escola, fez o mesmo para a complementação de sua estrutura física. Assim, como se prevê, Estadual Padre João Bosco Penido Burnier aos poucos foi se tornando apta e apropriada a receber os filhos dos primeiros moradores do Lindeia.

Filhos que não paravam de nascer. O Lindeia, com isso, não parava de crescer. Nesse cenário, não era incomum que o prédio escolar, para acolher um público que não parava de procurá-la, constantemente precisasse de reparos e de reformas. Obras, nos primeiros anos, realizadas em um sistema similar ao adotado na igreja Jesus Ressuscitado. Um exemplo: Roberval, em ambas, coordenou cursos de formação aos trabalhadores. Os cursos, no caso da escola, visaram dar cabo a um novo muro. “A gente”, contou Roberval, “já previa que aquele muro não ia ser suficiente (...). O muro era menos, era a metade daquele que é hoje”.

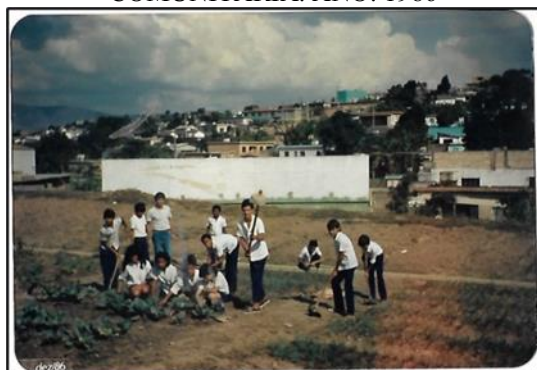
Nessa obra, assim como no levantamento da igreja, Roberval conclamou os moradores do Lindeia para que eles engajassem-se no auxílio aos trabalhadores. “O ‘seu’ Robson”, disse Zezinho, “era o ‘cabeça’. Na missa, ele anunciava que quem pudesse participar do ‘mutirão’ e

tal dia, ia completar tal coisa e tal, ia fazer muro; aí as pessoas chegavam, juntava aquele monte de gente, fazia almoço e tal. ‘O pau quebrava’”.

O “mutirão” comunal - como visto – chegava de várias frentes. De modo direto, com trabalhos (sempre masculinos) de pedreiros ou serventes. De modo indireto, com o preparo do lanche pelas mulheres. “Todo domingo”, disse Conceição, “dia de curso, nós fazia comida lá, ele [o marido] também comia lá, sentava lá fora com o prato”.

As fotos abaixo, que pertencem à Vicente de Paulo dos Santos, diretor da Escola Estadual Padre João Bosco Penido Burnier entre os anos de 2000 a 2012, mostram que a história da escola não está dissociada de manifestações populares em favor de sua estrutura arquitetônica. Na primeira foto (figura 62), de 1986, vê-se um grupo de alunos envolvido com o plantio de uma horta comunitária no seu terreno. Na segunda (figura 63), sem data, embora mais recente, vê-se um grupo de pais no trabalho de construção do passeio da escola.

FIGURA 62 - TRABALHO EM HORTA COMUNITÁRIA. ANO: 1986



*Acervo: Vicente de Paulo dos Santos*

FIGURA 63 - TRABALHO NA CALÇADA DA ESCOLA. SEM DATA



*Acervo: Vicente de Paulo dos Santos*

A experiência de fazer parte de tal obra pública foi fundamental para a consolidação da memória coletiva do Lindeia. A ênfase foi robustecida na medida em que, depois de erguida e em funcionamento, a escola ganhou elevada representatividade local.

Dois fotos do prédio da Escola Estadual Padre João Bosco Penido Burnier são apresentadas abaixo. Uma (figura 64) sem data e outra (figura 65) de 2001. Nota-se, pelas imagens, a monumentalidade e o caráter arquitetônico um tanto rural da escola. Características que, em um primeiro olhar, fazem lembrar uma escola agrícola. Um prédio que parece isolado em uma área urbana já densamente povoada.

FIGURA 64 - ESCOLA ESTADUAL PADRE JOÃO BOSCO P. BURNIER. SEM DATA



Acervo: Vicente de Paulo dos Santos

FIGURA 65 - ESCOLA ESTADUAL PADRE JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER. ANO: 2001



Acervo: Vicente de Paulo dos Santos

Outra escola muito valorizada no Lindeia, localizada à rua das Petúnias, nº 2058, na divisa com o bairro Regina, é a Escola Municipal Professor Mello Cançado. Inaugurada no ano de 1986, quando o trecho da rua próximo a ela não era sequer asfaltado, a escola atendia apenas até a 4ª série ginásial. Atualmente, atende o ensino fundamental, dos anos iniciais (até 5º ano) aos anos finais (do 6º ao 9º ano). Não há indícios de que sua construção contou com a ação direta dos moradores locais.

Não só de ensino formal vive o Lindeia. Há no bairro outra instituição escolar de grande valor. De tão ou até mais que as outras. “Olha”, disse Cacilda, “eu digo pra você com sinceridade que aqui no Lindeia o mais importante, tirando a igreja, né, que é o ponto principal, é a escola do ‘Tio Beijo’”.

Os primeiros encontros com o intuito de construir a Escola Profissional Tio Beijo foram realizados no salão da igreja, onde inicialmente ficavam as máquinas e os equipamentos que seriam usados nos cursos ministrados ali. Aliás, durante um tempo, em sua etapa inicial (em 1977 ou 1978), a escola funcionou ali. “Tinha”, disse Zélio, “uma oficina mecânica, teve marcenaria. Aí o padre Miguel conseguiu aquele terreno da Flor de Seda e a partir daí nós mexemos na construção”.

De fato, a construção do prédio da avenida Flor de Seda contou com a força dos braços e com o suor do rosto de parte dos moradores do Lindeia. Um feito que, além de trazer satisfação a quem tomou parte da obra, fez a pessoa sentir-se corresponsável pelo seu sucesso. “Eu”, disse Valdivino, “tenho um orgulho muito grande de participar da escola ‘Tio Beijo’ porque eu ajudei também a crescer aquilo ali”. Não só Valdivino. “Aquilo dali”, continuou ele, “começou como ‘digitório’ também”. No acabamento e na ampliação da obra, muitos

profissionais especializados foram contratados. Profissionais, muitos deles, oriundos dos cursos de formação de pedreiros oferecidos aos moradores.

Com a inauguração, no ano da graça de 1979, da escola “Tio Beijo”, o sonho de um futuro melhor para os moradores do Lindeia e - mais ainda - para seus filhos pareceu possível de se tornar realidade. Melhor, se tornou. “Quantos rapazes”, disse Nilza, “estavam pela rua afora e formou. Hoje tem gente que é dono de indústria que foi formado aqui”.

Dois momentos dos cursos ofertados pela Escola Profissional Tio Beijo são apresentados nas fotos abaixo. Na primeira (figura 66), curso de caldeiraria; na segunda (figura 67), de comandos elétricos. Pelos maquinários e pelo empenho e atenção dos alunos, fica nítido que os cursos eram mesmo da melhor qualidade.

FIGURA 66 - ALUNOS EM CURSO DE CALDEIRARIA. ESCOLA TIO BEIJO. SEM DATA



Acervo: Escola Profissional Tio Beijo

FIGURA 67 - ALUNOS EM CURSO DE COMANDOS ELÉTRICOS. ESCOLA TIO BEIJO. SEM DATA.



Acervo: Escola Profissional Tio Beijo

Com a consolidação da escola “Tio Beijo” e o reconhecimento do valor dos cursos realizados ali, o Lindeia tornou-se um bairro cultural e demograficamente plural e dinâmico. “Aí”, disse Aládia, “já tava *puxando* gente de Contagem, de tudo quanto é parte vem agora para fazer o curso”. Com isso, a fama do bairro extrapolou seus limites territoriais.

No mais, a história dessa escola profissionalizante guarda os traços do ethos do Lindeia - ethos marcado pelo comprometimento do povo com a construção de seus lugares mais proeminentes e por sua vinculação irrestrita com o padre Miguel.

Aliás, mesmo com a escola em funcionamento, tal comprometimento jamais deixou de se fazer notar. “Tinha”, disse Ilza, “mulheres que trabalhava, acho que trabalha até hoje. Os meninos que estuda lá, a mãe tem o dia de ir pra fazer café, fazer lanche...”. Ou seja, como a

escola não cobrava (e não cobra) mensalidade, as mães dos alunos, como contrapartida, eram convocadas para ajudar ali na lida diária, na cantina ou na faxina.

As fotos abaixo mostram a parte frontal do prédio da escola, em dois tempos distintos. Uma (figura 68), da década de 1980, mostra-a ainda como “escola de produção”; a outra (figura 69), de 2017, com dístico “escola profissional”. Dois modelos de concepção escolar, em dois tempos históricos distintos. Duas formas de entender a relação do homem com o trabalho. Mas isso pouco importa. Ou importa, mas não é o caso de se analisar aqui.

FIGURA 68 - ESCOLA “TIO BEIJO”. SEM DATA



Acervo: Escola Profissional Tio Beijo

FIGURA 69 - ESCOLA “TIO BEIJO”. ANO: 2017



Foto: Luiz Divino Maia

Outros prédios escolares valorosos no Lindeia são as creches. A mais conhecida delas, localizada junto à igreja Jesus Ressuscitado, é a Creche Comunitária Maria Floripes<sup>103</sup>.

A história da criação dessa creche faz parte da crônica local. Consta que as mulheres do Lindeia, como não tinham com quem deixar seus filhos, só podiam frequentar as reuniões do “grupo de mães” se os levasse com elas. Isso, com o tempo, tornou-se um problema. “A gente”, disse Nilza, “ia com os meninos e [eles] não dava sossego pra gente reunir”. Foi decidido então que uma participante do grupo, a cada semana e em uma sala separada, ficaria incumbida de tomar conta das crianças.

Mas como a escolhida da semana não poderia participar das discussões do “grupo de mães”, as participantes chegaram à conclusão que era hora de se criar uma creche no Lindeia. No princípio, a sala da catequese foi usada para tal fim. Depois, contando com a força dos braços dos homens e com o amparo das mulheres locais, sobretudo do “grupo de mães”, foi erguido um espaço apropriado ao lado da igreja.

Para demarcar cronologicamente o funcionamento da creche recorre-se à história familiar de Cacilda. Seu segundo filho, nascido em 1977, estudou ali. “De seis”, disse ela, “a sete [anos] ele ficou ali”. Então, em 1983 ou 1984 a creche já existia.

Perto dali, está localizado o Centro de Educação Infantil Maria Floripes (rua Ivaldir Alves Pedrosa, nº 313). A creche comunitária e o centro de educação, quase homônimos, fazem parte de um mesmo corpo institucional<sup>104</sup>. O segundo foi erguido para atender uma demanda de alunos que o primeiro não conseguia mais acolher.

A outra instituição infantil local é a Pré-escola Creche Abrigo Coração de Jesus (rua Cyrillo Bastos, nº 15). Os responsáveis por sua fundação foram os vicentinos. Sua construção seguiu um roteiro comum às outras edificações locais. “Foi”, disse Aládia, “(...) uma ‘luta’ muito grande (...). Nós ganhamos, acho que 100 mil. Não lembro...”. Com o dinheiro, a creche foi erguida pela comunidade. Ou seja, a obra é fruto da inserção da população local e da doação de pessoas ou de entidades “de fora”.

Entretanto, a Creche Abrigo Coração de Jesus, na avaliação de Aládia, só pôde ser erguida graças à generosidade e o espírito desprendido de Maria Laborê. Moradora do Lindeia, ela doou seu terreno para a construção da creche e foi morar no porão da sua casa. “Deu”, disse Aládia, “de graça”. O mais incrível nessa história é que, ainda assim, segundo Aládia, Maria Laborê não goza de nenhum prestígio entre as gentes locais.

Toninho foi outro que fez menção ao desprezo sofrido por Maria Laborê junto ao povo do Lindeia. “Ninguém”, disse ele, “fala dela (...). Ela doou o lote dela e quando vem pra cá, ela dorme na casa dos outros (...) O povo não deixa ela nem visitar a creche”. Maria Laborê, ao que consta, mudou-se para Bom Jesus do Galho (MG).

As versões em relação ao tema variaram. Joãozinho, por exemplo, reconheceu que, embora nobre, o gesto de Maria Laborê não foi pautado por nenhum senso de benevolência. “Ela”, disse ele, “tava sozinha, tava velha, bem chegada na idade, uns 75 anos; segundo a conversa que ouvia do pessoal, ela não tinha ninguém para doar”.

Quanto ao desprezo sofrido por Maria Laborê em suas visitas ao Lindeia, Joãozinho não se mostrou tão certo disso. “Nunca”, disse ele, “ouvi falar se ela voltou para o Lindeia; nunca vi ela na rua depois disso”. No mais, segundo Joãozinho, ela era uma pessoa difícil de lidar. As suas relações com os vicentinos, os responsáveis pela construção da creche, por exemplo, não eram fáceis. “Ela”, contou Joãozinho, “queria dar pitaco na direção, o pessoal não gostou. Segundo eu fiquei sabendo, ela queria mandar. Não é assim. Se doou, doou”. Ademais, como Joãozinho concluiu, “ela era uma velha rabugenta; era boazinha, ria, mas apelava à toa, Nossa mãe! Se fizessem raiva nela, era na hora”.

Joãozinho fez ainda referência ao principal motivo que, em sua opinião, fez com que Maria Laborê deixasse o Lindeia. “Velho”, ele questionou, “vai viver perto de criança? Criança quer brincar, velho não vai gostar!”.

Por fim, uma nota cronológica. Quando foi construída a Pré-escola Creche Abrigo Coração de Jesus? Aládia não se lembrou do ano, mas da idade de uma das suas filhas à época. “A caçula”, disse, “tinha dois ou três anos quando construiu a creche”. A pouca idade da filha, no caso, foi o elemento mnêmico a ligar Aládia ao evento. Se sua filha, como ela contou, tem hoje (em 2021) quarenta e três anos, a creche foi erguida em 1980 ou 1981.

Há outras formas de medir o tempo, como as baseadas nos primórdios de moradia em um determinado lugar. Não é incomum que, em tal contexto, elementos arquiteturais circundantes tornem-se – às vezes para sempre – os mais significativos na vida de cada um. “Uns dois anos depois”, disse Joãozinho, “que mudei já tinha o prédio da creche”. Como Joãozinho mudou-se para o Lindeia em 1985, pressupõe-se que, em 1987 ou próximo disso, a citada creche estava erguida.

Da creche, o próximo passo, passo final, será abordar as ruas do Lindeia. As ruas e parte das experiências urbanas ocorridas nelas.



### Notas Capítulo 3

---

<sup>77</sup> A maioria dos entrevistados desta pesquisa aportou em Belo Horizonte nos primeiros anos da ditadura militar brasileira (1964-1985), quando as condições do meio rural estavam muito difíceis, com famílias endividadas e sem rumo. Nessa época, estava em curso no país uma inversão demográfica, num movimento que se acelerou ao longo das décadas seguintes, até chegar aos dias atuais, quando os “campos” se esvaziaram e a maioria da população instalou-se na “cidade grande”.

<sup>78</sup> O lote comprado por Roberval, onde viveu por muitos até ficar viúvo, localiza-se à rua Girassol, nº 45. Lote adquirido da corretora Sancruza e mensalmente pago durante três anos.

<sup>79</sup> A vila Dom Carmelo era chamada de “vila da vaquinha” porque estava localizada nas imediações da fábrica de laticínios Itambé (avenida Babita Camargos, nº 1293, Cidade Industrial).

<sup>80</sup> Aládia, ao relacionar a “vila da vaquinha” a uma favela, deu uma conotação negativa ao termo, como lugar perigoso ou algo do gênero. Mas favelas, se se tiver um olhar despido de concepções, não são essencialmente violentas ou perigosas. Favelas, como todo lugar, são lugares heterogêneos e múltiplos.

<sup>81</sup> José de Souza Martins, em *A Aparição do Demônio na Fábrica*, fez uma detalhada descrição de uma região do subúrbio de São Paulo (ABC Paulista), onde ele viveu na infância.

<sup>82</sup> Proveniente de Raul Soares (MG), José Caetano, em 1970, foi morar no Bairro das Indústrias. Em 1975, mudou-se para o Lindeia, onde, desde então, reside com a família. Todas as informações prestadas por José Caetano fazem parte de uma conversa realizada com ele em sua casa, no dia 12 de julho de 2021.

<sup>83</sup> Magnesita é a atual RHI Magnesita, empresa localizada na Praça Louis Enschedé, nº 240, Cidade Industrial.

<sup>84</sup> A vila São José fica nas proximidades do Bairro das Indústrias e do bairro Madre Gertrudes, em Belo Horizonte, em área fronteira com Contagem, na região da Cidade Industrial.

<sup>85</sup> A memória de Verônica em relação aos seus tempos de moradia na vila São José é bastante negativa. Como a infraestrutura da vila era muito precária, com seus barracos muito próximos uns dos outros, ali não havia privacidade. Outro problema da vila era que, como a casa em que Verônica vivia com seus pais era de lata e de tábuas, em tempos de chuva, o risco de tudo se desmoronar era muito grande.

<sup>86</sup> A avenida dos Jardins só foi aberta na gestão de Patrus Ananias (1993-1996) à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. Obra resultante da reivindicação popular e inserida no Orçamento Participativo (OP).

<sup>87</sup> A maioria dos lotes do Lindeia era de grandes dimensões (360 m<sup>2</sup>). Isso, inclusive, foi fundamental para que os moradores mais antigos acomodassem suas famílias extensas (filhas e filhos casados) no lote.

<sup>88</sup> Terezinha Oliveira Moreira, nascida em 1934, é indígena (seu nome “original” é Tibiriçá) da tribo dos maxacalis. Moradora de uma aldeia em Machacalis (MG), ela saiu de lá para viver no bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte, onde se casou e constituiu família. Depois, em fins da década de 1970, ela e a família mudaram para o Lindeia. Todas as informações prestadas por Terezinha fazem parte de uma entrevista realizada com ela em sua casa (rua Alamanda, nº 184), no dia 29 de outubro de 2019.

<sup>89</sup> O arcebispo dessa época não era Dom Serafim Fernandes de Araújo, não Dom João Resende Costa. Dom João ficou à frente da Arquidiocese de Belo Horizonte de 1957 a 1986.

<sup>90</sup> Maria Madalena Teodoro, moradora do Lindeia, trabalhou de enfermeira no posto de saúde quando ele estava localizado no salão da igreja. Com a inauguração do novo posto, ela foi trabalhar ali. Algum tempo depois, Maria Madalena veio a falecer (ao que consta, de câncer). Para homenageá-la, a associação comunitária levou à prefeitura uma reivindicação para que o posto fosse designado em homenagem a ela. Reivindicação aceita.

<sup>91</sup> Embora seja uma instituição masculina, não foi incomum que, ao longo dos anos, houvesse mulheres na associação. Aládia, por exemplo, na década de 1980, chegou a ocupar o posto de presidente e de vice-presidente da associação. Nilza, como se verá, embora brevemente, também fez parte da associação.

---

<sup>92</sup> A pergunta *Afinal o que querem as mulheres?* foi proferida por Freud depois de ele dedicar-se muito em estudar o tema. Pronunciada em 1932, ela foi reveladora dos impasses vividos pela condição feminina diante da permanência das expectativas sociais em torno da maternidade na década de 1930.

<sup>93</sup> A Ceasa-Minas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A) localiza-se na BR-040, s/n, bairro Kennedy, em Contagem. Trata-se de uma empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Constituída em 1971, a Ceasa entrou em operação em 28 de fevereiro de 1974.

<sup>94</sup> Nascida em 03/03/1951, Marinha Duelis Tibúrcio é moradora do Lindeia desde 1986. As informações prestadas por ela são fruto de uma conversa em 2019 (a data precisa não foi registrada), realizada no salão da igreja Jesus Ressuscitado durante o intervalo do encontro do grupo de terceira idade “Recanto da Amizade”.

<sup>95</sup> A *pracinha* é atualmente uma rotatória localizada em frente à Quadra Poliesportiva Lindeia. Onde é a quadra era um buraco que abrigava muitas e precárias casas. Para a urbanização das ruas em volta desse buraco (e depois para a construção da quadra), foi preciso desapropriar essas pessoas.

<sup>96</sup> Nos anos de 1970 e 1980, uma geração de arquitetos e urbanistas universitários optou por trabalhar nos bairros populares, assessorando, com saber técnico e sensibilidade política, os mais pobres e as comunidades de base, organizadas pela Igreja progressista.

<sup>97</sup> Os primeiros moradores do Lindeia estão inseridos em um contexto em que a educação brasileira, principalmente para as pessoas do interior, não era das mais distributivas. Quando crianças, eles não tiveram oportunidade de estudar. Quando instalados no bairro, sempre envolvidos em “lutas” por direitos e em favor das melhorias da infraestrutura local, não tinham energia e tempo disponível para frequentarem os bancos escolares.

<sup>98</sup> Moradora do interior antes de migrar para a “cidade grande”, Selita não estudou quando era criança. Como as pessoas da mesma faixa etária, ela precisava dedicar-se aos trabalhos na e de “roça”. Só pôde estudar depois de mudar-se para o Lindeia, mesmo assim após alcançar a maioridade. Matriculou-se na escola “Pedreira do Rennó”, onde, por dois anos, fez cursos de alfabetização para adultos. Depois, fez supletivo no Colégio Loyola. Mas, talvez pela distância ou pela dificuldade de se adaptar, ela desistiu de estudar.

<sup>99</sup> Antônio Rodrigues de Souza é irmão de Mário Garibaldi da Silva. As informações prestadas por ele foram dadas em uma conversa no passeio da rua Flor da Páscoa, em 30 de maio de 2021.

<sup>100</sup> A Escola Estadual Professor Leopoldo de Miranda localiza-se ainda no mesmo endereço: rua Barão de Macaúbas, nº 449, bairro Santo Antônio, região centro-sul de Belo Horizonte.

<sup>101</sup> Nascido em Juiz de Fora (MG), em 1976, o padre João Bosco Penido Burnier foi assassinado por um policial quando defendia duas mulheres torturadas em uma delegacia de Ribeirão Cascalheira (MT). O caso insere-se no contexto da ditadura militar brasileira. Como o regime considerou o fato um acidente, o policial que o matou nunca foi processado. Em 2010, a Comissão Especial para os Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça reconheceu que Burnier foi uma das vítimas do regime militar.

<sup>102</sup> Maria Terezinha Ribeiro de Paula, nascida em 01/06/44, é moradora do Lindeia desde 1976, quando comprou uma casa na rua Orquídea Branca, nº 212 e instalou ali. As informações prestadas por Maria Terezinha fazem parte de uma conversa no pátio da “Escola Burnier”, onde ela trabalha como auxiliar de serviço de educação básica (ASB). Conversa realizada em 12 de julho de 2021.

<sup>103</sup> Maria Floripes (1938-1983), embora não morasse no Lindeia, foi uma pessoa de grande importância para o bairro. Amiga do padre Miguel, professora e integrante da ACO (Ação Católica Operária), ela teve forte atuação social, sobretudo em questões relativas à educação. Por isso que, logo que a primeira creche do bairro foi erguida, seu nome, em uma forma de homenagem, foi lembrado para designá-la.

<sup>104</sup> Tanto a Creche Comunitária Maria Floripes, como o Centro de Educação Infantil Maria Floripes, para manterem-se, contam com a parceira da Prefeitura de Belo Horizonte. As instituições não cobram mensalidade e dividem o atendimento às crianças que estão na faixa etária de 01 a 05 anos e oito meses.

## CAPÍTULO 4 - RUAS, COMÉRCIO, FESTAS E ÔNIBUS DO LINDEIA

### 4.1. TEORIZAÇÃO SOBRE O TEMA: COMBINAÇÕES DE USOS URBANOS.

Há nas cidades um amálgama de tipos, de usos e de práticas sociais. Entre eles, há elementos que as distinguem. As cidades “(...) não podem ser classificadas em cada caso senão tendo-se em conta seus componentes predominantes” (WEBER, 1976, p. 73).

Os *componentes predominantes* das cidades são percebidos em suas ruas. Ruas centrais e ruas marginais. Ruas com boas combinações de usos e marcadas pela diversidade. Por isso que “até o mais citadino dos cidadãos”, garantiu Jacobs (2011, p. 128), “se importa com o ambiente da rua e do distrito em que mora, sejam quais forem suas opções fora deles”.

Sem as ruas, ademais, não há vida – no caso, vida urbana. “A vida rueira influi no desenvolvimento do indivíduo e é importante até para as pessoas ganharem maturidade” (RISÉRIO, 2019, p. 66). A rua existe para se vivida. Assim, se “a organização perceptiva do espaço carrega a marca de uma história, que é uma das primeiras relações do sujeito com seus ‘objetos’ (COLLOT, 2012, p. 24)”, as ruas são elementos dos mais conspícuos.

Cabe, então, tratar dos múltiplos usos normalmente vinculados às ruas. Um deles, talvez o principal, é o comercial. Uso a serviço de atender as necessidades da população. Isso, aliás, sempre foi assim. Para Weber (1976, p. 80), “onde quer que exista um burgo, estabelecem-se ou são estabelecidos artesãos para cobrir as necessidades da fazenda senhorial e as dos guerreiros”. Dos burgos às grandes cidades. As cidades, aliás, sedes do intercâmbio monetário, acentuam a capacidade que as coisas têm de poderem ser adquiridas muito mais notavelmente do que nas localidades menores (SIMMEL 1976).

As ruas das grandes cidades ou de suas periferias, além do comércio, costumam ser palco de festas e de eventos. Ou modos alternativos de ocupação dos espaços públicos para todo tipo de gosto (e desgosto). Modos que se caracterizam por levar vigor, agitação e transformação – mesmo que momentâneos - aos locais onde acontecem. Em Martins (2008) essa particularidade das ruas foi explicada pelo viés da fome cultural de símbolos, de ritos e de festividades que, segundo ele, sempre regeu os comportamentos, os relacionamentos e o imaginário da população no meio urbano e industrial.

Há ainda outro aspecto. Não há como conceber as ruas, principalmente das periferias das grandes cidades, sem fazer menção ao transporte público coletivo, aos ônibus. Não há vida, trabalho ou intercâmbio territorial sem eles. Os ônibus, além disso, por diversos motivos

(como transportar muitas pessoas, todos os dias), são e sempre foram instrumentos importantes para dar novos contornos, configurações e sentidos aos espaços públicos.

Há, entretanto, um porém. É preciso estar atento e forte à multiplicidade de interpretações em relação às ruas e sua correlação com a noção de lugares. As ruas por si não definem identidades. Para que isso ocorra é preciso que os vínculos múltiplos entre identidade, lugar e poder – ou entre a criação do lugar e a criação de gente – não sejam naturalizados. Lugares não podem ser construídos como fontes de identidades autênticas e essencializadas (ESCOBAR, 2005).

Mas as ruas, para se constituírem como fontes de identidades locais, precisam contar com pessoas. Ruas servem de palco para ações sociais cotidianas. Ações que se desdobram em múltiplas e distintas histórias. Se, para como escreveu Rio (1997), não há um escritor moderno que não tenha cantado a força das ruas isso ocorre porque elas são lugares afortunados de histórias.

Em um contexto de lembranças em relação às ruas, isso é ainda mais evidente. Mas lembranças - como no caso da pesquisa caso aqui empreendida - que funcionem como imagens construídas pelos materiais disponíveis e no conjunto de representações que povoam a consciência atual (BOSI, 1994) de pessoas que, como se verá, passam constantemente pelas ruas que fazem parte de suas vidas.

## 4.2. EVOCAÇÕES MÚLTIPLAS DA PAISAGEM DAS RUAS

*De uma hora pra outra,  
eles mudaram o nome da rua.*  
Toninho

Lembrar-se de um bairro ou de uma cidade é lembrar-se de suas ruas. Para Bosi (1997) lembrar-se das ruas é uma forma revivê-las e isso, para certas pessoas, funciona como meio de trazer à tona ilhas efêmeras de um estilo de vida.

As ruas do Lindeia tornaram-se elementos de destaque na paisagem de outrora. Elementos, para muitos, forjados desde seus primeiros contatos com o bairro. Para Collot (2012, p. 17), “o que faz da paisagem um conjunto significativo é, inicialmente, a atividade informante da percepção visual, que é uma primeira forma de organização simbólica”. Verônica, por exemplo, por, desde criança (em fins dos anos de 1960), visitar sua tia que morava (ainda mora) no Lindeia, não se esquece das ruas do bairro. Ruas de terra que eram apropriadas às brincadeiras infantis. “A gente”, disse ela, “tinha vontade pra brincar, pra correr um atrás do outro. Ia embora todo mundo cheio de poeira”.

O enfoque de Dolires para mesma paisagem foi outro. Quando, no início da década de 1970, ela se mudou para o Lindeia (ou melhor, para a vila Amazonas), as ruas dali, de tão precárias, não tinham condições de receber carros, ônibus ou qualquer veículo motorizado.

A pavimentação das ruas do Lindeia só pôde ser iniciada com a ingerência do padre Miguel. Primeiro, ele conseguiu junto aos poderes públicos que elas fossem calçadas. Um trabalho que, segundo Nilza, foi realizado por crianças. “A prefeitura”, contou, “punha muito menino né, da turma que ficava à toa, pagava um pouquinho (...) eles ficavam batendo o martelinho o dia inteiro, acertando as pedras na rua”.

Nem sempre há concordância total em relação a um fato do passado. Para Joãozinho, embora o padre Miguel tenha feito pressão junto à prefeitura para o calçamento das ruas do Lindeia, o trabalho de calçá-las não foi realizado por crianças. Contudo, segundo ele, mais que favorecer a reforma das ruas, o padre queria mesmo era dirimir um grave problema social da época. “A prefeitura”, disse, “empreitava para uma [empresa] terceirizada e a terceirizada arranjava serviço para o pessoal do bairro, [para] aquele pessoal que estava desempregado”.

Tal fato, aliás, de tão recorrente na crônica local, tornou-se parte da memória coletiva do Lindeia. Um fato indicador da força política e do espírito do padre Miguel. “Eu”, disse Valdivino, “me lembro bem, foi nos anos 79, 80 por aí que a prefeitura, através do padre Miguel, fez isso. Ele conseguiu nesses calçamentos fazer com mão de obra de pessoas

desempregadas daqui do bairro”. Tudo bem e estrategicamente pensado. “A pessoa”, concluiu Valdivino, “nem trabalhava o dia todo porque senão os outros ficavam sem serviço, trabalhava até meio dia, aí parava e os outros começavam”.

As ruas do Lindeia efetivamente calçadas de pedra, no entanto, eram poucas. Joãozinho contou lembrar-se de ver “(...) pessoas trabalhando na [rua] Orquídea Branca, fazendo calçamento lá”. Não recordou de outras.

Outros se lembraram. “Uma”, contou Nilza, “era aquela que desce da igreja, era [rua] Antônio Celestino, a [que tem o nome] do marido da comadre Aládia”.

Porém, o Lindeia, em grande parte, continuava desprovido de intervenção urbana. Nesse contexto, suas ruas, ou melhor, a precariedade de suas ruas, era o principal elemento da paisagem local. Quem viveu ou foi morar no bairro em tal conjuntura não se esquece disso. “Ao mesmo tempo lugar público e privado”, Collot (2012, p. 28) escreveu, “a paisagem tem sua significação modelada tanto pela memória coletiva quanto pela iniciativa individual”.

Terezinha foi uma que mostrou não se esquecer do estado das ruas do Lindeia na época de sua mudança para o bairro (fins dos anos de 1970). “Quando”, disse ela, “passava aquela enxurrada, tinha aquele buracão assim pela rua afora que passava aquele tanto de água de chuva que caía pra lá e pra cá. Era muito atrasado aqui”. Além disso, para tornar tudo ainda mais desolador, o bairro (ou o trecho próximo à casa de Terezinha) era pouquíssimo povoado. “Dessa rua”, contou, “aqui, a mais velha sou eu mesma. Dona Ruth aí, ela é novata aí. Não tinha essa casa da dona Alice que tem aí na frente; era tudo muito parado”.

Os melhoramentos da infraestrutura urbana do Lindeia - em particular das suas ruas – iniciaram-se no alvorecer dos anos de 1980. Tudo por obra e graça do padre Miguel. “O padre”, disse Terezinha, “convidava pra gente ir pra reunião, participar, se a rua não tava boa e tal, e foi indo e foi consertando”. Mas tudo, de resto, demasiadamente demorado.

Entretanto, com o transcorrer das “lutas” populares em favor da urbanização local, criou-se a impressão de que o asfalto “estava chegando”. Em tal contexto, um local tornou-se marco fundante. “O asfalto”, disse Nilza, “entrou primeiro na rua Açucena”.

A *rua Açucena* era a atual rua das Perpétuas, a principal do Lindeia. A foto abaixo (figura 70) indica sua primazia no que concerne ao processo de asfaltamento local. No primeiro plano, vê-se um montante de terra espalhado pela rua. Terra que, possivelmente, foi *levada* pelos veículos que trafegavam pelo bairro ou pelos próprios transeuntes. Deduz-se, com isso, que na época (1981) a maioria das ruas do bairro não era asfaltada.

*FIGURA 70 - RUA DAS PERPÉTUAS. ANO: 1981*

*Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias*

A mudança de endereço, como afirmado em outros momentos, é uma experiência ímpar na vida de qualquer um. Os elementos primeiramente vistos (ou as transformações testemunhadas) no novo lugar de moradia costumam não ser facilmente esquecidos. Quando Verônica mudou-se para o Lindeia, como ela contou, quase não havia ruas asfaltadas no bairro. “Tinha”, disse, “asfalto só lá naquela Flor de Seda, ele [o asfalto] pegava do Arrastão até lá embaixo, lá nos [avenida dos] Jardins”.

Demarcar em um mapa uma experiência memorialística tão distante e particular não é um fácil. Contudo, ainda assim, isso foi feito. O mapa abaixo (figura 71), como se pode ver, pôs em relevo um traço que, de ponta a ponta, liga o endereço do supermercado Arrastão (rua das Perpétuas, esquina com avenida Flor de Seda) a um determinado trecho da avenida dos Jardins. Supõe-se assim que as ruas asfaltadas à época que Verônica foi morar no Lindeia eram as que estão entre esses dois pontos (ruas Cana da Índia, Ivaldir Alves Pedrosa, Flor de Maio, Margarida Branca e Flor da Páscoa, além da supracitada rua das Perpétuas).

FIGURA 71 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE TRECHO ASFALTADO NO LINDEIA.



Fonte: Camila Romeiro.

Uma singularidade urbanística do Lindeia são os topônimos de suas ruas. Ruas que, como a Açucena (rua das Perpétuas), Flor de Maio e avenida Flor de Seda, têm nomes de flores. Contudo, ao menos nos últimos anos, essas designações têm sido substituídas por nomes de pessoas localmente importantes, seja do bairro ou de lugares próximos.

A maioria dos moradores do Lindeia manifestou contrariedade com isso. A rua onde Toninho mora (Hildemar Falcão), por exemplo, era rua Campanhia. Nome de flor. Quem foi Hildemar Falcão? “Não conheço”, afirmou ele. Não conhece e também não gostou nem um pouco de tão abrupta alteração. “De uma hora pra outra”, disse ele, “eles mudaram o nome da rua”. Isso não deveria ser assim. Os responsáveis pelas mudanças dos nomes das ruas, antes de fazerem isso, deveriam consultar os moradores com conhecimento das causas locais. “Os peritos deveriam ser os cultores locais, essas figuras vivas, nascentes, espontâneas, intérpretes do *genius loci*” (TURRI, 2013, pp. 183/184). Ademais, a ação dos representantes dos poderes públicos no bairro, além de inesperada, foi preconceituosa. “Se fosse no Floresta”, assegurou Toninho, “bairro nobre, eles chama o pessoal da associação para mudar o nome da rua”.

Os movimentos de resistência a esse tipo de ação foram bastante comuns. Ilza, por exemplo, quando soube que o nome de sua rua (Flor da Páscoa) seria alterado, não aceitou isso. “Eu”, disse ela, “fui lá na prefeitura e falei pra não mudar não (...). Por que as coisas já estavam tudo com nome da rua e depois tinha que estar mudando tudo, né não?”.



A interferência dos poderes públicos nos assuntos locais incomodava mesmo muita gente. “No período”, disse Zélio, “que a gente estava movimentando a associação, apareceu um ‘vereadorzinho’ que não tinha o que fazer. Ao invés de fazer projeto para o bem-estar da população, ele começou a mexer com nome de rua que já existia lá da fundação, no primeiro registro”. Isso, inclusive, foi posto em prática, pois o nome da rua Amor do Campo, onde Zélio mora, foi alterado para rua “24”.

Os intentos com essa medida não eram nada republicanos. “E o que iria acontecer a partir daí?”, perguntou Zélio para ele mesmo responder: “Nós teria de pagar outra vez para fazer outra documentação”. Mas, no Lindeia, para toda ação autoritária, sempre havia reação popular. Zélio, então, foi à associação comunitária e colocou o assunto em pauta. Depois, foi de casa em casa para recolher o nome dos moradores da rua. Em seguida, procurou o Zito, vereador local, para auxiliá-lo. Zito fez um projeto e levou para o setor de apropriação da prefeitura, que, por sua vez, garantiu que o nome da rua não seria alterado.

Alteração de nomes de ruas, de fato, gera mais problemas que soluções. “Prejudica a gente muito”, disse Valdivino, “porque as ruas antigas, a gente conhece elas todas de ‘cabeça’, mas como mudou os nome, às vezes a pessoa pergunta: ‘Cê sabe onde fica essa rua fulano de tal?’ [E ele responde:] ‘Num sei, não’. Se eles não falar assim: ‘A antiga fulana de tal’, entendeu?”. Sim. Para um morador antigo, nada pior que não saber o nome das ruas do bairro onde vive ou sentir-se alijado dos signos mais singelos da cotidianidade local.

Contudo, nem sempre houve insatisfação com a mudança dos nomes das ruas. “Aqui”, disse Valdivino, “antigamente era avenida das Acácias. Aí começaram a falar que já tinha uma outra avenida das Acácias aí, num sei o que lá mais, aí puseram o nome de Flor de Seda”. Nesse caso, talvez pela manutenção de um nome de flor, não houve contestação.

O choque de lados distintos, em outros casos, trouxe equilíbrio de forças. O poder público, para fazer valer seus interesses, viu-se forçado a adaptar-se às demandas da comunidade. Nilza vivenciou um caso destes. Sua casa está localizada na rua dos Juncos. Quando ela mudou-se para o bairro, o nome era outro: era rua dos Junquinhos. “Como”, explicou, “no [bairro] Nova Suíça tinha [rua] Junquinhos lá, as cartas iam pra lá, fazia aquela confusão; então decidi mudar”. Contudo, ninguém aceitou esse tipo de imposição, “de cima para baixo”. “Queriam”, ela contou, “por outro nome; não aceitamos não. Aí eles falou: ‘E Juncos?’”. Antes de responder a proposta dos representantes da prefeitura, os moradores devem ter pensado assim: “Se haveria mudança, que ela não fosse tão grande”.

Os movimentos de oposição aos órgãos públicos, em alguns casos e com o decorrer do tempo, abrandaram-se. Isso ocorreu com a mudança do nome da rua Samambaia para rua

Antônio Celestino. “Na época”, contou Verônica, “o pessoal ficou muito revoltado, porque ninguém queria trocar, porque a gente gostava muito do nome”. Em princípio, segundo Verônica, os moradores até ensaiaram agir contra as ações dos poderes públicas, mas, como a adesão foi pouca, eles desistiram disso. O tempo, ademais, tratou de amainar os ânimos.

Aládia não morava (e não mora) na antiga rua Samambaia. Então, para ela, dar a essa rua o nome de seu falecido marido não era um problema. Ao contrário, Aládia viu isso com bons olhos. “A gente”, disse, “sente [honrada] porque eles colocavam era nome de doutor, de padre, né, eles colocava nome dessas pessoas. Aí colocou o nome dele!”. Antônio Celestino, após sua morte, alcançou status de respeitabilidade digno dos médicos, dos padres e de outros não citados por Aládia, como militares, políticos, advogados, escritores e professores.

Para se chegar às explicações toponímicas de um lugar e de uma época é preciso entender suas características ambientais. “Por que”, perguntou Valdivino, “tem nome lá de [rua] Ipê?”. Ele mesmo respondeu: “Porque tinha muito ipê no bairro”. Simples assim. Então, pela mesma lógica, se há uma rua no Lindeia que foi denominada de rua Espora é porque era possível encontrar muitas esporas (ou flor-de-duas-esporas, seu nome vulgar) no bairro. Isso ocorria com a rua Lírio, com rua Amor do Campo, e outras.

Outras pessoas demonstraram acreditar que o processo de escolha dos nomes das ruas do Lindeia não teve uma orientação bem definida. “Ah”, disse Cacilda, “eu acho que a cidade é muito grande, então, eles tiveram de inventar o nome de flor”. *Nome de flor*, mas poderia ser de qualquer outra coisa.

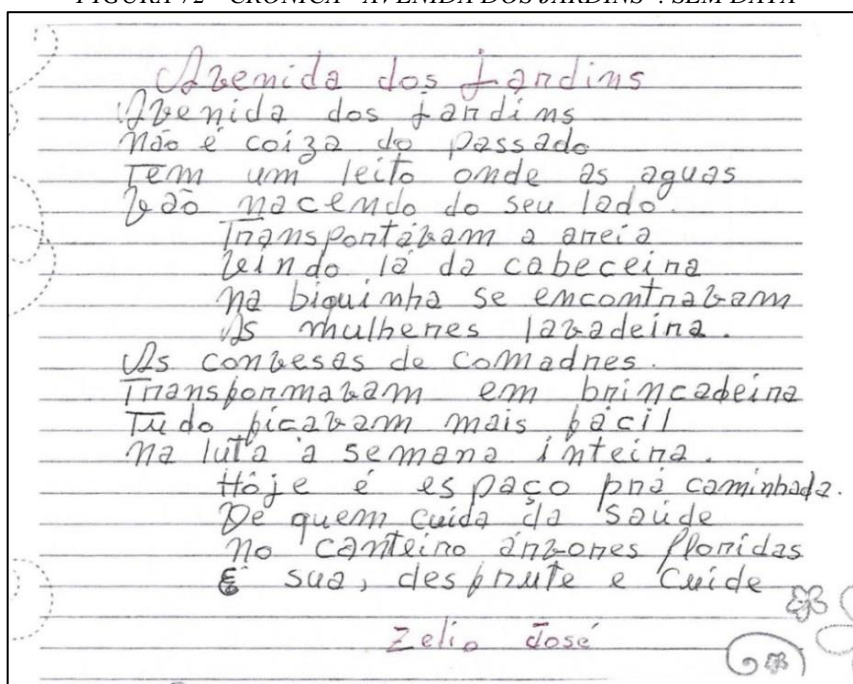
As explicações em relação ao tema, afora as apreciações estilísticas ou políticas, ganharam relevo pelo fato de terem sido dadas pelos moradores do Lindeia, dentro de suas projeções individuais e de sensibilidades em relação ao lugar onde vivem. Portanto, em muitos casos, saber das minudências históricas locais para defender a preservação dos seus signos e valores, materiais ou imateriais, tangíveis ou não, não foi uma precondição indispensável. Nilza, por exemplo, não soube dizer o porquê de as ruas do bairro terem nomes de flores. Mas isso não a impediu de dizer que gosta dos nomes; gosta pelos nomes em si.

A afetividade pelas suas ruas, mais que seus nomes, foi o que preponderou entre os precursores do Lindeia. Afetividade formada a partir das “lutas” comunitárias pelas melhorias urbanas do bairro. “Quando”, disse Zélio, “entrou o governo Patrus [Ananias], prefeito de Belo Horizonte [1993-1996], aí nesse período que abriu um pouco esse leque na participação do povo nos projetos sociais da prefeitura, aí entrou o procedimento do Orçamento Participativo (OP)”<sup>105</sup>. Assim, através da OP, a avenida dos Jardins, que era um brejo, foi totalmente aberta. A obra, aliás, tornou-se exemplo de engajamento popular na criação de

seus marcos locais, como no uso reconhecido da cidade e na formação de seus setores (SILVA, 2011).

Setores integrados à sociabilidade local, do passado e do presente. Zélio, por exemplo, tratou disso em uma crônica de sua autoria (figura 72). No alto de onde hoje é a avenida dos Jardins, como ele escreveu, “tem [tinha] um leito onde as águas vão nascendo”. Em tempos de chuva, ali escorria um monte de areia que se espalhava pelo bairro. No leito (ou mina) as “comadres” se reuniam para lavar roupa e para conversar - conversas que se “transformavam em brincadeiras” e aliviavam a vida. Com a abertura da avenida, que ficou ornada com um “canteiro de árvores floridas”, a população passou a desfrutar dela com caminhadas e com cuidados com a saúde.

FIGURA 72 - CRÔNICA “AVENIDA DOS JARDINS”. SEM DATA



Fonte: Zélio José Gerônimo

Há mais. Ruas são importantes porque são lugares que, “(...) no resíduo de seus acontecimentos miúdos” (SIMAS, 2021, p. 82), permitem criar maneiras próprias de se viver e de agir; maneiras relacionadas aos hábitos e práticas de um povo. Ruas, enfim, são lugares apropriados ao surgimento dos tipos urbanos.

Um tipo urbano que marcou época no Lindeia foi Antônio Celestino. Um homem que, em meados dos anos de 1970, assumiu para si o posto de ser uma espécie de mobilizador

social local. Com um microfone em punho, Antônio Celestino saía pelas ruas do bairro convocando a população para as reuniões da associação comunitária – reuniões que ocorriam na igreja após as missas dominicais e que tinham o intuito de juntar forças para pressionar os poderes públicos a executarem as obras de infraestrutura urbana que o bairro tanto carecia.

Mas por que Antônio Celestino fazia isso? Porque, segundo Aládia, as pessoas, de modo geral, não tinham o costume de frequentar as missas de domingo. Se fossem mais assíduas às celebrações litúrgicas na igreja, elas saberiam dessas reuniões e de outros informes, pois ali era o centro por excelência de comunicação de notícias comunitárias.

Outro marco do Lindeia dos seus primeiros tempos era o movimento de via-sacra que, toda sexta-feira da Semana Santa, percorria (e ainda percorre) as ruas do bairro. A via-sacra, mais precisamente, fazia o percurso da igreja Jesus Ressuscitado à igreja Nossa Senhora das Graças, do Regina. Ou vice-versa. Um movimento que começou discreto, mas que, com o transcorrer dos anos, alcançou relativa força social. “Era”, lembrou Cacilda, “o ‘seu’ Francisco que fazia a via-sacra, um vizinho, marido da dona Conceição. Ele saía com uma cruz, nas 14 estações, parando de casa em casa”<sup>106</sup>. Tudo previamente acertado. “De distância em distância”, explicou Cacilda, “tinha uma casa combinada, tinha parada. Em cada parada, a família ficava esperando do lado de fora da calçada”.

Outra atividade marcante nas ruas do Lindeia é a caminhada que (como consta no primeiro capítulo), a partir do final da década de 1970, parte dos habitantes do bairro fazia e ainda faz para celebrar o dia do trabalhador. Da Praça Agapanto (antes, o ponto era próximo ao supermercado Arrastão), eles, todo dia primeiro de maio, se encontram com os moradores do bairro Regina. Dali todos seguem juntos até a Praça da Cemig, em Contagem. Seguem aos cantos e brados em favor das pessoas “ilustres” locais e contra os desmandos dos poderosos.

Na foto abaixo (figura 73), há um *instantâneo* recente (embora sem data) dessa caminhada rumo à Praça da Cemig. Vê-se um grupo à frente do caminhão de som. O local registrado não é no Lindeia. Trata-se da avenida Tiradentes, nos limites entre o bairro Industrial com o bairro Santa Maria. O Lindeia, ou parte dele, pode ser visto ao fundo.

FIGURA 73 - CAMINHADA RUMO À PRAÇA DA CEMIG. SEM DATA



Acervo: Zélio José Gerônimo

Há ainda que se fazer menção às “missas de quarteirão”. Organizadas pelo padre Caneda, a cada mês era celebrada uma missa em um quarteirão diferente do bairro.

Nas missas, normalmente, o altar era montado no portão de uma casa, onde ficavam dispostos os paramentos de uma celebração litúrgica. Não era incomum que, ao redor da casa, fosse formado um considerável grupo de vizinhos e de curiosos em geral.

Mas um detalhe chama a atenção. Como o desígnio das “missas de quarteirão” era expandir a fé no catolicismo local, fica claro que a igreja do Lindeia não era irrestritamente frequentada. Pergunta-se: por que isso ocorria se as “missas de quarteirão” recebiam muito público e se a igreja era o principal centro propulsor da socialização local? O motivo, como explicado por Nilza, não era falta de fé. “Tinha gente”, respondeu ela, “com aquela bobagem: ‘Ah, eu não vou à missa que eu não tenho um sapato; não tenho um chinelo’”. Se a montanha não vai a Maomé, Maomé vai à montanha. Se as pessoas não iam à igreja (à *casa* de Cristo), Cristo (em forma eucarística) *ia* ao encontro delas.

Ruas também representam oportunidade de trabalho. Consta que no início da década de 1980 uma fábrica de balas do bairro Amazonas (Contagem) passou a oferecer às pessoas do Lindeia o serviço de embalar seus “produtos”. Para entregar as balas aos interessados, um caminhão da empresa (ou mais de um), depois de percorrer as ruas do Lindeia, parava em determinado ponto do bairro. Caminhões, aliás, como escreveu Jacobs (2011, p. 49), “são vitais para as cidades. Eles representam serviços. Representam empregos”. Caminhões também não passam incólumes. Quando lembrados, demarcam a paisagem de uma época. “Na

hora”, disse Aládia, “que subiam lá, daqui, a gente enxergava eles passando na rua lá e eu seguia a rua Amaranto aqui; a gente pegava lá na dona Biluca, né, o ‘seu’ Romualdo”.

A tarefa de recolher as balas ficava também sob a responsabilidade da fábrica. Do bairro Amazonas, o caminhão partia para o Lindeia, percorria de novo suas ruas e chegava ao mesmo ponto de entrega. E outra vez, o caminhão era visto de e ao longe. “Daqui”, disse Aládia, “nós enxergava eles vindo, eles descendo lá porque as casas eram baixas”. Não havia prédios ou grandes casas a atravancar a visão dos moradores. O campo horizontal era amplo. “Horizontalmente”, escreveu Cauquelin (2007, p. 137), “o campo é apenas ‘bordejado’, sem outras regras além das regras da possibilidade de abarcar um conjunto infinito”.

Cada narrador, ao contar uma história, costuma focar-se em um ou outro aspecto. “O passado”, Bosi escreveu (1994, p. 48), “conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea”. Nilza, por exemplo, primeiro concentrou-se no aspecto social da experiência. Para ela, foi a pobreza urbana do Lindeia que, muitas vezes, obrigou todos os membros de uma mesma família a envolverem-se no trabalho. Depois, Nilza tratou do que realmente chamou sua atenção. “E aquela meninada”, disse, “(...) tudo pegava as balas [para] enrolar. Enrolando e jogando dentro da outra lata. Aquilo enrolava muita bala”. Crianças sem o menor cuidado com a higiene. “Tudo”, concluiu Nilza, “sujo, mão suja, nariz sujo. Enchia outra lata. Você pensa bem, né? Depois distribuía no comércio, né?”.

Em todo caso é lícito notar que Nilza, em suas lembranças em relação às miudezas cotidianas do passado do Lindeia, sempre fazia alusão à situação de vulnerabilidade infantil; ela sempre via as crianças como as maiores vítimas de uma estrutura social marcadamente desigual. Dito isso, recorre-se a outra história ocorrida nas ruas do bairro. Em ruas que, segundo Nilza, não eram sequer asfaltadas. “Tinha”, disse ela, “uma ‘vaquinha’ que entregava leite nas casas. Ninguém contou esse caso não?”.

Não. A história é nova. Um homem conduzindo uma “vaquinha” era sempre visto pelas ruas no Lindeia. Mas nem tudo era o que parecia ser. “Falava ‘vaquinha’”, disse Nilza, “mas era só cavalo mesmo, com charrete, com um ‘tamborzinho’ de leite”. O homem, ao invés de entregar, vendia leite à população. Atrás dele, um séquito faminto de meninos. “Sempre”, contou Nilza, “que fechava a torneira de leite, ficava pingando e pingando, e os menininhos ficavam com a canequinha na mão para poder pegar aquele restinho”.

Episódios assim, mesmo prosaicos, são fundamentais para se reconstruir um período histórico. Em tais situações, escreveu Bosi (1994, p. 424), “tocamos sem querer na história, nos grandes quadros sociais do passado (...)”. O caso da “vaquinha” revelou um dos mais tristes *quadros sociais* do Lindeia. E mais triste ainda porque eram crianças as mais afetadas.

Nesse cenário, qualquer gota de leite tornava-se um descanso nas intempéries. Gotículas jogadas aos pobres.

Outro episódio muito comentado entre os moradores antigos do Lindeia foi o projeto das cabras. Projeto pensado pela mente inquieta do padre Miguel. Ou não só do padre. O projeto, segundo Valdivino, teve também a intermediação de uma instituição “de fora”. “O pessoal da UFMG”, ele contou, “ajudou muito aqui”. *Pessoal*, sobretudo, pelo que deu para entender, da Escola de Veterinária.

A força do projeto, entretantes, estava nas mulheres e nos homens do Lindeia. Para que o projeto fosse bem executado, exemplo, ele precisava que um morador local supervisionasse os trabalhos. “Um homem”, contou Valdivino, “que morreu aqui, que a gente chamava de Zé das Cabras (...) Ele que ficava responsável”. O escolhido, deduz-se, passou a ser conhecido pelo epíteto da função exercida. Contudo, como a demanda era muito alta, Zé das Cabras precisou delegar a outras pessoas do bairro a função de acompanharem as famílias atendidas pelo projeto.

Uma dessas pessoas foi José Caetano. Perguntado, ele contou que a sede do projeto, ao menos inicialmente, era a Escola Estadual Padre João Penido Burnier. Escola que, à época, estava em funcionamento, embora ainda não totalmente construída. A foto abaixo (figura 74), sem data, mostra algumas cabras do projeto pastando no terreno da escola.

FIGURA 74 - TERRENO PARA CRIAÇÃO DE CABRAS. SEM DATA



*Acervo: Selita Lopes Viana*

O lugar que consagrou o projeto, no entanto, foi outro. “Era”, contou Zezinho, “do lado de lá da linha”. Isto é, a sede localiza-se em um terreno na fronteira do Lindeia com o Tirol.

Nesse terreno, o projeto ganhou contornos bem orquestrados. “Tinha”, disse Valdivino, “o reprodutor (...), aí você trazia essa cabra pra cá, essa cabra produzia, depois cê tirava uma cria, falava capíolo. É a cria da cabra”. A cabra era levada por um ou outro morador para que ela produzisse o leite que seria distribuído aos seus filhos. Mas uma regra era pétrea. “Quando”, Valdivino informou, “ela criasse, cê tinha que devolver a cabrita. É, é um gesto de passar pra frente, né? E dar leite pro filho seu. Então funcionava desse jeito”.

Para dar precisão cronológica à duração do projeto das cabras, Valdivino recorreu à conjuntura política da época. “O projeto”, ele relatou, “ocorreu na época do presidente Sarney, presidente da República”. Ou seja, aconteceu entre os anos de 1985 a 1990, quando o Brasil enfrentou um período de altíssima inflação econômica. Inflação que, sobretudo, afetou a população dos bairros periféricos, pessoas sempre mais expostas às flutuações da economia.



### 4.3. PAISAGEM COMERCIAL DAS RUAS

*Ali vendia leite, vendia pinga,  
vendia tudo misturado.*  
Zezinho

Por mais propensão que seja uma comunidade à ajuda mútua, não há como ela atender a todas as necessidades de seus membros. “Aquilo que os serviços da comunidade não oferecem, o habitante urbano é obrigado a comprar, e pode-se dizer que praticamente não existe nenhuma necessidade humana que deixou de ser explorada pelo comercialismo” (WIRTH, 1979, p. 110).

No caso da vila Amazonas, para que algum nível de comércio prosperasse ali, foi preciso esperar que o lugar - um filete de casas encravada no alto da atual rua Rore de Carvalho - crescesse um pouco, o que, em linhas gerais, demorou alguns anos. A vila, durante um bom tempo, como contou Luzia, “não propagou não, ficou as casinhas”.

Para que surgisse ali um ponto de vendas, foi preciso contar com o tino comercial de um morador local. No caso, contar com Santos, irmão de Luiza e de Selita. Mas tino comercial não é dom natural, não nasce sem uma observação ao redor. Santos, logo que percebeu certa solidez de crescimento demográfico local, soube que era hora de montar um estabelecimento comercial na vila. Uma vendinha, melhor dizer.

Instalada, a vendinha, mesmo modesta, contava com um número relativamente variado de produtos. “Era”, contou Luiza, “uma vendinha assim mais ou menos. Tinha de tudo. Vendia comida, era tudo, era assim...”. *Era assim* porque era o único ponto comercial apto a atender a demanda local de gêneros de primeiras necessidades. Aliás, como lembrado por Weber (1976), à medida que as cidades crescem, diminuem as terras de cultivo que guardam alguma proporção com as necessidades de sustento dos seus habitantes e que lhes sirva de meio de obtenção de produtos alimentícios.

Como não há mais vestígios “concretos” da existência da vendinha, Luiza, para dar uma ideia de sua localização, apontou para o redor de sua casa e disse assim: “Cê desce aqui e vira. Hoje é casa, né? Rore de Carvalho com Viva de Carvalho, na próxima de baixo”. O endereço está marcado no mapa abaixo (figura 75)

FIGURA 75 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO: PRIMEIRA VENDINHA DA VILA AMAZONAS



Fonte: Camila Romeiro

Todo estabelecimento comercial, quanto mais se ele for o único de determinada localidade, costuma ser mais que ponto de vendas e de compras. “Como”, disse Selita, “aqui ninguém tinha carro, [quando] as dona ia ganhar neném, ele que levava, não tinha hora da madrugada pra ele sair de carro, pra ele levar as donas pro hospital. Carro dele. Era um fusquinha me parece”. *Ele*, no caso, era o Santos.

Ninguém tinha carro. Quase ninguém tinha telefone. Um dos poucos lugares a ter tal aparelho nas redondezas era a vendinha. O telefone, então, servia à comunidade. “Às vezes”, contou Luiza, “recebia chamada pra dar recado pra alguém do interior, chamava, ligava, né, e dava o recado”<sup>107</sup>.

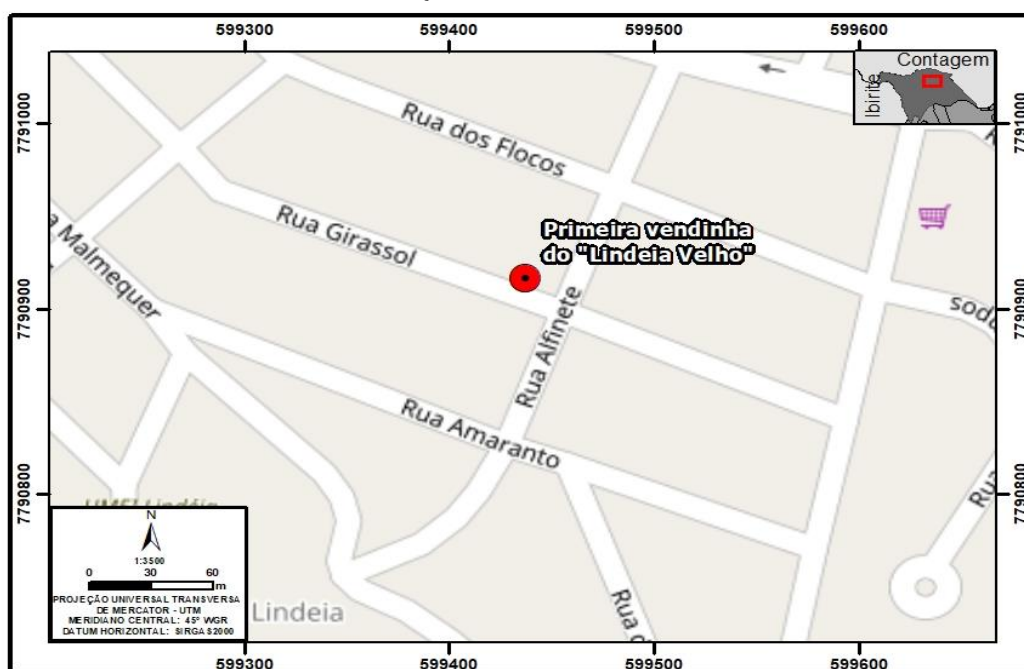
Em 1967, quando Luiza foi morar com os pais na vila Amazonas, a vendinha ainda não havia sido montada. À época, Santos trabalhava “fichado”. A dificuldade de Luiza foi lembrar-se do nome da firma que empregava o irmão. “Não sei”, disse ela, “se ele trabalhava na Magnesita ou no [cimento] Itaú” (ambas na Cidade Industrial). Mas isso é somenos. O importante é que, na avaliação de Luiza, como Santos era empregado de uma *firma* (não importa qual), ele não poderia ser dono de um estabelecimento comercial.

Ou poderia. O irmão, segundo Selita, conciliava o trabalho formal com a responsabilidade de ser proprietário de um botequim. Sim, de início, o comércio também era um botequim. Ou foi – como se verá – com o passar do tempo que ele passou a ser tratado

assim. “Meu pai”, disse Selita, “tomava conta até ele [Santos] chegar do serviço. Aí meu pai entregava pra ele”. Mas isso durou pouco. O irmão, como Selita confirmou, “logo cansou e parou; ele ficou no comércio, e Deus ajudou que deu certo”.

Vendinhas foram muitas. A primeira que se tem notícia no “Lindeia Velho” – e que surgiu com o nascimento do bairro – foi a do Raimundo. Um ponto que, por cerca de trinta anos - de fins dos anos de 1960 a fins dos anos de 1990 -, funcionou à rua Girassol, nº 174, esquina com rua Alfinete. O mapa abaixo (figura 76) indica sua localização.

FIGURA 76 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: PRIMEIRA VENDINHA DO “LINDEIA VELHO”



Fonte: Camila Romeiro

Como a população do bairro era pequena e as casas eram poucas, a vendinha do Raimundo era acessível a todos. “Dois quarteirões”, disse Selita, “abaixo da dona Aládia é [era] ‘seu’ Raimundo. É, foi um boteco que tinha lá. Tinha mesmo. Aí atravessava ali e saía lá em casa”. Então, não era exatamente uma vendinha, mas um *boteco*. Ou tudo era uma coisa só. “Mas”, completou Selita, “não era todo mundo que comprava não”.

*Zezinho comprava.* Em seus primeiros tempos de Lindeia (mudou-se para o bairro em 1974), ele foi vizinho do Raimundo. Raimundo Estevão, como Zezinho o tratou, foi um dos primeiros a chegar ao bairro. “Ali”, disse ele, “vendia leite, vendia pinga, vendia tudo misturado”. Então, de fato, era uma vendinha e era também um boteco.

Ou não era exatamente assim. Ou melhor, era mais que isso. Como a memória emerge de um grupo – e do grupo para cada indivíduo - há no mundo tantas memórias quanto existem grupos. Por isso que a memória “(...) é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 9). Ou seja, ela liga-se à experiência socialmente construída por cada um em determinado grupo ou em determinado “espaço existencial”.

O termo merece reflexão. “Espaço existencial”, em linhas gerais, guarda relação com a história de cada um. Sua característica fundamental pode ser interpretada por meio da memória e da experiência do sujeito (PALLASMAA, 2018). Ilza, por exemplo, pela sua estrita experiência com o comércio do Raimundo, nunca se esqueceu dele. Quando se mudou para o Lindeia, seu marido, como ela contou, vivia doente. Nisso, não era incomum que ele continuamente ficasse afastado do trabalho. Então, para socorrê-la, Ilza recorria-se aos préstimos do Raimundo. “Eu”, disse ela, “pegava lá leite e pão, todo dia eu pegava leite e pão para as crianças. Na hora eu não pagava não, mas depois eu paguei tudo”.

Interessante que a relação de proximidade que Ilza teve com o comércio do Raimundo interferiu até em sua noção acerca da sua localização, como se ele situasse-se não na esquina da rua Girassol com rua Alfinete, mas perto de sua casa. “Esse ‘seu’ Raimundo”, disse Ilza, “tinha um barzinho aqui na frente, aqui nessa rua [Flor da Páscoa] mesmo, quase na esquina com a Flor de Seda, descendo”. Entre os entrevistados não houve ninguém que fizesse menção a tal localização do comércio do Raimundo.

A questão do tratamento recebido pelo estabelecimento comercial do Raimundo, seja onde ele estivesse localizado, merece ser novamente mencionada. As definições do lugar (de barzinho, boteco, venda ou vendinha) eram assim amplas porque obedeciam ao caráter diversificado – embora modesto - dos produtos postos à venda. Comercializava-se um pouco de tudo; de tudo um pouco. Ali, além de haver um cômodo comum para os bebedores de cerveja e de cachaça, vendia-se também pão, leite, etc.

Definições para um espaço, um lugar ou uma situação são mesmo extensas. No caso do comércio do Raimundo, à medida que o tempo passava e as pessoas iam lembrando-se (ou esquecendo-se) dele, outras menções eram trazidas à tona. “O modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique” (BOSI, 1994, p. 31). Para Nilza, o estabelecimento era um botequim. Mas não qualquer um. “Um botequim”, disse, “que vendia pão”. O lugar *vendia pão*, mas não era uma padaria. Nilza, inclusive, aludiu a um detalhe – para dizer o mínimo – inusitado em relação aos pães vendidos ali. Como o Lindeia não tinha

iluminação pública, a “vendinha”, contou, “ficava de lamparina com querosene. [Nisso] o pão ficava com gosto de querosene”.

Raimundo morreu há muitos anos. Morreu, segundo Aládia, antes de seu marido. Ou seja, antes de 1998. Com isso (e como ninguém de sua família não se interessou em dar prosseguimento ao negócio), sua vendinha fechou as portas. No lugar, há um ajuntamento de barracões cercado por um muro alto. Não há ali o menor sinal de ter abrigado uma vendinha. Há apenas uma porta lateral na rua Girassol para a entrada nos barracões. Onde era a porta da vendinha, resta uma marca de cimento encoberta de tijolos. Marca que indica a impossibilidade “concreta” de ali voltar a ser estabelecimento comercial.

O comércio acompanha os homens. À medida que o Lindeia demograficamente crescia, surgiam novos estabelecimentos comerciais por todo lado. Um muito lembrado foi a mercearia do Nó. Para precisar sua localização, Ilza indicou um prédio atual. O papel da arquitetura, aliás, mais do que criar figuras de primeiro plano, é de estabelecer estruturas de percepção e horizontes de entendimento espacial (PALLASMAA, 2018). “Ficava”, disse Ilza, “em frente o supermercado Arrastão”. Indicada sua localização, Ilza tratou de apresentar a mercearia. “O Nó”, contou, “tinha tudo lá, tinha uma parte de mercadoria, de supermercado, mas muito pouco, não era montoeira de coisa grandona não, era coisa pequena. A outra parte era de tecido, tinha cobertor essas coisas”<sup>108</sup>.

Contudo, o Lindeia, comercial e urbanisticamente, mesmo com o passar dos anos, continuava bem discreto. Por isso, durante muito tempo, as pessoas do bairro, para fazerem suas compras mensais, dependiam do comércio do centro da cidade. De modo geral, para Lefebvre (2016, p. 27), “ao redor da cidade instala-se uma periferia desurbanizada e, no entanto, dependente da cidade”. Assim, para compras mais sortidas de mantimentos e de utensílios de primeiras e segundas necessidades, era preciso deslocar-se para armazéns como o Bocão, o Grilo, o Medradão e o Manda Brasa, todos localizados no centro da cidade. Ou mais especificamente (ou assim lembraram os moradores) próximos à rodoviária.

Mas o deslocamento para a área central de Belo Horizonte não era fácil. Como não havia transporte público no Lindeia (tema a ser tratado), as pessoas, depois de comprarem os mantimentos, como Luiza descreveu, “desciam na Toshiba” (empresa localizada a cerca de três quilômetros do bairro). Isto é, *desciam* de ônibus relativamente longe e tinham de caminhar para casa com o peso do saco de compras nas costas. Luzia assim descreveu a cena: “No chão, não tinha asfalto, não tinha calçamento, não tinha nada. Ia daqui e comprava, e vinha dali do [bairro] Santa Maria trazendo aquele monte de trem nas costas”.

Tal trajeto não era percorrido apenas por quem fazia compras no centro da cidade. Dolires, por exemplo, contou que o ônibus que a levava a São Paulo, onde comprava tecidos para seu armário, parava perto Toshiba. Então, todas as vezes que fazia isso ela tinha de percorrer a pé todo o caminho do ponto à sua casa (rua Filemon Matos, nº 46). Na volta, fazia o inverso. Inclusive, certa vez, segundo Dolires, ela teve de percorrer – entre idas e voltas somadas - o trecho por dezoito vezes. A dona do armário deixava os fardos de tecidos no ponto sob a responsabilidade de alguém e por nove vezes voltou sozinha para buscá-los, um a um. O mapa abaixo (figura 77) dá uma ideia do trajeto percorrido por Dolires.

FIGURA 77 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: TRAJETO PARA O PONTO DE ÔNIBUS



Fonte: Camila Romeiro

O espírito cooperativo, tão entranhado na cultura do Lindeia de seus primeiros tempos, fazia-se presente em todo tipo de situação. Explica-se. Em determinada época, as compras no centro da cidade eram realizadas no “atacado”. “Ia”, disse Ilza, “o pessoal e fazia compra para todo mundo, ia e arrumava carro pra trazer. Era umas duas donas - e ia mais uns dois senhores também – que chegava lá e comprava saco fechado de arroz”. Findas as compras, o grupo voltava ao bairro. “Eles”, Ilza prosseguiu, “chegava na igreja e tirava a compra nossa e do outro, do outro e do outro, e ia dividindo”. Mas a divisão não era indiscriminadamente

distribuída. “Quando”, continuou Ilza, “chegava aqui, a gente levava a lista. É aí pagava”. *Pagava menos, mas pagava*. A iniciativa, decerto, foi muito proveitosa.

O efetivo despontar comercial do Lindeia constituiu-se a partir de um depósito de material de construção conhecido pelo nome e sobrenome do seu dono. “Depósito”, disse Valdivino, “do ‘seu’ Raimundo de Castro” (Raimundos eram muitos: não confundi-lo com Raimundo Estevão, dono da primeira vendinha do “Lindeia Velho”).

Trazer à tona um lugar que não mais existe não é nada fácil. Muitas vezes, só se consegue isso quando se recorre aos elementos atuais do seu espaço arquitetural. Nesse aspecto, lojas comerciais quase sempre são boas referências. “Tudo”, disse Valdivino, “começou aqui em cima perto da [padaria] Pão Brasil. Não tem um bar ali? Lá debaixo lá onde é que é perto do ponto de ônibus, ali era dele”. O depósito, inaugurado no começo dos anos de 1970, localizava-se à rua das Perpétuas nº 585. Depois, em 1976, ele foi para outro imóvel, na mesma rua (nº 500), onde ficou por cerca de trinta anos.

Lembrar-se do depósito é lembrar-se das histórias de vida em torno dele. Histórias que, emaranhadas à memória coletiva do Lindeia, são marcadas por fatos relativos às construções das primeiras moradas locais. “De bom grado”, Halb wachs (2006, p. 69), “diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Valdivino contou que todo o material usado para erguer seu primeiro barracão foi comprado no depósito do Raimundo. O mesmo ocorreu quando ele ampliou sua casa. Nessa etapa, porém, as compras dos materiais eram realizadas aos poucos e vagarosamente. “Eu”, disse, “fui comprando devagarzinho, comprava um caminhão de areia, deixava no depósito, comprava lá uns 500 tijolos e deixava lá”.

Não era só Valdivino quem fazia isso. A prática era localmente disseminada. “Foi”, disse Selita, “porque cada vez é [era] um carro”. Ou seja, os clientes portavam de modo economicamente pragmáticos, pois, para não pagarem transporte toda vez que fizessem compras no depósito, eles deixavam os materiais comprados ajuntarem-se o bastante para só assim serem levados<sup>109</sup>.

Selita, para explicar o contexto social que deu origem ao depósito do Raimundo, recorreu à conjuntura arquitetônica e urbanística do Lindeia do início dos anos de 1970. Contexto que explica o crescimento do bairro. “Hoje a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente” (Bosi, 1994, p. 89). Acrescenta-se: traz à luz a paisagem de uma época. O cenário, nesse período, era basicamente constituído, segundo Selita, “por uns ranchinhos. Era uma casa, como se diz, aqui e acolá”.

Assim, ter um depósito de material de construção na localidade foi de suma importância para superar isso e fazer com que o bairro crescesse à vera.

Não só o bairro. Raimundo de Castro, com isso, tornou-se próspero e senhor absoluto do ramo de materiais de construção no Lindeia. Aliás, ao que consta, parte das lojas que compõem o trecho comercial mais valorizado do bairro (rua das Perpétuas) pertence à ele. “Não tinha outro”, disse Toninho, “com o tempo é que o irmão dele, o Doca, montou lá um depósito lá em cima no Estrela”. *No Estrela*, isto é, perto do supermercado Estrela. Então, depósito de material era (e é) um negócio familiar. “Tem”, concluiu Toninho, “um depósito lá (...) só acha ele no outro depósito, no final do [ônibus] 02, ele está lá agora”<sup>110</sup>. Lá no Depósito do Beto (rua Manjerição, nº 220). *Beto* é Humberto de Castro, filho do Raimundo.

A rua das Perpétuas, durante muito tempo, era um deserto. Contudo, com o desenvolvimento do depósito do Raimundo, formou-se ali um núcleo movimentado de pessoas. “A presença de pessoas”, Jacobs (2011, p. 38) lembrou, “atrai outras pessoas”. Com isso, para aproveitar esse fluxo local, diversos estabelecimentos comerciais – de fins dos anos de 1970 ao início dos anos de 1980 - começaram a se instalar em vários pontos da rua.

Faz-se importante mencionar alguns, como, por exemplo, o sacolão da rua das Perpétuas. Sacolão, na premissa atual, bem rudimentar. “De madeira lá”, Nilza resumiu. Ou de placa de muro, conforme mostra a foto abaixo (figura 78). Não há mais o sacolão. Em seu lugar, há hoje uma loja de assistência técnica de geladeiras e de máquinas de lavar.

FIGURA 78 - SACOLÃO. RUA DAS PERPÉTUAS.  
ANO: 1981



Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias



Outro estabelecimento comercial montado na rua das Perpétuas a reboque do depósito do Raimundo foi uma padaria. Mas nem todos se recordaram da padaria ou de quando ela foi instalada no Lindeia. A recordação de Zélio em relação a isso, por exemplo, foi “indireta”. Isto é, a partir de sua (de Zélio) inserção na construção da escola “Tio Beijo”. Nessa época, segundo ele, um grupo de mulheres levava sanduíches para os trabalhadores da escola. Sanduíches feitos de pães que, em sua lembrança, eram doados pela padaria.

Ou não. Os pães, segundo Aládia, eram comprados. “Eu mesma”, disse ela, “levei pão e salgado para trabalhadores comprados na padaria”.

Quanto ao ano de instalação da padaria, Aládia não foi tão certa. A padaria, segundo ela, “começou com o bairro já iniciado”. Ou seja, *começou* em fins da década de 1970. “Depois”, disse Aládia, “o dono passou a padaria, não sei se a mulher separou dele”. *Passou* provavelmente para o dono da padaria Pão Brasil (rua das Perpétuas nº 556).

Com boa estrutura interior e organizada disposição de balcões e vitrines, além de variado cardápio de pães, bolos e quejandos, a padaria pode ser vista na foto abaixo (figura 79), de 1981. Só não se sabe se à época ela já era padaria Pão Brasil.

FIGURA 79 - PADARIA. RUA DAS PERPÉTUAS. ANO: 1981



Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias

O Pescoção é outro ponto comercial cativo na memória dos moradores. Lembrar-se dele é lembrar-se de sua localização. “Tinha”, disse Cacilda, “um açougue pouco aqui pra baixo. É [rua] Perpétua. Na época, tinha um galpão com um lugar que vendia frango vivo”. O

*galpão* era um destaque arquitetônico no entremeio de pequenas lojas e similares espalhadas pela rua afora.

A recordação do contexto comercial de uma época, sobretudo de uma época com um novo entrelaçamento de manifestações humanas, de gente diferente fazendo coisas diferentes, com fins diferentes, costuma impactar em cada um a percepção da paisagem. “A paisagem pode e deve transformar-se com a contínua reterritorialização dos espaços. Mas também deve estar presente – através da sua contínua leitura e releitura – como dado imprescindível de cada ação territorial” (TURRI, 20132, p. 179). O *Pescoção* não era exatamente um *galpão*. Como na época não havia muitos estabelecimentos comerciais à sua volta, as pessoas, ao recordarem-se dele, provavelmente ficaram com a impressão de que ele maior do que de fato era. “Era”, disse Mercês, “o [atual] açougue naquela rua indo para o Regina”. Açougue que é do tamanho de tantos outros da rua das Perpétuas. Nada demais.

De todo modo, o *Pescoção* sempre teve um alto conceito junto às gentes locais, sobretudo entre os mais velhos. O gesto de seu dono de doar carne para o sopão comunitário que ocorria na igreja, mesmo que a doação não fosse farta (ou que houvesse mais osso que carne propriamente dita), deu-lhe muita consideração local (as pessoas pareceram entender que o motivo disso não foi por avareza do “*Pescoço*”, mas pela grave crise que grassava o Lindeia à época). Mas o principal motivo de o “*Pescoço*” ter tanto prestígio local foi outro. Não era incomum vê-lo junto à população nas manifestações políticas reivindicatórias em prol das melhorias do bairro. “Aquele”, disse Aládia, “conhece a ‘luta’. Ia nas ‘lutas’ do Lindeia”.

O nome do “*Pescoço*” é Nerci<sup>111</sup>. Ouvido, ele informou que, desde 1979, trabalhava na rua das Perpétuas. Em princípio, no açougue do Walter (nº 545), onde, de tanto os clientes verem-no ali, ele era tratado como se fosse o dono do ponto. Depois, em 1984, Nerci montou perto dali (nº 602) seu próprio açougue, que perdurou até 1992. Dali, ele transferiu-se para o nº 723, onde permaneceu até dezembro de 2020. O resto é história.

#### 4.3.1. Supermercados, congêneres e outros.

Não há como fazer menção ao comércio do Lindeia sem tratar dos dois grandes supermercados da rua das Perpétuas (e do bairro). Supermercados ligados às figuras de seus donos. Fazer menção a eles é contar um pouco da história do bairro.

O primeiro é o supermercado Santa Maria (rua das Perpetuas, nº 209). Sua origem foi abordada por Mercês. Em princípio, como ela disse, “ali era uma venda; nas Perpétuas mesmo”. Essa *venda*, segundo Mercês, “era do cunhado do ‘seu’ Tião”.

Na década de 1970, ao que consta, Tião comprou a venda do cunhado com recursos provenientes do “acerto” com a Mannesmann<sup>112</sup>, empresa onde trabalhava. Com isso, ele fez a venda crescer, transferiu-a para o outro lado da rua e transformou-a no dito supermercado.

Os tempos passaram, mas, Tião, que (em 2021) estava com 88 anos, mesmo não mais morando no Lindeia<sup>113</sup>, pode, tal como Raimundo do depósito, ser diariamente visto entretido em funções quase “decorativas” no supermercado. “Ele”, disse Antônio, “fica só olhando; a dona Dorinha [sua esposa] fica lá também”. Quem administra o negócio são os filhos.

Outro grande supermercado da rua das Perpétuas é o supracitado Arrastão (nº 705). Mercês, para remontar suas origens, fez menção aos seus primeiros proprietários. “O primeiro”, disse ela, “que era dono do Arrastão mesmo era um tal de Geraldinho. Agora não. Agora não é ele mais não - é um tal de Luiz”.

O dono do Arrastão, para Ilza, não é o Luiz - é o Joãozinho. Aliás, nas lembranças de Ilza, o tal supermercado nunca teve um único dono. “Eles”, disse, “são sócios; o Joãozinho que é do bairro”. Os outros, aparentemente, não moram no bairro.

O Arrastão, como o Santa Maria, originou-se de outro ponto comercial. “Era”, disse Nilza, “ali onde é hoje o Dois ou Três Patetas”. Nilza fez referência à atual Casa de Carne Dois Patetas (rua das Perpétuas, nº 657). Um lugar outrora bem modesto. “Fazia”, continuou, “massa ali, tinha umas coisinhas, mas não era muita coisa não”.

Joãozinho, após comprar o armazém, mudou sua designação para Supermercado Lindeia. E assim ficou por muitos anos. “Esse nome de Arrastão”, Aládia informou, “não tem muito tempo não. Ajuntou um moncado de comerciante e colocou ‘Arrastão’ para comprar as coisas mais barato”. Ou seja, para facilitar a compra dos produtos a serem revendidos, formou ali uma espécie aliança entre supermercados regionalmente próximos.

Estabelecimentos comerciais, ao longo dos anos, abrem-se à atualização e à alteração de usos e de tipos. “O tempo”, Jacobs (2011, pp. 209, 210) escreveu, “torna obsoletas certas estruturas para certos empreendimentos, e elas passam a servir a outros”. Assim, o que era um discreto ponto comercial, com o passar dos anos, tornou-se um grande supermercado.

Até os anos 1990, o dono do supermercado morava no Lindeia e guardava estreita relação com a comunidade local. Inclusive, sempre que procurado, ele não se furtava de colaborar com o bairro. “Uma vez por mês”, disse Zélio, “ia uma pessoa lá pegar mantimentos de utilidade doméstica”. *Mantimentos* para a igreja. Não era raro também que o comerciante, além disso, fornecesse cestas básicas para a população carente local.

Mas nem sempre se é o que se foi um dia. “Somos não o que somos, mas o que fazemos de nós mesmos” (GIDDENS, 2002, p. 74). Assim, com o tempo, Joãozinho, como

ocorreu com o Tião do supermercado Santa Maria, mudou de postura e de endereço. Joãozinho (que não é o dono do supermercado) tratou do assunto. “Agora”, disse ele, “o cara que tem mais terreno aqui é o dono do Arrastão. Ele é magnata. Tanto é que mudou daqui, segundo o pessoal, né, que fala, que mudou daqui com medo de sequestro. Ele tem muito lote por aqui afora, e casa boa”. Entre as gentes locais, quem tem *casa boa* está no mais alto patamar social e econômico.

O dono do Arrastão, de fato, não mora mais no Lindeia. Entretanto, não é incomum - como ocorre com o Tião, do supermercado Santa Maria e o Raimundo, do depósito - vê-lo em seu ponto comercial. “Pelo menos”, disse Nilza, “a gente vê ele quando vai lá”. Negociantes, como se sabe, não abandonam facilmente suas bancas.

De todo modo, entre os moradores do Lindeia, o prestígio do supermercado Arrastão mantém-se firme e intacto. O supermercado, inclusive, é fonte de orgulho e marco de consumo local. “O forte aqui”, disse Ilza, “que mais consome, é o Arrastão. Ele atende muito bem!”. É tanto que, no que tange às suas qualificações, Ilza o comparou a um supermercado de grande valor entre as camadas populares de Belo Horizonte. “O Arrastão”, contou, “é quase igual o [supermercados] BH”.

Afora o circuito da rua das Perpétuas, havia vida comercial no Lindeia. Um exemplo foi o Bar e Merceria Santos (Santos, assim como Raimundos, são muitos; não confundi-lo com o proprietário da primeira vendinha da vila Amazonas). Bar e merceria que, por mais de quarenta anos, funcionou na esquina da rua das Petúncias com a Antônio Celestino, próximo à linha férrea. Não funciona mais. Em razão da obra em curso (em 2021) da edificação de uma passarela para ligar o Lindeia ao Tirol, ele foi demolido.

A peculiaridade do bar e merceria em seus primeiros tempos foi trazida à tona pelo seu proprietário. Quando foi instalado, “o boteco”, disse Vikus, “vendia pão e leite”. O imóvel abrigava também sua casa. “Era”, ele relatou, “aqui mesmo, um barranco. Essa construção foi depois que nós fomos construindo devagar, nesse endereço. Moro nesse endereço”. Morava.

Ilza contou que a época de sua chegada ao Lindeia coincide com a abertura do bar do Vikus. “Quantos anos”, disse ela, “tem que ele tem [tinha] aquilo ali? Desde que nós veio para aqui”. Ou seja, desde meados dos anos de 1970. “Agora”, questionou, “eles não tiraram ele de lá para construir uma passarela? Pra ele deve ser difícil demais”<sup>14</sup>. *Difícil*, mas previsível, pois, “as obras públicas e a abertura de novas ruas ocasionam muitas demolições e construções – os planos se superpõem uns aos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 163).

Os estabelecimentos comerciais, mesmo que territorialmente espaçados, não paravam de surgir no Lindeia. “Teve”, disse Luiza, “o comércio do Oride, lá em cima”. *Lá em cima*, ou

seja, na fronteira com o bairro Durval de Barros. Para melhor explicar onde estava localizado o comércio do Oride, Luiza foi mais específica. “Aqui”, informou, “no [supermercado] Boa Praça. Sabe onde que é o Boa Praça? Descendo tem o supermercado Estrela”<sup>115</sup>.

Trazer à tona as localizações dos pontos comerciais do Lindeia foi uma forma de perceber as paisagens do bairro. Paisagens que revelam um cômputo diverso de histórias. “Todas as paisagens”, Turri (2013, p. 178) escreveu, “são reflexo de uma organização do espaço, de uma maneira própria de os objetos sociais se ordenarem e revelarem no território, das histórias que tais ordens determinaram”. Aládia, por exemplo, contou que o primeiro presente do dia das mães que ela ganhou na vida – um copo de vidro - foi comprado por uma de suas filhas na loja do Baiano. Aliás, foi o primeiro presente que ela ganhou na vida.

A memória, mesmo a mais íntima, nem sempre é certa. Aliás, talvez seja a emoção contida nesse tipo de memória que a faz ser factualmente tão incerta. Não há – é preciso dizer - indícios de ter havido uma loja do Baiano na área indicada por Aládia (ou no Lindeia). Pressupõe-se que Aládia confundiu-a com o armazém de propriedade de Dolires, que, desde o início dos anos de 1970, está localizado à rua Filemon Matos, nº 46, quase esquina com a rua das Petúncias. Atualmente o nome da loja de miudezas é Duas Irmãs. No início, era São Francisco, embora, pela proximidade com um brejo que havia na rua das Petúncias e que se estendia até a atual avenida dos Jardins, ela fosse conhecida como loja do Brejo.

O armazém já teve dias melhores. Quando Dolires se mudou para o Lindeia (à época, vila Amazonas), ele era bem singelo. Com o tempo, junto com o bairro, ele cresceu. “Era”, disse Dolires, “bom. Era gente de Ibirité e de outros lugares que vinha aqui. Já tive oito funcionárias. Eu ia para São Paulo todo mês fazer compras”. Mas não há bem que dure para sempre. “Os grandes comércios”, ela continuou, “veio e acabou. Hoje, fico na loja o dia inteiro e só entra duas ou três pessoas. Só fico mesmo para passar o tempo”.

Outro estabelecimento de grande valor local, fonte de muitas histórias, sobretudo entre seus vizinhos, é a mercearia do Bené. Sua história, segundo Antônio, remonta ao ano de 1977, quando um morador do Lindeia (Cristóvão) montou um pequeno mercadinho na rua Flor da Páscoa. “Em 1991”, disse Antônio, “Cristóvão passou para o Benedito Matozinho, o Bené”. Bené, ao tomar posse do ponto, tornou-o maior e variável de produtos. “Vendia”, contou Antônio, “de tudo, pinga, cigarro, arroz, feijão, fubá, sabão, pão, biscoito”. A mercearia começou a atrair clientes, que, com o tempo, se tornaram cativos. Com isso, Bené prosperou à vera. Tanto é assim que, “a melhor casa [da vizinhança]”, concluiu Antônio, “era a dele”.

Bené morreu. Contudo, a tradição de um membro ou outro da família de dar continuidade aos negócios do dono, tão comum no Lindeia, também ocorreu nesse caso. “Os

filhos”, contou Antônio, “Sérgio e Silvia e a viúva, dona Nina, tocam a mercearia”. *Tocam o Bar e Mercearia MB* (rua Flor de Páscoa, nº 412).

Outro ponto comercial (ou melhor, de serviço) da rua Flor de Páscoa era a serralheira do Antônio (rua Flor da Páscoa, nº 476). Outro Antônio. A serralheria está indissociavelmente ligada à história de vida de Mário. Em 1978, quando tinha quatorze anos, ele foi trabalhar lá. Trabalhava de manhã e à tarde estudava na Escola Estadual Pedreira do Rennó. Mas como Antônio queria-o disponível o tempo todo, Mário não pôde continuar no trabalho.

De todo modo, a serralheira, tão próxima de sua casa, não “saiu” da memória de Mário. “O lugar”, contou ele, “está todo na minha memória; nunca vou esquecer. Eu aprendi a trabalhar lá”. O que se aprende na vida, principalmente quando se é criança ou adolescente, dificilmente cai no esquecimento.

Os homens são paradoxais. Antônio era uma espécie de agente ambivalente da sociabilidade local. Atencioso, principalmente com as crianças, ele, ao mesmo tempo, como disse Mário, “era sistemático, não gostava de serviço errado, era rígido”. Além disso, não queria que os meninos que trabalhavam com ele estudassem.

A loja que abrigava a serralheria servia de morada para Antônio, sua mulher e seus filhos. Risério (2019), quando invocou a ideia de “venda-lar”, raspou no tema. Em seu estudo sobre modos de moradia no Brasil, ele descreveu situações em que uma venda ocupa parte (frontal ou lateral) de uma casa. Com isso, a casa deixa de ser ambiente estritamente familiar. Outro autor, por outras vias e em outro contexto, abordou o mesmo tema. “Tardou”, escreveu Martins (2008, p. 115), “muito para que a mercadoria e o mercantil invadissem tudo, até mesmo o âmbito fortemente simbólico da casa e do íntimo e o âmbito do sagrado”.

Faz-se, por fim, um exercício conjetural. De algum modo, a serralheria do Antônio, para além da memória de seus vizinhos imediatos, talvez ainda *resista* no Lindeia. Explica-se: não é impossível que, se não muitas, ao menos algumas casas do bairro ainda tenham portas e janelas de aço (liga metálica extremamente durável) fabricadas na serralheria.

#### 4.4. LAZERES DISTINTOS, DISTINTOS LAZERES.

*A festa durava aqui.*  
Luzia.

O povo do Lindeia sempre foi festeiro. “O nosso movimento”, disse Luzia, “mais era aqui; festas juninas, festas de final de ano, muitas festas”. Festas, majoritariamente, de cunho colaborativo. O lazer ajuntava-se ao empreendimento construtivo da principal igreja do bairro. Tudo na igreja. “O passeio”, Luzia continuou, “de dia de domingo que nós tinha era na igreja aqui”. Eventos beneméritos que se constituíram como os mais belos frutos da sociabilidade e mentalidade periférica. “Nós”, ela continuou, “vendia as coisas aqui, tinha as barraquinha, era aqui embaixo; barraquinha toda vida arrumava as coisas aqui e o dinheiro era para a igreja”.

Inscritas na memória dos mais antigos, as festas estendiam-se noite afora. “Nós”, Luzia relatou, “ficava até uma, duas horas da manhã. A festa durava”. Os tempos eram menos regrados. “Agora”, explicou Luzia, “não pode, é até onze horas...”.

Para ilustrar isso, há a foto abaixo (figura 80). O preto e branco da imagem ressalta tanto a escuridão da noite como a distância do tempo. A junção de sorridentes dançarinos com circunspetos músicos deixa evidente o quanto eram interativas as festas.

FIGURA 80 - FESTA JUNINA IGREJA JESUS RESSUSCITADO. SEM DATA



*Acervo: Selita Lopes Viana*

As festas na igreja, com o tempo, expandiram-se para além de seus desígnios originais. “Enquanto”, contou Zélio, “estava de pé, as barraquinhas foram um movimento cultural da igreja Jesus Ressuscitado. Mesmo depois da igreja construída, enquanto era coordenada pelos jesuítas”. Com isso, as festas tornaram-se parte da paisagem cultural do Lindeia. Paisagem no sentido tratado por Turri (2013), de referências, de símbolos, de denominações, de objetos humanos, como se fosse uma espécie de palco ou de teatro no qual os indivíduos e as sociedades podem recitar suas próprias histórias.

Mas nada nessa vida dura para sempre. Como os eventos eram coordenados pelos jesuítas, com a saída deles do Lindeia, tudo se transformou. “Tudo”, disse Zélio, “foi perdendo a animação”.

Afora as festas juninas, outros movimentos culturais ganharam corpo e alma nas ruas do Lindeia, principalmente no trecho perto da igreja. “O primeiro teatro de Semana Santa”, disse Toninho, “foi nós que fizemos. Foi nós do movimento de cultura”. *Movimento* que, segundo ele, “teve a ajuda do padre Miguel”. A ubiquidade do padre Miguel, aliás, era impressionante. Ele estava presente em tudo.

Um vestígio desse *movimento de cultura* pode ser visto na foto abaixo (figura 81), de um coral de música. Mesmo sem data ou outra indicação, deduz-se que os seus integrantes estavam na igreja Jesus Ressuscitado, centro nevrálgico do Lindeia.

FIGURA 81 - MOVIMENTO DE CULTURA. SEM DATA.



Acervo: Selita Lopes Viana



Não só na área circunscrita à igreja havia festas juninas. “A gente”, disse Verônica, “dançava quadrilha, dançava tudo. Tinha nas ruas aqui, ruas da igreja aqui”. Não tem mais. Restam apenas as festas juninas organizadas pela creche. “Não é”, concluiu Verônica, “aquela coisa de bairro, de tal bairro fechar a rua, sabe? Acabou. Já teve. Tinha mais agitação”.

O movimento de organizar festas populares para construção ou para reforma da igreja influenciou ações semelhantes, como, por exemplo, as ocorridas na Escola Estadual Padre João Bosco Penido Burnier com o objetivo de realizar ou de concluir alguma obra de reforma e de ampliação de suas estruturas arquitetônicas.

O lazer no Lindeia não era constituído só de “festas solidárias”. Outros eventos, de traços próprios, fizeram história no bairro. Um deles ocorria na danceteria Dynamite Dance Show. Ou, como muitos disseram, na “discoteca do Wanderlei” (rua das Perpétuas nº 487). Ali, de fins dos anos de 1970 a parte dos de 1980, não era incomum pipocarem matinês e “sons” de todo tipo<sup>116</sup>. O movimento era tanto que, segundo Toninho, “a maioria dos casamentos foi na discoteca”. As pessoas não se casaram *na* discoteca. Conheciam-se ali, namoravam e - com o tempo - casavam.

Frequentar a danceteria era uma forma de conhecer pessoas “de fora”. Ou de encontrar desconhecidos do bairro. De um jeito ou de outro, os laços de sociabilidade local, depois de ampliados na discoteca, eram – como ocorreram tantas vezes - tornados sólidos e duradouros.

A mesma discoteca que ampliava sociabilidades gerou também, segundo alguns entrevistados, certo clima de violência local. O Lindeia, com isso, ficou conhecido pela aura de violência urbana em seu entorno. “Aqui”, disse Joãozinho, “o ‘bicho pegava’. Mesmo depois que eu mudei pra aqui, muito tempo depois, o ‘bicho pegava’ aqui”. Ou então tudo não passava de uma impressão de violência. O rigor das “lutas” populares em prol dos melhoramentos da infraestrutura urbana local se confundia com uma têmpera de radicalidade, que, por sua vez – em alguns casos - descambou para a sensação de que o bairro era perigoso.

Contudo, de todo modo, para alguns, a violência local era mesmo real. Era real e o “culpado” era o ambiente de *mistura* gerado pela “discoteca do Wanderlei”. “Era”, disse Nilza, “gente daqui [e gente que] vinha de longe. Essa mistura aí que era problema, né?” Nilza, aliás, nunca se esqueceu de um trágico *problema* ocorrido na discoteca. “Um rapaz”, contou, “pisou no pé do cara, ele não quis desculpar...”. *Não quis desculpar* e morreu por isso. “Rapaz bom”, concluiu ela, “de família boa aqui no Lindeia, o que morreu”. “O inferno”, escreveu Sartre, “são os outros”<sup>117</sup>. A vítima era do bairro, o algoz, o *cara*, não.

A mão que apedreja é a mesma que afaga. A mesma discoteca que gerava violência trazia segurança à população. Explica-se. Bairros precisam de movimento de pessoas, em

todas as horas. O surgimento da discoteca, em meio aos estabelecimentos comerciais da rua das Perpétuas, normalmente fechados às noites e nos finais de semana, trouxe um ambiente de proteção para essa rua. “A mistura constante e literal de pessoas”, Jacobs (2011, p. 287-288) ensinou, “que se fazem presentes por finalidades diferentes, é o único meio de preservar a segurança nas ruas”.

O Lindeia, seja qual fosse o seu clima, decerto não era o Harlem, bairro de Manhattan (Nova York) que, nessa mesma época, era conhecido por sua cultura de violência<sup>118</sup>. As gentes das classes populares desse bairro periférico de Belo Horizonte não se entregavam sistemicamente às “vias de fato” nem ao contínuo derramamento de sangue.

A Dinamite Dance Show não mais existe. Contudo, conforme foto abaixo (figura 82), ainda resta um vestígio dela: grande parte de seu nome, o sinal inequívoco de sua outra existência, ainda pode ser visto na parede lateral do prédio que um dia a abrigou.

Urge, portanto, que se mencione esse vestígio, que também é real, antes que ele se apague por completo, antes que uma nova ocupação transforme e extirpe sua – até o momento – indiscutível presença. Presença que se configura e se nutre de uma outrora existência.

FIGURA 82 - ANTIGA DANCETERIA DINAMITE DANCE SHOW. ANO: 2017



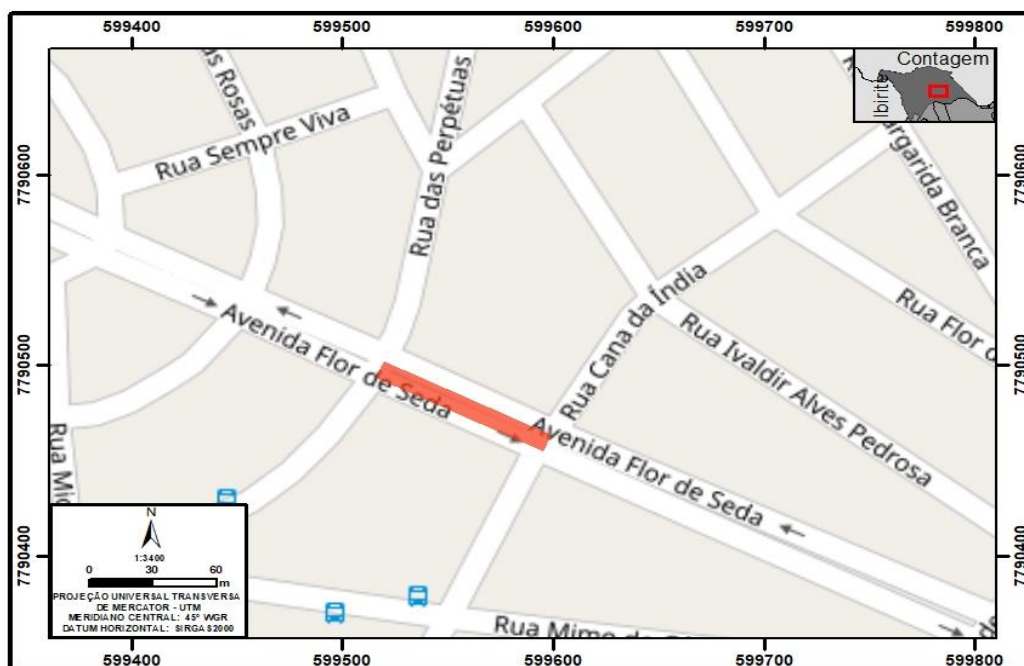
Foto: Luiz Divino Maia

Um grande movimento de rua deve ser tratado. Evento que, de 1990 a 2005, semanalmente tomava conta do quarteirão da avenida Flor de Seda com a rua Cana da Índia.

Duas pessoas, ao analisarem o mesmo fenômeno, podem ter impressões diferentes sobre ele. Joãozinho, por exemplo, em tom de reprovação, lembrou-se dos carros de som estacionados nos arredores do evento. Carros que, segundo ele, “ligavam [o som] na maior altura”. Em seguida, Joãozinho fez menção ao grande número de frequentadores no local. “Daquela esquina”, disse, “onde que é o ‘tio Beijo’ [escola], até na linha do ônibus, você podia contar ali vinte, trinta som. E ali ficava na base de oito, dez mil pessoas, sábado, domingo”.

No mapa abaixo (figura 83), há a indicação da localização do agitado evento semanal. Tudo se passava no “coração” do Lindeia, em uma de suas áreas mais movimentadas. Área marcada pelo grande fluxo comercial e de trânsito.

FIGURA 83 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ANTIGO EVENTO DE RUA. ANO: 2021



Fonte: Camila Romeiro

Movimentos de rua costumam alterar o trânsito local e complicar a rotina dos moradores. No caso em questão, mesmo um prosaico episódio pode ser útil para entender isso. Nessa época, segundo Joãozinho, o padre Caneda, depois celebrar missa na igreja Jesus Ressuscitado, teria de rezar outra missa na igreja “Chapéu do Papa”. Diante disso, o padre, para alcançar seu destino, via-se, no dizer de Joãozinho, obrigado a desviar de seu caminho e passar com sua velha picape branca, Fiat 147, por outras ruas e quarteirões.

Se Joãozinho viu a aglomeração causada pelo evento público pela égide negativa, Verônica teve outra visão – visão mesmo, pois marcada pela paisagem constituída pelo evento. “O pessoal”, disse ela, “vinha pra cá, que a praça era muito bonita. O povo ficava andando pra lá e pra cá. Eles ficavam da praça até esquina da Cana da Índia, (...) ficavam dançando ali”. Ou seja, Verônica, mais que reclamar, ressaltou a singularidade semanalmente propiciada pelo evento semanal. Dito em outros termos, a “(...) especificidade do lugar se dá pelo que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular” (MASSEY, 2000, p. 184).

Lembrar é selecionar outros tempos. Tempos muitas vezes tidos e havidos, na evocação, como inigualáveis. “O homem”, Martins (2008, p. 148) escreveu, “tende a rememorar seletivamente aquilo que ganha relevo no seu atual sistema de significados”. O principal componente no *atual sistema de significados* da vida urbana, para Verônica, é (ou, no caso, era) viver em um ambiente marcadamente pacífico. “O evento”, disse ela, “era muito bom; não tinha violência, não tinha nada. A gente deixava os filhos ir para as festas”.

Todo movimento de rua costuma ter um epicentro. No caso do evento semanal da avenida Flor de Seda, o epicentro era o bar do Chalita. Antes de tratar do bar, Verônica fez menção à sua localização. “Sabe”, disse ela, “onde é a padaria? Padaria da esquina ali, esquina de baixo? Aquela ali era o bar do Chalita”. A ação de reocupação dos espaços comerciais nos ambientes urbanos não tem fim. Onde era o bar, hoje é a padaria Nova Aliança (avenida Flor de Seda, nº 1036).

O bar do Chalita, no início, era modestíssimo. “Quando”, contou Verônica, “eu vim para cá, não era um bar, era um comerciazinho. Aí ele alugou, abriu tudo e montou o bar”. Do bar, Chalita passou a promover o evento festivo. Ser *promoter*, contudo, exige postura proativa. “Ele”, disse Verônica, “não ficava esperando os governos fazer os trem não; ele programava, contratava DJs e caminhões de som”. Chalita recorria à prefeitura para pegar licença e solicitar policiamento. Enfim, fazia tudo como manda as regras de boa urbanidade social. Além disso, sabedor da importância dos ritos católicos no Lindeia, Chalita, quanto a isso, portava-se com todo cuidado do mundo. “Quando”, contou Verônica, “tinha as celebrações, ele respeitava. Não fazia. Quando a igreja não tinha celebrações, ele fazia”.

As fotos abaixo (figuras 84 e 85) mostram o bar do Chalita em dois momentos distintos, aparentemente dos primeiros anos de 1990. Momentos em que, mesmo sem mostrá-lo no auge da movimentação de clientes, dão uma ideia da localização e da estrutura do bar.

FIGURA 84 - BAR DO CHALITA. SEM DATA



Acervo: Ronilson Lopes de Melo

FIGURA 85 - BAR DO CHALITA. SEM DATA



Acervo: Ronilson Lopes de Melo

Na vida, tudo é feito de nuances; tudo se transforma. Fatos, ademais, nunca são contínuos. “Cada fato está separado do que o precede ou o segue por um intervalo” (Halbwachs, 2006, p. 109). Nesse *intervalo*, tudo pode mudar. “Acho”, disse Verônica, “que depois que começou assim, eu não sei, mas naquela época - agora está tranquilo de novo - mas teve uma época que foi muita violência”.

A *violência* trazida à tona por Verônica centrou-se agora na sua observação em relação à presença de pessoas estranhas no evento. Presença que, segundo ela, fez os pais proibirem filhos de frequentarem os arredores do bar do Chalita. Com isso, o evento perdeu sua força. “Na medida”, contou Verônica, “que foi diminuindo [a presença de moradores do bairro], foi tendo muita violência, briga, a gente de fora, aí eles pegou e acabou com a festa”.

Chalita<sup>119</sup> confirmou o veredito de Verônica. “O bar”, disse ele, “entupia de gente nos fins de semana”. Contudo, os últimos anos de funcionamento foram de drástica diminuição de público. “Começou”, ele explicou, “a dar muito tumulto”. Além disso, como o lugar tornou-se ponto de tráfico de drogas, ele passou a receber a nada discreta presença de viaturas policiais. Com isso, a área, nas palavras de Chalita, “ficou parecendo um cenário de guerra”.

Mas a índole do povo do Lindeia, de balde – ou por isso - a sua propensão à “luta” política, é e sempre foi pacífica e sensitiva. “Quando”, disse Verônica, “começou [a violência], o pessoal já acabou com as festas. Graças a Deus não chegou a ser muito assim”.

#### 4.5. FORÇA URBANA, DELIMITADORA E DEFINIDORA DOS ÔNIBUS.

*Era uns dois ônibus.  
Quando um tava chegando aqui  
o outro tava chegando na cidade  
Valdivino*

Urbanização é acentuação cumulativa das características de determinado povo associada ao crescimento das cidades. Aliás, a acentuação de sentidos reconhecidos como urbanos ocorre geralmente entre os povos que tenham “(...) ficado sob encantamento das influências que a cidade exerce por meio do poder de suas instituições e personalidades, através dos meios de comunicação e transporte” (WIRTH, 1979, p. 94).

O foco aqui são os meios de transporte público. De modo geral, as pessoas mais antigas do Lindeia, em relação ao tema, guardam muitas lembranças. Ou melhor, em relação ao tema do tempo da escassez de transporte público no bairro.

Os moradores do Lindeia, na época em que ali não era sequer um bairro, para terem acesso ao atendimento de saúde pública ou de qualquer outra ordem, precisavam trilhar longos percursos. Trilhar, diga-se, a pé. “Antes do bairro”, contou Luzia, “eu era solteira, eu alembro que papai e mamãe levava nós no médico perto do viaduto da Cidade Industrial. Na avenida Amazonas, indo pro centro. Cabana do Pai Tomás, chamava Cabana. Nós ia ao médico ali; ia a pé”<sup>120</sup>.

A dificuldade de locomoção perdurou por anos a fio. Selita lembrou-se da época em que só havia ônibus, como ela contou, “que paravam lá embaixo na BR”. Na BR, ou seja, perto da supracitada Toshiba, distante cerca de três quilômetros do Lindeia. Então, ir ao centro de Belo Horizonte ou voltar de lá (como tratado na parte referente à dependência do comércio da área central da cidade) era uma odisséia. Contudo, a população, ao menos na visão de Selita, não se incomodava tanto com isso. “Era [distante]”, contou ela, “mas pra gente era perto demais, ué”. Longe é um conceito relativo. Como os moradores do Lindeia, em sua maioria, provinham do interior do Estado, lugares quase sempre desprovidos de meios de transporte motorizado, quanto mais em tempos tão distantes, caminhar grandes distâncias não lhes era difícil.

O cenário em relação ao transporte público no Lindeia, na opinião de Vicente, era mesmo complicado. “‘Pegava’”, disse ele, “o [ônibus] Petrolinha lá em frente à Toshiba e percorria um trecho curto até a Cidade Industrial, onde ‘pegava’ outro ônibus”. Ou seja, para seguir até o centro da cidade era preciso fazer baldeação.

O tempo passou, mas o problema persistiu. Nilza lembrou-se que, em seus primeiros anos de Lindeia, as pessoas, para alcançarem o ponto de ônibus próximo à Toshiba, precisavam percorrer uma área desabitada. “Ali”, disse ela, “tinha [um terreno] que ficava os ciganos ali. Passava por dentro onde tem aqueles prédios”. O *ali* era uma área conhecida como Filemon (nome do antigo proprietário) que, a partir dos anos de 1980, tornou-se ponto de moradia de *ciganos*. Uma área atualmente ocupada por vários condomínios de *prédios*, mas que, antes, era provida de uma paisagem muito peculiar. “Era”, contou Nilza, “bonito, tinha uma mina muito boa ali. Descendo o morro lá, né? Ainda tem uma mina lá. De vez em quando apareciam uns cavalos lá”. “É”, Collot (2012, p. 10) escreveu, “bela a paisagem cujas próprias estruturas (devidas ao relevo, à luminosidade) reforçam a organização (seletiva e relacional) que a inteligência perceptiva impõe a todo objeto espacial”.

A memória não é ciência exata. Para muitos, a primeira linha de ônibus que atendia ao Lindeia (linha do bairro Lagoa Seca, atual Durval de Barros) ia direto para o centro de Belo Horizonte. Para outros, o destino era a Cidade Industrial. Dali, quem quisesse seguir para a área central da cidade, como ocorria com o Petrolinha, teria de “pegar” outro ônibus.

Memória, feito ondas, puxa memória. Livra-se de uma e logo já vem outra, com toda força. Nilza, ao recordar-se do trajeto do ônibus do bairro Lagoa Seca, recordou-se da estrutura desse meio de transporte. “Era”, contou, “baixinho, né, monobloco”. Em seguida, Nilza fez menção às condições das ruas e as dificuldades que os passageiros tinham de enfrentar. “Como”, disse ela, “aqui dava muito barro, não era asfaltada aquela rua ali, eles passavam... Então, atolava no barro ali, precisava o pessoal descer para empurrar”.

Com o tempo, uma linha de ônibus passou a circular pelas bordas do Lindeia. Ônibus que, devido ao preço da passagem cobrado à época (cinquenta centavos de cruzeiros), passou a ser chamado de “cinquentão”. Mas, embora tivesse um ponto fixo na “entrada” do Lindeia, ele não era exclusivo do bairro.

Como o “cinquentão” não percorria as ruas do Lindeia, foi preciso que parte da população local “lutasse” pela implantação de uma linha exclusiva no bairro. “Lutasse” por várias frentes. No princípio, surgiu a ideia - ideia inspirada em uma experiência bem-sucedida alhures. “Nessa época”, contou Zélio, “tinha surgido uma grande conquista a nível de transporte lá em Curitiba, no Paraná”. Uma *conquista* que a associação comunitária do Vale do Jatobá<sup>121</sup> conhecia e tinha a intenção de copiar. Inclusive, um grupo de moradores do Lindeia, ao saber disso, incumbiu dois representantes locais de visitarem essa associação comunitária para conhecerem essa experiência. “Isso aí”, assegurou Zélio, “não me sai da memória (...)”. Não *sai* porque, como ele disse, “a partir daí surgiu a necessidade de se criar

uma associação do bairro”. A “luta” em favor do transporte público no Lindeia ficou na *memória* dos seus mentores (ou, ao menos, de um deles) como evento deflagrador da criação da associação comunitária local. A época em que isso aconteceu também não saiu da sua *memória*. “Estou”, lembrou Zélio, “falando na faixa de 77, 78, 79, mais ou menos”.

Fazia-se urgente, então, a criação de uma linha de ônibus no Lindeia. Sem transporte público, aliás, não é possível atender as sociedades modernas no que elas têm de mais emergente, que é a questão do trabalho, ou melhor, da mobilidade urbana para o trabalho. “Para o trabalhador, o trabalho não tem sentido se divorciado das encenações cotidianas preparatórias do ir para o trabalho e trabalhar. Como não tem sentido sem o que vem depois do trabalho” (MARTINS, 2008, p. 58). Ou seja, sem ônibus, ao menos para os pobres das periferias metropolitanas, não há trabalho. Sem trabalho, não se vive dignamente.

O poder do transporte público é sem igual. Ônibus, por exemplo, tornam nítidas definições territoriais. “Aquele Regina”, disse Valdivino, “era considerado Lindeia, depois se tornou Regina até por conta da linha de ônibus”. Explica-se. Os ônibus do Regina, no caminho rumo ao bairro, serpenteavam-se pelas ruas do Lindeia. Com isso, a população do Lindeia, ao perceber o dístico “Regina” nos ônibus, tomou ciência da irreversibilidade da existência de uma nova unidade territorial na área vizinha. Em outros termos, o território, estipulado e medido, “em sua manifestação diferencial, é um espaço *vivido, marcado e reconhecido* como tal, em sua variada e rica simbologia” (SILVA, 2011, p. 19).

À medida também que os ônibus do Lindeia percorriam suas ruas, o bairro tornava-se efetivamente conhecido por seus passageiros, moradores locais. Com isso, brotou neles um *sentido de identidade* local com os diversos cantos do bairro. “O bairro”, Bosi (2003, pp 74/75) reforçou, “é uma totalidade estruturada, comum a todos, que se vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz um sentido de identidade”.

Mas ônibus, quase sempre, não são produtos de um movimento autóctone. Para a constituição dos transportes urbanos, a interferência de outros bairros costuma ser elemento decisivo. “No início”, disse Valdivino, “era linha 46, uma extensão do bairro Industrial. Tinha o bairro Industrial, que era 46”.

Dois ônibus da *linha 46* podem ser vistos na foto abaixo (figura 86) circulando nos dois sentidos da rua das Perpétuas. Um, perto do ponto final, sentido bairro Regina. Outro, de saída do Lindeia. Ao centro, outro ônibus, de linha não identificada.



FIGURA 86 - ÔNIBUS EM CIRCULAÇÃO NA RUA DAS PERPÉTUAS. ANO: 1981



*Acervo: Nilza Amâncio Lopes Dias*

Outro aspecto urbano de grande valor são os pontos finais dos ônibus. Lugares de sociabilidades, de encontros e principalmente de espera, eles costumam ser componentes imprescindíveis a marcar a memória coletiva dos bairros, sobretudo dos bairros periféricos. Não é incomum, inclusive, que a localização dos pontos finais fique marcada de modo indelével na memória dos cidadãos. Isso, no Lindeia, é ponto incontestado.

O ponto final do Lindeia mais lembrado situava-se na esquina da rua das Perpétuas com a avenida Flor de Seda. As gentes locais, quando se encontravam em dificuldade de lembrarem-se de algum endereço exato, comumente apelaram para suas referências arquitetônicas mais significativas. “A linha de ônibus”, contou Valdivino, “era só até ali no alto, perto do Arrastão. Ali ficava a linha de ônibus do ‘Lindeia 46’ na época, né?”. Ali, para aguardarem a chegada do transporte público diário (linha 46), as pessoas ajuntavam-se. Ajuntavam-se ainda mais em tempos de chuva, pois, como se vê na foto abaixo (figura 87), não havia (nunca houve) marquises ou toldos a protegê-las.

FIGURA 87 - ANTIGO PONTO FINAL DE ÔNIBUS. SEM DATA



*Acervo: Escola Profissional Tio Beijo*

Mas pontos finais não são eternamente fixos - eles acompanham o crescimento demográfico ou social dos bairros. Atualmente, o ponto final do Lindeia localiza-se na Praça Agapanto. Com isso, o bairro, como ocorreu com a circulação dos ônibus, “ampliou-se”. Explica-se: as pessoas, ao deslocarem-se para os pontos finais, passaram conhecer melhor o bairro e assim reforçaram o *sentido de identidade* com seus lugares.

A primeira linha de ônibus do Lindeia (do bairro para o centro de Belo Horizonte) foi a 1113. Linha surgida, possivelmente, no final dos anos de 1980. Contudo, quando foi implantada, havia poucos ônibus. “Era”, disse Valdivino, “uns dois ônibus. Quando um tava chegando aqui o outro tava chegando na cidade”. Nesse sentido, a espera, tanto para sair quanto para retornar ao bairro, era muito demorada.

Com o tema dos ônibus, encerra-se essa jornada (o que virá a seguir é a conclusão). Encerra-se com os ônibus como metáforas. Eles param, mas não em definitivo; seguem, nem sempre em linha reta, e sempre retornam ao lugar de origem. A jornada aqui empreendida “parou” nesse “ponto”. Mas ela deve continuar, mesmo que por outros pesquisadores e com outros recortes. Há ainda muitos caminhos a serem percorridos pelo Lindeia afora.

## Notas Capítulo 4

---

<sup>105</sup> Criado em 1994, o Orçamento Participativo (OP) é um espaço de exercício de cidadania voltado às vilas, favelas, conjuntos e bairros populares. Por meio de votação, os moradores podem decidir quais as obras prioritárias a serem realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte em suas comunidades.

<sup>106</sup> A via-sacra, ou via-crúcis, é a encenação do caminho da cruz. Um momento de oração que evoca os últimos momentos de vida terrena de Jesus. As 14 estações representam o caminho que se prologa entre a Fortaleza Antônio ou Pretório até o destino final, o Gólgota ou calvário. Um trajeto realizado por Jesus carregando a cruz, desde o momento de sua condenação até sua ressurreição. Tal encenação da Paixão de Cristo, na Igreja Católica, ocorre toda sexta-feira da Semana Santa.

<sup>107</sup> Em uma comunidade marcada pela presença de pessoas recentemente providas do interior de Minas Gerais, é de se supor que muitos deixaram parentes e amigos para trás. Por isso, um telefone, ainda que único, seria uma forma de dar continuidade aos contatos as pessoas e com o lugar de origem.

<sup>108</sup> O Nô, antes de ser comerciante, era corretor de imóveis. Ele, junto com Mozart, foram os únicos corretores do Lindeia. Talvez isso explique o fato de ele ter adquirido muitos imóveis no bairro. Aliás, ao que consta, a loja onde era sua mercearia e as lojas vizinhas ainda pertencem à sua família.

<sup>109</sup> Outras vezes, o material de construção, depois de comprado, não era levado pelos compradores. Ou não era totalmente levado. O que restava, como foi relatado por muitos moradores, muitas vezes ficava em poder do dono do depósito, que o revendia para outras pessoas.

<sup>110</sup> Raimundo, tal como outros velhos comerciantes do Lindeia (consta que ele está com quase 90 anos de idade), ainda vive à sombra do seu antigo negócio. Vive sem função definida, sem ordens a impor.

<sup>111</sup> Nerci Lopes da Silva é o “Pesçoço”. As informações prestadas por Nerci e contidas nesse texto fazem parte de uma conversa realizada com ele em frente ao seu antigo estabelecimento comercial no dia 10 de dezembro de 2020. Estabelecimento que, nesse dia, estava em processo de desmonte.

<sup>112</sup> A antiga Mannesmann S.A - atual Vallourec Soluções Tubulares do Brasil – está localizada no Barreiro desde 1954. A empresa ocupa uma área de quase três milhões de metros quadrados.

<sup>113</sup> Atualmente, ao que consta, o “seu” Tião mora no *Residencial Masterville*, em Sarzedo.

<sup>114</sup> Não se sabe se foi difícil para Vikus ver sua morada e seu bar serem demolidos. Não se sabe, pois ele, meses antes, consciente disso, contou que já estava preparado para a mudança de casa e de vida. Vikus, inclusive, quando tratou disso, mostrou certa animação com que o futuro lhe reservava: a moradia permanente – e possivelmente última - em um sítio de sua propriedade, em Brumadinho (MG).

<sup>115</sup> Localizado na divisa do Lindeia, o supermercado Estrela (rua Coronel Durval de Barros, nº 51) é bastante conhecido na região. Entretanto, por se localizar relativamente “longe”, ele não é muito frequentado pela maioria da população mais antiga do Lindeia.

<sup>116</sup> Para delimitar a época de ouro da Dinamite Dance Show, na pena do historiador, diga-se que o lazer proporcionado por ela contextualizou-se no âmbito de um movimento importado dos Estados Unidos – o movimento das discotecas ou *movimento disco*. Movimentos surgidos após o sucesso do filme *Os Embalos de Sábado à Noite* (*Saturday Night Fever*, 1977). No Brasil, o marco foi a novela *Dancin’ days*, que de julho de 1978 a janeiro de 1979, foi exibida com grande sucesso na Rede Globo de televisão.

<sup>117</sup> A famosa frase de Jean Paul Sartre, “O inferno são os outros”, consta em sua peça teatral, *Entre Quatro Paredes*, publicada – e encenada - pela primeira vez na França no ano de 1944.

<sup>118</sup> Nos anos de 1970 e 1980, o bairro do Harlem, em Nova York, atingiu um altíssimo grau de degradação. Entre 1973 e 1974, o município de Nova York praticamente decretou falência. Mais de 20% do contingente de trabalhadores em áreas de serviços públicos e de polícia foram dispensados, pois a cidade não tinha como honrar seus compromissos. Com isso, a violência no bairro tornou-se incontrolável.

---

<sup>119</sup> Chalita é apelido. Seu nome é Ronilson Lopes de Melo. Nascido em 1968, Chalita mora desde 1972 no mesmo endereço (rua Cana da Índia, nº 325).

<sup>120</sup> O bairro Cabana (ou Cabana do Pai Tomás) situa-se na região Oeste de Belo Horizonte, onde um dia foi uma fazenda de eclíptico pertencente ao deputado federal Antônio Luciano Pereira Filho (1913-1990). O local foi ocupado no início dos anos de 1960 e dista aproximadamente oito quilômetros do Lindeia.

<sup>121</sup> Formado como conjunto habitacional pela Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG), programa responsável pela construção de casas populares em nível estadual, o Vale do Jatobá, originalmente, era composto de pequenas casas. Quem se mudou para o bairro, na maioria dos casos, era proveniente de favelas removidas. Em seus primeiros anos, pela falta de infraestrutura, havia ali muitas dificuldades para os novos moradores. Dificuldades de transporte público, principalmente, pois o bairro ficava numa região à época muito afastada. Mesmo para se chegar ao centro do Barreiro era muito difícil.

## CONCLUSÃO

Como nota preliminar dessa conclusão, informa-se que, no geral, embora trate de um bairro, esta tese de doutorado não deixou de ter relação com a cidade de Belo Horizonte. A cidade de e em uma época particular. Um estudo, pelo seu foco em ações, comportamentos e em relações díspares e complexas, típico das grandes metrópoles. As cidades, aliás, todas as cidades, são lugares que tendem a publicamente dissecar e a desvendar os traços e as características humanas normalmente encobertas e reprimidas. As cidades, em suma, mesmo ajustadas aos símbolos etiquetadores de urbanidade, são pródigas em deixar exposta toda ambivalência da natureza humana.

Com relação ao objetivo geral da pesquisa, pautado no compromisso de compreender como a constituição urbanística do Lindeia se tornou fundamento da memória coletiva local e substrato para que sua chama histórica permanecesse viva, julga-se que isso, mesmo sem dar aqui valor de mérito à experiência (condição que não cabe ao autor), foi alcançado.

Alcançado assim. Os fatos individualmente lembrados e lembrados por um grupo de precursores do Lindeia, fontes e testemunhas das suas transformações urbanas, tornaram-se registros de uma experiência essencialmente comunal. Experiência que, inserida no contexto das “lutas” por melhores condições da infraestrutura local, à medida que era compartilhada, se consolidou como linha mestra da composição histórica do bairro.

Com relação aos objetivos específicos, igualmente julga-se que o primeiro, o de verificar como as histórias de vida se amalgamaram ao processo constitutivo urbano e arquitetônico do Lindeia, foi também alcançado. Como a pobreza urbana do bairro, em seus primeiros tempos, era flagrante, os moradores – ou sua parte mais expressiva – sentiram que não poderiam ficar à margem das “lutas” que visavam suplantá-las. O imperativo ditou a emergência de uma coletividade organizada.

O segundo objetivo específico, pautado em demonstrar como os fatos relacionados à história do Lindeia, ao longo do tempo, deram forma – e alguma fama - às ações políticas locais, também chegou a bons termos. Bons termos, não custa repetir, sem juízo de valor. Tudo obra e efeito da passagem do tempo e dos meios de transmissão cultural. Os relatos colhidos ao longo da pesquisa mostraram que os entrevistados, ao lembrarem-se das condições urbanas de outros tempos e compararam-nas com a conjuntura atual do bairro, perceberam aí traços de suas ações; perceberam-se como protagonistas de suas histórias – protagonismo incentivo pelo ímpeto dos padres jesuítas.

Em relação ao terceiro objetivo específico, o de constatar como uma pesquisa de tal monta tornou possível a elaboração de um estudo referente à paisagem do Lindeia, não há como negar que isso, igualmente aos outros, ocorreu. As reiteradas lembranças dos representantes mais antigos do bairro em relação aos movimentos em favor da infraestrutura urbana local fez nascer ali uma rede complexa de elementos arquitetônicos, culturais e sociais. Rede que, quando avaliada e inserida no contexto dos estudos propostos nessa tese, produziu uma vasta e particular configuração da paisagem local.

Para melhor conjugar isso, é válido tecer outra vez um apanhado geral de cada capítulo. O primeiro apresentou a conjugação arquitetônica e geográfica atual do Lindeia, seus pontos referenciais e suas fronteiras com outros bairros (e com outros municípios). O segundo mostrou o quanto os padres jesuítas foram importantes tanto para o engajamento dos moradores nas “lutas” políticas como para a formação de redes de sociabilidades comunitárias. O terceiro, ao focar-se nos desdobramentos de todo o processo emigratório dos primeiros habitantes ao Lindeia e na ação comunal de construção das igrejas, das escolas e das creches, dentre outros, mostrou o quanto isso repercutiu na formação e no fortalecimento dos grupos locais. O quarto capítulo, ao centrar-se nas transformações e nos marcos sociais ocorridos nas ruas do Lindeia (como comércio e atividades de lazer), deixou patente a importância disso para a constituição urbana local.

A conclusão do primeiro capítulo é que principais marcos referenciais de uma determinada comunidade são e devem ser apresentados por quem vive ali. A conclusão do segundo é que as histórias de vida, sobretudo quando são de superação, precisam contar com ações societárias e com a força dos grandes líderes comunitários. A conclusão do terceiro é que o ideal mais ou menos partilhado de pobreza é o elemento a unir as pessoas contra os problemas de urbanização encontrados na cidade. A conclusão do quarto capítulo, como um arco a ligá-lo ao primeiro, é que marcos referenciais são elementos constituídos ao longo do tempo e a partir das ações e das ocorrências localmente miúdas e diárias.

Com isso, julga-se que a hipótese da pesquisa, de que era que ela forneceria elementos suficientes para questionar o lugar-comum de que periferia da cidade é um lugar “longe”, imiscuído de violência e de pobreza foi alcançada. A pesquisa, para além de seu mérito (que não cabe avaliar aqui), mostrou que a cidade pode e deve ter vários “cartões postais”, para além das áreas centrais e consagradas como tais. Se se olhar bem, eles estão espalhados por toda a cidade, em sua periferia inclusive.

Ressalta-se ainda que a pesquisa que se finda não visou alcançar a história tal como ela aconteceu. Isso, aliás, é inalcançável. A história, é preciso afirmar, constitui-se como um

passado marcado por um conjunto de futuros possíveis – alguns acontecem, enquanto outros não se concretizaram. Mas isso não impede de pensar que esses futuros poderiam ter existido e de que eles eventualmente poderiam manter, no presente, suas energias. Deve-se, então, olhar para o presente como uma experiência preche de futuros, não como desembocando em apenas um futuro fatal. Outrossim, o que aconteceu não pode ser restituído (quanto mais “resgatado”). O presente altera o passado, que, assim, deixa de ser o que fora um dia. Ou ao menos assim parece. O fundamento do estudo aqui empreendido baseou-se nos relatos dos primeiros moradores do Lindeia e no que a memória de cada um guardou da experiência com o bairro e com os seus contemporâneos. Para isso, como tratado na introdução, foi preciso recorrer à imaginação ou à construção “inventiva” (tanto por parte da produção textual como do público-alvo).

De resto, a despeito das mudanças das estruturas urbanas e da paisagem do Lindeia ao longo do tempo, para quem vive ali desde os primórdios do bairro, tudo que foi trazido à tona pareceu mesmo muito profundo.

O resultado de toda essa experiência foi perceber que, embora pareça uma ideia um tanto genérica, a pesquisa deixou evidente que, para os precursores do Lindeia, viver vale a pena. Ou valeu a pena. Viver no bairro, mais ainda. Um sentimento alcançado a partir da oportunidade que cada um teve de participar e de compartilhar a experiência de construir os valores e as estruturas urbanas locais.

Nesse contexto, para reforçar o que foi posto até aqui, faz-se novamente menção ao método de pesquisa. A força das entrevistas esteve vinculada à imprescindibilidade de elas terem ocorrido com quem faz e fez parte da história local. As entrevistas são, portanto, testemunhos de quem ainda vive no Lindeia – ou ao menos vivia durante a pesquisa – e pôde assim atestar as minudências de suas longas trajetórias de vida no bairro. Reitera-se ainda a força da história oral para projetar o futuro. Uma história que devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. História que, ao dar-lhes um passado, ajuda-as a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.

Fundamental mesmo neste caminho foi aprofundar a experiência ao longo do tempo - experiência de ouvir os relatos testemunhais de cada um em relação às suas vivências comunitárias. Os relatos de uns, muitas vezes, com os cruzamentos de opiniões e de visões do mundo, esclareceram os de outros.

Nesse ínterim, conversas, tratos e acordos, condições capitais para obtenção de uma construção coletiva do narrar, não foram deixadas de lado. Citam-se as questões éticas de recolher os depoimentos e usá-los como bases para uma pesquisa acadêmica. Aliás, como

posto na introdução, tudo era informado aos entrevistados, sem que, quanto a isso, eles manifestassem um pingão de oposição. Ao contrário, não foi incomum que um ou outro fizesse questão em ter todo o conteúdo de seus relatos inserido no texto.

Para encerrar a narrativa dos fundamentos de um bairro – e voltar ao tópico inicial dessa conclusão –, reitera-se que a história contada aqui, em última instância, teve relação com a cidade. Ou parte da cidade. A cidade de um tempo, alicerçada nas lembranças de um grupo de pessoas. Pessoas ainda vivas ou recentemente mortas. Uma cidade que, como visto, exclui e que, por isso, exige ações, isto é, “lutas” de seus moradores. Uma cidade que não dá a devida oportunidade a todos.

Outros aspectos em relação ao tema merecem ser citados. Nas cidades, embora marcadas pelo inacabamento, as mulheres e os homens alcançam um sentido de quem são; pela cidade eles passaram a ter noção de como se transformaram e para onde vão.

A noção dos moradores do Lindeia de se perceberem como são e como foram transformados pela experiência com o bairro tornou-se, nesta pesquisa, perceptível – por eles, inclusive – toda vez que era mencionada a conjuntura atual do bairro. Um bairro que, para alcançar a condição corrente de social e urbanisticamente (bem) constituído, como o público-alvo desta pesquisa sempre fez questão de externar, precisou contar com a força dos braços, dos brados e das mentes de cada um. Isso, sem dúvida, trouxe repercussões no caráter atual dos seus habitantes e na forma como eles passaram a enxergar o mundo.

Quanto à noção de futuro que cada um alcançou a partir de sua experiência no Lindeia, isso, mais que em relação a essa pesquisa, é o grande questionamento da humanidade. Para cada pessoa chegar a uma resposta no mínimo satisfatória em saber para onde vai, apegar-se, como neste trabalho, ao exercício de rememorar o passado é vital. Ou rememorar o passado para alcançar o futuro. A rememoração é o que dá forma aos elos com o passado, e são os modos de rememorar que definem as pessoas no presente. Como indivíduos inseridos em sociedades, elas precisam do passado para construir e ancorar suas identidades presentes, além de alimentar certa visão do futuro. Cada um, aliás, pode rememorar a própria vivência do passado a partir de um novo e diferente modo de ver e compreender a vida, definido pelas circunstâncias de seu presente.

As mulheres e os homens que foram morar no Lindeia, ao imiscuírem-se em ações coletivas, se tornaram parte de um grupo. Grupo formado no contexto do advento de uma nova sociedade, dotada de uma mentalidade nova, resultante do desejo de viverem em uma nova ordem, sem a insegurança do meio rural ou da periferia de Belo Horizonte ou de Contagem ou de qualquer cidade próxima. Enfim, todos buscaram dar um ordenamento



diferente às suas vidas, em uma sociedade apoiada em outras formas de sociabilidades e de solidariedades, na família, na vizinhança, nas ruas, na casa própria, na igreja, na escola, nos grupos locais, na companhia dos outros; no bairro, enfim.

Tal como o arranjo teórico no texto, que, como posto, foi se delineando aos poucos, os contatos interpessoais alcançados ao longo da pesquisa (talvez o seu componente mais importante) foram se fazendo à medida que os dias corriam e o trabalho ganhava corpo.

Contudo, o trabalho, de modo geral, não foi um andar a esmo. Ele seguiu uma trilha, com mudanças aqui e ali de percurso. O apontar de caminhos, melhor dizer. Nessa direção, destaca-se a oportunidade de conhecer pessoas que não estavam inicialmente projetadas para serem entrevistadas. Pessoas como Valdivino, Selita, Zélio, Vicente, Luiza, Terezinha, Ilza, Vikus e demais. Aládia, Nilza (*in memorian*), Mercês, Mário, Luzia, Joãozinho, Roberval, Conceição, Cacilda, Verônica, Maria da Glória e outros ganharam conotação para além de participantes de um grupo de terceira idade. Foram companheiros e companheiras de jornada, recorrentemente encontrados e consultados. Outros foram “descobertos” pelo caminho (muitos, aliás), no afã imediato de atestar um fato ou de trazer um elemento novo à pesquisa. Com isso, igualmente, mereceram registro. Merecem, portanto, serem lembrados e homenageados. Cabe ressaltar, no entanto, que o estudo não buscou retratar a totalidade de uma cultura, mas somente ter em conta que a cultura, ainda que parcialmente descrita, deve sempre ser tomada por referência.

A tese intitulada de “*O Lindeia de seus precursores: lembranças da paisagem, dos lugares e das ‘lutas’ de um bairro de Belo Horizonte*” termina com uma confissão. O seu ineditismo, ou um traço um tanto inovador dentro do campo da arquitetura e do urbanismo, gerou neste autor, não poucas vezes, certo temor e inopinada insegurança de que o que estava em curso não seria o mais adequado para esse campo do saber. Entrementes, ainda assim, seguiu-se adiante, deslocando-se quando possível e necessário. Fez-se isso até o fim.

Fim posto aqui. Antes, ou complementarmente, inclui-se a letra de uma música de Onofre Augusto de Araújo, artista diletante, casado com Mercês e morador do Lindeia desde o início dos anos de 1970. Música composta em novembro de 2019, no entremeio ainda um tanto incerto da experiência, sem que Onofre tivesse sido solicitado a fazer isso ou sequer tivesse acesso às informações colhidas até ali. Música que resume bem a experiência tratada aqui. Segue a letra.

*FUNDAÇÃO DO BAIRRO LINDEIA*

*Vocês viram, vocês viram*

*A história linda do Luiz*

*Ele escrevia com amor e felicidade*

*Ele invadia a privacidade*

*Nas comunidades*

*Escrevendo as coisas lindas e muito séria*

*Como iniciou o nosso bairro Lindeia*

*Existia uma casa aqui*

*Outra casa ali*

*Outra casa lá*

*Histórias lindas de verdade*

*Nem eles mesmo sabiam*

*Que o bairro Lindeia virasse uma cidade.*

*Os primeiros moradores do bairro Lindeia era o Washington Pires*

*Sua esposa Lindeia e dona Zulmira*

*As famílias dos Galdinos e Veluzianos*

*Valério Rodrigues*

*Tio Beijo, o saudoso Benjamin Garcia,*

*E alguns moradores da vila Amazonas*

*E outros por aí na beira da linha*

*Com essa história linda e muito confusa*

*Foram eles que receberam a imobiliária Sancruza*

*Que veio desmatando e loteando*

*Construindo barracões de dois ou três cômodos*

*Do jeito que eles queria*

*Vendia para a população*

*E o bairro Lindeia cada vez mais crescia.*

*Como disse o tio Beijo, o saudoso Benjamin Garcia,  
Família que reza unida, sempre permanece unida.*

*Padre Miguel veio ao bairro Lindeia da congregação Jesuíta  
Como muito carinho e amor  
Ele era metalúrgico, trabalhava na fábrica como soldador  
De verdade  
Foi ele que reunia a comunidade*

*Através do tio Beijo, seu Manuel e dona Nilza  
E o Robson, o seu Alcides, José Luiz e o Zito  
Antônio Simeão, Antônio Celestino, Antônio Nabar  
E dona Nenzinha  
São muitos os falecidos  
E poucos os vivos que existem.  
Padre Miguel sempre falava em oração de verdade é orar  
E fazer ação de verdade.  
Às vezes enchia um ônibus, dois ou três na comunidade  
Iam todos para a cidade  
E cobrava das autoridades:  
Transporte, grupo escolar, posto de saúde,  
Posto policial, luz, água, esgoto e asfalto.*

*Padre Miguel ficava pra cima e pra baixo  
Na sua lambreta  
Ele ganhou dois reforços  
Isso que nós mais queria,  
Que seria padre Bahije, padre José Lopes Caneda, todos da congregação Jesuíta.*

*Batemos a primeira laje da igreja da paróquia Jesus Ressuscitado  
Veio um desemprego danado  
As crianças começaram a passar fome  
Que triste situação, que triste situação*

*Tiveram que criar um sopão.  
Para amenizar a fome e o desespero  
Criaram um curso de formação  
Que seria pra pedreiro  
Carpinteiro e marceneiro  
E deu muito certo em vários fatores  
E a mãe do padre Miguel, dona Maria Dolores,  
Quis criar um grupo de mães  
Que seria artesanato, de arte, culinária, salgadeira,  
Pedicure, manicure e cabeleireira  
Outra vez deu certo.*

*Padre Miguel, padre Bahije e padre José Lopes Caneda  
Quis cumprir outro desejo  
De criar aqui uma escola profissionalizante  
Em nome do tio Beijo  
Que seria para os jovens  
Os interessados e interesseiros  
Que seria para torneiro  
Eletricista, ajustador, soldador e maçariqueiro  
Que felicidade, que felicidade  
De atender as três comunidade  
A escola do Tio Beijo deu um grande resultado  
Aqui, na paróquia Jesus Ressuscitado.*

*Vocês viram, vocês viram  
Assim termina a história linda do Luiz.*

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ASSUNTO, Rosario. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p. 341-375 (Coleção Aesthetica, 1).

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara – notas sobre a fotografia*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

BEAUVOIR, Simone. *A Velhice*. Trad. Maria Helena Franco Martins. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BERGSON, Henri. *Duração e Simultaneidade*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Eclea. *O Tempo Vivo da Memória – ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAUQUELIN, Anne. *A Invenção da Paisagem*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007 (Coleção Todas as Artes).

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção de paisagens. In: *Literatura e Paisagem em Diálogo*. (Org.) NEGREIROS, Carmen. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012.

CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70 Ltda., 2017.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994 (Volume 1: *Uma História dos Costumes*).

ESCOBAR, Arturo. “O lugar da natureza e a natureza do lugar; globalização ou pós-desenvolvimento?”. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: editora CLACSO, 2005.

FERRY, Luc. *Homo Aestheticus: A invenção do gosto na era democrática*. Trad. Elaina Maria de Melo Souza. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora SA, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2002.

GUPTA, Akhil. FERGUSON, James. Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papyrus Editora, 2000, p. 30-49.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória – Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INGOLD, Tim. Repensando o animado, reanimado o pensamento. In: INGOLD, Tim. *Estar Vivo: ensaios sobre o movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011 (Coleção cidades).

LE GOFF, Jacques. As Mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.) *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 68-83.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução Cristina C. Oliveira. Itapevi/SP: Nebli, 2016.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. *Criar paisagens: expressão artística ou instrumento civilizatório*. São Paulo: Mimeogr, 2014.

LEMOS, Carlos, A. C. *O que é Arquitetura*. São Paulo: editora Brasiliense, 1980.

MARTINS, José de Souza. *A Aparição do Demônio na Fábrica – origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: editora 34, 2008.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: *O Espaço da Diferença*. ARANTES, A. Campinas: Papyrus editora, 2000.

MONTERO, Paula. Globalização, Identidade e Diferença. In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEPRAP, nº 49, 1997 (p. 47-64).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O Trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir, escrever*. São Paulo, Editora UNESP, 1998.

PALLASMAA, Juhani. *Essências*. Trad. Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio Guilherme (Org.). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (Retratos do Brasil).

RISÉRIO, Antônio. *A Casa no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção? (Parte I). *Mana*, vl. 3, n. 1. Rio de Janeiro, 1997 (p. 41-73).

SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos*. São Paulo: Perspectiva, 2011 (Coleção Estudos).

SIMAS, Luiz Antônio. *O Corpo Encantado as Ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SIMMEL, Georg. *A Filosofia da Paisagem*. Trad. Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida mental. Trad. Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva – problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Trad. André Villalobos. Campinas: Unicamp, 2006.

THOMPSON, P. *A Voz do Passado – História Oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *A Vida em Comum – ensaio de antropologia geral*. Trad. Denise Bottmann e Elenora Bottmann. Campinas, Papyrus, 1996 (Coleção Travessia do Século).

TURRI, Eugênio. A paisagem como teatro. Do território vivido ao território representado. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da Paisagem. Uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 167-184 (Coleção Aesthetica, 1).

VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela – do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. Trad. Marcelo Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. Trad. Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. Trad. Marina Corrêa Treuherz. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.